CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens

Jéssica Gomes de Oliveira

ETHOS, HUMOR E DISCURSO:
a construção das imagens projetadas de Dilma Rousseff em diferentes situações de comunicação

Belo Horizonte

2018

Jéssica Gomes de Oliveira

ETHOS, HUMOR E DISCURSO:
a construção das imagens projetadas de Dilma Rousseff em diferentes situações de comunicação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa

Área de concentração: Tecnologia e Processos Discursivos

Belo Horizonte
2018

Oliveira, Jéssica Gomes de.
O48e Ethos, humor e discurso : a construção das imagens projetadas de Dilma Rousseff em diferentes situações de comunicação / Jéssica Gomes de Oliveira. - 2018.
230 f. : il., fotos, tabs.
Orientador: Cláudio Humberto Lessa

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2018.
Bibliografia.

1. Ethos. 2. Análise do Discurso - Narrativas pessoais. 3. Humor. I. Lessa, Cláudio Humberto. II. Título.

CDD: 401.41

Ficha elaborada pela Biblioteca - Campus I – CEFET-MG
Bibliotecário: Wagner Oliveira Braga CRB6 - 3261

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

JÉSSICA GOMES DE OLIVEIRA

***ETHOS*, humor e discurso: a construção das imagens projetadas de Dilma Rousseff em diferentes situações de comunicação.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais em 24 de abril de 2018, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Cláudio Humberto Lessa, Dr. - Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. William Augusto Menezes, Dr.
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Paulo Henrique Aguiar Mendes, Dr.
Universidade Federal de Ouro Preto

Profª. Giani David Silva, Drª. - Suplente
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Dedico essa dissertação ao meu pai Leonardo Antônio Soares de Oliveira (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A jornada foi longa, mas não foi solitária. Agradeço ao Criador De Tudo O Que É pela inspiração e amor incondicional. Obrigada por ter guiado o caminho que trilhei até aqui. Agradeço a cada Mestre presente na minha vida, a cada ser de luz e amor que esteve junto comigo nessa caminhada, me amparando, inspirando e cuidando. A vocês, toda a minha gratidão.

Agradeço à minha mãe amada, Lourdinha, que me ensinou o que é o amor anterior a todas as coisas. Amor que vem da alma. Que me ensinou a soletrar as primeiras palavras, que se sentou pacientemente com a criança curiosa que eu era e apresentou as letras do alfabeto, todas as noites, depois de um longo e cansativo dia de trabalho. Gratidão por cada ato amoroso ao longo dos dois anos do mestrado. Não seria capaz de retribuir cada gesto amoroso, cada carinho, cada consolo, cada incentivo. Você, minha mãe, é uma grande inspiração. Mulher corajosa, batalhadora, inteligente, amorosa. Obrigada por tudo o que você é. Obrigada por ser minha inspiração. A você, todo o meu amor.

Agradeço ao meu pai querido, Leonardo, pelo incentivo em estudar no CEFET-MG. Lembro-me de contar a você que levaria alguns documentos à secretaria da instituição, para fazer uma disciplina isolada, em 2015. E você, sempre me incentivando a estudar, a buscar mais da vida, a seguir em busca dos meus sonhos. Sempre disposto a fazer o que fosse necessário para que eu pudesse seguir adiante na vida acadêmica. Faltam-me palavras para descrever o que seu apoio representou e representa para mim. Ainda que você não esteja mais aqui, essas palavras aquecem meu coração, preenchendo-o de gratidão e amor. Saiba que cada pequena vitória eu dedico a você, meu pai, meu herói. A você, toda a minha admiração.

Gratidão profunda ao meu mestre e orientador, Cláudio Lessa. Ainda que eu tente expressar toda a gratidão que sinto por ter tido você ao meu lado nessa jornada, jamais seria capaz de manifestar tamanho sentimento. Saiba que o admiro profundamente, pela imensa generosidade e bondade ao apoiar meu projeto, pelo cuidado em cada leitura, em ensinar a essa humilde estudante a arte da pesquisa acadêmica. Obrigada por me mostrar

o caminho que deveria seguir, por me alertar sobre questões teóricas que deveriam ser aprofundadas, por responder cada e-mail, com tamanha bondade, sabedoria e paciência. Lembro-me das aulas que acompanhei em que você estava à frente da turma. Seu brilho nos olhos, que fazia brilhar ainda mais os olhos dos alunos, diante do mestre. Gratidão por ser um dos mais admiráveis professores que tive a sorte de conhecer. Jamais esquecerei todo o apoio ao longo dessa jornada.

Aos colegas da Pós, agradeço pela cumplicidade, troca de experiências, parceria e companheirismo. Jamais imaginei que encontraria tanto apoio, amizade, amparo e encorajamento mútuo pelos corredores do CEFET. Aos professores, gratidão por cada contribuição e ensinamento ofertado generosamente nas aulas.

Agradeço aos meus irmãos amados e toda família pelo apoio e encorajamento durante essa jornada. À minha tia Eliana pelo carinho comigo nos dias mais difíceis, quando não me sobrava tempo para descansar ou ter uma refeição tranquila, na correria entre trabalho e estudos.

Gratidão a todos os colegas e amigos do trabalho pelas palavras de apoio durante meu percurso, pela imensa colaboração e ajuda para que eu pudesse estar presente nas aulas do CEFET-MG. Vívian, Romyna, Juliana, Fernanda, Paula, Ana Paula, Míria, Pollyana, Wander, minha imensa gratidão por cada gesto de carinho e apoio nesses dois anos. Jamais esquecerei.

Aos meus amigos amados, gratidão por todo apoio e paciência durante todo o percurso do mestrado. Sei que ser amigo de mestrando não é tarefa fácil. Muito obrigada por terem apoiado meu sonho, por terem tido tanta paciência diante de uma mestranda que não podia mais estar presente em todas as celebrações e encontros.

Ao Renan, muito obrigada por cada palavra carinhosa de apoio, conforto e incentivo. Gratidão por cada gesto de ajuda que você oferecia em meio a minha rotina agitada. Gratidão por toda compreensão, pela paciência e, principalmente, por todo amor.

"Não estamos alegres, é certo,
Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado.
As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,
Rompê-las ao meio,
Cortando-as como uma quilha corta."
(Vladímir Maiakóvski)

RESUMO

A pesquisa tem como proposta uma análise discursiva comparativa de pronunciamentos veiculados pela presidenta Dilma Rousseff e pela personagem fictícia Dilma Bolada no *Facebook*, durante o processo de *impeachment*. Por meio da análise, o trabalho tem como objetivo analisar quais são os *ethé* e imaginários projetados de Dilma Rousseff nas redes sociais digitais, durante o processo de *impeachment*, em dois gêneros diferentes, verificando se há diferença entre as imagens projetadas no discurso oficial e nas publicações da personagem fictícia Dilma Bolada. Para tal, recorremos também à análise de relatos biográficos e da presença da polêmica em ambas situações de comunicação, além do uso do humor pela personagem fictícia Dilma Bolada. As análises realizadas neste trabalho baseiam-se em dois *corpora*: o primeiro é formado por três pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff, publicados em vídeo em sua página oficial do *Facebook* durante o processo de *impeachment*, e o segundo constituído por cinco *posts* publicados na página intitulada Dilma Bolada, também durante o *impeachment*. Por meio da análise, o trabalho tem como proposta o estudo dos processos de constituição da identidade discursiva do sujeito político, por meio da verificação dos diferentes *ethé* e imaginários evocados pelos discursos. Para tanto, em nosso percurso teórico, abordamos o discurso político como objeto de análise (CHARAUDEAU, 2006), bem como algumas das transformações pelas quais tem passado ao longo do tempo (COURTINE, 2006; PIOVEZANI FILHO, 2007, 2009). Estudos sobre a retórica e a dimensão argumentativa do discurso também serão abordados (EMEDIATO, 2001; AMOSSY, 2007; PERELMAN&OLBRECHTS-TYTECA, 1996), assim como a polêmica presente no campo político (AMOSSY, 2014). Abordaremos, ainda, diferentes pesquisas sobre o uso das redes sociais digitais na veiculação do discurso político e gestão das imagens de atores políticos. Estudos sobre diferentes aspectos do humor e seu uso em discursos políticos também serão levantados (POSSENTI, 2013; CHARAUDEAU, 2006b; FALCÃO DA SILVA, 2009; ZEPEDA, FRANCO E PRECIADO, 2014; BONHOMME, 2016). Por fim, abordaremos pesquisas sobre a presença das narrativas de vida (MACHADO, 2008, 2012, 2015, 2016) e dos imaginários sociodiscursivos no discurso político (CHARAUDEAU, 2006), além de reflexões sobre a constituição do *ethos* de atores

políticos (CHARAUDEAU, 2006; AMOSSY, 2005; MAINGUENEAU, 2005, 2007; EGGS, 2008; MAIA, 2015). Através das análises, podemos observar certa proximidade entre as imagens projetadas de Dilma Rousseff, por meio dos pronunciamentos veiculados em sua página do *Facebook*, e as imagens projetadas através das publicações feitas na página da personagem fictícia Dilma Bolada.

PALAVRAS-CHAVE: *Ethos*, Imaginários sociodiscursivos; Análise do Discurso; Humor; Narrativas de vida

ABSTRACT

The research has as a proposal a comparative discursive analysis of speeches conveyed by President Dilma Rousseff and the fictional character *Dilma Bolada* on *Facebook*, during the process of impeachment. Through the analysis, the research aims to analyze the *ethos* and imaginary projected by Dilma Rousseff in digital social networks during the impeachment process, in two different genres, verifying if there is a difference between the images projected in the official discourse and in the publications of the fictional character *Dilma Bolada*. For this, we also used the analysis of biographical reports and the presence of controversy in both communication situations, as well as the use of humor by the fictional character *Dilma Bolada*. The analyzes carried out in this research are based on two *corpora*: the first one is formed by three speeches of the president Dilma Rousseff, published in video on its official page of Facebook during the process of impeachment, and the second constituted by five posts published on the page entitled *Dilma Bolada*, also during impeachment. Through the analysis, the research has as proposal the study of the processes of constitution of the discursive identity of the political subject, through the verification of the different *ethos* and imaginaries evoked by the discourses. In our theoretical course, we approach the political discourse as an object of analysis (CHARAUDEAU, 2006), as well as some of the transformations that it has undergone over time (COURTINE, 2006; PIOVEZANI FILHO, 2007, 2009). Studies on rhetoric and the argumentative dimension of discourse will also be addressed (AMEDY, 2001; AMOSSY, 2007; PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996), as well as the controversy present in the political field (AMOSSY, 2014). We will also address different researches about the use of digital social networks in the delivery of political discourse and image management of political actors. Studies about different aspects of humor and their use in political discourse will also be raised (POSSENTI, 2013; CHARAUDEAU, 2006b; FALCÃO DA SILVA, 2009; ZEPEDA, FRANCO E PRECIADO, 2014; BONHOMME, 2016). Finally, we will cover researches about the presence of biographical reports (MACHADO, 2008, 2012, 2015, 2016) and socio-discursive imaginaries in political discourse (CHARAUDEAU, 2006), as well as different studies on the constitution of the *ethos* of political actors (CHARAUDEAU, 2006; AMOSSY, 2005; MAINGUENEAU, 2005, 2007, EGGS, 2008, MAIA, 2015). Through the analysis, we can observe certain proximity between the projected images of

Dilma Rousseff, through the discourses on her Facebook page, and the images projected through the publications made on the page of the fictional character *Dilma Bolada*.

KEYWORDS: *Ethos*; social-discursive imaginaries; Discourse analyses; Life narratives

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - *Facebook* Dilma Bolada.....44
FIGURA 2 - *Facebook* Bolada.....53
FIGURA 3 - *Facebook* Dilma Rousseff.....64
FIGURA 4 - *Facebook* Dilma Rousseff.....70
FIGURA 5 - Recursos interativos de uma página no *Facebook*.....72
FIGURA 6 - *Facebook* Dilma Rousseff.....73
FIGURA 7 - *Facebook* Dilma Rousseff.....74
FIGURA 8 - *Facebook* Dilma Rousseff.....76
FIGURA 9 - *Facebook* Dilma Rousseff.....77
FIGURA 10 - *Facebook* Dilma Rousseff.....78
FIGURA 11 - *Facebook* Dilma Rousseff.....79
FIGURA 12 - *Facebook* Bolada.....81
FIGURA 13 - *Facebook* Dilma Bolada.....84
FIGURA 14- *Facebook* Dilma Bolada.....85
FIGURA 15 - *Facebook* Dilma Bolada.....86
FIGURA 16 - *Facebook* Dilma Bolada.....89
FIGURA 17 - *Facebook* Dilma Bolada.....90
FIGURA 18 - *Facebook* Dilma Bolada.....94
FIGURA 19 - *Facebook* Dilma Bolada.....101
FIGURA 20 - *Facebook* Dilma Rousseff.....107
FIGURA 21 - *Facebook* Dilma Bolada.....127
FIGURA 22 - *Facebook* Dilma Bolada.....130
FIGURA 23 - *Facebook* Dilma Bolada.....132
FIGURA 24 – Ato de linguagem.....146
FIGURA 25 - *Facebook* Dilma Rousseff.....149
FIGURA 26 - *Facebook* Dilma Rousseff.....157
FIGURA 27 - *Facebook* Dilma Rousseff.....162
FIGURA 28 - *Facebook* Dilma Rousseff.....179
FIGURA 29 - *Facebook* Dilma Rousseff.....181
FIGURA 30 - *Facebook* Dilma Bolada.....188
FIGURA 31 - *Facebook* Dilma Bolada.....190
FIGURA 32 - *Facebook* Dilma Bolada.....191
FIGURA 33 - *Facebook* Dilma Bolada.....193
FIGURA 34 - *Facebook* Dilma Bolada.....196

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Categorias de análise dos *corpora*.....20
TABELA 2 - Etapas metodológicas da pesquisa.....21

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....18

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO

1.1 – Introdução à Análise do Discurso: breve histórico.....24

1.2 – O discurso político como objeto de análise.....28

1.3 – Algumas reflexões sobre as transformações do discurso político.....32

1.4 – A retórica e a persuasão no e pelo discurso.....33

1.5 – As diferentes estratégias de persuasão do discurso político.....39

1.6 – A questão da legitimidade e da credibilidade no discurso político.....47

1.7 – A polêmica que constitui o discurso político.....51

Capítulo 2 – NOVOS TRAÇOS DA ELOQUÊNCIA POLÍTICA

2.1 – O uso das redes sociais digitais para veiculação do discurso político e gestão das imagens de atores políticos.....58

2.2 – As redes sociais digitais e algumas de suas especificidades.....67

2.3 – A página oficial de Dilma Rousseff no *Facebook*.....76

2.4 – A personagem fictícia Dilma Bolada no *Facebook*.....81

2.5 – Humor e discurso.....87

2.5.1 – Os efeitos possíveis do ato humorístico segundo Charaudeau.....92

2.5.2. – O uso do humor na produção do discurso político.....96

Capítulo 3 – AS NARRATIVAS DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DO SUJEITO POLÍTICO

3.1 – A narrativa de vida enquanto gênero discursivo.....104

3.2 – A construção da identidade do sujeito político por meio das narrativas de vida..109

3.3 – Mas afinal, o que leva o sujeito a narrar a si mesmo?.....111

3.4 - *Storytelling*: a arte de contar histórias.....113

3.5 – *Ethos*: construindo imagens de si.....115

3.6 – A construção do *ethos*: entre razão, emoção e imagem.....120

3.7 – Os diferentes *ethé* evocados pelos sujeitos políticos.....121

3.7.1 – Os *ethé* de credibilidade.....123
3.7.1.1 – *Ethos* de seriedade.....124
3.7.1.2 – *Ethos* de virtude.....124
3.7.1.3 – *Ethos* de competência.....125
3.7.2 – Os *ethé* de identificação.....126
3.7.2.1 – *Ethos* de potência.....126
3.7.2.2 – *Ethos* de caráter.....129
3.7.2.3 – *Ethos* de inteligência.....130
3.7.2.4 – *Ethos* de humanidade.....131
3.7.2.5 – *Ethos* de chefe.....132
3.7.2.6 – *Ethos* de solidariedade 133
3.8 – A questão dos imaginários na construção do discurso político.....134
3.8.1 – Os imaginários de verdade do discurso político.....136
3.8.1.1 – O imaginário da tradição.....137
3.8.1.2 – O imaginário da modernidade.....138
3.8.1.3 – O imaginário da "soberania popular".....141

Capítulo 4 – ANÁLISE GERAL DOS *CORPORA*.....145
4.1 – Análises dos pronunciamentos de Dilma Rousseff veiculados no *Facebook* durante o processo de *impeachment*.....148
4.1.1 – Pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado no dia 15/04/2016.....149
4.1.2 – Pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado no dia 29/08/2016.....156
4.1.3 – Pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado no dia 31/08/2016.....185
4.2 – Análises dos *posts* de Dilma Bolada no *Facebook* durante o processo de *impeachment*.....187
4.2.1 – *Post* 1 feito no dia 29/03/2016.....188
4.2.2 – *Post 2* feito no dia 18/04/2016.....189
4.2.3 – *Post* 3 feito no dia 09/05/2016.....191
4.2.4 – *Post* 4 feito no dia 09/05/2016.....193
4.2.5 – *Post* 5 feito no dia 29/08/2016.....196

ANÁLISE DOS RESULTADOS.....199

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....201

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....205

ANEXOS.....212

INTRODUÇÃO

No dia 31 de agosto de 2016, acompanhada por apoiadores, Dilma Rousseff desce uma rampa coberta por um tapete vermelho, no Palácio da Alvorada, para discursar. Momentos antes, o plenário do Senado havia condenado a presidenta à perda de seu cargo, acusada de cometer crime de responsabilidade fiscal. Seu discurso marca o fim do processo de *impeachment* e uma longa luta por sua permanência no cargo de Presidenta da República.

O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou denúncia contra a presidenta[1] por crime de responsabilidade. A partir daí, uma Comissão Especial foi formada na Câmara, com o objetivo de decidir sobre a admissibilidade do processo. Acusação e defesa foram ouvidas e, em abril de 2016, a maioria dos deputados aprovou a continuidade do processo, que foi encaminhado para o Senado Federal. Em maio do mesmo ano, Dilma Rousseff foi afastada da presidência até que o processo fosse concluído e o vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente o cargo. Por fim, em agosto de 2016, o *impeachment* foi julgado pelo Senado, culminando no afastamento definitivo da líder do executivo.

Durante todo o processo de *impeachment*, tanto nas ruas quanto nas redes sociais digitais, milhares foram às manifestações favoráveis ou contrárias à destituição da presidenta. Mas é no ambiente *online* que nossos estudos encontram seus *corpora*[2] de análise, formados por discursos que marcam um período histórico em que, pela segunda vez no país, o processo de *impeachment* de um Presidente da República foi levado às suas últimas consequências.

Durante todo o processo em que Dilma Rousseff foi afastada definitivamente do cargo, foi veiculada em sua página oficial do *Facebook* uma série de conteúdos contrários à destituição. Cercada por mensagens carregadas de misoginia e preconceito,

[1] Na pesquisa, optamos por utilizar o termo "presidenta" em detrimento de "presidente". Tal escolha se justifica uma vez que a própria Dilma Rousseff reivindica o uso do termo, como estratégia de marcação do gênero feminino.

[2] Estamos utilizando o termo *corpora*, pois em nossas análises trabalharemos com discursos produzidos em diferentes situações de comunicação.

mas também de solidariedade e incentivo, Dilma Rousseff realizou pronunciamentos oficiais publicados em sua página oficial, fomentando milhares de manifestações *online* contrárias ao *impeachment*. Ainda que os pronunciamentos não tivessem sido construídos especificamente para o ambiente *online*, nas redes sociais digitais, eles ganharam espaço, integrando a luta contra o processo. Entre as publicações estão pronunciamentos oficiais publicados em formato de vídeo, em que a presidenta defende sua permanência no cargo.

Em meio a este cenário, uma personagem ganha destaque por suas publicações no *Facebook*, carregadas de humor[3] ácido e críticas aos apoiadores do *impeachment*. Dilma Bolada, personagem fictícia criada pelo publicitário Jeferson Monteiro, se posicionou contrariamente à destituição da presidenta do cargo, se dedicando à publicação diária de mensagens em sua página do *Facebook*, algumas delas fazendo referência a aspectos da vida pessoal e biografia de Dilma Rousseff.

Em nosso estudo, propomos uma análise discursiva comparativa de pronunciamentos veiculados pela presidenta Dilma Rousseff e publicações da personagem fictícia Dilma Bolada no *Facebook*, durante o processo de *impeachment*. Por meio da análise, o trabalho tem como proposta o estudo dos processos de constituição da identidade discursiva do sujeito político.

Integram nossos *corpora* de análise três pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff, publicados em vídeo em sua página oficial do *Facebook* durante o processo de *impeachment*. Também integram os *corpora* da pesquisa cinco publicações feitas pela personagem fictícia Dilma Bolada durante o *impeachment*.

Nosso objetivo é identificar, por meio da análise dos *corpora*, qual ou quais são as imagens, *ethé* e imaginários projetados nos e pelos Dilma Rousseff nas redes sociais digitais em dois gêneros[4] diferentes, verificando se há diferenças entre as imagens

[3] No capítulo 2 da pesquisa faremos reflexões sobre o humor, suas nuances e seu emprego como estratégia discursiva no discurso político.

[4] Conforme explica Maingueneau (2004), todo discurso pertence a uma categoria, tipo ou *gênero de discurso*. Rótulos como "epopeia", "editorial" e "*talk show*" designariam, nesse sentido, o que normalmente se entende por *gêneros de discurso*, dispositivos de comunicação que só aparecem quando determinadas condições sócio-históricas estão presentes. É o caso, como explica o autor, do gênero

projetadas no discurso oficial e nas publicações da personagem fictícia Dilma Bolada. Para tal, recorremos ainda à análise de relatos biográficos proferidos em ambas as situações de comunicação. O estudo do humor enquanto estratégia de difusão do discurso político também se faz presente na pesquisa, já que em boa parte das publicações da personagem fictícia Dilma Bolada há a presença de elementos humorísticos. Por fim, a presença de uma dimensão polêmica nos pronunciamentos e publicações também será analisada.

Para facilitar a compreensão, as categorias de análise dos *corpora* estão descritas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Categorias de análise dos *corpora*

Categorias de análise	***Corpora* analisado**
Imaginários sociodiscursivos	Pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff e publicações de Dilma Bolada
Ethé	Pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff e publicações de Dilma Bolada
Narrativas de si	Pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff e publicações de Dilma Bolada
Humor	Publicações de Dilma Bolada

"relatório de estágio", que para existir necessita de estudantes que buscam por experiência profissional, empresas, professores e todo um sistema de ensino.

Polêmica	Pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff e publicações de Dilma Bolada

Fonte: elaborado pela autora

Da mesma forma, a metodologia adotada para a análise seguiu algumas etapas de trabalho, que são apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 2 – Etapas metodológicas da pesquisa

Etapas metodológicas de análise dos *corpora*
i) Coletar, selecionar e organizar os pronunciamentos em vídeo de Dilma Rousseff e os *posts* de Dilma Bolada
ii) Identificar os diferentes *ethé* evocados nos pronunciamentos de Dilma Rousseff e também nas publicações de Dilma Bolada
iii) Identificar os diferentes imaginários sociodiscursivos presentes nos pronunciamentos de Dilma Rousseff e também nas publicações de Dilma Bolada
iv) Analisar os trechos de fala que carregam narrativas de vida, tanto nos pronunciamentos de Dilma Rousseff quanto nas publicações de Dilma Bolada
v) Verificar como se dá o uso do humor na produção das publicações de Dilma Bolada
vi) Verificar de que forma se dá a presença da polêmica tanto nos pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff quanto nas publicações de Dilma Bolada

Fonte: elaborado pela autora

Em relação ao nosso percurso teórico-metodológico, ele foi organizado em quatro capítulos: i) introdução à análise do discurso político; ii) novos traços da eloquência política; iii) as narrativas de vida e a construção do *ethos* do sujeito político; iv) análise geral dos *corpora*.

No primeiro capítulo, abordaremos as origens da AD, num breve percurso histórico (PIOVEZANI FILHO, 2007, 2009; COURTINE, 2006). O discurso político como objeto de análise da AD (CHARAUDEAU, 2006) também será abordado, incluindo algumas considerações sobre a noção de discurso (MAINGUENEAU, 2004).

As metamorfoses pelas quais têm passado o discurso político ao longo do tempo também serão abordadas, dando destaque ao processo que prioriza falas breves e voltadas para a vida íntima dos atores políticos (COURTINE, 2003; PIOVEZANI FILHO, 2007, 2009). Faremos ainda, um breve apanhado de estudos que abordam a retórica e a dimensão argumentativa do discurso (EMEDIATO, 2001; AMOSSY, 2007; PERELMAN&OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Apresentaremos algumas das estratégias de persuasão utilizadas para promover a adesão e aceitação do público, incluindo o processo de desqualificação dos adversários, por meio de ataques *ad hominem* (CHARAUDEAU, 2006, 2016; MAIA, 2015). Por fim, a questão da legitimidade que permeia os discursos políticos será abordada (CHARAUDEAU, 2006; PIOVEZANI FILHO, 2007), bem como a polêmica que integra a cena política (AMOSSY, 2014).

No segundo capítulo, nos debruçaremos sobre o uso das redes sociais digitais na veiculação do discurso político e gestão das imagens de atores políticos. Para isso, faremos uma revisão de diferentes estudos que cercam o tema (MARQUES, 2008, 2016; MARQUES, SILVA, MATOS, 2011; CHAIA, 2007; GOMES et al., 2009; AGGIO, 2011; OLIVEIRA, MAIA, MIRA, 2014; SARGENTINI, 2015; MAIA, 2008; MARQUES, SAMPAIO, 2011; CERVI, 2016). Também abordaremos algumas das especificidades da linguagem utilizada nas redes sociais digitais (RECUERO, 2002, 2009, 2012, 2014; EMEDIATO, 2015), como por exemplo, o uso de elementos paralinguísticos numa tentativa de simular a conversação falada. Faremos ainda, uma apresentação das páginas oficiais de Dilma Rousseff e da personagem fictícia Dilma Bolada no *Facebook*, trazendo algumas de suas publicações e estratégias de persuasão. Por fim, levantaremos estudos sobre os diferentes aspectos do humor e, em especial, seu uso em discursos políticos (POSSENTI, 2013; CHARAUDEAU, 2006b; FALCÃO DA SILVA, 2009; ZEPEDA, FRANCO E PRECIADO, 2014; BONHOMME, 2016).

Em nosso terceiro capítulo, abordaremos o papel das narrativas de vida no processo de persuasão do discurso político (MACHADO, 2008, 2012, 2015, 2016; CARVALHO, 2016; MAIA, 2015; MACHADO, LESSA, 2013; EMEDIATO, 2016), incluindo o uso do *storytelling*, ou arte de contar a própria história. Estudos sobre as três provas retóricas de Aristóteles serão abordados, com atenção especial ao *ethos* e aos

diferentes *ethé* evocados pelos atores políticos (CHARAUDEAU, 2006; AMOSSY, 2005; MAINGUENEAU, 2005, 2007; EGGS, 2008; MAIA, 2015). Iremos refletir, ainda, sobre a questão dos imaginários sociodiscursivos, com o intuito de ampliar nosso referencial teórico sobre as estratégias utilizadas por atores políticos para ampliar a aderência dos cidadãos a seus discursos (CHARAUDEAU, 2006). Por fim, em nosso quarto e último capítulo, apresentaremos a análise dos *corpora* da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO

1.1 – Introdução à Análise do Discurso: breve histórico

Em nosso primeiro capítulo, faremos um breve percurso histórico sobre as origens da AD, com base nos estudos de Piovezani Filho (2007, 2009) e Courtine (2006). Abordaremos o discurso político como objeto de análise, bem como algumas considerações sobre a noção de discurso, com base em Charaudeau (2006) e Maingueneau (2004). Estudos de Perelman&Olbrechts-Tyteca (1996), Amossy (2007) e Emediato (2001) sobre a retórica e a dimensão argumentativa do discurso também serão apresentados. Ainda no primeiro capítulo, abordaremos as reflexões de Charaudeau (2006) e Maia (2015) sobre algumas das estratégias de persuasão utilizadas por atores políticos para promover a adesão e aceitação do público sobre as suas ideias. Por fim, traremos a questão da legitimidade que permeia o discurso político além de algumas reflexões sobre a polêmica que integra a cena política.

Iniciaremos este capítulo trazendo algumas considerações sobre o surgimento da Análise do Discurso (AD) francesa, afinal, o aporte teórico-metodológico do nosso trabalho está, em sua maior parte, embasado nos estudos propostos por esta linha de pesquisa. Conforme nos explica Piovezani Filho (2007), a AD surge no contexto da segunda metade da década de 1960 na França, com influências da própria linguística, do marxismo e também da psicanálise. Seu objeto privilegiado de análise era, desde o princípio, o discurso político. Tal campo de saber é desenvolvido a partir de princípios teóricos e metodológicos elaborados ou aperfeiçoados pelo filósofo Michel Pêcheux[5]. Tamanha é a relevância do estudioso que, para compreender pelo menos parte das transformações epistemológicas pelas quais passou a AD tanto na França, quanto no Brasil, seria necessário considerar os estudos e renovações propostos por Pêcheux e seu grupo de pesquisa.

Segundo Piovezani Filho (2007), em seus últimos textos, o supracitado filósofo já cita mudanças na apresentação do discurso político, apontando sua ampla midiatização. Afinal, a chamada "língua de madeira" (dura, hermética e fechada), estava se transformando em uma "língua de vento" (flexível e cotidiana), e eleições se

[5] Filósofo, considerado um dos fundadores da AD de linha francesa.

tornavam cada vez mais próximas de transmissões esportivas feitas pelas mídias. É a partir de tais modificações que J.-J. Courtine, outro estudioso da AD de linha francesa, passa a considerar em suas pesquisas, até então dedicadas a um *corpus* de discurso político escrito, os avanços tecnológicos dos *media* (PIOVEZANI FILHO, 2007). Abordaremos parte dessas transformações posteriormente, com maior profundidade.

Em suas considerações sobre a AD, Courtine (2006) aponta o aparecimento da problemática do discurso no interior da linguística francesa como contemporâneo à conjuntura política da França dos anos 1968-1970. Em especial, pelos acontecimentos de maio de 1968, quando foi realizada uma greve geral que mobilizou milhares de trabalhadores e estudantes franceses e que produziu, para o estudioso supracitado, uma exasperação da circulação dos discursos nas ruas e também na produção acadêmica. Pouco a pouco, a AD adquiriu um reconhecimento que a fez presente em nomenclaturas que distinguem as diferentes disciplinas que atualmente compõem as ciências da linguagem.

Courtine (2006) também nos esclarece que os escritos doutrinários constituíram o primeiro campo de objetos empíricos da AD. Tais *corpora* foram frequentemente extraídos do discurso político francês contemporâneo, em especial dos oriundos de partidos da esquerda. A AD é, portanto, um dos lugares onde a linguística encontra a política e a história.

Piovezani Filho (2009) também aponta o discurso político como objeto privilegiado de estudo da AD durante o período que marca seu surgimento, destacando a relação da disciplina com uma conjuntura de "grandes movimentos discursivos" ou acontecimentos históricos da França. Conforme ele descreve:

> Relações estreitas unem a AD a uma conjuntura de grandes "acontecimentos discursivos": as manifestações, gritos, panfletos e pichações nas ruas, em maio de 68, repercutiram nas letras e fotos dos jornais e, ainda mais, no som e na imagem da tevê; além disso, as discussões em torno do projeto do Programa Comum da esquerda ocupavam corações e mentes francesas. Sua emergência dá-se em meio a uma grande circulação de discursos políticos e seus primeiros desenvolvimentos coincidem exatamente com o momento de consolidação muito provisória da *Union de Gauche*. Nenhuma surpresa, portanto, quanto ao objeto de análise que seria privilegiado pela AD, em suas origens: o discurso político (PIOVEZANI FILHO, 2009, p. 163).

Já a introdução da AD, no Brasil, ocorreu num momento em que, na França, a disciplina já passava por algumas reformulações e retificações, mas sem abandonar seus princípios fundamentais. A partir de sua entrada no Brasil, e após enfrentar certas manifestações de desconfiança e resistência, a AD foi se estabilizando e se fortalecendo, até se tornar uma disciplina considerada bastante influente no cenário linguístico das pesquisas brasileiras. Sua consolidação institucional ocorreu entre o fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, coincidindo com um momento de abertura política devido ao enfraquecimento da ditadura imposta no país pelo regime militar, desde 1964. É possível afirmar, inclusive, que sem o início da debilidade do regime, a implantação de um campo de pesquisa que associasse linguística a postulados marxistas teria sido quase impossível (PIOVEZANI FILHO, 2009).

Antes de passarmos para a próxima seção, consideramos pertinente visitar a noção de discurso, abordando algumas das características essenciais propostas por Maingueneau (2004) para o termo. Em seu uso comum e pejorativo, é usual tratarmos por "discurso" qualquer enunciado solene ("o presidente fez um discurso") ou falas inconsequentes ("tudo isso é só discurso"). O termo pode ser utilizado ainda para designar qualquer uso restrito da língua: "o discurso islâmico", "o discurso administrativo", "o discurso dos jovens".

Para o autor, entretanto, devemos considerar "discurso" uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo. Nesse sentido, toda enunciação constitui um ato, como o de prometer, sugerir, afirmar, interrogar etc., que tem como objetivo modificar uma situação. O "discurso" também se constrói em função de uma finalidade, devendo se dirigir, supostamente, a alguém. Ele pode, entretanto, se desviar do seu curso e mudar de rota, retomando ou não sua direção inicial.

Outro aspecto do "discurso" destacado por Maingueneau (2004a) é que ele será sempre assumido por um sujeito, ou seja, só será classificado como "discurso" enquanto puder se remeter a um "EU". Nesse sentido, o enunciador é responsável pelo enunciado, se colocando como fiador de sua veracidade, mesmo em enunciados simples como "está chovendo". É preciso considerar, entretanto, que o enunciador poderá variar seu grau de adesão à veracidade daquilo que fala ("talvez esteja chovendo"), atribuir a responsabilidade do enunciado a um outro sujeito ("de acordo com Paulo, está

chovendo"), ou ainda, demonstrar que está apenas fingindo assumir o enunciado (no caso do uso da ironia).

Além das características já apresentadas, há outras classificadas por Maingueneau (2013) como essenciais para que a noção de discurso possa ser melhor compreendida. Para ele, o discurso é uma organização além da frase, ou seja, opera para além de frases sequenciais, podendo mobilizar estruturas de uma outra ordem. É preciso considerar ainda que a atividade verbal é, na realidade, uma *inter-atividade* entre dois parceiros e que a manifestação mais evidente da interatividade é a interação oral, em que dois locutores coordenam suas enunciações de acordo com a atitude do outro, percebendo os efeitos de suas palavras imediatamente.

É preciso salientar, entretanto, uma diferenciação entre a "interatividade" fundamental do discurso e a "interação oral". Segundo o autor supracitado, toda enunciação, mesmo se produzida sem a presença de um destinatário, será marcada por uma "interatividade constitutiva", uma troca implícita ou explícita com outros enunciados reais ou virtuais, que supõe a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com a qual constrói seu discurso.

Também é preciso considerar a questão do interdiscurso, afinal, qualquer discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos. Isso significa que, para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-los a muitos outros (enunciados que podem estar sendo comentados, parodiados, citados etc)[6].

Na próxima seção, introduziremos neste trabalho algumas considerações de Piovezani Filho (2009) sobre o discurso político como objeto de análise da AD. Apresentaremos, ainda, reflexões propostas por Charaudeau (2006) sobre o mesmo

[6] Ainda em relação ao interdiscurso, Maingueneau (1997) propõe a existência de três termos: "universo discursivo", "campo discursivo" e "espaço discursivo". Sobre o "universo discursivo", o autor nos explica que se trata de um conjunto finito de formações discursivas de diferentes tipos que coexistem e interagem em uma conjuntura, mas que não pode ser apreendido em sua totalidade. Já "campo discursivo" é definido pelo autor como um conjunto de formações discursivas que estão numa relação de concorrência, se delimitando por uma posição enunciativa em dada região do universo discursivo. Por fim, o "espaço discursivo" delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando no mínimo duas formações discursivas que se supõe manter relações privilegiadas e fundamentais para a compreensão dos discursos. Não nos aprofundaremos nos conceitos devido à escolha dos referenciais teóricos para a pesquisa.

tema, além de suas considerações sobre a relação da AD com outras disciplinas humanas e sociais, bem como os diferentes lugares de produção da palavra política.

1.2 – O discurso político como objeto de análise

Em relação ao discurso político como objeto de estudo da AD, é possível afirmar que ele continua tema de frequentes reflexões, mesmo se for considerada a perda de uma posição de quase exclusividade nos estudos e uma diversificação dos objetos de análise. O discurso político, portanto, continua a ter um considerável espaço no campo da AD, tanto na França quanto no Brasil (PIOVEZANI FILHO, 2009).

Nas pesquisas francesas que englobam o discurso político, conforme detalha Piovezani Filho (2009), temos por um lado, certa tendência à *gramaticalização*, onde estudos privilegiaram aspectos linguísticos como a quantificação lexical, encaixamentos sintáticos e lexicalização, em detrimento da base histórica. Por outro lado, podemos observar certa inclinação às ciências da informação ou às ciências sociais, com estudos que se dedicaram quase exclusivamente às facetas técnicas dos suportes midiáticos. A diversidade dos gêneros discursivos analisados, entretanto, é vasta, sendo composta por programas de governo, pronunciamentos, debates, panfletos, entrevistas, *jingles* etc.

Já em relação aos trabalhos brasileiros considerados mais representativos e relevantes sobre o discurso político, é possível verificar que as análises se debruçaram sobre um *corpus* majoritariamente escrito ou oral posteriormente transcrito. Entre as décadas de 1980 e 1990, as análises se dedicaram com frequência aos discursos de períodos autoritários, como a Era Vargas e o regime militar, bem como às épocas de transição das ditaduras para as democracias. Parece existir ainda, na maior parte dos trabalhos, uma tendência a conservar certa investida histórica, com uma espécie de preservação de posturas engajadas que caracterizaram a disciplina desde o fim dos anos 1960 (PIOVEZANI FILHO, 2009)[7].

[7] Ainda que não tenhamos a pretensão de enumerar todas as obras, citamos como exemplos pesquisas desenvolvidas por William Augusto Menezes, Paulo Henrique Aguiar Mendes e Cláudio Humberto Lessa. Há ainda o livro de OSAKABE, Haquira. Argumentação e discurso político. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Ainda de acordo com o autor supracitado, ancorado em Courtine (2006), várias foram as metamorfoses pelas quais passou o discurso político ao longo do tempo, tanto no Brasil quanto no mundo. Os avanços tecnológicos, a despolitização e dissolução das massas e o predomínio da esfera privada sobre a pública são alguns dos fatores que acarretaram transformações nos discursos produzidos no campo político.

Entretanto, segundo Piovezani Filho (2009), somente no início dos anos de 1980, Michel Pêcheux começou a apontar tais mudanças sofridas pelo discurso político, reiterando, em seus últimos textos, que o campo discursivo já estava decididamente midiatizado[8]. As indicações de Pêcheux, porém, não teriam ecoado nos trabalhos da AD que tomavam o discurso político como objeto de análise, salvo algumas exceções. Ainda assim, isso não significa que as análises que surgiram posteriormente tenham ignorado as transformações mais recentes no discurso político.

Piovezani Filho (2009) nos lembra ainda, que a partir do final dos anos 1980, J.-J. Courtine, motivado pelas considerações de Pêcheux sobre as modificações no discurso político e pela crescente espetacularização da política, momento em que detalhes da vida privada do ator político se tornavam cada vez mais importantes, desloca seu enfoque teórico rumo às perspectivas históricas e antropológicas. Após ter trabalhado, desde o final dos anos 1970 até o começo dos anos 1980 com um *corpus* escrito e transcrito (o discurso comunista endereçado aos cristãos), Courtine se dedica a compreender as metamorfoses do discurso político contemporâneo, se tornando importante precursor dos estudos da AD neste campo (PIOVEZANI FILHO, 2009).

Seguindo linha de raciocínio semelhante à dos autores supracitados, Charaudeau (2006) nos explica que os estudos linguísticos descobriram e determinaram um novo campo de análise da linguagem, a AD. Por meio da disciplina, surgiram estudos linguísticos que não mais remetiam aos estudos dos sistemas constituintes da língua, mas sim ao discurso, atos de linguagem que circulam no mundo social e que são testemunhas do universo de pensamentos e valores de dado tempo histórico.

---

[8] Compreendemos o processo de *mediatização* como um conjunto de reformulações sócio-tecnológicas ou, ainda, processos sociais específicos que passaram a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as lógicas das mídias (BRAGA, 2016).

Para ele, a AD desenvolvida na França tomou como uma de suas principais bases um *corpus* especificamente político. Afinal, não há política sem discurso e a linguagem é o que permite que se constituam espaços de discussão, persuasão e sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação política. É a palavra que intervém na ação para que a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens sejam coordenadas. "O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso" (CHARAUDEU, 2006, p. 39).

É sabido que o fenômeno político se estabeleceu como objeto de análise de diferentes disciplinas, entre elas a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia Social, o Marketing e a Comunicação Política, as Ciências Políticas e as Ciências da Linguagem. A AD, entretanto, ao longo da história não concentrou sua atenção sobre a racionalidade política e nem sobre os mecanismos que produzem o comportamento político. Diferentemente de outras disciplinas, a AD se dedica ao estudo das estratégias dos discursos que sustentam a ação política, buscando compreender os atos de linguagem que circulam no mundo social (CHARAUDEAU, 2006).

Para um pesquisador do discurso, a linguagem somente será dotada de sentido se for considerado o contexto psicológico e social em que é empregada. A análise da palavra no campo político, portanto, deve partilhar de certos pontos de vista com a filosofia política e as ciências políticas, se diferenciando delas por sua finalidade. Conceitos e categorias pertencentes a outras disciplinas humanas e sociais serão, desse modo, integrados aos procedimentos de análise[9] (CHARAUDEAU, 2006).

Em relação à palavra política, Charaudeau (2006) nos esclarece que qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político desde que a situação autorize. Mas é preciso considerar que um enunciado aparentemente político pode, de acordo com a situação, servir apenas como pretexto para expressar algo que não é da política. Portanto, não é o discurso que é político, mas a situação de comunicação que o torna. Do mesmo modo, não é o conteúdo do discurso que o faz político, mas a situação que o politiza.

[9] Como veremos no capítulo 3, por exemplo, sobre a noção de imaginários sociodiscursivos.

O linguista compreende, ainda, a existência de diferentes lugares onde a palavra política é fabricada, já que ela não está reservada apenas aos responsáveis pela governança e sua elaboração varia segundo a identidade e o modo de interação dos participantes. Ele propõe três lugares de fabricação do discurso político: o discurso político como *sistema de pensamento*, relacionado às filiações ideológicas; como *ato de comunicação*, ligado aos atores que participam da cena de comunicação política e que têm como objetivo construir imagens positivas de si por meio de estratégias de persuasão e de sedução da instância cidadã; como *comentário*, cujo objetivo não está, necessariamente, voltado para um fim político ou para o cumprimento de uma ação (não há poder de decisão no campo político). O comentário é revelador da opinião do sujeito, mas sem que se conheça, necessariamente, seu grau de engajamento com a ação política.

A palavra política, portanto, se manifesta tanto "intragoverno" quanto "extragoverno". Seus lugares de fabricação não estão separados uns dos outros, afinal, uma das características de todo discurso social é a habilidade de circular no interior de diferentes grupos. Qualquer que seja seu local de aparição; entretanto, a palavra política será, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seus posicionamentos e de influência sobre o outro (CHARAUDEAU, 2006).

Se os lugares de fabricação do discurso político são diversos, é natural pensarmos que a AD estenderá seus estudos a diferentes *corpora* de análise, levando em consideração as recentes transformações pelas quais tem passado a palavra política. A internet, por exemplo, tem se tornado um importante espaço para a gestão das imagens dos atores políticos, seja dentro ou fora dos períodos de campanha eleitoral. Retomaremos esta questão, com maior profundidade, no próximo capítulo.

Na próxima seção, abordaremos algumas das transformações pelas quais têm passado a palavra no campo político. Para isso, serão abordados estudos de Courtine (2003, 2006) e Piovezani Filho (2007, 2009) sobre o avanço tecnológico dos *media* e sua influência no comportamento dos atores políticos, fazendo emergir discursos dotados de aspectos pessoais e privados dos sujeitos que se apresentam diante dos eleitores.

1.3 – Algumas reflexões sobre as transformações do discurso político

Em relação às metamorfoses pelas quais tem passado o discurso político, Courtine (2003) destaca a emergência de um modelo constituído por falas breves em oposição ao tipo de oratória longa e monológica. Uma fala política fluida e imediata, interativa e fragmentada tem ganhado espaço, submetendo os conteúdos políticos às exigências das novas práticas de comunicação características dos aparelhos audiovisuais de informação.

Segundo este modelo emergente de fala pública, comunicar em política exige um tipo de simplicidade[10] calculada, transcrita por meio de frases curtas, que na lógica televisiva, por exemplo, se apresentaria por meio de uma preferência por mensagens simples em detrimento das longas e complexas. O discurso seria compreendido, ainda, como um produto homogeneizado de um consumo de massa, em que a brevidade e a simplicidade das proposições não garantiriam a transparência das intenções se acompanhadas por uma obsessão por frases pequenas, uma argumentação esquematizada e uma inquietude fascinada pela audiência (COURTINE, 2003).

Além das mensagens curtas e simples, as transformações das práticas linguageiras na esfera pública carregariam consigo, de acordo com Courtine (2003), um outro elemento: a conversação. Relacionado ao triunfo dos *talk-shows* ou outros espaços de diálogo e exposição da intimidade, esse modelo de fala política permite ao espectador ver imagens e projeções do homem privado sob o personagem público. Afinal, segundo esse modelo, as boas perguntas políticas seriam aquelas feitas em domicílio, enquanto a câmera examina objetos íntimos, explora detalhes pessoais e encara o rosto do entrevistado cujo interior se deseja investigar.

O autor nos atenta, entretanto, para uma mudança que não acontece somente no campo do discurso. Se antes o orador tradicional encontrava espaço no "ajuntamento popular", no ambiente público das ruas e praças, hoje ele se faz presente por meio das tecnologias de comunicação. Para Courtine (2003), as massas não se deixam mais reunir

[10] Charaudeau (2006) apresenta, igualmente, um conjunto de fórmulas e estruturas linguísticas que sinalizam essa tendência do discurso político à brevidade. As condições de *simplicidade* na apresentação dos valores no discurso político, como veremos mais à frente neste capítulo, integram esse conjunto.

sobre a cena política, aparecendo apenas de maneira imprevisível, onde não são esperadas. Surge, assim, um novo modelo de orador, minuciosamente observado pelo espectador por meio de telas. Seus gestos e expressões corporais são examinados em detalhes, afinal, é a câmera que o encara de perto. Não há mais a distância que separa o público do palanque. Nas palavras do linguista:

> A dissolução da massa política é contemporânea das tecnologias de comunicação de massa. Elas não são, evidentemente, seu único fator, mas têm acelerado consideravelmente seu processo. Surgiu então um novo modelo do orador, um outro estilo de linguagem política, um uso diferente do corpo e do gesto. Nessas circunstâncias, não se escuta mais o orador político: ele é, sim, visto. O telespectador o observa, o examina, encara-o. Nos mínimos detalhes... Em domicílio, cada um em sua casa. A massa política se dispersou, se fragmentou e se compartimentou na intimidade das entrevistas, na intimidade dos debates. Essas formas de *living-roompolitics* transformaram radicalmente o estilo de eloquência pública. Elas deslocaram-se, implantaram-na em um lugar, não mais de ajuntamento popular, mas de tecnologia áudio-visual em que as únicas ameaças físicas são de ordem técnica – luz, som, transmissão (COURTINE, 2003, p. 26).

As mudanças apresentadas teriam trago ainda, uma espécie de supressão do contato direto entre orador e público, promovendo um novo tipo de relação abstrata entre uma massa imensa, mas ausente. Para o autor supracitado, existe um tipo de eloquência característica dos oradores públicos em comícios e outra forma de fala que tem sido privilegiada pelas mídias. Discursos cada vez mais abreviados estariam ganhando espaço, tanto por imperativos econômicos relacionados aos custos do tempo de veiculação, quanto pela implantação de dispositivos de interlocução, em que a interrupção da fala pública se torna cada vez mais presente (seja por um jornalista, um adversário político ou por uma sequência de imagens).

A fala pública da era dos meios de comunicação de massa é, nesse contexto, examinada de forma muito mais próxima pelo olhar do observador, que examina detalhadamente o rosto do político. Não há mais a distância física que separa o eleitor do palanque onde se encontra o homem público. Pequenas falhas são, portanto, registradas e aumentadas, restando ao sujeito político um aumento do controle sobre si mesmo, maior domínio sobre o discurso, sobre o tom de voz e corpo. Para Courtine (2003), tal cenário de emergência dos meios de comunicação de massa, das tecnologias audiovisuais de comunicação política, traz uma espécie de "proximidade longínqua" entre o orador e aqueles que o observam.

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Piovezani Filho (2007) acrescenta que tal "proximidade distante" é o que caracteriza a linguagem televisual. Se anteriormente os contatos face a face gerados pelos discursos realizados nos palanques consistiam num encontro "real" entre figura política e público, na televisão, os encontros produzidos podem ser considerados uma "ilusão". O pesquisador acrescenta, entretanto, que o dispositivo midiático proporciona a produção de efeitos de real[11], principalmente pela capacidade que possui de associar a imagem ao som e ao movimento.

Associada a todo esse contexto está a transformação da voz, antes pulmonar e materializada por meio das cordas vocais, e que posteriormente foi amplificada com a intervenção do microfone, capturada e transmitida no rádio e na tevê. Gestos também foram sendo suavizados e controlados, na expectativa de transparecer uma imagem positiva nos mínimos detalhes. Outra consequência da gravação da imagem e do som por meio dos avanços tecnológicos seria, ainda, a possibilidade do ator político lançar um olhar sobre si mesmo, promovendo autocorreções e ajustes em seu comportamento (PIOVEZANI FILHO, 2007, p. 116).

Além das modificações apresentadas, é preciso considerar o que Piovezani Filho (2009) chama de "espetacularização da política"[12], fenômeno que envolve fatores de diversas temporalidades históricas, como a dissolução e despolitização das massas, intensificação do individualismo, predomínio do âmbito privado sobre a esfera pública e o advento de novas tecnologias. Outros fatores, como a apropriação de estratégias publicitárias pela fala política, mudanças retóricas e as novas configurações semiológicas do discurso político-televisivo também são apontados como provocadores do fenômeno da espetacularização no campo político. Todo esse conjunto de transformações apresentadas teriam se intensificado a partir dos anos de 1950 nos

[11] Charaudeau (1983) destaca, em seus estudos, uma distinção entre *efeitos de real* e *efeitos de ficção*. É no espaço externo de uma situação de comunicação, formado por um sujeito comunicante (Euc) e um sujeito interpretante (Tui), onde encontramos o *efeito de real*, justamente por se tratar do mundo no qual vivemos. Já o espaço interno de uma situação de comunicação, local onde encontramos o sujeito enunciador (Eue) e o sujeito destinatário (Tud), é que está o *efeito de ficção*, representando o mundo das palavras.

[12] Em seus estudos, Debord (1997) trabalha a noção de espetáculo, marcada por relações sociais mediatizadas por imagens, pela aparência e pela afirmação de toda a vida humana marcada por aparências.

Estados Unidos, dos anos 1960 na França e na Europa e, a partir da segunda metade da década de 1980, no Brasil.

Piovezani Filho (2007) conclui que inovações tecnológicas, juntamente com diversas transformações históricas de distintas durações, parecem estar contribuindo para o avanço de mudanças significativas na produção de discursos políticos. Acrescentamos a isso a emergência da internet como recente espaço para veiculação do discurso político. Como veremos mais à frente, neste estudo, é possível observar um crescente uso das redes sociais da internet para difusão da fala pública e divulgação de campanhas.

Apresentaremos, a partir de agora, algumas considerações de diferentes autores sobre a arte da retórica e da argumentação no discurso político. Nosso objetivo é começar a introduzir algumas das estratégias utilizadas para persuadir o público e fazê-lo aderir às ideias apresentadas pelo sujeito político.

1.4 – A arte da retórica e a persuasão no e pelo discurso

Nesta seção, faremos um breve apanhado de estudos que abordam a retórica e a dimensão argumentativa do discurso. Entre as considerações apresentadas estão as de Emediato (2001) sobre o surgimento da retórica no contexto da Grécia antiga e de Amossy (2007) sobre a introdução das teorias da argumentação retórica na AD, bem como algumas definições de Perelman&Olbrechts-Tyteca (1996) sobre as diferentes estratégias que podem ser adotadas para persuadir o público.

Conforme esclarece Emediato (2001), todo pesquisador que deseja trabalhar com a questão do discurso se encontrará, em algum momento, com o problema da intenção de persuadir o auditório. Afinal, toda ação comunicativa é dirigida a algum fim, que pode ser, por exemplo, o de influenciar um auditório a aderir a uma crença ou a fazer algo.

Já situações marcadas por conflitos de posições e de crenças, onde ganhos ou vantagens estão em jogo, não podem ser vistas com uma simples intenção informativa.

Nestes casos, o *princípio de influência*[13] se torna evidente e as estratégias de linguagem utilizadas terão como meta elaborar um discurso capaz de fazer o auditório aderir às teses apresentadas. E é a partir desse tipo de situação que adentramos no campo da argumentação e da retórica (EMEDIATO, 2001).

Conforme esclarece o autor supracitado, é no contexto da Grécia antiga que teria surgido a retórica como prática metódica de uso da eloquência. Mais especificamente, na região da Sicília do século V antes de Cristo, durante a queda de um tirano que solicitou ao seu principal ministro que respondesse a uma multidão inquieta sobre diversos assuntos. O sucesso de seu discurso foi tamanho que a multidão teria sido convencida de suas teses, fazendo com que o ministro decidisse ensinar a retórica como arte da oratória e da persuasão.

A retórica, que por vezes se confunde com o desenvolvimento da democracia grega, passou a ser ensinada no sistema de educação, sendo considerada fundamental na ação política, na administração das cidades e no sistema de decisão, deliberação e julgamento de causas nos tribunais. Ela seria, para os gregos, a arte da eloquência, e seu aprofundamento corresponde ao estudo do discurso e das técnicas utilizadas para persuadir o auditório. Por meio de Aristóteles, um grande trabalho de decodificação da retórica foi realizado, com uma profunda exploração dos meios, procedimentos e técnicas capazes de elaborar um discurso de forma persuasiva (EMEDIATO, 2001).

Plantin (2016) nos lembra que a tradição retórica argumentativa se interessa, de forma prioritária, pelos conjuntos discursivos produzidos em situações onde as opiniões se divergem, acompanhadas de justificações mais ou menos apropriadas. E é justamente

[13] Charaudeau (2005) nos aponta quatro princípios que regulam o ato de linguagem: *princípio de influência*, de *pertinência*, de *alteridade* e de *regulação*. Segundo o *princípio de influência*, todo sujeito que produz um ato de linguagem tem como objetivo atingir seu parceiro, seja para afetá-lo emocionalmente ou para fazê-lo agir. No *princípio de pertinência*, por sua vez, os parceiros do ato de linguagem devem poder reconhecer os universos de referência que constituem o objeto da transação linguageira, ou seja, devem poder compartilhar (mas não necessariamente adotar) os saberes presentes no ato de linguagem (saberes sobre comportamentos, sobre o mundo, sobre valores sociais). O *princípio de alteridade* nos diz que todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros, que devem se reconhecer como semelhantes, afinal, para que uma troca seja estabelecida é preciso que tenham saberes e motivações em comum. Mas eles também devem se reconhecer como diferentes, já que o outro só é perceptível e identificável na dissemelhança. Por fim, segundo o *princípio de regulação*, os parceiros devem proceder à regulação do jogo de influências, justamente para que o ato de linguagem não termine em ruptura da fala ou até em confronto físico.

por essa característica que os discursos de ordem política se tornaram objetos característicos da análise argumentativa clássica.

Em relação aos estudos da AD sobre a retórica, Amossy (2007) nos esclarece que, na medida em que a disciplina pretende descrever o funcionamento do discurso em situação, ela não poderá evitar sua dimensão argumentativa[14]. A argumentação seria, portanto, inerente ao funcionamento do discurso. Ainda assim, nas pesquisas desenvolvidas na França sobre o discurso político, no âmbito das ciências da linguagem e da comunicação, a dimensão argumentativa estaria longe de ocupar lugar central. O próprio desenvolvimento do campo da linguagem é apontado como um dos fatores para a argumentação se apresentar como coadjuvante. A autora conclui, portanto, que a linguística ainda atribui pouco espaço às teorias da argumentação[15] retórica, que só penetraram tardiamente e parcialmente na AD.

Já os tratados da argumentação, entre eles os de Perelman&Olbrechts-Tyteca, se dedicaram a descrever os princípios sobre os quais se fundamenta a arte da retórica. Perelman é considerado um dos mais importantes teóricos do século XX no campo da retórica. Até iniciar seus estudos, em 1947, a noção aristotélica não se tornava objeto de interesse de diferentes gerações de estudiosos. O pesquisador, entretanto, além de resgatar o conceito de dialética da Antiguidade, introduziu novas reflexões sobre o discurso argumentativo, ampliando as discussões neste campo de saber.

Amossy (2007) reconhece o mérito de Perelman por ter colocado em destaque o papel central do público no processo da argumentação. Afinal, se o orador tem como objetivo conseguir a aprovação do auditório, ele deve levar em consideração suas premissas, seu saber enciclopédico, suas crenças e valores compartilhados. O orador deve, portanto, desenvolver suas estratégias argumentativas em função do público ou pelo menos da imagem que faz dele.

---

[14] Compreendemos discursos dotados de *dimensão argumentativa* como aqueles em que a intenção de persuadir não é explícita. Já os portadores de uma *visada argumentativa*, ao contrário, possuem uma finalidade ou tentativa aparente de modificar o ponto de vista do interlocutor (AMOSSY, 2000).

[15] É preciso pontuar a relevância dos estudos sobre operadores argumentativos desenvolvidos por Ducrot (1987) e, no Brasil, por Koch (2006).

Numa parceria com Olbrechts-Tyteca, Perelman se dedicou ao estudo dos recursos discursivos utilizados para persuadir e obter a adesão do público. Para os autores, o objeto da retórica antiga era, acima de tudo, a arte de falar em público de forma persuasiva. Mais especificamente, o discurso proferido oralmente perante multidões reunidas em praças públicas, com o intuito de obter aceitação sobre a tese apresentada. A meta da arte da retórica antiga seria, portanto, obter a aprovação do público para quem o discurso era direcionado.

Da retórica tradicional, os autores supracitados conservaram a ideia de auditório, imediatamente evocada quando se pensa em discurso. Tal é a importância do auditório para a eficácia do processo persuasivo que o orador se vê obrigado, em certos momentos, a alterar sua argumentação para se adaptar a seus interlocutores. Afinal, para argumentar, é preciso ter apresso pela adesão e pelo consentimento do auditório das ideias apresentadas. A variedade de auditórios, entretanto, se apresenta como um desafio para o sucesso do orador. Afinal, adaptar-se às particularidades de cada um não constitui tarefa fácil, sendo de interesse dos oradores a busca por uma técnica argumentativa que se imporia a todos os auditórios, independentemente de sua heterogeneidade.

Argumentar também implicaria certa modéstia, já que os conceitos apresentados não serão indiscutíveis e podem não obter a concordância imediata do público. O orador deve persuadir, pensar nos argumentos que influenciarão seus interlocutores com maior eficácia, levando em consideração o estado de espírito do auditório. Ao contrário, poderá ser julgado arrogante e pouco simpático, em contrapartida daqueles que não hesitam em assinalar em seus discursos a importância que dão à apreciação do público (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Às questões já apresentadas sobre a argumentação se soma, ainda, a dificuldade de se determinar a constituição do público a quem o orador se dirige. Como o discurso visa obter a adesão daqueles a quem se destina, deve se adaptar e se tornar relativo ao auditório que busca influenciar. Cada público trará consigo suas opiniões dominantes, convicções que fazem parte de sua cultura e círculo social. É preciso, portanto, conceber o conteúdo do discurso tão próximo da real composição do público quanto possível. Conforme detalham os autores:

> Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas (PERELMAN, OLBRETCHTS-TYTECA, 1996, p. 23).

Após termos passado por um breve apanhado de estudos que abordam a arte da retórica e da argumentação, introduziremos à pesquisa algumas considerações de Charaudeau (2006), Maia (2015) e Emediato (2016) sobre as diferentes estratégias de persuasão que cercam o discurso político.

1.5 – As diferentes estratégias de persuasão do discurso político

Como parte do nosso estudo sobre o discurso político, apresentaremos algumas das estratégias de persuasão utilizadas para promover a adesão e aceitação do público, entre elas o uso de crenças compartilhadas pelo auditório. Abordaremos ainda, o chamado *triângulo da dramaturgia política* proposto por Charaudeau (2006), em que uma espécie de encenação dramatizante é criada com o intuito de atingir o campo das emoções do público. O processo de desqualificação dos adversários, incluindo os ataques *ad hominem*, também será abordado, além da questão dos valores apresentados no discurso político e suas condições de *simplicidade* e de *argumentação*. A partir desta seção, introduziremos ao texto teórico exemplos dos *corpora* de análise, com o objetivo de tornar a leitura mais dinâmica.

Como veremos mais à frente, o processo de persuasão do discurso político se baseia em estratégias discursivas relacionadas tanto com o campo da razão quanto com o campo da emoção. Por isso, o sujeito político que deseja promover a aceitação do público sobre suas ideias precisa levar em conta as *três provas retóricas*[16] propostas por Aristóteles: *ethos*, *pathos* e *logos*. Iremos aprofundar nos estudos dessa tríade no capítulo três, em especial nas considerações sobre o *ethos*, uma das categorias de análise propostas por esta pesquisa.

---

[16] Três provas retóricas propostas por Aristóteles: *logos*, relacionado ao campo da razão, *pathos*, relacionado ao campo da emoção e *ethos*, relacionado à construção das imagens do sujeito.

Em seus estudos sobre o discurso político, Charaudeau (2006) nos lembra que a gestão das paixões é a arte da boa política. Por isso, o sujeito político deve inspirar confiança e admiração, buscando projetar uma imagem de chefe ideal. E é à medida que as emoções correspondem a representações sociais[17], formadas por uma mistura de julgamentos e opiniões, que elas podem desencadear sensações ou comportamentos, podendo ser utilizadas para seduzir, ameaçar, aterrorizar ou atrair o público. Mas para que o interlocutor seja tocado, é preciso que certas condições comunicacionais existam, pois recorrer a um discurso de afeto não produz, obrigatoriamente, emoção no auditório.

Um discurso produzirá efeito emocional no público conforme a maneira que ele combina alguns fatores, entre eles a natureza do universo de crença ao qual o discurso remete (vida/morte, acidente, catástrofe, massacre, amor, paixão etc.). A encenação discursiva também influenciará o efeito causado no público, sendo ela dramática, trágica, humorística ou neutra. Além disso, o posicionamento do interlocutor em relação ao universo de crenças convocado e o estado de espírito no qual ele se encontra também influenciarão o efeito emocional provocado (CHARAUDEAU, 2006).

Seguindo os passos do linguista francês, Maia (2015, p.26-28) nos explica que o discurso político possui dupla finalidade: a de convencer o maior número possível de pessoas da pertinência de seu projeto político e fazer os cidadãos aderirem aos valores propostos. Por isso, o sujeito político precisa construir uma dupla identidade discursiva que leve em conta tanto o posicionamento ideológico adotado, quanto a prática política, espaço de mobilização de estratégias empregadas para a construção e manutenção do poder. O discurso político se revela predominantemente persuasivo, já que precisa reunir o maior número possível de cidadãos em torno de suas proposições, convencer as massas de que compartilha os mesmos valores e princípios, articulando diferentes pontos de vista com a finalidade de estabelecer um consenso.

Nesse sentido, o sujeito político precisa inspirar confiança e admiração, sendo reconhecido em suas virtudes e produzindo identificação. Desse modo, introduzir o plano dos sentimentos e das emoções no discurso se torna importante, afinal, o sucesso

[17] Conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar acontecimentos, pessoas ou objetos. As representações são resultantes da interação social entre indivíduos e do modo como eles percebem a realidade (MOSCOVICI, 2003).

do líder também se concentra em sua capacidade de gerir a paixão das massas. A elaboração de um discurso político, portanto, recorre tanto ao campo das emoções quanto ao da razão. O discurso deve, portanto, ser organizado a partir da mobilização de estratégias discursivas que toquem os sentimentos e o afeto dos cidadãos. Mais do que explicar as razões da viabilidade das ações propostas, é preciso construir e apresentar uma identidade que reflita os ideais dos cidadãos, por meio da evocação de uma série de imaginários e representações (MAIA, 2015, p.27).

Ainda de acordo com Maia (2015, p.26-30), em seu processo de persuasão, o sujeito político buscará corresponder às demandas sociais por meio da promoção de valores e imaginários compartilhados com os eleitores, bem como pela assimilação de imagens que colaboram para a consolidação de uma identidade política. Para isso, o ator político buscará por uma simplificação de seus discursos a partir do uso de uma forma de raciocínio causal, não complicada, buscando a adesão do público por meio de ideias que possam ser mais facilmente assimiladas. Conforme visto na primeira parte deste capítulo, Courtine (2003) sinaliza a mesma tendência para uma comunicação política mais simplificada, por meio do uso de frases simples, curtas e de entendimento menos complexo.

Retomando Charaudeau (2016, p.55), observamos que a instância política, para manter ou conquistar o poder, tende a agir em busca da adesão às suas promessas e ações, utilizando diversas estratégias discursivas. O discurso político seria, nesse sentido, um lugar de verdade arriscada ou de "simulação", onde o que mais importa não é tanto a verdade dessa fala lançada publicamente, mas sim sua força de persuasão. Valores e ideias são apresentados numa espécie de cenário dramatizante que toque o afeto do público e o faça aderir ao projeto apresentado.

E para facilitar o processo de adesão ao discurso, três momentos distintos são apresentados ao público, o que Charaudeau (2006) chama de *triângulo da dramaturgia política*. Nesse tipo de estrutura discursiva, uma espécie de encenação dramatizante é criada, seguindo um cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura. Nesse cenário, é apresentada a *desordem social* da qual o cidadão é vítima, a *fonte do mal* encarnada pelo adversário político e a *solução salvadora* desempenhada pelo homem político que sustenta o discurso.

Para citar a *desordem social* da qual o cidadão é vítima, o ator político deve insistir na existência de um problema a ser combatido e na origem do mal representada por um adversário, para então apontar uma solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso. A desordem social pode ser apresentada como uma condição atual que precisa ser combatida ou como algo potencial, a ser experienciado no futuro. No segundo caso, é necessário convencer o público sobre a possibilidade de um futuro negativo que desencadeie temor, angústia e incerteza (CHARAUDEAU, 2006, p.91).

A *fonte do mal* também pode ser apresentada de maneiras distintas, seja de modo mais preciso, quando o ator político nomeia indivíduos como representantes da desordem a ser combatida, ou de modo mais fluido e global. Por fim, a *solução salvadora* é introduzida ao discurso por meio de um defensor de ideias e medidas solucionadoras do mal existente ou futuro, um sujeito que construirá para si uma imagem de salvador da pátria em que o público poderá encontrar o libertador de seus males (CHARAUDEAU, 2006, p. 91).

Para exemplificar a dramaturgia proposta por Charaudeau (2006), apresentaremos, a seguir, parte dos *corpora* de análise que integram a pesquisa. Mais precisamente, trecho do discurso proferido por Dilma Rousseff em 15/04/2016 e publicado em sua página oficial do *Facebook*. Conforme mencionado no início desta seção, nosso intuito é trazer luz à teoria discutida com base na exemplificação dos *corpora*, proporcionando dinamismo à leitura.

> Vejam quem está liderando este processo e o que propõem para o futuro do Brasil. Os golpistas já disseram que, se conseguirem usurpar o poder, será necessário impor sacrifícios à população brasileira. Com que legitimidade? Querem revogar direitos e cortar programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Ameaçam até a educação pública. Querem abrir mão da soberania nacional, mudar o regime de partilha e entregar os recursos do pré-sal às multinacionais estrangeiras (Dilma Rousseff – 15/04/2016) [18].

No trecho acima, a presidenta apresenta a *fonte do mal* encarnada em seus adversários políticos, aqueles que trabalham por sua destituição do cargo. Também é apresentada a *desordem social* que poderá ser provocada caso o *impeachment* seja

[18] O trecho citado como exemplo integra o discurso de Dilma Rosseff, publicado em vídeo em sua página do *Facebook*, no dia 15/04/2016. A íntegra do discurso, bem como sua análise completa, se encontra no capítulo 4 da pesquisa.

consumado, prejudicando especialmente a parcela mais pobre da população. Ela projeta uma ameaça a programas sociais direcionados aos mais carentes, como o Bolsa Família, cujo objetivo é garantir o acesso de famílias de baixa renda a serviços essenciais. Ao apresentar tais ameaças, a presidenta mostra como o processo de *impeachment* poderia trazer consequências extremamente negativas para o povo brasileiro, especialmente para os mais pobres.

Além das estratégias de persuasão já apresentadas, Charaudeau (2006) destaca a desqualificação do adversário[19] como parte integrante do processo de sedução do público. Para combater o inimigo é preciso revelar suas contradições, rejeitar suas ideias e apontar as consequências negativas de suas ações para o povo. Também é preciso rejeitar os valores opostos, mostrando a fraqueza e o perigo representado pelo projeto do oponente. O ataque verbal pode gerar, entretanto, um efeito rebote em seu autor, produzindo efeitos positivos ou negativos em sua imagem. A mesma imagem combativa pode, por exemplo, ser recebida positivamente por uns e rejeitada por outros.

É o caso dos ataques *ad hominem*, direcionados à imagem pessoal do adversário e não às suas propostas e argumentos. Conforme nos esclarece Emediato (2016, p. 30), as falácias[20] *ad hominem* normalmente envolvem acusações relacionadas à reputação do sujeito, em que a estratégia é atacar o indivíduo ao invés de suas propostas, denegrindo sua imagem de forma direta, agredindo-a verbalmente. O debate de ideias é deixado de lado e em seu lugar são feitas acusações diversas sobre a imagem do oponente. No grupo das argumentações *ad hominem* também está incluída uma espécie de atribuição de uma herança negativa advinda de um aliado ou parente. Pode-se, por exemplo, atribuir ao adversário a péssima reputação que um de seus aliados possui, seguindo o conceito do ditado "diga-me com quem andas e eu te direi quem és".

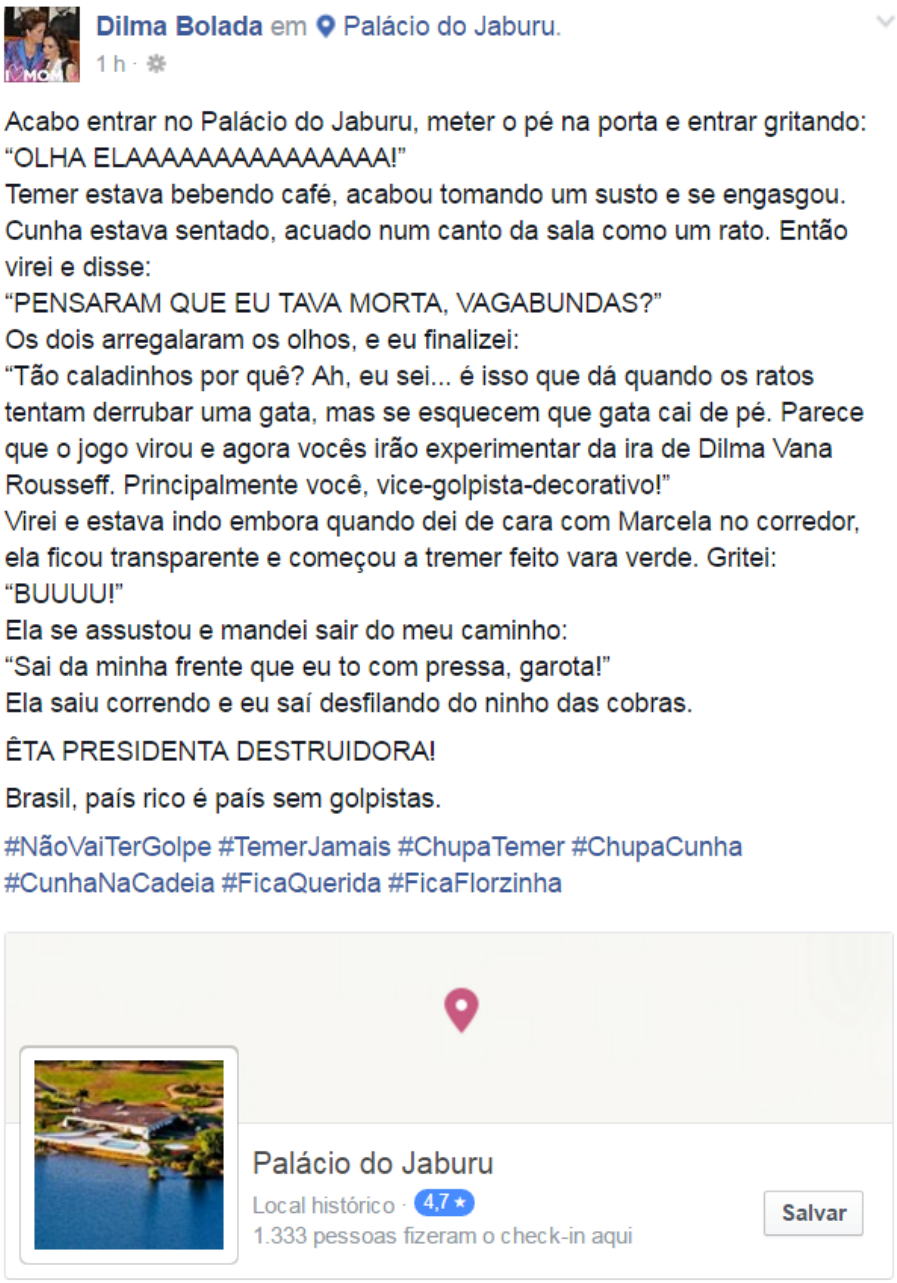
---

[19] Além da desqualificação do adversário político, outras estratégias de persuasão propostas por Charaudeau (2006) estão sendo apresentadas nesta seção, entre elas o uso do *triângulo da dramaturgia política* e a questão dos valores apresentados no discurso político, incluindo suas condições de *simplicidade* e de *argumentação*, como vermos logo mais a frente.

[20] Conforme nos explica Emediato (2016), a palavra *falácia* traz consigo uma ideia suplementar de enganação e de camuflagem. Vinda do latim *Fallacia*, o termo se relaciona ainda com as ideias de enganação, artifício, intriga e maquinação.

Traremos como exemplo a publicação abaixo, feita pela personagem fictícia Dilma Bolada em sua página no *Facebook*. Na publicação, a personagem se aproxima do que se considera um ataque *ad hominem*, afinal, ela investe contra os adversários agredindo-os verbalmente.

Figura 1 – *Facebook* Dilma Rousseff



Fonte: https://goo.gl/DHLM9F

No caso da publicação, observamos o uso de certa agressividade e até insultos que resultam numa polarização extrema. Não há espaço para diálogo ou argumentação. Os adversários são relacionados a um "mal absoluto", o que leva a uma espécie de "demonização" do outro. A publicação integra os *corpora* da pesquisa e, por isso, nos debruçaremos sobre sua análise com mais profundidade logo mais à frente, na seção 1.6, onde trataremos sobre a polêmica que integra o discurso político.

Em relação à questão dos valores, é possível afirmar que a escolha daqueles que irão integrar o discurso também pode ser incluída no conjunto de estratégias para promover a adesão do público. Para Charaudeau (2006), ao escolher as crenças que serão incluídas em sua fala, o sujeito político deve se atentar para a complexidade da tarefa, afinal, é preciso observar a pluralidade dos valores e a possibilidade das opiniões e princípios a eles relacionados mudarem ao longo do tempo. Além da boa escolha, é necessário se atentar para uma apresentação positiva dos valores no discurso político. Afinal, para que a palavra política concretize seu objetivo de persuasão, é preciso cuidado ao esboçar seus princípios constituintes, fazendo com que a instância cidadã[21] os reconheça. Para isso, é necessário que a exposição de valores e crenças siga certas condições de *simplicidade* e de *argumentação*.

Segundo Charaudeau (2006), para seguir as condições de *simplicidade*, é necessário considerar que se dirigir às massas é o mesmo que falar com um conjunto de indivíduos heterogêneos em relação ao nível de instrução e possibilidade de se informar, sendo necessário evocar valores que possam ser partilhados e compreendidos pela maioria. Portanto, simplificar o discurso não é fácil e engloba certos riscos. Afinal, as

[21] Em seus estudos, Charaudeau (2006) propõe quatro instâncias que constituem os lugares de fabricação do discurso político: *instância política*, *adversária*, *cidadã* e *midiática*. Na *instância política*, os atores ocupam o lugar de governança, possuindo o poder de decisão e de ação sobre a coisa pública. O discurso da *instância política* se dedicaria, portanto, a *propor* programas de governo, a *justificar* decisões e ações para que sua legitimidade não seja denegrida, a *criticar* adversários para reforçar seus posicionamentos e a *conclamar* o consenso social com o intuito de ter o apoio dos cidadãos. Já a *instância adversária* tenderá a produzir duras críticas ao poder vigente. A *instância cidadã*, por sua vez, tenderá a julgar os programas que lhes são propostos, escolhendo e criticando atores políticos. Por fim, a *instância midiática* utilizará de diferentes meios de informação para unir as instâncias política e cidadã, numa busca tanto pela credibilidade do público quanto pela cooptação de sua atenção.

ideias se organizam em sistemas de crenças e de conhecimento[22] que se misturam e podem tornar sua explanação complicada. Nesse sentido, simplificar as ideias é reduzir essa complexidade à sua mais simples expressão.

O autor nos explica ainda, que as condições de simplicidade fazem uso de dois procedimentos: o de *singularização* e o de *essencialização*. A *singularização* nada mais é do que evitar a multiplicação de ideias, exprimindo uma de cada vez com clareza e fazendo com que a atenção do público fique focada e concentrada numa ideia única e isolada. Já por meio da *essencialização*, uma ideia pode ser inteiramente condensada ou reunida em uma espécie de essência, fazendo com que o indivíduo não tenha que se interrogar sobre a complexidade do fenômeno tratado.

As condições de *argumentação* são consideradas aqui em sua perspectiva de persuasão, ou seja, não se trata tanto de desenvolver um raciocínio que apresente uma abordagem lógica, e sim de demonstrar a força da veracidade das ideias apresentadas. "O desafio aqui não é o da verdade, mas o da veracidade: não o que é verdade, mas o que eu creio ser verdadeiro e que você deve crer verdadeiro" (CHARAUDEAU, 2006, p. 101).

As condições de argumentação que acompanham a encenação dos valores também devem, para o linguista supracitado, passar por um processo de simplificação. Isso significa que o sujeito político que argumenta deve propor um raciocínio causal simples e se apoiar em crenças fortes que são compartilhadas pelo maior número possível de pessoas, reforçando-as e trazendo argumentos que proveem a existência dessas crenças.

---

[22] Segundo Charaudeau (2007), há dois tipos de saberes: os *saberes de conhecimento* e os *saberes de crença*. Os *saberes de conhecimento* estabelecem uma verdade acerca dos fenômenos que independe da subjetividade do sujeito. Nesse sentido, apenas a partir de uma verificação provada ou experimentada que um argumento se legitima e se fundamenta. Os *saberes de conhecimento* se dividem, ainda, em científico (advindos de teorias e modelos explicativos) e de experiência (quando as explicações partem de um conhecimento de mundo, de uma experiência socialmente partilhada, mas que nem sempre pode ser provada). Já os *saberes de crença* estão relacionados a um julgamento subjetivo sobre os fatos do mundo e, justamente por serem subjetivos, não podem ser verificados. Os saberes de crença se dividem em saberes de revelação (fundamentados em uma verdade exterior ao sujeito, expressa pelas doutrinas, ideologias e arcabouço moral) e saberes de opinião (quando as explicações partem do julgamento e opinião de um determinado indivíduo).

Finalizando nosso percurso sobre as estratégias de persuasão apresentadas, identificamos nos *corpora* que constituem esta pesquisa a presença de alguns dos elementos mencionados. O chamado *triângulo da dramaturgia política*, por exemplo, se faz presente nos pronunciamentos de Dilma Rousseff publicados em sua página do *Facebook*, trazendo elementos como a *fonte do mal* encarnada em seus adversários e a *desordem social* que atingiria a população caso o *impeachment* fosse consumado. Observamos ainda que, quanto aos valores apresentados no discurso político, sua presença não é tão frequente em nossos *corpora*, ainda que alguns trechos dos pronunciamentos de Dilma Rousseff sejam permeados por valores como justiça e igualdade. Por fim, no que tange os ataques *ad hominem*, algumas das publicações da personagem fictícia Dilma Bolada fazem uso da estratégia, por meio de ataques diretos a adversários.

Na próxima seção, continuaremos a nos debruçar sobre os estudos de Charaudeau (2006) a respeito dos diferentes artifícios utilizados para provocar a adesão do público ao discurso político. A questão da credibilidade e, em especial, da legitimidade dos atores políticos será introduzida, incluindo algumas considerações de Piovezani Filho (2007) sobre o tema. Como veremos nos *corpora* da pesquisa, Dilma Rousseff utiliza a questão da legitimidade para governar (conferida a ela pelo povo por meio do voto) como argumento contrário ao processo de *impeachment*, justificando nossos estudos sobre o tema. Nos capítulos 2 e 3, outras estratégias serão apresentadas e analisadas em profundidade, tais como o uso das narrativas de si e do humor no discurso político e a projeção de diferentes *ethos*/*ethé* pelos atores políticos.

1.6 - A questão da legitimidade e da credibilidade no discurso político

Em relação à legitimidade, Charaudeau (2006) nos esclarece que ela é conferida por meio do reconhecimento que um sujeito ganha de outros indivíduos e que é realizado em nome de um valor aceito por todos. É esse reconhecimento que confere o direito de exercer determinado poder com a permissão ou sanção que o acompanha. A legitimidade é conferida para justificar os gestos do sujeito que age em nome de um valor reconhecido pelos demais membros do grupo. Ela atribui, portanto, *status* e poder aos atores e está relacionada às normas institucionais que regem cada domínio de prática social. Nas palavras do linguista:

> A legitimidade é realmente o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um *estatuto* (ser reconhecido em função de um cargo institucional), em nome de um *saber* (ser reconhecido como sábio), em nome de um *saber-fazer* (ser reconhecido como especialista) (CHARAUDEAU, 2006, p. 67).

Devemos, portanto, distinguir a *legitimidade* da *credibilidade*. Afinal, a primeira se refere a um *direito* do sujeito de dizer ou fazer algo, enquanto a segunda está relacionada a uma *capacidade* do sujeito de dizer ou fazer. Justamente devido a essa distinção que o ato de questionar a legitimidade se direciona ao direito e não à pessoa. Em contrapartida, o ato de questionar a credibilidade está relacionado à pessoa, uma vez que ela não possui provas de seu poder de dizer ou fazer (CHARAUDEAU, 2006, p. 67).

O linguista nos atenta ainda, para a necessidade de não confundirmos *legitimidade* com *autoridade*. Enquanto a primeira está ligada a um direito adquirido, a segunda se relaciona a um processo de submissão, em que um sujeito se encontra numa posição que o permite obter dos outros determinados comportamentos ou concepções que eles não fariam ou teriam sem intervenção. A autoridade, entretanto, pode ser imposta por um sujeito que deseja confirmar sua posição de legitimidade numa situação em que precisa exercer uma sanção sobre indivíduos que não querem se submeter. Neste caso, o sujeito que utiliza a autoridade pode, inclusive, usar a violência para que sua determinação seja obedecida.

A legitimidade pode ser conferida por um sujeito coletivo que aceita uma imposição por tradição institucional ou define, ele mesmo, as condições da legitimidade e do exercício da autoridade. No segundo caso, o sujeito que se encontra legitimado por este meio entende que sua legitimidade é acordada pela mesma instância (indivíduos) que são alvos de seus discursos (CHARAUDEAU, 2006, p. 68-69).

Ainda sobre a legitimidade conferida a atores políticos, Charaudeau (2006, p. 70-73) elenca três tipos de origem: a legitimidade por *filiação*, por *formação* ou por *mandato*. Aquela conferida por *filiação* se relaciona ao sujeito considerado "bem nascido", que recebeu uma espécie de herança de poder ou título de seus antepassados. A por *formação* está ligada às instituições de ensino pelas quais o sujeito passou, diplomas ou cargos de alta responsabilidade que conferem competência e experiência

para agir com discernimento. Por fim, a legitimidade por *mandato* se origina na tomada de poder pelo povo, no igualitarismo e no direito dos cidadãos de construírem um futuro coletivo. A legitimidade por mandato, entretanto, deve se transformar em *representativa* em algum momento, devido à dificuldade da totalidade de um povo governar a si mesmo. Surge, então, um sistema de delegação de poder que torna os representantes desse sistema responsáveis por suas ações diante daqueles que os elegeram.

Para ilustrar a teoria apresentada, traremos um trecho de fala proferido por Dilma Rousseff durante o processo de *impeachment* e que integra os *corpora* de análise da pesquisa:

> No dia 1º de janeiro de 2015 assumi meu segundo mandato à Presidência da República Federativa do Brasil. Fui eleita por mais de 54 milhões de votos. Na minha posse, assumi o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, bem como o de observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. Ao exercer a Presidência da República respeitei fielmente o compromisso que assumi perante a nação e aos que me elegeram. E me orgulho disso. Sempre acreditei na democracia e no Estado de direito, e sempre vi na Constituição de 1988 uma das grandes conquistas do nosso povo. Jamais atentaria contra o que acredito ou praticaria atos contrários aos interesses daqueles que me elegeram. (Dilma Rousseff – 29/08/2016) [23]

No trecho, observamos um apelo à legitimidade que a presidenta possui para governar, adquirida por meio de 54 milhões de votos. Ela busca afirmar a legitimidade *representativa* descrita por Charaudeau (2006), utilizando-a como argumento em sua defesa. Conforme veremos no capítulo 4, dedicado exclusivamente às análises dos *corpora*, a questão da legitimidade é trazida com frequência para embasar os argumentos em defesa do mandato da presidenta.

Charaudeau (2006) nos explica ainda que o sujeito político pode se encontrar em situações distintas de legitimidade e, por isso, variar nas estratégias de comunicação. É o caso do sujeito que está fora da governança e daquele que está dentro da governança. Ambos utilizarão diferentes artifícios para provocar a adesão do público, dependendo se estão dentro ou fora do governo. Para o linguista, determinados tipos de estratégias

[23] O trecho citado como exemplo integra o discurso de Dilma Rosseff, publicado em vídeo em sua página do *Facebook*, no dia 29/08/2016. A íntegra do discurso, bem como sua análise completa, se encontra no capítulo 4 da pesquisa.

discursivas ou de palavras podem ser utilizados nestas situações: a palavra de *promessa*, a palavra de *decisão*, palavra de *justificação* e a palavra de *dissimulação*.

A palavra de *promessa* deve definir uma idealidade social, num discurso ao mesmo tempo idealista e realista, que apele ora à razão, ora à emoção. É fundamental que ela seja crível aos olhos dos cidadãos e, por isso, o sujeito político deve deter certa credibilidade, transmitindo uma imagem de convicção. A palavra de *decisão* é, essencialmente, uma palavra de ação que é fundada sobre uma posição de legitimidade. Por meio dela, é exposta uma desordem social julgada inaceitável, sendo necessário, portanto, tomar uma atitude ou decisão que solucione o problema apresentado (CHARAUDEAU, 2006).

Já a palavra de *justificação* precisa ser evocada após toda tomada de decisão e anúncio de novas ações. Afinal, o sujeito político é constantemente observado por seus adversários e também pela instância cidadã, sendo necessário que justifique e fundamente suas decisões e escolhas (por meio da palavra de justificação). Por fim, a palavra de *dissimulação* está relacionada a um jogo de máscaras entre a fala, o pensamento e a ação do sujeito político. Ela está relacionada à mentira que pode proteger o sujeito das críticas de seu adversário e dos efeitos negativos da informação midiática para sua imagem (CHARAUDEAU, 2006).

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Piovezani Filho (2007) nos lembra que o campo político tem como característica uma busca incessante pela legitimidade. Na contemporaneidade, se torna necessário legitimar não somente as instituições do campo político ou a função a ser desempenhada, mas também a ocupação pessoal do cargo exercido. Observa-se, portanto, uma intensificação dos procedimentos de legitimação, em especial em relação à dimensão privada e pessoal dos atores. Conforme detalha o pesquisador:

> Ora, considerando que, na contemporaneidade, é preciso legitimar não somente as instituições do campo político, mas também a função desempenhada ou a ser cumprida e, cada vez mais, a ocupação pessoal do cargo exercido ou a ser assumido, observamos uma intensificação dos procedimentos de legitimação. Se, explícita ou implicitamente, esses procedimentos estendem-se a toda classe política ou, ao menos, aos papéis públicos exercidos por aqueles que foram eleitos pelo sufrágio universal, eles não se limitam a essa classe e a esses papéis. Com o advento de uma certa "personalização" da política, estabelece-se, em alguma medida, um

> apagamento das rivalidades público-institucionais, em proveito dos confrontos entre "personalidades"; o privado e pessoal, amiúde, rivaliza com o público e político (PIOVEZANI FILHO, 2007, p. 119).

O processo de legitimação no campo político tem exigido, portanto, não somente a adoção de medidas que visam afirmar a fundamentação das pretensões e propostas para ocupar cargos e exercer funções públicas, mas também estratégias para empreender uma boa "produção" e apresentação de "si". É possível observar certo deslocamento da fonte de legitimidade, que passa a integrar atributos da vida privada do ator político. Características pessoais como "sinceridade", "simplicidade" e "generosidade" são elevados à condição de valores fundamentais dos sujeitos que exercem ou desejam exercer cargos públicos (PIOVEZANI FILHO, 2007).

Considerando os *corpora* estudados, observamos que a questão da legitimidade se faz presente com certa frequência nos pronunciamentos de Dilma Rousseff. A presidenta lembra em seus pronunciamentos o fato de ter sido eleita pelo voto popular e, por isso, somente ela teria a legitimidade necessária para governar o país, conferida a ela por meio do voto num sistema democrático. Já em relação às publicações de Dilma Bolada, não foi possível verificar a presença marcante da afirmação da legitimidade como estratégia de argumentação do discurso político.

Na próxima seção, abordaremos estudos de Charaudeau (2006) e, especialmente, de Amossy (2014), sobre a polêmica que constitui o discurso político, com o objetivo de compreender de que modo a polêmica pode integrar a cena política.

1.7 – A polêmica que constitui o discurso político

Em seus estudos sobre o discurso político, Charaudeau (2006) nos lembra que a *polêmica* aparece, sobretudo, nos debates, uma vez que os oponentes se encontram numa situação de conflito em que cada um tende a negar os argumentos do outro. Tal negação tende a questionar e acusar a moralidade, caráter e comportamento do adversário. É preciso se atentar, no entanto, que essa estratégia pode se voltar contra seu autor, pois ela depende dos limites do insulto e da maneira como um grupo valoriza a polêmica.

O autor nos alerta, ainda, para uma distinção entre a *polêmica* e a *provocação*, feita por meio de declarações que têm como objetivo único fazer o adversário reagir, não sendo possível saber ao certo se as manifestações correspondem de fato ou não aos pensamentos daquele que as enuncia. Para que uma provocação seja eficaz, entretanto, é preciso que ela tenha pelo menos a aparência de ser sincera.

Em seus estudos sobre a polêmica, Amossy (2014) destaca que os conflitos de opinião ocupam lugar de destaque na cena política. A presença da polêmica na fala pública pode ser explicada tanto pela dificuldade dos atores políticos e dos cidadãos em obedecer às regras de um debate minimamente racional, quanto pela curiosidade do público em visualizar o espetáculo da violência presente nas palavras.

A polêmica, entretanto, nem sempre é bem-vinda, especialmente ao integrar a cena política. Uma palavra carregada de violência e parcialidade pode ser considerada incapaz de contribuir para o bom desenvolvimento do debate num sistema democrático. Ainda assim, conflitos de opinião e escândalos a eles relacionados parecem ocupar lugares marcantes nas disputas políticas, provocando divergência em relação às vantagens do uso da polêmica no espaço público. Nas palavras da pesquisadora:

> Essa situação faz refletir. Se a polêmica não apresenta nenhuma vantagem, se merece apenas ser vilipendiada e banida, porque ela invade, de forma tão persistente, o espaço público? Se ela é tão depreciada, como ocupa uma posição privilegiada nas mídias das quais se nutre a opinião? Há uma contradição flagrante entre o desdém que se atribui a ela e o lugar que lhe é conferido no espaço público: entre a condenação que a atinge em teoria e o vivo interesse que ela não para de suscitar na prática (AMOSSY, 2014, p. 8).

O interesse que desperta a polêmica pode ser explicado pela curiosidade do público em acompanhar o espetáculo da violência verbal. Ela preenche funções sociais importantes justamente por aquilo que normalmente é nela criticado, a gestão verbal do conflito por meio da dissensão. É preciso pontuar ainda, que somente a esfera *democrática* é capaz de abrigar a presença do fenômeno no campo político, afinal, somente nesse tipo de sistema as divergências de opinião podem se manifestar livremente, provocando confrontos diretos e expostos para todos (AMOSSY, 2014).

A polêmica gerencia conflitos através dos choques de opiniões contraditórias, não permitindo que se chegue a um acordo e nem que seja assegurado um modo de coexistência numa comunidade dividida entre posições e interesses divergentes.

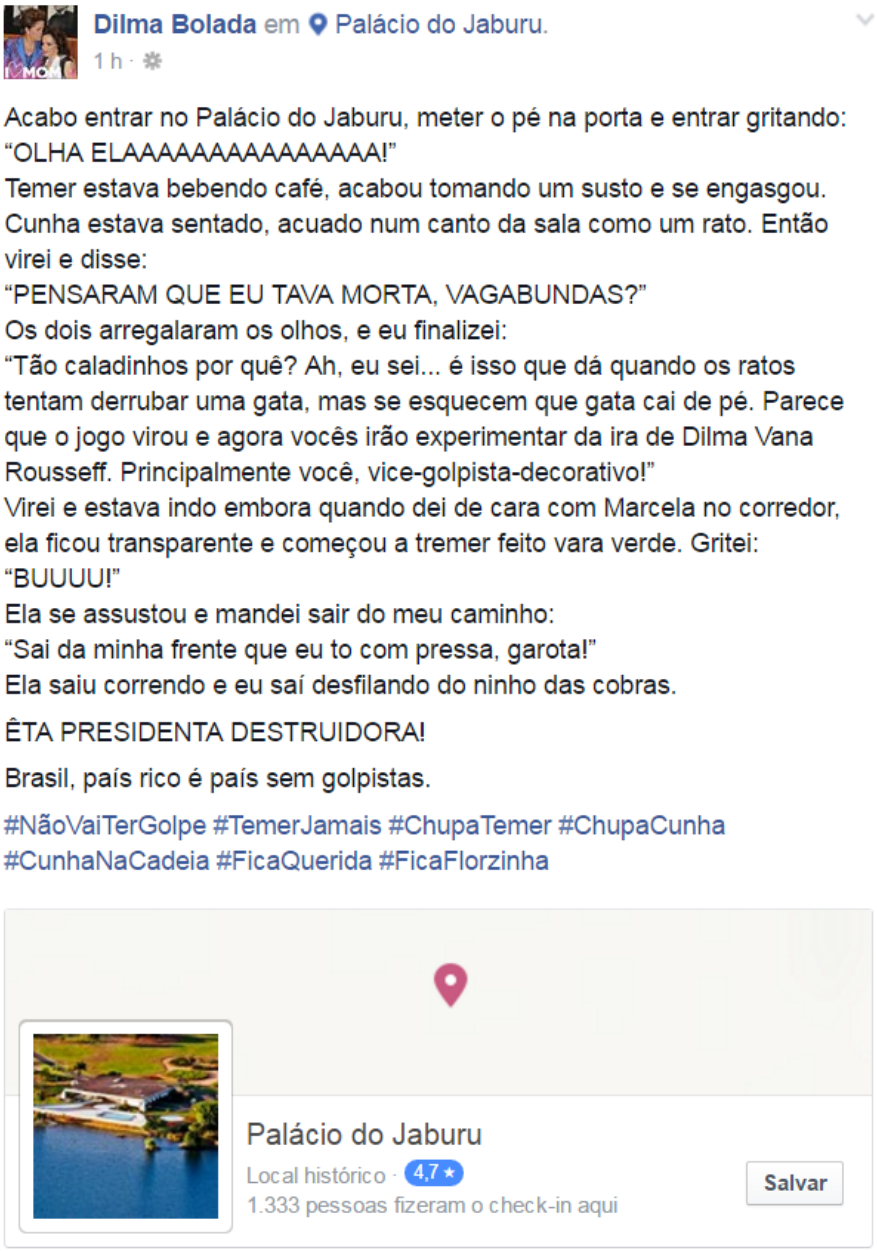
Somente ela permite que os espaços sejam divididos sem que se chegue à violência física, nos casos de profunda dissensão. Amossy (2014) também nos atenta para a questão do discurso polêmico suscitar, costumeiramente, os sentimentos dos cidadãos. Justamente por isso ele é acusado de apelar mais para uma identificação espontânea do que para uma reflexão madura sobre os argumentos apresentados.

Considerada um choque entre posições antagônicas, a polêmica se relaciona ao desacordo, à polarização e ao descrédito lançado sobre o adversário. É preciso se atentar, entretanto, para a diferenciação proposta por Amossy (2014) entre o que se chama de *discurso polêmico* e *interação polêmica*. O primeiro é considerado *dialógico*[24], já que dialoga com discursos antecedentes, se opondo a eles. Mas não pode ser considerado *dialogal*, uma vez que não existe interação direta com o adversário. Na *interação polêmica*, em contrapartida, observamos a interação face a face. Ela implica que dois ou mais adversários participem de uma discussão em que um tentará vencer o outro.

Traremos, novamente, a publicação já analisada anteriormente, feita na página do *Facebook* da personagem fictícia Dilma Bolada, como exemplificação da teoria apresentada.

Figura 2 – *Facebook* Dilma Rousseff

[24] Segundo Bakhtin, todo texto apresenta um caráter dialógico, um processo de recepção e percepção dos enunciados onde certa interação com o outro é inevitável. Para o autor (*apud* BARROS, 1997), é preciso considerar a existência de um "diálogo" entre discursos que mantém relações entre si. A própria concepção da linguagem deve ser dialógica, afinal, a língua não pode ser considerada ideologicamente neutra, mas sim complexa, já que, a partir dos traços de discursos que nela se imprimem, são instalados choques e contradições. Por fim, o discurso não pode ser considerado individual, já que se constrói entre, no mínimo, dois interlocutores.



Fonte: https://goo.gl/DHLM9F

No *post* observamos o que Amossy (2014) classifica como *discurso polêmico*, já que não há uma interação real e direta entre a personagem fictícia e os adversários políticos de Dilma Rousseff citados na publicação. Na data do *post*, a votação ocorrida na Câmara dos Deputados no dia 17 de abril de 2016, que resultou na continuidade do processo de *impeachment*, havia sido temporariamente anulada. O que vemos, portanto, é a simulação de uma situação em que a personagem ataca os inimigos políticos da

presidenta real, enfrentando-os e polarizando a disputa pela presidência, utilizando inclusive, de certa agressividade e violência verbal. Além disso, o uso de *hashtags* como "não vai ter golpe", "temer jamais", "Cunha na cadeia" também podem ser consideradas índices da polêmica presente na publicação. A publicação integra os *corpora* da pesquisa e, por isso, nos aprofundaremos em sua exploração no capítulo 4, dedicado às análises.

Sobre a relação da polêmica com a violência, a autora esclarece que não podemos considerar a polêmica como um simples discurso agressivo. A polêmica é uma espécie de enfrentamento, uma forte oposição de discursos. O que a fundamenta, portanto, não é a violência e sim o conflitual. Nesse sentido, uma troca agressiva de insultos não constitui, necessariamente, a polêmica.

A violência não se faz presente como um traço definitório da polêmica, mas dá mais força a ela, intensificando a oposição de ideias e a polarização. Podemos observar a presença da violência verbal quando uma forte pressão ou coerção é exercida para impedir o outro de se expressar livremente, ou ainda quando o ponto de vista apresentado é desconsiderado totalmente, ridicularizado (AMOSSY, 2014).

Há ainda, situações em que a pessoa do adversário é atacada diretamente, ao invés de seus argumentos. No último caso, temos os chamados ataques *ad hominem*. O uso da violência na polêmica também pode resultar em uma polarização extrema que relaciona o adversário e suas teses a um "mal absoluto", o que leva a uma espécie de demonização do outro, semelhante à *fonte do mal* apresentada por Charaudeau (2006) em seu *triângulo da dramaturgia política*. O polemista pode, inclusive, apelar para insultos contra seus oponentes (AMOSSY, 2014).

No caso da publicação de Dilma Bolada, observamos ataques diretos a seus adversários, que são colocados na posição de "mal absoluto" que precisa ser combatido. Não há troca de argumentos, mas sim uma polarização extrema com algumas doses de violência verbal. A agressividade presente no *post*, entretanto, parece se justificar diante do "mal" provocado pelos inimigos da presidenta real, que são representados de forma negativa, como se estivessem completamente acuados.

Apresentaremos agora, trecho de discurso oficial da presidenta Dilma Rousseff, veiculado em sua página oficial do *Facebook* em 16/04/2016. Nosso objetivo é exemplificar a teoria apresentada sobre a polêmica presente no discurso político, por meio também dos pronunciamentos da presidenta.

> A denúncia contra mim em análise no Congresso Nacional não passa de uma fraude, a maior fraude jurídica e política da história de nosso país. Sem ela, o impeachment sequer seria votado. O Brasil e a democracia não merecem tamanha farsa. Peço a todos os brasileiros que não se deixem enganar. Vejam quem está liderando este processo e o que propõem para o futuro do Brasil. Os golpistas já disseram que, se conseguirem usurpar o poder, será necessário impor sacrifícios à população brasileira. Com que legitimidade? Querem revogar direitos e cortar programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Ameaçam até a educação pública. Querem abrir mão da soberania nacional, mudar o regime de partilha e entregar os recursos do pré-sal às multinacionais estrangeiras. Antes de tudo, o que move os golpistas são os nossos acertos. Eles querem derrotar, a qualquer custo, o que represento: o projeto de desenvolvimento e inclusão social pelo qual estamos trabalhando todos os dias nos últimos 13 anos. Para alcançar seus objetivos, estão dispostos a violentar a democracia e a rasgar a Constituição espalhando a intolerância, o ódio e a violência entre nós. Estão dispostos a humilhar o Brasil perante a comunidade internacional como se fôssemos uma republiqueta qualquer e não uma das maiores democracias do mundo. (Dilma Rousseff – 15/04/2016) [25]

No trecho, observamos que o processo de *impeachment* é relacionado a uma fraude jurídica e política que ficará marcada na história do país, uma farsa arquitetada pela oposição que deseja "usurpar o poder" e impor uma série de sacrifícios à população brasileira, em especial aos mais pobres. A enunciadora questiona a legitimidade do *impeachment*, chama seus adversários de "golpistas", acusando-os de tentar derrubar todo um projeto de progresso e desenvolvimento social. Ela diz que seus adversários estão dispostos a humilhar o país perante a comunidade internacional, como se este fosse uma "republiqueta qualquer". Todos estes elementos destacados indicam o forte tom polêmico do trecho, afinal, são feitas duras pontuações contra o *impeachment* e aqueles que o apoiam. Há a presença do conflito, de posições distintas com interesses distintos, marcando a presença da polêmica no trecho. Afinal, a enunciadora atribui dizeres, intenções e atos aos adversários.

---

[25] O trecho citado como exemplo integra o discurso de Dilma Rousseff, publicado em vídeo em sua página do *Facebook*, no dia 15/04/2016. A íntegra do discurso, bem como sua análise completa, se encontra no capítulo 4 da pesquisa.

Finalizamos aqui nosso percurso pelo primeiro capítulo. Abordamos as origens da AD, com o intuito de conhecermos um pouco mais do campo de saber sobre o qual embasamos nossa pesquisa. O discurso político como objeto de análise e, em especial, as metamorfoses pelas quais tem passado ao longo do tempo também foram descritas. Também foram abordados estudos sobre a retórica e a dimensão argumentativa do discurso, além de algumas estratégias de persuasão, para que pudéssemos identificá-las com mais facilidade e propriedade teórica em nossos *corpora*. Por fim, a questão da legitimidade e da polêmica presentes na cena política foram citadas, também com o objetivo de perceber sua recorrência nas análises que propomos no capítulo 4.

Passaremos agora para nosso próximo capítulo, com o objetivo de trazer à pesquisa algumas considerações sobre o uso das redes sociais digitais na propagação do discurso político.

CAPÍTULO 2 – NOVOS TRAÇOS DA ELOQUÊNCIA POLÍTICA

2.1 – O uso das redes sociais digitais para veiculação do discurso político e gestão das imagens de atores políticos

Neste segundo capítulo da pesquisa, apresentaremos diferentes estudos sobre o uso das redes sociais digitais na veiculação do discurso político e gestão das imagens de atores políticos. Abordaremos ainda, algumas das especificidades da linguagem utilizada nas redes sociais digitais, através de pesquisas desenvolvidas por Recuero (2002, 2009, 2012, 2014) e Emediato (2015). Uma abordagem dos estudos relacionados à veiculação da palavra política nas redes sociais digitais e das especificidades da linguagem utilizada neste meio se faz necessária, uma vez que os *corpora* de análise da pesquisa são compostos por pronunciamentos de Dilma Rousseff publicados em sua página do *Facebook* e pelas publicações de Dilma Bolada, também publicadas no *Facebook*.

Ainda neste capítulo, faremos uma apresentação das páginas oficiais de Dilma Rousseff e da personagem fictícia Dilma Bolada no *Facebook*, cujas publicações e pronunciamentos integram nossos *corpora* de análise. Por fim, levantaremos estudos sobre os diferentes aspectos do humor e, em especial, seu uso em discursos políticos, com base, especialmente, nas reflexões de Possenti (2013), Charaudeau (2006b) e Zepeda, Franco e Preciado (2014). A abordagem do humor se justifica uma vez que, a personagem fictícia Dilma Bolada, como veremos, utiliza frequentemente elementos humorísticos em suas publicações.

Embora sejam amplas as discussões sobre o discurso político, este trabalho propõe como *corpora* de análise discursos veiculados pela personagem fictícia Dilma Bolada nas redes sociais digitais, com a expectativa de trazer novas reflexões sobre a palavra política neste ambiente. Por isso, iniciaremos o capítulo com uma revisão de diferentes estudos a respeito do uso das redes sociais digitais para a propagação da palavra política, bem como para a gestão das imagens dos atores políticos.

Conforme nos mostra Courtine (2006), os discursos políticos têm passado por intensas transformações, sendo necessário que a análise do discurso busque novos

procedimentos a fim de dar conta das mudanças trazidas pelas novas práticas midiáticas. Da mesma forma, Piovezani Filho (2007) destaca as mudanças que as inovações tecnológicas têm trazido para as práticas de produção e interpretação dos discursos políticos. Para o autor, tais inovações, em conjunto com uma série de transformações históricas de diferentes durações, parecem estar contribuindo para modificações tanto na produção quanto na análise da palavra política.

Courtine (2003, 2006) nos lembra, ainda, que os discursos políticos têm sofrido transformações, num processo em que a vida íntima e histórias pessoais do homem público ganham notoriedade. Em detrimento de suas ideias e programas, a exibição da intimidade doméstica e psicológica emerge com a adoção de discursos num estilo dialogado, familiar e com ideias mais simples. Ao contrário dos falatórios longos e de difícil assimilação, os discursos têm sido assimilados à imagem individual do sujeito político, que aparece no vídeo em *close*, falando a cada um dos eleitores numa espécie de conversa íntima, simples e de fácil acesso. Ainda nesse contexto de transformações, a vida privada do ator político se mistura à pública, numa espécie de espetacularização em que atos individuais podem conferir ou não legitimidade para o sujeito governar. Por isso, é possível afirmar que uma fala pública mais pessoal, breve, efêmera e gerida por novas mídias tem emergido.

Nesse contexto de mudanças, candidatos a disputas eleitorais parecem ter percebido a relevância das redes sociais digitais para a propagação da palavra política. Se os meios de comunicação de massa convencionais não podem ou não fornecem a visibilidade desejada às opiniões, projetos e personalidades de cada agremiação, a saída, então, é buscar se mostrar com instrumentos próprios. A novidade trazida pela internet na propagação de discursos políticos, assim, se configura na criação de canais complementares, aptos a expor aos usuários interessados as diferentes maneiras de perceber determinado evento político. (MARQUES, 2008).

Para Marques, Silva e Matos (2011), se os meios tradicionais de informação estabelecem critérios próprios de visibilidade que escapam do controle dos atores políticos, a internet (em especial as redes sociais digitais) surge como importante canal de comunicação direta com o cidadão. Por isso, utilizar a *web* como instrumento de visibilidade à palavra, opiniões e projetos dos sujeitos políticos tornou-se

imprescindível para a aceitação e construção de uma imagem positiva desses atores. Nesse sentido, a produção da palavra política acaba passando também pelo componente digital.

Durante o processo eleitoral, atores políticos tendem a se mostrar mais abertos às interferências dos cidadãos. Nesse sentido, as redes sociais digitais se tornam importante canal para que um contato mais direto com o eleitorado seja feito, buscando seu envolvimento. Utilizar a internet como ferramenta para agregar visibilidade às ideias e opiniões de seus candidatos tornou-se essencial aos partidos, que têm como objetivo abranger a maior parcela possível de eleitores. Podemos observar, portanto, uma apropriação peculiar das redes sociais digitais e seus recursos pelo campo político (MARQUES, SILVA E MATOS, 2011, p. 347-348).

Através do uso da internet, candidatos buscam estimular o envolvimento dos eleitores, numa apropriação muito peculiar do ciberespaço. Devido à possibilidade de se estabelecer laços de intimidade com usuários das redes sociais digitais, as consultorias de campanhas políticas têm feito com que tais dispositivos de comunicação passem a figurar no vocabulário da disputa pelo voto (CHAIA, 2007; GOMES et al., 2009; AGGIO, 2011).

Ao reunirmos estudos que analisam o uso da internet pelas campanhas políticas ao longo das últimas eleições brasileiras, podemos observar uma crescente apropriação desse espaço por parte dos candidatos. Nas eleições realizadas no Brasil, após o processo de redemocratização, foi possível observar que as diferentes mídias, analógicas e digitais, foram se alterando e exigindo adaptações para a veiculação do discurso político. Na disputa presidencial de 1989, por exemplo, percebemos a hegemonia da televisão e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) para a disseminação dos discursos produzidos pelos candidatos (OLIVEIRA;MAIA; MIRA, 2014).

Segundo Sargentini (2015), até 1998, as formas de veiculação do discurso político eram menos diversificadas. Basicamente, contava-se com livretos e panfletos contendo programas de governo, havendo a predominância de textos escritos em relação às imagens, publicados e distribuídos por comitês de campanha, o que diminuía o alcance desses materiais. Candidatos também contavam com filmagens feitas em

comícios públicos ou pronunciamentos em rádio e TV, além do HGPE, considerada a única forma de atingir simultaneamente um número expressivo de eleitores.

Com o avanço da internet, é possível assistir, a qualquer momento, aos programas do HGPE e também a pronunciamentos gravados para rádio e TV. O diálogo entre candidatos e eleitores é ampliado por meio das diferentes redes sociais digitais existentes hoje, além de muitas outras que surgirão futuramente. Candidatos publicam fotos e vídeos em tempo real, permitindo aos internautas acompanharem de perto as agendas política e pessoal de cada um. Enfim, a produção do discurso político é diversificada e suas formas de acesso e captação são facilitadas (SARGENTINI, 2015, p. 216-217). Conforme detalha o autor:

> A *web* permite, por meio dos *sites*, assim como por meio da TV, que o candidato fale ao povo, mas procura-se na comunicação política uma forma de falar com o povo, sem a intermediação da mídia jornalística ou mesmo das plataformas mais enrijecidas dos *sites*. As redes sociais oferecem esse acesso direto ao povo, humanizando o candidato e individualizando o eleitor (SARGENTINI, 2015, p. 225-226).

Nesse sentido, as redes sociais digitais funcionariam como uma espécie de canal direto entre candidatos e eleitores, deixando de lado a necessidade de passar pelo filtro da mídia tradicional. Afinal, conforme aponta Maia[26] (2008, p. 95), é possível que empresas de comunicação estabeleçam relações de interesse com grupos de poder, comprometendo a independência e a responsabilidade da informação. Nesse sentido, a mídia não poderia ser considerada um "provedor neutro" de informação, mas uma instituição ao mesmo tempo política, econômica e cultural-profissional, podendo estabelecer relações tensas e conflituosas com outros atores.

---

[26] MAIA, Rousiley. (Coord). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. Em seus estudos sobre a relação entre deliberação e mídia, Maia e Mendonça (2008), consideram o processo de deliberação como um fenômeno que acontece em longo prazo, afinal, discursos vão sendo aperfeiçoados até que se tornem mais "defensáveis" na *esfera pública*. Há ainda argumentos que não podem ser defendidos publicamente sem ferir as regras da civilidade e, por isso, a materialização de discursos em produções midiáticas exigiria certas ordenações e construções.

Talvez numa tentativa de contrapor as informações veiculadas pela mídia tradicional ou para manter um canal direto de comunicação com os eleitores, temos observado um crescente interesse de candidatos e partidos em manter *sites* e perfis em redes sociais digitais atualizados. Para ampliar o entendimento sobre este fenômeno, a partir de agora traremos ao texto alguns estudos sobre o histórico do uso da internet nas estratégias de campanha, bem como sua influência na produção do discurso político.

De acordo com Marques e Sampaio (2011), as campanhas eleitorais brasileiras de 2002 e 2006 já ofereciam acesso a *websites* com informações sobre propostas, biografias, vídeos de campanha e *jingles*. A ideia era complementar o HPGE, além de transmitir no ambiente *online,* conteúdos que não fossem permitidos na televisão, evitando punições dos tribunais eleitorais. Já o pleito de 2010 consolidou a utilização de ferramentas digitais como estratégia de comunicação política dos candidatos, assumindo importância inédita. Mudanças em relação ao uso tradicional da comunicação política ficam evidentes com a consolidação de um modelo de oferta e consumo de informação marcado por uma ampla concorrência pela atenção dos usuários das redes.

Nas eleições de 2010, teriam sido estabelecidos, ainda, novos padrões no uso das redes sociais digitais, tanto por parte das coordenações de campanha quanto por parte dos usuários. A necessidade do próprio ator político em manter algum tipo de intimidade com o eleitorado por meio das ferramentas disponíveis no ambiente *online* se torna perceptível, numa tentativa de parecer moderno, genuíno e aberto às intervenções do público.

Outros autores que apontam mudanças nas estratégias de campanha provocadas pelo avanço da internet são Oliveira, Maia e Mira (2014). Para eles, durante as eleições de 2014, perfis oficiais de candidatos nas redes sociais digitais deram auxílio à propaganda divulgada na televisão e também se mostraram como uma forma de manter a militância engajada. Na época, os principais candidatos à corrida eleitoral pela presidência mantinham seus perfis em redes sociais digitais constantemente atualizados.

Segundo Marques e Sampaio (2011), mesmo que o HGPE da televisão siga como ferramenta fundamental para a disseminação do discurso político, é possível notar uma ruptura na maneira como os eleitores têm acesso às informações sobre os

candidatos. É crescente o consumo de conteúdo através da internet, especialmente por meio dos perfis que atores políticos têm mantido nas redes sociais digitais. Nesse sentido, eleitores acabam tendo acesso a informações que, voluntariamente, não tomariam conhecimento.

Para os autores, mesmo que parte das informações veiculadas na internet pelos candidatos seja apenas uma reprodução do conteúdo produzido para a televisão, existem materiais que só estão disponíveis no ambiente *online*. É o caso de gravações que revelam momentos infelizes dos opositores ou opiniões que usuários compartilham com suas listas de contatos.

Ainda de acordo com Marques e Sampaio (2011), é possível afirmar que a propaganda política tradicional, composta por panfletos, *banners* e santinhos, com alto grau de poluição visual nos centros urbanos, perdeu a importância ao longo do tempo. Com o avanço da internet e das redes sociais digitais, é possível observar um investimento nas estratégias voltadas para o ambiente *online*. A propaganda política no rádio e na televisão por meio do HGPE manteve sua relevância, mas sofreu mudanças devido à campanha que acontecia em paralelo nas redes sociais digitais. Os autores concluem, portanto, que o modelo de propaganda brasileiro centrado no HGPE estaria passando por reestruturações devido à influência do ambiente digital.

Retomando Oliveira, Maia e Mira (2014), observamos que a propaganda realizada na internet tem tido influência considerável, especialmente por mobilizar eleitores a criar grupos de pertencimento de determinados candidatos, com altos graus de participação e adesão. Além disso, é um espaço para além do debate político, se tornando um movimento acionado também por laços de sociabilidade entre os que apoiam os mesmos candidatos e também de conflito contra os que estão na outra frente.

Por ser um espaço ainda pouco regulamentado e com grande facilidade de postar, compartilhar e curtir mensagens, as redes sociais digitais contribuem também para intensificar a campanha negativa, servindo de base para a estratégia de desconstrução da imagem dos adversários. O *Facebook*, por exemplo, tem sido utilizado para a disseminação de ofensas pessoais e boatos contra candidatos, intensificando, inclusive, discursos de ódio e intolerância. Lembrando que, no capítulo anterior,

salientamos uma estratégia muito comum no discurso político da contemporaneidade, os ataques *ad hominem* (OLIVEIRA, MAIA E MIRA, 2014).

Seguindo linha de raciocínio semelhante à dos autores já apresentados, Marques (2016) defende a comunicação digital como importante instrumento para a construção da imagem pessoal de autoridades políticas. Entre as estratégias mais recentes utilizadas pelas campanhas eleitorais estão as *selfies* (fotografias que o indivíduo faz de si mesmo) e a gravação de vídeos exclusivos para o ambiente *online*. Sobre as *selfies*, o autor aponta algumas vantagens do seu uso por atores políticos, entre elas atrair a atenção dos usuários para uma prática "inusitada" neste campo e também a possibilidade de driblar o papel mediador exercido pela imprensa.

Também são consideradas vantagens da *selfie* a impressão de haver um contato mais direto com o eleitor, possibilitando ao candidato se mostrar igual a qualquer outro cidadão, além da indicação de transparência e espontaneidade. Courtine (2003) já apontava tal tendência de aproximação das câmeras do sujeito político, que se mostra em *close* para o eleitorado visando valorizar seus aspectos pessoais em detrimento de suas qualidades enquanto governante.

Em sua campanha eleitoral de 2014, a então candidata Dilma Rousseff utilizou a ferramenta *selfie* como estratégia de aproximação dos eleitores. Conforme observou Cioccari (2015), talvez por influência da linguagem e ferramentas utilizadas pela personagem fictícia Dilma Bolada, o então *site* de campanha www.dilma.com.br contava com o seguinte chamamento: "Tá todo mundo fazendo um #rousselfie com a Dilma. Você já fez o seu? Então faça e mande pra gente". Conforme podemos observar na publicação abaixo, feita em sua página oficial do *Facebook* durante a campanha eleitoral de 2014, a candidata adere às *selfies* junto aos eleitores, o que nos leva a observar uma apropriação de práticas do ambiente digital pelo campo político.

Figura 3 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/QSsRTB

Para Rossini et al. (2016), mesmo que a internet tenha o potencial de aproximar candidatos e cidadãos, proporcionando mais interação do que os meios de massa, as campanhas políticas ainda estão longe de alcançar todo o seu potencial. Ainda assim, é inegável que as campanhas têm sofrido modificações provocadas por avanços tecnológicos, rumo a novas formas de alcançar os eleitores.

Seguindo raciocínio semelhante, Cervi (2016) destaca as mudanças que a internet provocou nas eleições presidenciais de 2014. Políticos, eleitores e veículos de imprensa passaram a se encontrar nas redes sociais digitais, o que fez emergir não só um novo espaço para o debate eleitoral, como reconfigurando toda a forma desse debate. Nesse contexto, a replicação de informações inverídicas, antes limitada a grupos políticos interessados nos efeitos negativos na imagem de seus adversários, é ampliada e se torna prática do público geral, presente nas redes.

Marques (2011, 2016) nos lembra, ainda, que um erro grave é tratar a comunicação via internet como mero detalhe. Uma bobagem escrita nas redes pode significar a perda de todo um esforço de construção de uma imagem positiva do ator político. Dessa forma, manter perfis atualizados nas redes sociais digitais se torna também um trabalho de mensuração de consequências. Criticar um adversário político, por exemplo, e logo em seguida ter de responder sobre a veiculação de um vídeo com contradições pode atrapalhar a gestão de uma imagem positiva. Nesse sentido, manter perfis na internet se torna também um trabalho de mensuração de consequências.

Por isso, para Marques (2016), é necessário discutir a estratégia de "terceirização" das campanhas negativas, adotada com maior ênfase ao longo das eleições presidenciais de 2014 por meio da profusão de perfis falsos, chamados de *fakes*, em redes sociais digitais. Tais perfis estariam, aparentemente, menos preocupados com a qualidade da informação e mais empenhados em fazer repercutir visões de mundo interessantes para determinados atores políticos, alcançando o maior número possível de usuários da rede. Ainda segundo o autor, nas campanhas *online*, o ideal é que eleitores sejam convencidos a atuarem como militantes, repercutindo visões de mundo favoráveis a seus candidatos.

Diante desse cenário de mudanças, Oliveira, Maia e Mira (2014) nos lembram que tem se tornado um desafio para os pesquisadores construírem bases teóricas e conceituais que possam dar conta das novas configurações midiáticas. Para eles, é preciso consolidar novos modelos metodológicos para abarcar a dimensão plural dos discursos políticos numa variada rede de suportes midiáticos.

As reflexões feitas nesta seção levam-nos a perceber o quanto o impacto das redes sociais digitais na gestão da imagem dos atores políticos tem crescido ao longo do tempo, fazendo com que conteúdos produzidos especialmente para o ambiente *online* passem a integrar as estratégias de campanha.

Na próxima seção, serão abordadas algumas práticas discursivas adotadas neste ambiente, como por exemplo, o uso de elementos paralinguísticos numa tentativa de simular a conversação falada. Outras características da linguagem utilizada no ambiente

online, além de aspectos que englobam a interação conversacional na rede social digital *Facebook*, serão abordadas.

2.2 – As redes sociais digitais e algumas de suas especificidades

A produção do discurso no ambiente digital tem constituído nova materialidade nos estudos da Análise do Discurso. Tais ambientes têm se tornado importante plataforma para a disseminação de discursos das mais diversas fontes e formatos, onde práticas discursivas são ressignificadas e características marcantes do ciberespaço[27] são incorporadas ao discurso.

Podemos compreender o ciberespaço enquanto novo meio de comunicação que surge a partir da interconexão mundial de computadores. O termo, entretanto, não se restringe à infraestrutura material da comunicação digital, mas leva em consideração todo o universo de informações que ela abriga, além dos indivíduos que por ela navegam e alimentam esse universo, conforme pontua LÉVY (1999).

Conforme nos explica Recuero (2002, 2012), é no ciberespaço, onde são desenvolvidas as relações, que originarão comunidades virtuais, a exemplo das redes sociais digitais. O conceito, visitado por diferentes pesquisadores, está relacionado à capacidade que este espaço possui de proporcionar um ambiente de interação e construção de laços sociais. Por isso, as redes sociais existentes no ciberespaço passam a ser incorporadas ao dia a dia de milhares de pessoas e de suas práticas de comunicação. O ciberespaço é considerado ainda, um espaço eminentemente público, em que todas as pessoas que a ele se conectarem podem efetuar trocas, buscar informações ou acrescentar as suas próprias. É um espaço diferente do concreto, virtual, que proporciona a interação entre indivíduos.

Juntamente com o crescimento do ciberespaço emerge um conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e de valores, que Levy (1999) classifica como cibercultura. Lemos e Levy (2010) atribuem ao surgimento da cibercultura a modificação de hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e

[27] Segundo Recuero (2006), ciberespaço é o espaço em que as interações sociais acontecem na internet.

distribuição da informação, o que gerou novas formas de sociabilidade e comunicação social.

Ainda segundo os autores, a cibercultura é o conjunto tecnocultural que emergiu no final do século XX, impulsionado por uma sociabilidade pós-moderna juntamente com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais. Tal conjunto de tecnologias e processos sociais dita, ainda hoje, o ritmo de transformações sociais, políticas e culturais.

Diante deste cenário, faremos um breve apanhado sobre algumas das características da linguagem e interações conversacionais presentes nas redes sociais digitais, com a expectativa de trazer novas reflexões sobre a palavra política no ciberespaço. Entretanto, justamente por se tratarem de plataformas que estão em constante mutação e que possibilitam fluxos interativos cada vez mais rápidos, não é nosso objetivo esgotar o tema.

Tendo em vista os *corpora* de análise deste trabalho, constituídos por discursos veiculados nas redes sociais digitais, apresentaremos aqui alguns estudos propostos por Recuero (2009, 2012, 2014) sobre as especificidades das redes sociais existentes no ambiente *online*. Abordaremos também algumas considerações de Emediato (2015) sobre a rede social digital *Facebook*, com a expectativa de trazer novas reflexões sobre a palavra política neste ambiente. Afinal, conforme aponta Emediato (2015), o *Facebook* se tornou um espaço surpreendente de circulação de falas e uma complexa cadeia enunciativa. Nesse espaço, indivíduos assumem diversas posições enunciativas e papeis comunicacionais, desde a simples e pura *self*-exposição até a exibição de opiniões ideológicas e políticas.

De acordo com Recuero (2009, 2012, 2014b), as redes sociais em sua representação no ambiente *online* são diferentes das redes sociais existentes no espaço *off-line*. No ciberespaço, as redes sociais são formadas por representações individualizadas e personalizadas dos atores sociais, que podem ser constituídas de perfis no *Facebook* ou no *Twitter*, por exemplo. Construídas por meio de elementos que representam os indivíduos no ciberespaço, como informações em perfis das redes sociais digitais, tais "representações do *self*" são cuidadosamente montadas como

espaços personalizados para transmitir determinadas impressões por meio de pequenas pistas.

Assim, segundo a autora, as redes sociais, no ambiente *online*, podem ser muito maiores e mais amplas que as *off-line*, sem contar o potencial de informação presente nessas conexões. Somente por meio do ciberespaço é possível manter centenas ou até milhares de contatos, que são mantidos com a ajuda de ferramentas técnicas ofertadas pelas redes sociais digitais.

Nestes novos espaços de trocas interacionais, é possível observar uma reconfiguração das práticas discursivas. A linguagem utilizada nas redes sociais digitais se difere, por exemplo, da escrita típica. Observamos, no ciberespaço, o que Recuero (2012) chama de "escrita falada" ou "oralizada", caracterizada pelo uso dos caracteres do teclado numa tentativa de simular a linguagem oral. Outra questão é a falta de pistas não verbais durante a troca conversacional, o que é considerado uma limitação da conversação mediada no ambiente *online*.

Para solucionar essa questão da falta de pistas não verbais, são criadas convenções para o uso de elementos paralinguísticos que vão tornar a troca conversacional mais clara no ambiente *online*. O uso dos chamados *emoticons*[28] para representar emoções, por exemplo, podem ser considerados análogos a diversas características típicas da conversação oral, como entonação, tom de voz e expressões faciais.

Essa simulação de elementos característicos da conversação falada confere às trocas interacionais, nas redes sociais digitais, elementos semelhantes à conversação oral. Nas palavras da autora:

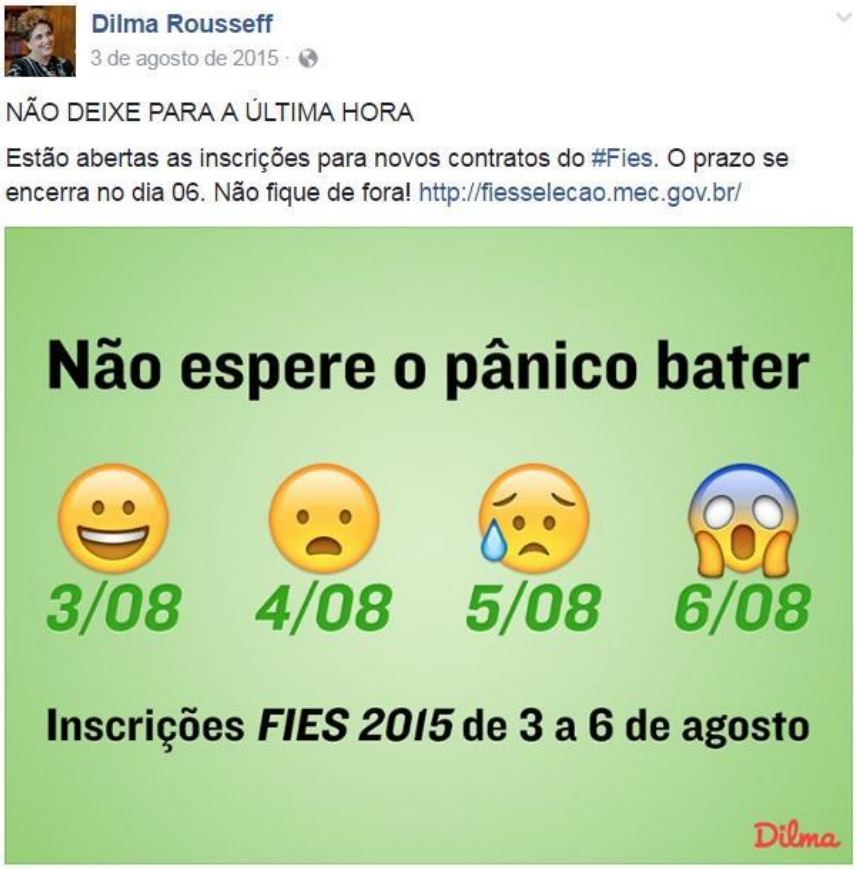
> Embora essa conversação seja essencialmente diferente daquela oral, ela possui características que a assemelham a esta. A conversação, no ambiente mediado pelo computador, assim, assume idiossincrasias próprias que são decorrentes da chamada apropriação dos meios para o uso conversacional. Ela é, portanto, menos uma determinação da ferramenta e mais uma prática de uso e construção de significado dos

[28]Segundo Recuero (2012), tratam-se das famosas "carinhas" ou "*smileys*", convenções construídas por meio de caracteres do teclado para representar emoções faciais.

> interagentes, sejam essas ferramentas construídas para isso ou não (RECUERO, 2012, p. 269).

No exemplo abaixo, vemos uma publicação feita na página oficial da presidenta Dilma Rousseff no *Facebook* em que são utilizados elementos paralinguísticos. Os *emoticons* são elementos não verbais utilizados pela publicação.

Figura 4 – *Facebook* Dilma Rousseff



Fonte: https://goo.gl/FSnLzL

Para Recuero (2012), é possível afirmar, portanto, que a conversação nas redes sociais digitais é capaz de simular alguns elementos da conversação oral. Nesse ambiente, são criadas convenções para suplementar textualmente os elementos da linguagem oral, construindo uma nova "escrita oralizada". A conversação ocorre em rede e com a participação de muitos indivíduos, que permanecem gerando novas apropriações da linguagem utilizada no ambiente *online* e migrando entre diversas ferramentas.

Trata-se, portanto, de uma conversação com a capacidade de envolver muito mais do que apenas dois interagentes, que migram entre as diferentes redes sociais digitais desenvolvendo novas práticas de linguagem. Ainda de acordo com a autora supracitada (2014a), é nas redes sociais digitais em que as conversações *online* passaram a criar novos impactos, se espalhando pelas conexões que foram estabelecidas nessas ferramentas e que são, por meio delas, amplificadas para outros grupos. Diversas novas formas de trocas sociais constroem conversações públicas e coletivas, que permeiam diferentes grupos e sistemas, semeando novos comportamentos.

Outra importante característica da conversação *online* é que ela nem sempre acontece em uma unidade temporal com a co-presença dos participantes. Isso significa que as conversações podem acontecer de forma assíncrona, ou seja, as mensagens ficam registradas e os indivíduos podem visitar o ambiente em momentos distintos para dar continuidade à conversação, que não precisa ser instantânea. Isso pode ser feito em tempos diferentes, não sendo necessário que os indivíduos estejam sincronizados na mesma ferramenta e ao mesmo tempo, demonstrando uma espécie de elasticidade temporal existente no ambiente *online* (RECUERO, 2012).

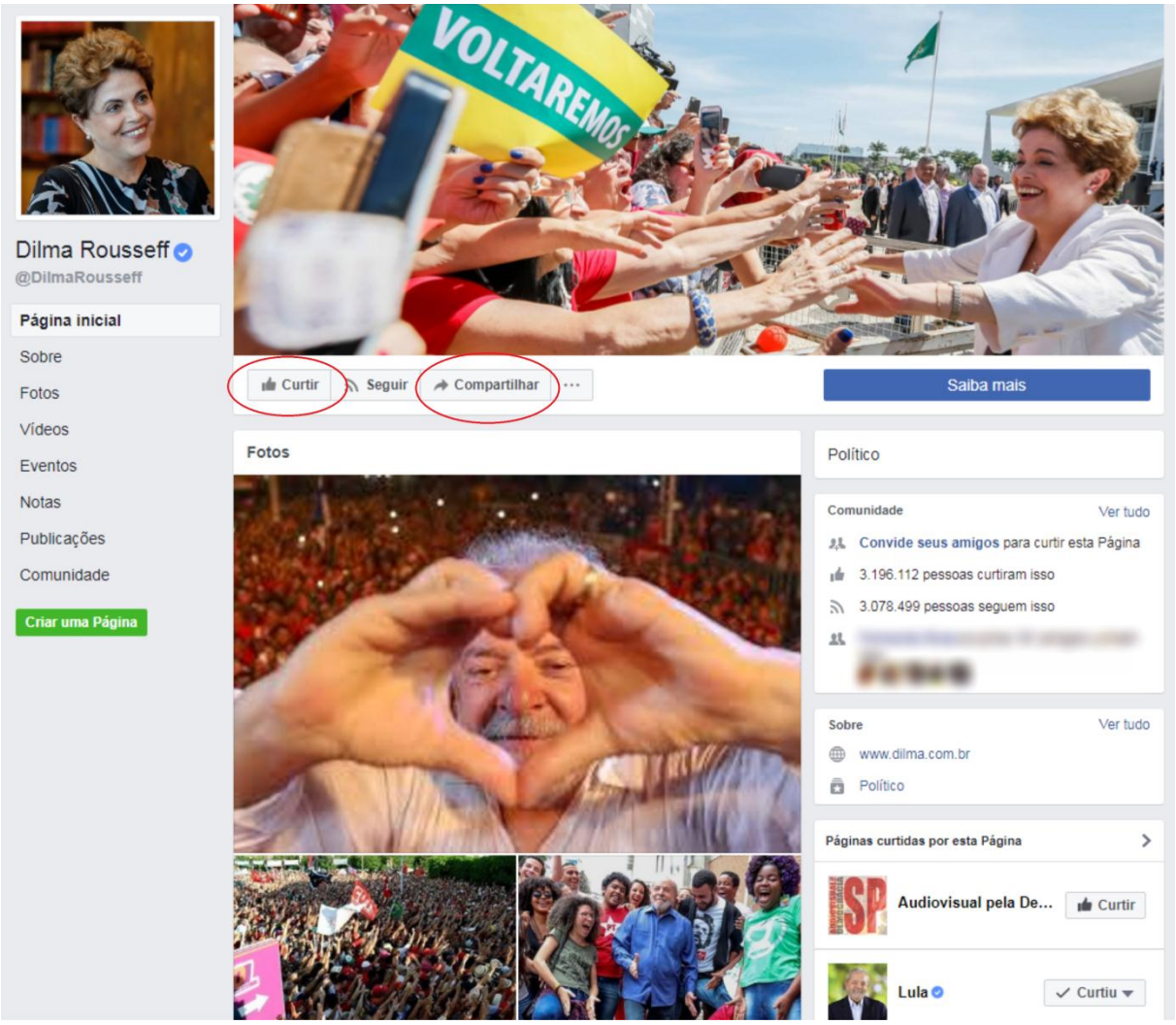
A construção de representações dos indivíduos no ciberespaço é outro ponto abordado pela autora supracitada (2012). Elas são construídas por meio de elementos que representam os indivíduos no ambiente *online*, como informações publicadas em perfis das redes sociais digitais. Tais "representações do *self*" são cuidadosamente montadas como espaços personalizados para transmitir determinadas impressões por meio de pequenas pistas.

Em seus estudos sobre a rede social digital *Facebook*, Emediato (2015) também aborda as representações de si que o sujeito constrói no ciberespaço. A principal finalidade de um sujeito-usuário do *Facebook* seria, nesse sentido, a auto exibição, mostrar o corpo, o rosto, os pensamentos, a posição que ocupa em termos econômicos, religiosos, ideológicos, políticos. E é por meio dessa autoexposição identitária que o sujeito-usuário constrói, no espaço da sua rede, narrativas autobiográficas, pois é possível ter acesso, numa perspectiva temporal, a diversos aspectos da vida íntima do sujeito.

Especificamente sobre o *Facebook*, o autor faz algumas considerações que podemos relacionar aos estudos já revisitados de Recuero (2009, 2012, 2014b). Para Emediato (2015), uma das características marcantes do *Facebook* é a interação por meio de códigos semiológicos, especialmente a verbo-visualidade. Isso significa que raramente uma publicação na rede social digital será feita sem um suporte visual.

Outra importante característica é a presença de modalidades técnicas de interatividade e de enunciação do *Facebook*, que são constituídas por meio de quatro ações possíveis do usuário da rede: publicar, curtir, comentar e compartilhar. Vejamos, na sequência, alguns exemplos extraídos dos *corpora* (FIG. 5).

Figura 5 – Recursos interativos de uma página no Facebook



Fonte: https://goo.gl/xsFWq4

A organização interacional ou conversacional do *Facebook* é claramente dialogal, tomando a forma de um diálogo convencional com a presença de um locutor (L1) que se dirige a um segundo locutor (L2). Ela também pode assumir uma forma mais complexa, com um locutor (L1) se dirigindo a um segundo locutor (L2), mas tendo em vista um destinatário indireto (L3), de natureza coletiva, sendo representando pelo "grupo de amigos" ou de seguidores da rede (EMEDIATO, 2015).

Caso a publicação seja curtida, podemos considerar que ela foi aprovada ou apreciada por meio de um sinal eletrônico não-verbal. Já o ato de comentar uma publicação é mais complexo, pois pode se tratar de uma apreciação positiva ou negativa. Além disso, o comentário pode gerar uma reação de L1 que, ao responder ao comentário de L2, se dirigirá também a L3, ainda que indiretamente. L3 é o destinatário coletivo da rede, que tem acesso à conversação e também pode reagir, ainda que individualmente. Isso significa que cada reação individual em relação a um comentário terá sempre o destinatário coletivo como destinatário indireto, e o locutor individual anterior como destinatário direto (EMEDIATO, 2015).

Após a determinação de seu afastamento da presidência, a página oficial de Dilma Rousseff no *Facebook* realizou algumas publicações convidando internautas a enviarem perguntas sobre determinados temas. As perguntas, feitas por meio da caixa de comentários localizada abaixo da publicação, eram respondidas por Dilma Rousseff e um convidado de seu governo (FIG. 6).

Figura 6 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/WNrkU5

Na imagem abaixo (FIG. 7), observamos Dilma Rousseff (L1) respondendo ao comentário de determinado internauta (L2), mas também se dirigindo aos demais (L3) que acompanhavam a publicação.

Figura 7 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/88J7rD

Por fim, o ato de compartilhar uma publicação é considerado, para Emediato (2015), um sinal eletrônico que pode estar ou não precedido ou seguido de um comentário. Trata-se de uma adesão mais intensa, afinal, além de demonstrar concordância com a mensagem, o locutor está aderindo à publicação, amplificando sua divulgação.

Diante dos estudos apresentados, observamos a existência de algumas práticas discursivas e interacionais que são exclusivas do ambiente *online* e que seguem em constante transformação. A partir de agora, apresentaremos as duas personagens-chave para a análise proposta, a presidenta Dilma Rousseff e a personagem fictícia Dilma Bolada. Para isso, nas próximas seções do trabalho, faremos uma breve

contextualização das publicações feitas nas páginas oficiais de ambas no *Facebook*, com a expectativa de trazer luz aos *corpora* escolhidos para esta pesquisa.

2.3 – A página oficial de Dilma Rousseff no *Facebook*

A página oficial da presidenta Dilma Rousseff no *Facebook* conta atualmente[29] com 3,1 milhões de seguidores. Durante as eleições de 2014, foi possível observar uma intensificação no número de postagens, com uma linguagem mais próxima da utilizada nas redes sociais digitais. No período eleitoral, as publicações eram, em sua maioria, compostas por fotos de comícios e viagens da presidenta, informações sobre os principais programas, investimentos e conquistas do seu governo. Também percebemos postagens que repercutiam o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e debates realizados na TV. Algumas publicações também continham críticas direcionadas aos principais adversários políticos durante a corrida eleitoral, Marina Silva e Aécio Neves.

Em 2014, durante a realização da Copa do Mundo e também no período da campanha eleitoral, podemos observar o uso do humor em algumas publicações feitas na página oficial de Dilma Rousseff. Talvez como forma de se aproximar da linguagem utilizada nas redes, o humor é utilizado ainda que de forma pontual e esporádica.

Na publicação abaixo, feita pouco antes do segundo turno das eleições, percebemos o uso do humor para fazer uma crítica ao adversário político Aécio Neves e à revista *Veja*.

Figura 8 – *Facebook* Dilma Rousseff

[29] Acesso em: 19 de setembro de 2017.

Fonte: https://goo.gl/6RfrLF

Já na próxima publicação, feita durante a realização da Copa Mundo de 2014, podemos observar o uso de expressões comuns entre os internautas da época, além do movimento das mãos feito pela presidenta. Neste caso, o humor é utilizado de maneira lúdica (discutiremos, mais adiante, as formas em que o humor se apresenta nos discursos).

Figura 9 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/xNn6A9

Já em 2015, após a reeleição da presidenta, seu perfil oficial segue utilizando linguagem mais próxima das redes sociais digitais. São feitas publicações sobre a agenda oficial da presidenta, inaugurações de obras, lançamentos de programas, investimentos feitos em diversas áreas, além de fotos de encontros políticos e viagens internacionais. Em 2015, percebemos que o uso do humor é pontual, porém mais frequente do que no período das eleições. As publicações, em geral, são lúdicas e leves.

Nas duas publicações abaixo, vemos a utilização do humor para falar a respeito de programas do governo voltados para estudantes.

Figura 10 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/rQyzLR

Figura 11 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/CZnWM7

No primeiro *post*, a página oficial utiliza uma imagem comumente utilizada na internet, na época, para falar sobre as inscrições do Enem. Já o segundo *post* brinca com uma imagem do ex presidente americano Barack Obama e da chanceler alemã Angela Merkel, criando um diálogo entre as personalidades que aborda um programa do governo de Dilma Rousseff. É possível perceber, em ambos os *posts*, que o enunciador joga com a intertextualidade e interdiscursividade, ao utilizar imagens de outros discursos para produzir os efeitos de humor desejados.

Já em 2016, durante o processo de *impeachment* da presidenta, foi veiculada em sua página oficial, uma série de conteúdos contrários à destituição. Entre as publicações estão pronunciamentos oficiais publicados em formato de vídeo, em que a presidenta defende sua permanência no cargo.

Conforme destaca Cioccari (2014), Dilma Rousseff se diferencia muito da personagem fictícia Dilma Bolada. Mesmo assim, em alguns momentos, é possível verificar uma espécie de transferência de imagem que agrega à Dilma Rousseff um

senso de humor que ela não possuía até então, justamente por não ser associado a ela pela grande mídia.

Diante das considerações apresentadas, observamos certa preocupação da página oficial de Dilma Rousseff em adequar sua linguagem à comumente utilizada pelos usuários da rede social digital *Facebook*. Observamos, inclusive, o uso do humor em determinadas publicações, normalmente de forma pontual. Passaremos agora, para a apresentação da personagem fictícia Dilma Bolada, que se dedicou, durante as eleições de 2014 e o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, à publicação de mensagens de apoio à presidenta real, em sua página no *Facebook*.

2.4 – A personagem fictícia Dilma Bolada no *Facebook*

Num cenário em que a veiculação de discursos políticos no ambiente digital se torna cada vez mais necessária, a personagem fictícia Dilma Bolada afirmou-se como uma das representações da presidenta Dilma Rousseff nas redes sociais digitais. Criada pelo publicitário Jeferson Monteiro, a personagem surge no *Twitter*[30] durante as eleições presidenciais de 2010, inspirada na então candidata à presidência Dilma Rousseff. Em 2011, Dilma Bolada ganha uma página no *Facebook* e passa a comentar acontecimentos da política brasileira de forma extrovertida, carregada de humor e ironia.

Figura 12 – *Facebook* Dilma Rousseff

[30] Rede social digital utilizada para enviar e receber mensagens curtas, de até 280 caracteres, conhecidas como *tweets*.

Fonte: https://goo.gl/XrnWKg

"A Rainha da Nação, a Diva do Povo, a Soberana das Américas... Sou linda, sou diva, sou Presidenta. SOU DILMA!". É assim que Dilma Bolada se apresenta na página que mantém no *Facebook*. A personagem foi construída a partir da apropriação de características marcantes de Dilma Rousseff, a ela comumente atribuídas pela grande mídia ou adversários políticos, tais como seriedade e autoritarismo. Dilma Bolada, no entanto, desenvolveu linguagem própria para construir diálogos dotados de humor e comentar a agenda da presidenta real.

Conforme nos explica Miranda (2014, p. 70), na década de 1970, a presidenta Dilma Rousseff atuou contrariamente à ditadura militar vigente no país, fazendo com que uma imagem de mulher séria, austera e guerreira fosse atribuída a ela. Tais traços de caráter da presidenta foram aproveitados pela personagem fictícia Dilma Bolada, que introduziu a eles atributos próprios, tais como o uso da ironia e do humor.

Em seus estudos, Amossy[31] (2005, pg. 137) nos explica que basta um nome ou assinatura para que uma representação estereotipada de determinado sujeito seja levada

[31] Abordaremos mais detalhadamente os estudos de Amossy no próximo capítulo, em especial suas considerações sobre o *ethos*.

em conta. Nesse sentido, a personagem fictícia Dilma Bolada acaba por evocar traços de caráter que constituem a história discursiva[32] de Dilma Rousseff.

Conforme aponta Cioccari (2014), a personagem fictícia ridiculariza seus adversários políticos com ar de superioridade. Ela exalta a si mesma utilizando termos como "linda", "inteligente", "rainha da nação", "majestade", "soberana das Américas" e "diva". Ao se intitular "rainha", Dilma Bolada trata a todos os demais como súditos que se curvam às suas vontades. Ela também se intitula "mãe do povo brasileiro" e, enquanto mãe, faz observações como "vão deitar agora que amanhã todos trabalham!" ou "tirei o *Facebook* do ar porque vocês estavam muito à toa!". Tais postagens refletem um ar autoritário, característico da própria presidenta Dilma Rousseff, mas também conferem a ela um ar maternal.

Retomando Miranda (2014), percebemos que a história discursiva da presidenta é marcada por elementos que contribuíram para projetar uma imagem da política que remete a um certo ar de seriedade. Afinal, a presidenta esteve ligada diretamente a movimentos contrários à Ditadura Militar, passou pela prisão e sofreu torturas. Entretanto, em 2010, durante a campanha eleitoral que levaria Dilma Rousseff a seu primeiro mandato como presidenta, observamos o início da construção de uma imagem feminina positiva, em que seu passado de militância é substituído pela possibilidade de um futuro administrativo implacável. Temos, a partir desse período, a constituição de uma imagem de mulher segura, séria, mas também amável, com o destaque para um caráter materno e familiar feminino.

Conforme também pontua Amaral (*apud* MIRANDA, 2014, p. 73), as lembranças de um passado truculento de Dilma Rousseff colaboram para a formação da imagem de mulher que soube transformar momentos conflituosos em força e coragem. Seguindo linha de raciocínio semelhante, Miranda (2014) destaca o uso de uma imagem maternal como base para o argumento de que a presidenta seguiria, em seu primeiro mandato, um modelo de governo humanista e cativante, o mesmo adotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

[32]Segundo Amossy, trata-se do conjunto de informações que o auditório sabe acerca da história do orador, constituídas a partir de diversas produções midiáticas. Essas informações contribuem para construir um *ethos* prévio do orador. Abordaremos mais detalhadamente os estudos de Amossy no próximo capítulo, em especial suas considerações sobre o *ethos*.

Além de traços de caráter que compõem a história discursiva da presidenta, a personagem fictícia Dilma Bolada utiliza dos principais acontecimentos da política brasileira e internacional para publicar fotos, textos e vídeos carregados de humor. Na publicação abaixo, por exemplo, feita logo após o vazamento de áudios que expunham negativamente o presidente Michel Temer, adversário de Dilma Rousseff, observamos o uso do humor como forma de comentar um acontecimento do cenário político nacional.

Figura 13 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/1vGU1m

Na imagem, vemos uma montagem que se assemelha à presidente Dilma Rousseff comemorando o declínio de seu adversário político Michel Temer. Justamente por ser inusitada e surpreendente, a imagem tende a provocar o efeito de humor desejado.

Ainda que a publicação tenha sido feita em maio de 2017, após o processo de *impeachment* e, portanto, fora do escopo temporal escolhido para a coleta de dados da pesquisa, ela é capaz de ilustrar o uso do humor pela página. Por isso, optamos por introduzi-la nesta seção como forma de exemplificação da teoria apresentada.

Ao longo do tempo, o perfil fictício foi ganhando destaque nas redes sociais digitais. Na publicação abaixo, vemos a personagem repercutindo uma matéria[33]sobre o próprio sucesso, produzida pelo jornal britânico *The Guardian* em 2016. Mesmo o periódico inglês alude à história discursiva de Dilma Rousseff, sinalizando um contraste entre a personagem fictícia e o sujeito comunicante.

Figura 14 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/HRc8LS

Em 2013, a presidenta Dilma Rousseff recebeu, no Palácio do Planalto, o criador da personagem fictícia Dilma Bolada, Jeferson Monteiro [34]. Durante o encontro, foram

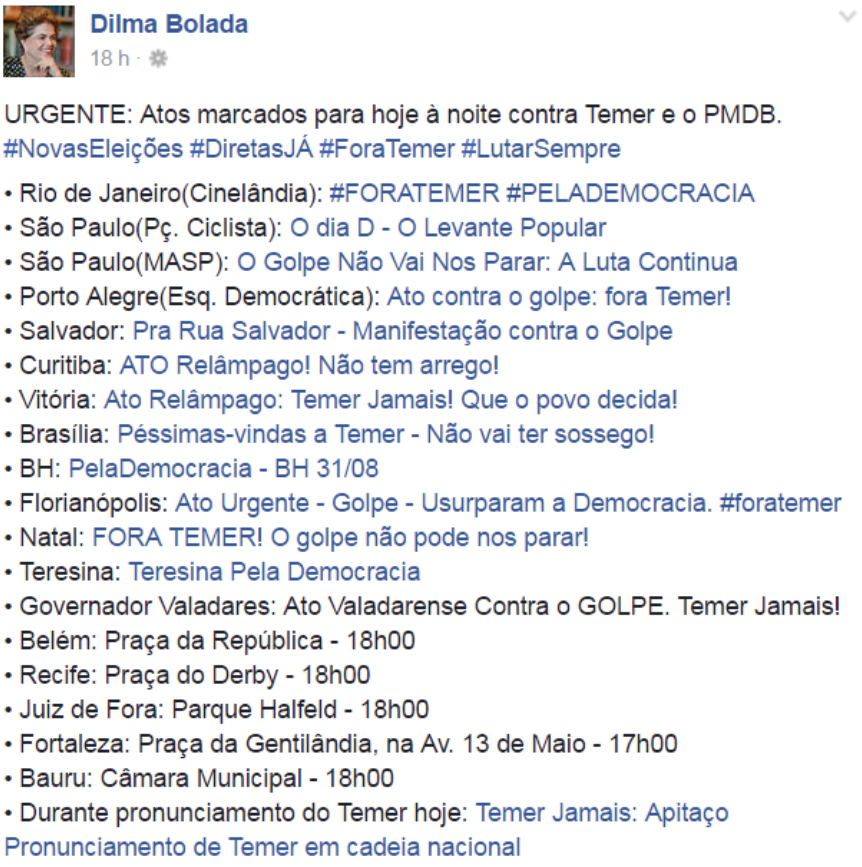
[33] Dilma Bolada: Alter ego digital de presidente brasileira é mais popular do que ela. A falsa personagem das redes sociais, que a grosso modo se traduz como Dilma cheia de confiança ou atrevida, é tudo o que a presidente real não é – impetuosa, convencida e zombeteira (tradução nossa).

[34] Publicitário brasileiro de 29 anos. Quando criou o perfil de Dilma Bolada no *Twitter*, em 2011, quando ainda cursava Publicidade e Propaganda.

trocadas mensagens no *Twitter* entre o perfil oficial de Dilma Rousseff e da personagem fictícia Dilma Bolada.

A escolha da personagem Dilma Bolada para a análise proposta se deu pela constatação de seu potencial na difusão de discursos políticos nas redes sociais digitais. Durante a disputa eleitoral de 2014, a página de Dilma Bolada se dedicou à publicação intensiva de mensagens favoráveis à reeleição de Dilma Rousseff, contribuindo para a militância da candidata nas redes sociais digitais. O mesmo comportamento pôde ser notado durante o andamento do processo de *impeachment* da presidenta, quando a personagem fictícia se posicionou contrariamente à destituição de Dilma Rousseff do cargo por meio da publicação diária de mensagens em sua página no *Facebook*. Na publicação abaixo, por exemplo, a personagem fictícia faz, em seu perfil, a divulgação de manifestações contrárias ao *impeachment*.

Figura 15 – *Facebook* Dilma Rousseff



Fonte: https://goo.gl/36xQEH

Nesse sentido, é possível afirmar que o humor, enquanto estratégia para difusão do discurso político, se apresenta como um importante campo de análise a ser desenvolvido, como veremos mais a frente.

Na próxima parte do trabalho, apresentaremos algumas pesquisas que abordam determinados aspectos dos discursos carregados de humor, bem como seus possíveis efeitos na audiência.

2.5 – Humor e discurso

Nesta parte do trabalho, pretendemos levantar alguns estudos sobre os diferentes aspectos do humor e, em especial, seu uso em discursos políticos. Para isso, faremos inicialmente um apanhado sobre as considerações feitas por Possenti (2013) sobre humor, piadas e discurso, trazendo também algumas publicações da personagem fictícia Dilma Bolada como forma de ilustrar a teoria apresentada. Veremos que o ato humorístico caracteriza-se pela necessidade que enunciador e interlocutor possuem para compartilhar determinados saberes, necessários para que o efeito de humor seja concretizado, como vimos nos *posts* apresentados na seção anterior, nos quais é possível observar como o enunciador joga com a intertextualidade e interdiscursividade para produzir possíveis efeitos de humor.

Refletiremos sobre esta e outras peculiaridades do discurso de humor, como a presença da heterogeneidade, a fim de relacioná-las à análise do discurso político em tela. Traremos, ainda, estudos de Charaudeau (2006b) sobre os efeitos possíveis do ato humorístico.

De acordo com Possenti (2013, p. 27), os estudos sobre textos humorísticos têm aumentado ao longo dos últimos anos em diferentes campos de pesquisa, como a História, a Sociologia, a Psicanálise e a Psicologia. Nos estudos de linguagens, não poderia ser diferente, já que muitos trabalhos têm sido publicados e apresentados utilizando diferentes quadros teóricos. Para o autor, talvez seja possível afirmar que determinados ingredientes dos textos carregados de humor têm chamado a atenção de pesquisadores para os diversos gêneros presentes neste campo.

O autor considera a ação de explicar piadas uma tarefa antipática. Para ele, as piadas deveriam ser entendidas, já que o não entendimento pode acabar sendo considerado um sinal de pouca inteligência. Além disso, ter que explicar uma piada pode significar estragá-la. As piadas, entretanto, ainda que breves, nunca são fáceis. "Se as entendemos, isso não é uma prova de que são fáceis, mas sim de que damos conta de coisas (pelo menos de textos) relativamente complexas" (POSSENTI, 2013, p. 103).

Classificar piadas não constitui tarefa fácil e nem todas obedecem ao mesmo padrão. Por isso, é necessário que o "gatilho" do texto humorístico seja entendido. Isso significa que certos detalhes da cenografia[35] (que é o próprio texto da piada) não podem passar despercebidos, seja uma ambiguidade, uma quebra de expectativa, ou mudança de direção. Estas mudanças de direção no texto devem ser percebidas imediatamente pelo interlocutor para que o efeito de humor seja concretizado. Ou seja, os gatilhos devem ser "decifrados" (POSSENTI, 2013, p. 104-107).

Em contrapartida, quando se fala de cena de enunciação, considera-se esse processo "do interior", mediante a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola. Um texto é na verdade o rastro de um discurso em que a fala é encenada (2006, p. 250).

Na publicação abaixo, por exemplo, feita no perfil da personagem fictícia Dilma Bolada momentos antes a um debate eleitoral de 2014, é necessário que o internauta perceba que a palavra "coxinha"[36] se refere à ideologia de direita (contrária às propostas da candidata) e que a expressão "tucano assado" faz uma referência ao adversário

[35] Sobre as cenas enunciativas, Maingueneau (2008) esclarece que um texto não pode ser considerado um conjunto de signos inertes, mas sim um rastro deixado por um discurso em que há a encenação da fala. O autor propõe então, três noções de cena: *englobante*, *genérica* e *cenografia*. Sobre a cena *englobante*, podem compreendê-la como correspondete ao tipo de discurso que está sendo proferido (religioso, político, publicitário etc.). Já a cena *genérica* está relacionada aos diferentes gêneros do discurso que, por sua vez, definirão os papeis sociais que cada co-enunciador deverá assumir. Por fim, a *cenografia* não é um simples cenário, como se o discurso aparecesse de forma inesperada no interior de um espaço já construído e independente. Ela é, ao mesmo tempo, a fonte do discurso e aquilo que ele enquadra.

[36] Durante a campanha eleitoral de 2014, a personagem fictícia costumava se referir aos adversários políticos e seus apoiadores utilizando o termo "coxinha". A expressão, comumente utilizada na internet durante a campanha, pode ser entendida como uma referência a qualquer pessoa com postura política e ideológica mais conservadora.

político Aécio Neves. Somente com este entendimento é possível que a publicação traga o efeito de humor desejado.

Figura 16 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/36xQEH

Conforme explica Possenti (2013), para que um texto produza o efeito esperado, é necessário que o interlocutor compartilhe determinados saberes. Nas palavras do autor:

> Pode-se dizer que as piadas são facilmente compreendidas. Claro, há piadas que supõem leitores específicos, que partilhem de saberes - de memórias - específicos. Além disso, exige-se uma capacidade de sacar trocadilhos, duplos sentidos, alusões etc. Nesse sentido, as piadas são um tipo de texto específico, porque, se é verdade que todos os textos supõem algum 'conhecimento prévio' ou 'enciclopédico', a piada exige, além disso, uma precisão cirúrgica na leitura de certa passagem (em geral, seu final) (POSSENTI, 2013, p.111).

No próximo exemplo, também extraído do perfil no *Facebook* da personagem fictícia Dilma Bolada, é necessário, mais uma vez, que o internauta tenha determinados saberes para que o efeito de humor seja produzido. Na primeira imagem, são mostrados dois cantores americanos numa cena de confraternização. Da mesma forma, na segunda imagem, são mostrados Dilma Rousseff e seu adversário político Aécio Neves, também numa cena que exprime um clima agradável entre ambos.

A questão é que os cantores apresentados na primeira imagem viveram desentendimentos em público durante a premiação *Video Music Awards*, realizada em 2015 por um canal de TV americano. O sujeito enunciador aproveita-se do fato, muito comentado na época, para denegrir a imagem de Aécio Neves, insinuando que ele mantenha uma relação de falsa amistosidade com a presidenta.

Figura 17 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/RpzUrG

Além disso, a legenda da publicação traz a expressão “falsiane”, muito utilizada nas redes sociais digitais para se referir a uma pessoa considerada dissimulada. Por isso, para que a publicação provoque o efeito de humor desejado, é necessário que o internauta compartilhe de determinadas informações, amplamente divulgadas nas redes sociais digitais. A publicação faz, portanto, um jogo com a *heterogeneidade*, ao trazer referências diretas e indiretas a outros discursos. Neste caso, o discurso é criado a partir de outros discursos veiculados na internet.

Podemos analisar as referências diretas e indiretas a outros discursos a partir da explicação que Maingueneau (1997) propõe para os conceitos de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*, noções cunhadas por Authier-Revuz. Sobre os conceitos, Maingueneau nos explica que a *heterogeneidade mostrada* ocorre sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação. Já a *heterogeneidade constitutiva* não é marcada em superfície, mas é possível identificá-la no discurso, corroborando a tese de que todo discurso é constituído também por outros. A *heterogeneidade mostrada* se diferencia ainda, em suas formas *marcada* e *não marcada*. No primeiro caso, é possível percebê-la de forma clara nos discursos, por meio do uso de aspas, itálico ou discurso direto. Já no segundo caso, a identificação se faz através da ironia, discurso indireto livre, metáforas, alusões, paródia e estilização.

Na publicação acima, a piada exige que o leitor decifre um pequeno enigma para que o texto seja compreendido e o humor tenha efeito. Nas palavras de Possenti (2013, p. 111), no caso das piadas, "é necessário saber lidar de uma forma muito específica com um traço que, em outro tipo de texto, seria exatamente uma razão para que fosse incoerente". Isso significa que o leitor precisa compartilhar de determinados saberes para que o texto faça sentido. Em outros tipos de texto, não humorísticos, tal característica poderia ser identificada como um problema. No caso das publicações de Dilma Bolada, é preciso que o interlocutor esteja atento aos assuntos mais comentados na internet e também à linguagem utilizada nesse meio, em especial nas redes sociais digitais (como é o caso da expressão "falsiane").

Além disso, podemos considerar que a publicação utiliza a estratégia *ad hominem*, justamente por projetar uma imagem negativa, por meio do humor, do adversário político de Dilma Rousseff, Aécio Neves, chamando-o de "falso".

Conforme explica Maingueneau (2004), o discurso só adquire sentido no interior do universo de outros discursos, onde ele deverá traçar seu caminho. Nesse sentido, para interpretar determinado enunciado, é necessário relacioná-lo a outros. "O simples fato de classificar um discurso dentro de um gênero (a conferência, o telejornal etc.) implica relacioná-lo ao conjunto ilimitado dos demais discursos do mesmo gênero" (MAINGUENEAU, 2004, p. 56). Percebemos, portanto, que a publicação brincou com

outros discursos veiculados nas redes sociais digitais da época para que o efeito de humor desejado fosse alcançado.

2.5.1 – Os efeitos possíveis do ato humorístico segundo Charaudeau

A *priori* podemos compreender o riso como principal finalidade do ato humorístico. Entretanto, conforme explica Charaudeau (2006b), o texto carregado de humor poderá trazer consigo diversas outras intencionalidades, provocando, por consequência, diferentes efeitos em seu destinatário. Apresentaremos aqui algumas colocações feitas pelo autor sobre os efeitos possíveis provocados pelo ato humorístico. Antes disso, entretanto, se faz necessário introduzir ao texto algumas considerações sobre os três protagonistas do ato humorístico: o locutor, o destinatário e o alvo.

Segundo Charaudeau (2006b, p. 22), todo ato humorístico apresenta três principais eixos: o locutor, o destinatário e o alvo. O locutor é aquele que, dentro de determinada situação de comunicação, produz o ato de humor. É necessário, entretanto, que o locutor tenha certa legitimidade que o permita produzir o ato humorístico, isso porque em certas circunstâncias a mensagem pode acabar ferindo seu interlocutor. O próprio lugar que o locutor ocupa na situação de comunicação poderá dar a ele legitimidade, como é o caso dos desenhos animados, em que o artista é, por definição, um comediante. Já em outros casos, especialmente em conversas espontâneas, o locutor precisa fornecer os meios que justifiquem seu ato humorístico, para que não seja mal visto pelo seu interlocutor.

Já o destinatário pode se tornar vítima ou cúmplice do ato humorístico. Como cúmplice, se torna uma espécie de parceiro do locutor, sendo convidado a partilhar da mesma visão de mundo. Enquanto vítima, pode se tornar, ao mesmo tempo, destinatário e alvo do ato de humor, tendo todos os motivos para se sentir agredido. O alvo, por sua vez, pode ser uma pessoa (individual ou grupo), na posição de terceiro protagonista da cena humorística, e sobre o qual o ato de humor recai (CHARAUDEAU 2006b, p. 23).

Retomando os efeitos possíveis do ato humorístico, Falcão da Silva (2009, p. 75) nos explica que o locutor-enunciador humorista se encontra na origem de um efeito visado, enquanto o destinatário-interlocutor conivente está na origem de um efeito de

prazer, ainda que não existam garantias de que ambos os efeitos coincidam entre si. Como esclarece a autora, "essa problemática da intencionalidade obriga-nos a falar em efeitos possíveis, visto que não temos a segurança de que o efeito previsto pelo locutor-enunciador corresponda em tudo ao efeito produzido e construído pelo destinatário-interlocutor do discurso" (2009, p. 76).

Diante disso, em relação aos efeitos provocados no destinatário-interlocutor pelo ato de humor, Charaudeau (2006b, pg. 35) fala em possibilidades, já que nunca poderemos ter certeza de que o efeito pretendido pelo locutor-enunciador corresponderá, em todos os aspectos, ao resultado final. Entretanto, o autor discorre sobre a possibilidade de prever certos efeitos do ato humorístico, que vão corresponder a quatro tipos de conivências: *lúdica*, *crítica*, *cínica* e de *irrisão*.

A *conivência lúdica* descrita por Charaudeau (2006b, p. 36) corresponde a uma brincadeira por si só, uma fusão emocional entre o locutor-enunciador e o destinatário-interlocutor, livre de críticas e julgamentos. Ou seja, o ato humorístico não carrega segundas intenções, como fazer uma crítica social. Seu único objetivo é fazer rir, provocando efeito de humor.

A *conivência crítica*, por sua vez, carrega em si a intenção de atacar algo ou alguém, denunciando falsos valores. Ao contrário da *lúdica*, a *conivência crítica* pode se tornar agressiva, atingindo em cheio o alvo do ato de humor. Por isso, segundo Charaudeau (2006b, p. 36), é comum nos depararmos com esse tipo de ato humorístico nas caricaturas de imprensa e nas interações polêmicas dos debates políticos.

A *conivência cínica* é, por si só, destrutiva. Considerada mais forte que a *conivência crítica*, a *cínica* busca compartilhar uma desvalorização de princípios considerados pela sociedade como positivos e universais. Dessa forma, valores relativos ao homem, à moral, à vida e à morte são profanados de maneira explícita. Esse tipo de conivência pode estar, portanto, a serviço de um argumento *ad hominem*.

Por fim, a *conivência de irrisão* busca rebaixar seu alvo, retirando-o do pedestal em que se encontrava até então. Além disso, possui dois efeitos: o de denunciar o que seria uma usurpação de poder e também revelar a insignificância de uma suposta

posição de poder. Assim como na *conivência crítica*, a *irrisão* busca desqualificar seu alvo, mas sem qualquer desenvolvimento argumentativo. A desqualificação é brutal, sem apelação ou defesa possível. A legitimidade e importância do alvo são arrancados por meio desse tipo de ato humorístico (CHARAUDEAU, 2006b, p. 37-38).

Podemos considerar boa parte das publicações feitas pela personagem fictícia Dilma Bolada como exemplos que visam estabelecer uma *conivência crítica* com o interlocutor, uma vez que o ataque a adversários políticos é frequente em seu discurso. Entretanto, também é possível identificar traços da *conivência de irrisão* em determinadas publicações, que podem ser interpretadas como tentativas de desqualificar brutalmente personalidades políticas brasileiras.

Podemos considerar a publicação abaixo um exemplo de *conivência de irrisão*, já que o ataque a dois adversários políticos da presidenta é feito de forma direta e sem a possibilidade de desenvolvimento argumentativo.

Figura 18 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/f4GcCV

Na publicação de Dilma Bolada não há espaço para argumentação ou defesa de seus adversários, apenas a projeção de imagens negativas. A postagem é feita na data conhecida como "dia do beijo", jogando com o interdiscurso "beijo de judas" [37], oriundo do discurso religioso, ao apresentar duas personalidades políticas que se uniram para derrubar a presidenta Dilma Rousseff.

Também é preciso considerar a questão do interdiscurso, afinal, qualquer discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos. Isso significa que, para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-los a muitos

[37] Segundo os evangelhos sinóticos presentes na bíblia, foi por meio de um beijo que Judas identificou Jesus e faz com que soldados o prendessem. O evento é relacionado a uma traição entre pessoas que antes se identificavam como aliadas.

outros (enunciados que podem estar sendo comentados, parodiados ou citados, como vimos na seção anterior).

Por meio dos estudos de Charaudeau (2006b) apresentados, observamos os efeitos que o ato humorístico pode provocar, levando em consideração os diferentes contextos em que se situam locutor, destinatário e alvo. Na próxima seção, introduziremos as considerações de Zepeda, Franco e Preciado (2014) e Bonhomme (2016) sobre o uso do humor nos discursos políticos, suas especificidades e estratégias. Traremos ainda, algumas das observações de Machado (1995, 2014) e Maingueneau (1997, 2001) sobre textos carregados de ironia, uma vez que a personagem Dilma Bolada adota tal recurso com certa frequência.

2.5.2 – O uso do humor na produção do discurso político

Para abordar o uso do humor no discurso político, tomaremos como base, inicialmente, os estudos de Zepeda, Franco e Preciado (2014) sobre o humor como estratégia de persuasão, incluindo sua utilização na difamação e caricaturização de adversários políticos. Abordaremos, ainda, pesquisa de Lessa (2001) sobre o processo de caricaturização de atores sociais e de Bonhomme (2016) sobre o uso de caricaturas políticas. Por fim, traremos estudos desenvolvidos por Machado (1995) e Maingueneau (1997) sobre a ironia como recurso para produção do humor.

Para Zepeda, Franco e Preciado (2014), o humor sempre esteve presente na política. Nos tempos antigos, fazia parte das estratégias satíricas e irônicas usadas pelo povo para criticar maus governos. Posteriormente, foi introduzido como estratégia das elites dominantes para agradar e distrair as massas, dissuadindo-as de criticar o poder.

Nesse sentido, o humor tem sido utilizado como estratégia política para persuadir, informar e entreter as massas. Seu uso apropriado seria, inclusive, uma das marcas da verdadeira liderança, já que o sujeito que se mostra amargo, sombrio, irritado e chato dificilmente será seguido por um grande número de indivíduos. Além disso, o humor pode proporcionar maior visibilidade aos atores políticos, facilitando a captação da atenção do público.

Por isso, a utilização do humor para difamar e caricaturar adversários políticos, por exemplo, surge como importante estratégia política. Em campanhas eleitorais tais estratégias podem ser usadas como uma forma de gerenciar os afetos dos cidadãos, gerar empatia, persuadir e até provocar mudanças no comportamento dos eleitores.

Ainda de acordo com os supracitados autores, o uso do humor como estratégia de persuasão e como colaborador na construção de uma imagem positiva só é possível em sistemas democráticos, sustentados pela liberdade de escolha, concorrência e pluralidade. Nesses sistemas, o uso inteligente do humor torna-se uma vantagem na disputa por alcançar posições de poder.

O humor possuiria, inclusive, diferentes funções em sociedades com sistemas democráticos, sendo utilizado frequentemente como estratégia de propaganda política, a fim de alcançar os objetivos pretendidos. Além disso, facilita o processo de persuasão, funcionando como estímulo comunicacional que influencia atitudes, crenças e comportamentos dos cidadãos. O humor serve, ainda, para insultar, denegrir e ridicularizar adversários políticos, prática comum neste campo (ZEPEDA, FRANCO, PRECIADO, 2014, p.250-251).

O humor também teria a capacidade de gerar uma atitude positiva e boa vontade entre os ouvintes, já que tem a capacidade de fazer as pessoas rirem, agradando e seduzindo o cidadão. Ele pode, inclusive, aumentar as chances do público de se lembrar de frases, eventos e discursos políticos em que o humor estava presente. Isso porque o cidadão tende a se lembrar e identificar melhor o político com bom senso de humor. O político bem humorado ajuda a elevar o humor do público, superando os momentos cheios de tensão. Pode inclusive, superar fracassos de campanha com maior facilidade (ZEPEDA, FRANCO, PRECIADO, 2014, p. 251).

Para os autores, é possível afirmar que o humor afeta a orientação do voto dos cidadãos, gerando efeito sobre suas decisões e motivações políticas. Entretanto, para cumprir seu objetivo comunicacional, o humor precisa ser usado com moderação e sem abusos, seguindo o perfil cultural do público. Campanhas políticas costumam usar o humor como estratégia de comunicação, principalmente por meio da ironia e do sarcasmo. Esse tipo de ferramenta pode ajudar o candidato a se comunicar melhor, obter

maior ligação emocional com o eleitorado e tocar em assuntos sensíveis, mobilizando emoções primárias do público (ZEPEDA, FRANCO, PRECIADO, 2014, p. 252).

As campanhas encontram, no humor, terreno fértil para persuadir um público ansioso por representações cômicas que gerem momentos de alegria e felicidade. Além disso, para ser um bom candidato, é preciso saber contar histórias, ser divertido e fazer as pessoas rirem. Por isso, o candidato deve saber rir da sua própria humanidade e infortúnios. (ZEPEDA, FRANCO, PRECIADO, p. 252-253, 2014)

O humor tornou-se elemento estratégico, utilizado por diferentes candidatos que disputam o espaço político. Entretanto, os autores alertam para seu mau uso ou abuso, que pode criar um efeito reverso sobre seus utilizadores. Por isso, atores políticos devem desenvolver seu próprio estilo de humor, prezando também pela naturalidade.

> Os efeitos gerados pelo uso apropriado do humor no comportamento dos eleitores durante as campanhas eleitorais são diversos. Primeiro, torna mais eficiente o processo de comunicação política. Segundo, facilita o processo de persuasão e diferenciação eleitoral, ajudando também a criticar e ridicularizar os adversários. Finalmente, ele gera um viés positivo na plateia, ajudando a gerar um maior nível de armazenamento das mensagens transmitidas e, acima de tudo, permite ganhar o voto dos eleitores, gerando vantagens competitivas para os seus promotores. Nesse sentido, hoje, para conquistar o poder em um sistema democrático é necessária uma boa dose de bom humor. (ZEPEDA, FRANCO, PRECIADO, p. 254, 2014).

Outros autores também trazem diferentes expectativas a respeito do uso do humor na política. Um deles é Bonhomme (2016), para quem as caricaturas políticas têm sido objeto de estudos ao longo dos últimos trinta anos, especialmente quando se trata da análise de produções gráficas e, de forma mais esporádica, produções televisuais. Para ele, entretanto, a relação entre a caricatura política e internet tem sido tema de poucos estudos. Sobre este tema, o autor aponta uma espécie de consenso de que a internet renova as condições caricaturais, além da ideia de que o ciberespaço permite uma midiatização extrema desse tipo de produção.

O autor aponta, ainda, que a atual intensificação da caricatura política na internet favorece o surgimento de novas pesquisas sobre o assunto, que poderão avaliar de que maneira essas formas eletrônicas de expressão contribuem para a vitalidade do debate

democrático por meio da introdução de espaços de liberdade em detrimento dos poderes vigentes.

Ainda em relação ao processo de caricaturização, Lessa (2001) nos explica que se trata de uma espécie de acentuação de pequenos detalhes da personalidade de sujeitos sociais, uma projeção de traços do agir ou do caráter. No caso da caricaturização de atores políticos, a acentuação de determinadas características, positivas ou negativas, podem interferir na projeção e construção das imagens desses atores diante do público. Nesse sentido, podemos considerar Dilma Bolada uma espécie de caricatura da presidenta Dilma Rousseff na internet, tomando para si características marcantes da presidenta real e intensificando-as por meio do uso do humor.

Um dos recursos utilizados para introduzir o humor ao discurso político é a ironia. Segundo Machado (1995), no caso da ironia, o sujeito falante deseja transmitir algo que não pode ou não deve ser dito de modo explícito, apelando então para o que a autora chama de "contra-verdade", por meio da qual a mensagem é veiculada sem correr o risco de ser intitulada de grosseira ou agressiva. A ironia é, portanto, uma maneira de disfarçar aquilo que precisa ser dito.

Segundo a autora (1995), em nossa vida em sociedade, somos confrontados com certas palavras difíceis de se suportarem e que, por isso, devem ser amenizadas pelo riso. O uso da ironia, provocadora do riso nesse tipo de mensagem, serve ainda para realçar o ridículo das opiniões que se deseja combater e também como arma poderosa para seguir com o jogo da argumentação.

Entretanto, aquele que utiliza a ironia por meio da palavra escrita acaba não tendo como apoio a linguagem gestual. Por isso, só poderá contar com a ajuda de algumas estratégias linguageiras para se fazer entendido. Ele poderá ainda, fazer uso de palavras que não são suas e que toma emprestado de outros personagens, subvertendo seu significado e fazendo com que a ironia ecloda (MACHADO, 1995). Nesse sentido, Machado (1995) explica:

> Consideramos a ironia como um paradoxal meio de comunicação que traz em si mensagens claras para uns, obscuras para outros; inteligentes para uns, agressivas para outras... Se de modo geral o humor presente nas trocas linguageiras é bem visto e considerado

> simpático, a ironia tende a ser mal vista e o sujeito-que-ironiza é mais temido que querido por seus interlocutores que, por vezes, não hesitam em lhe colar a etiqueta de *pessoa irônica* com uma carga axiológica *não-positiva*. (MACHADO, 2014, p. 109)

Machado (2014) nos lembra ainda que como o diabo que salta de uma caixa, a ironia pode surgir quando menos esperamos, em um enunciado provocador ou simplesmente brincalhão, em um gesto, palavra ou olhar. Em suas publicações, a personagem fictícia Dilma Bolada utiliza a ironia como estratégia para provocar o riso e ridicularizar adversários.

Conforme também esclarece Maingueneau (1997)[38], nos discursos carregados de ironia, podemos observar um enunciador irônico que utiliza uma voz diferente da do "locutor", a voz de um "enunciador"[39] que possui um ponto de vista considerado insustentável. É como se o "locutor" assumisse as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam. Neste caso, é necessário que uma marca de distanciamento apareça entre as palavras e o "locutor". Afinal, caso contrário, o ponto de vista do "enunciador" lhe seria atribuído". Nas palavras do linguista:

> A enunciação irônica apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida. Classifica-se tal fenômeno como um caso de polifonia[40], uma vez que esse tipo de enunciação pode ser analisado como uma espécie de encenação em que o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula que falasse seriamente e do qual ele se distancia, pela entonação e pela mímica, no instante mesmo em que lhe dá a palavra (MAINGUENEAU, 2001, p. 175).

A ironia, portanto, subverte a fronteira entre o que é ou não assumido pelo "locutor", que coloca em cena um "enunciador" cuja posição absurda não pode assumir. Tal distanciamento, necessário ao "locutor", pode ser marcado por diferentes índices,

---

[38] Maingueneau, neste momento, retoma a teoria da polifonia de Ducrot. Os termos locutor, enunciador e sujeito enquanto ser do mundo. O locutor é aquele a quem pode se atribuir a responsabilidade pelo enunciado. Ele pode, ainda, introduzir em seu enunciador, encenar outros locutores/enunciadores ou outros enunciadores.

[39] Em relação à polifonia, Ducrot (1987) desmistifica o pressuposto de que cada enunciado possui um único autor. O sujeito falante não é, portanto, o único responsável pelo que enuncia, sendo possível perceber a presença de diferentes vozes num mesmo enunciado.

sejam eles linguísticos, gestuais ou situacionais. E é justamente devido à necessidade do uso de índices que podemos explicar as dificuldades existentes na transcrição da ironia (MAINGUENEAU, 1997).

Surge, a partir aí, uma diversificação de meios para que o enunciado irônico seja compreendido, como aspas, ponto de exclamação, reticências, entonação, exagero. Em caso de ausência de pistas e índices resta ao interlocutor confiar no contexto e, por meio dele, recuperar elementos contraditórios (MAINGUENEAU, 1997, p. 99).

Na publicação abaixo, são apresentados dois trechos de matérias publicadas por jornais estrangeiros, ambos favoráveis a Dilma Rousseff. A ironia, nesse caso, pode ser observada na legenda da publicação, onde a personagem fictícia utiliza a expressão "pão com mortadela"[41] para questionar se os jornais estrangeiros estariam sendo financiados pelo então governo para publicarem matérias favoráveis à presidenta Dilma Rousseff.

Figura 19 – *Facebook* Dilma Rousseff

[41] Termo comumente utilizado para depreciar simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e movimentos ligados à ideologia política de esquerda.

Fonte: https://goo.gl/GrdHuL

Para facilitar a percepção da ironia, é preciso que o interlocutor conheça o posicionamento político e ideológico da página de Dilma Bolada. Afinal, conforme nos esclarece (MAINGUENEAU, 1997, p. 99), a ironia é um fenômeno sutil e passível de análises divergentes, sendo necessário que o interlocutor se atente também para o contexto em que ela é empregada. No caso da ironia, ela está presente justamente quando a personagem fictícia sugere se os jornais estariam recebendo "pão com mortadela" para produzir matérias positivas para a figura de Dilma Rousseff. "Pão com mortadela" é uma expressão utilizada de forma pejorativa para depreciar movimentos ligados à ideologia política de esquerda e seu uso na publicação pode ser considerado exagerado e, dessa forma, irônico.

Precisamos considerar, ainda, a tentativa da publicação de afirmar a legitimidade de seu posicionamento contrário ao processo de *impeachment* e favorável à presidenta

Dilma Rousseff, por meio da citação direta dos jornais. Há, portanto, a presença da *heterogeneidade mostrada*, que se dá através das aspas.

Finalizamos aqui nosso percurso pelo segundo capítulo. Passamos por uma revisão de estudos sobre o uso das redes sociais digitais na veiculação do discurso político e gestão das imagens de atores políticos, abordamos algumas das especificidades da linguagem utilizada neste meio. Apresentamos as páginas de Dilma Rousseff e Dilma Bolada no *Facebook*, bem como algumas das estratégias utilizadas por suas publicações, incluindo o uso do humor. No próximo capítulo, introduziremos em nossa discussão teórica diferentes estudos sobre o gênero narrativa de vida e seu uso como estratégia para construção de imagens positivas dos atores políticos. Abordaremos ainda as três provas retóricas propostas por Aristóteles, com atenção especial ao *ethos* e aos diferentes *ethé* evocados pelos atores políticos. Por fim, nos debruçaremos sobre a questão dos imaginários sociodiscursivos.

CAPÍTULO 3 – AS NARRATIVAS DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DO SUJEITO POLÍTICO

3.1 – A narrativa de vida enquanto gênero discursivo

Em nosso terceiro capítulo, abordaremos o papel das narrativas de vida no processo de persuasão do discurso político (MACHADO, 2008, 2012, 2015, 2016; CARVALHO, 2016; MAIA, 2015; MACHADO, LESSA, 2013; EMEDIATO, 2016), incluindo o uso do *storytelling*, ou arte de contar a própria história. Estudos sobre as três provas retóricas de Aristóteles serão abordados, com atenção especial ao *ethos* e aos diferentes *ethé* evocados pelos atores políticos (CHARAUDEAU, 2006; AMOSSY, 2005; MAINGUENEAU, 2005, 2007; EGGS, 2008; MAIA, 2015). Nos debruçaremos ainda, sobre a questão dos imaginários sociodiscursivos, com o intuito de ampliar nosso referencial teórico sobre as estratégias utilizadas por atores políticos para ampliar a aderência dos cidadãos a seus discursos (CHARAUDEAU, 2006). Por fim, em nosso quarto e último capítulo, apresentaremos a análise dos *corpora* da pesquisa.

Além do uso das redes sociais digitais e do humor, as narrativas de si constituem outra marca da eloquência política contemporânea e cuja presença é possível observar nos *corpora* da pesquisa. O estudo apesenta um conjunto de falas da presidenta Dilma Rousseff, extraído de publicações feitas em sua página oficial do *Facebook*, bem como postagens feitas na página da personagem fictícia Dilma Bolada, entre 2014 e 2016. Boa parte dos fragmentos apresentados contêm relatos da biografia de Dilma Rousseff, também chamados de narrativas de vida. Por isso, consideramos pertinente apresentar aqui, ainda que brevemente, alguns estudos sobre o gênero narrativas de vida, em especial pesquisas desenvolvidas por Machado[42] (2008, 2012, 2015, 2016) e Carvalho (2016) sobre essa nova materialidade discursiva.

De acordo com Machado (2012), o gênero narrativa de vida é capaz de circular tanto no campo das ciências sociais quanto no da linguagem, manifestando-se enquanto metodologia entre 1918 e 1920 em obra organizada pelos sociólogos da Escola de Chicago (EUA), Thomas e Znanieckzi. Somente em 1970, o gênero teria chegado à

[42] Pesquisadora da Faculdade de Letras da UFMG e precursora dos estudos sobre as narrativas de vida dentro da Análise do Discurso.

França, por meio dos trabalhos do pesquisador Daniel Bertaux, numa perspectiva tanto sociológica quanto etnográfica. Deste momento em diante, o gênero ganha distintas nomenclaturas, como narrativa de si mesmo, história de vida, além do termo clássico autobiografia.

Machado (2016) nos explica que o termo "narrativa de vida" vem de uma tradução para *récit de vie*, conceito utilizado por Bertaux[43] para se referir ao ato de contar a própria história. O estudioso propõe uma concepção que considera a existência de um relato ou narrativa de vida a partir do instante em que um indivíduo conta para outro uma experiência pela qual passou. A presença do verbo "contar", entretanto, é essencial, já que significa que a produção discursiva do indivíduo tomou a forma de narrativa.

Em seus estudos, Machado (2016, p.80-81) entende o passado como fruto de uma reconstrução que pode ser realizada de maneira mais seca ou mais romanceada, dependendo da forma como é encarado. Por isso, ao relatar a própria vida, sentimentos são transformados em palavras, que surgem das lembranças de passagens vividas factualmente. Ou ainda, a narrativa é produzida devido à capacidade de imaginação do indivíduo, que produz algo fabuloso e que se mistura ao real.

Justamente por essa mistura entre ficção e realidade, é comum percebermos, por exemplo, que um mesmo indivíduo muda detalhes de sua fala ao contar o enredo de um filme ou livro, aumentando ou diminuindo certos detalhes, dependendo de seus interlocutores. Não porque se trata de uma pessoa mentirosa, mas sim porque possui certa tendência a dramatizar os fatos, mesmo em conversas quotidianas. Percebemos assim, que a descrição de uma realidade varia segundo a subjetividade de quem a conta, sendo dificilmente conservada da mesma forma como foi expressa pela primeira vez (MACHADO, 2016, p. 81).

[43] Sociólogo francês. Em 1997 publicou a primeira edição do livro *Les récits de vie: Perspective ethnosociologique*

A autora (2016, p.81) retoma os estudos de Benveniste[44] sobre a subjetividade da enunciação para concluir que as mudanças narrativas descritas acima nada mais são do que fruto da interação entre o sujeito-narrador e seu interlocutor. Isso porque ao falar sobre acontecimentos do passado, o sujeito-narrador leva em consideração os diferentes "tus" para os quais se dirige, adaptando certas formas linguageiras a cada interlocutor e à situação de comunicação em que se encontra, ora dando mais cor à narrativa, ora maior veracidade aos fatos, dependendo do efeito que gostaria de provocar.

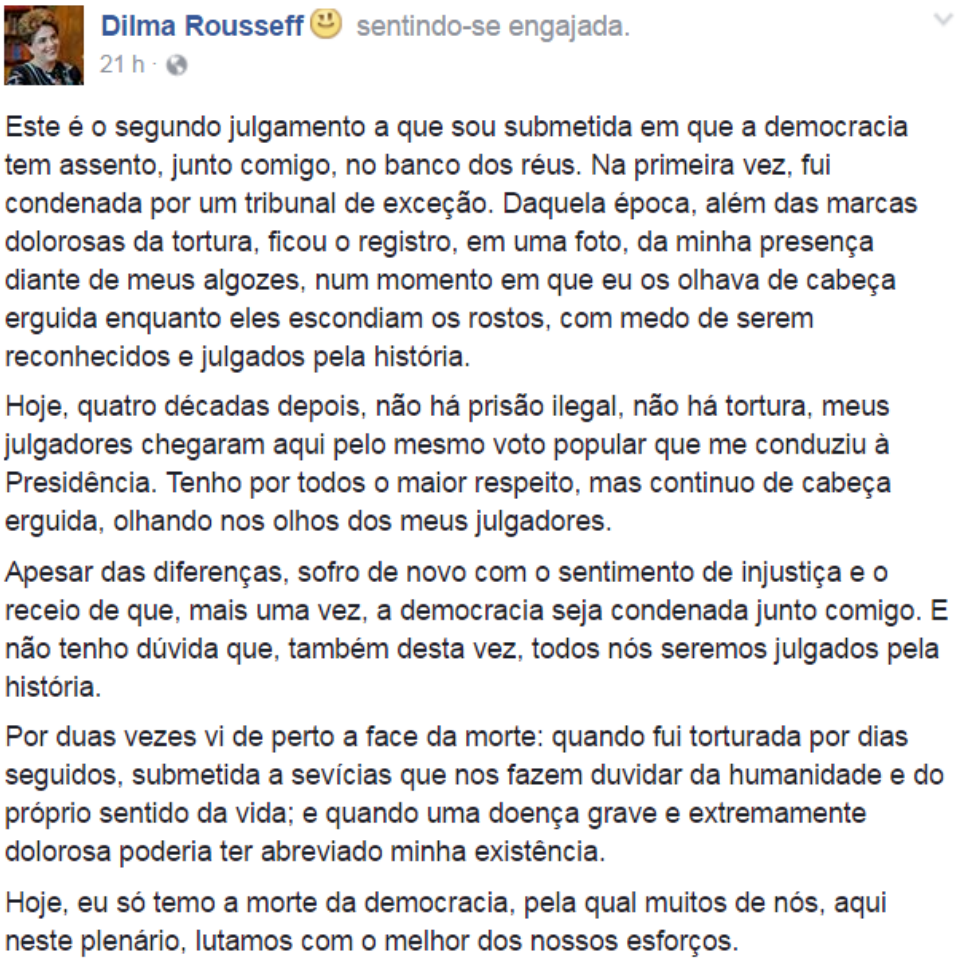
Machado (2016) nos lembra ainda, que o ato de contar passagens da própria vida também está relacionado, entre outras coisas, a uma espécie de catarse. Isso porque narrar acontecimentos pessoais a alguém pode trazer certo alívio e até aspectos de cura para aquele que conta. Afinal, narrar a própria vida também pode se assemelhar a um processo psicanalítico. "O relato de vida é também uma forma de liberação dos monstros que dormem no sótão das mentes dos narradores" (MACHADO, 2016, p. 134).

Retomando as pesquisas de Bertaux, a pesquisadora (2016, p. 85) nos explica que o estudo das narrativas de vida não precisa se dedicar unicamente a documentos estritamente genealógicos, como biografias ou autobiografias. Isso porque a narrativa de vida pode se localizar no interior de vários outros gêneros, como o poético (poesias, letras de música), o mediático (entrevistas, crônicas sobre quotidianos), ou o imagético (filmes, documentos, histórias em quadrinhos, quadros, *selfies*, etc.). Nesse sentido, se determinado sujeito descreve partes de seu passado e de sua vida durante uma entrevista para um veículo de comunicação, ele também estaria nos fornecendo material para o estudo das narrativas de vida.

Na publicação abaixo, feita na página oficial do *Facebook* de Dilma Rousseff, durante o processo de *impeachment*, temos um exemplo do uso das narrativas de vida no interior de outro gênero, onde é possível observar a presidenta trazendo trechos de sua própria história para construir uma argumentação contrária ao julgamento a que estava sendo submetida.

[44] Émile Benveniste, pesquisador francês que em 1966 publicou a obra *Problèmes de linguistiquegénérale I. Paris: collectionTel Gallimard*.

Figura 20 – *Facebook* Dilma Rousseff



Fonte: https://goo.gl/xkufSr

Na publicação, podemos observar que Dilma Rousseff faz uma ponte com seu próprio passado, trazendo experiências dolorosas vividas em sua juventude para integrar argumentos contrários ao processo de *impeachment* a que estava sendo submetida. Ao trazer do passado memórias sobre as torturas pelas quais passou na juventude, a presidenta busca projetar imagens de si baseadas nos traços de caráter tais como coragem, força e convicção na própria luta, que prossegue, no presente, por meio da defesa do próprio mandato. É possível observar, ainda, a construção de uma imagem de mulher forte e guerreira, uma figura de coragem com força interior suficiente para lutar e enfrentar os desafios do passado e do presente.

Outra recente pesquisa desenvolvida sobre as narrativas de vida é a apresentada por Carvalho (2016)[45], para quem num processo de contar a própria vida o sujeito se torna, ao mesmo tempo, autor e protagonista de uma história que é narrada a seu modo. Utilizando estratégias linguageiras específicas, ele daria a si mesmo e à própria existência as nuances que mais lhe agradam, mesmo que tal processo se dê de maneira inconsciente.

Assim, a pesquisadora (2016, p. 27) entende por narrativa de vida "todo processo discursivo assumido por um sujeito que tenha como objetivo contar a vida de um ser que exista ou existiu, seja ele próprio ou outro". Nesse sentido, vão constituir o objeto desse gênero narrativo os percursos vividos pelo indivíduo ao longo de sua existência, os momentos trazidos pelas lembranças, bem como sentimentos, relações interpessoais, crenças, valores e ideologias.

Carvalho (2016, p. 34) nos explica ainda que, justamente por ser uma produção discursiva, ao invés de apresentar a totalidade de uma existência, a narrativa de vida apresentaria uma versão possível da vida. Uma versão resultante da tentativa e esforço de um indivíduo que busca construir para si próprio e para outros uma identidade, uma vida carregada de sentido. Conforme detalha a pesquisadora:

> [...] acreditamos que a narrativa de vida não corresponda realmente à própria vida, nem mesmo à narração fiel desta, ainda que o narrador seja o protagonista da história contada e que recorra às suas lembranças, suas fotos, filmes e depoimentos de parentes. A narrativa de vida é uma materialidade discursiva, cuja produção envereda-se pelos diversos caminhos que o narrador pode tomar a partir do momento em que exerce seu papel de sujeito-falante, ao entrar no "mundo das palavras", sejam elas enunciadas oralmente ou por escrito (CARVALHO, 2016, p. 41).

E é por meio do uso de certos procedimentos narrativos e dotado de uma intencionalidade que o indivíduo traça uma trajetória com início, meio e fim e que seja compreensível, mesmo que os fatos não estejam organizados na ordem exata em que ocorreram (começando do nascimento e seguindo até a morte) (CARVALHO, 2016, p. 36).

[45] A pesquisadora foi orientada por Machado.

Diante dos estudos apresentados, ampliamos nossa compreensão sobre como se dá o processo de reconstituição do passado, feito por meio das narrativas de vida. Observamos que o ato de contar a própria história pode se tornar, inclusive, uma espécie de cura de memórias do passado, assemelhando-se a um processo psicanalítico. Na próxima seção, nos debruçaremos sobre os estudos das narrativas de si em discursos políticos, observando de que maneira o ator político pode fazer uso deste gênero discursivo no processo de constituição de uma imagem positiva de si próprio.

3.2 – A construção da identidade do sujeito político por meio das narrativas de vida

Nesta parte do trabalho, abordaremos recentes estudos desenvolvidos por Maia (2015) e Emediato (2016) que tratam da presença das narrativas de vida em discursos políticos. Também retomaremos, mais uma vez, pesquisas de Machado (2012, 2015) que trazem luz ao tema. É de nosso interesse compreender de que maneira as narrativas podem ser utilizados para ajudar na composição de determinadas imagens dos sujeitos políticos, bem como na eficácia de seus discursos. Afinal, conforme nos explica Maia, "[...] narrar uma história de vida seria a capacidade de construir um relato sobre a experiência dos acontecimentos vividos, utilizando determinadas estratégias de organização do discurso que visam à elaboração de certa identidade, de uma imagem de si." (MAIA, 2015, p. 141).

Em relação ao discurso político, a narrativa de vida acaba por adquirir um sentido um pouco mais amplo, na medida em que o sujeito pode ou não revelar determinados aspectos de sua vida íntima, mas também falar sobre sua dedicação no trabalho, coragem, esforço, luta e conquistas. O ato do sujeito de narrar passagens da própria vida em seus discursos também está relacionado à construção de mecanismos de identificação com o público, além da promoção de determinados valores associados à identidade política, principalmente pelo viés da emoção (MAIA, 2015, p. 142).

Ainda segundo o pesquisador, uma narrativa ou relato de vida pode se referir tanto a aspectos de ordem pessoal, íntima e familiar do sujeito político, quanto a aqueles que dizem respeito a sua atuação na vida pública. Essas duas facetas (íntima e pública)

ajudam a construir sua biografia, podendo privilegiar ora o íntimo, ora os atributos da ação política.

Conforme nos lembram Machado e Lessa (2013), todo político, ao falar sobre seu passado, reorganiza suas lembranças e reinterpreta sua história, se tornando, ao mesmo tempo, narrador e herói de sua vida. Ele precisa, entretanto, fazer escolhas sobre quais partes de seu passado merecem ser realçadas, delineando a imagem de um *eu ideal*. Informações que, em tempos passados, fariam parte de um discurso pessoal integram, cada vez com maior frequência, o discurso político. No caso das biografias e autobiografias de atores políticos, é preciso considerar se as histórias ali contadas não fariam parte das estratégias argumentativas do discurso político para produzir imagens positivas dos atores.

Fato é que a narrativa de vida pode ser considerada uma estratégia argumentativa no campo político, da qual, na sociedade atual, poucos conseguem escapar. O ato de narrar a própria vida surge quando menos se espera e de onde menos se espera. A prática de *falar-de-si-mesmo* pode ter como finalidade a realização de um balanço dos acontecimentos de uma existência, verificando se ela valeu ou não a pena. Há também aqueles que narram para justificar uma ação cometida, desabafar, dar um exemplo de conduta para a posteridade ou ainda pelo simples prazer de contar histórias (MACHADO, 2015, p. 4).

Entretanto, a autora (2015, p. 3) também nos lembra que, no domínio da Análise do Discurso, é sabido que nenhum ato de linguagem é aleatório e todos contêm um fim comunicativo. Em relação às narrativas de vida, suas visadas também têm como objetivo influenciar o público, seu modo de pensar e de aceitar determinado relato. Nas palavras de Machado:

> "[...] políticos também são seres humanos; logo, são sensíveis às vitórias e às derrotas da vida. Portanto, a estratégia da narrativa de vida pode ser uma espécie de "grito" sincero de um ser ferido recentemente ou há algum tempo. Assim, o uso da narrativa de vida carrega em seu âmago um sentimento de revanche contra alguém ou contra uma determinada situação em que sentimentos angustiantes dominaram o sujeito-falante. Seja de modo consciente, elaborado ou então, de modo espontâneo, o fato de contar sua vida em momentos mais ou menos solenes consegue quase sempre comover um auditório" (MACHADO, 2012, p. 15).

Já de acordo com Emediato (2016, p. 383), no domínio político, a retórica das narrativas de vida pode servir para fundar tanto a legitimidade quanto a credibilidade do sujeito político, além de integrar as estratégias de captação dos discursos. Trazendo como exemplo trecho de fala do ex-presidente Lula, o pesquisador nos mostra como o sujeito político pode se aproximar da realidade vivida pelo povo por meio de relatos autobiográficos, em que expõe situações de dificuldade pelas quais passou. Para ele, em locais onde boa parte dos eleitores vive em meio à pobreza e à desigualdade, como é o caso do Brasil, a argumentação política daria lugar a uma retórica narrativa que tende a anular o debate cidadão, reduzindo a relação entre o sujeito político e eleitores a um processo narrativo em que os papeis de benfeitor e beneficiário dominam a cena, ao mesmo tempo em que os papeis de cidadão e representante são apagados.

O autor prossegue explicando que, nestes casos, o sujeito político assume uma posição de narrador autodiegético que exalta seus próprios atos, incorporando o papel de benfeitor para o povo e se distanciando da argumentação voltada para a racionalidade. Nas palavras dele:

> O homem político assume a posição de narrador autodiegético que exalta as suas próprias ações: *eu fiz isso, eu fiz aquilo e tudo o que eu fiz e faço é por você, é para melhorar sua vida e a vida de seus filhos; eu dei a comida, o teto, os medicamentos, o leite e darei ainda mais*. Esses elementos parecem caracterizar, em parte, o discurso político populista e autodiegético. A narrativização da palavra política está no centro dessa retórica dafiguração do *ethos* para a pobreza que faz do homem político o benfeitor da cidade e torna o cidadão um beneficiário dependente da promessa de um dia melhor, da solidariedade e da bondade dos políticos, procedimentos bem distantes da racionalidade que exige o processo deliberativo (EMEDIATO, 2016, p. 384).

Observamos, portanto, que as narrativas de vida podem ser utilizadas no campo político como parte de uma estratégia argumentativa. Ao trazer relatos de um passado sofrido, por exemplo, o sujeito político se aproxima da realidade vivida por seu eleitorado, tendo a oportunidade de construir para si a imagem de benfeitor solidário, que passou pelas dificuldades da vida e saiu vitorioso.

A partir de agora, introduziremos à pesquisa alguns estudos sobre as motivações que levariam o sujeito, seja ele político ou não, a narrar trechos de sua própria história.

3.3 – Mas afinal, o que leva o sujeito a narrar a si mesmo?

Diante das reflexões já apresentadas sobre as narrativas de vida, retornamos mais uma vez Machado (2016) para trazer luz às motivações que levam um sujeito a narrar trechos de sua existência. Em seus estudos, a autora nos apresenta algumas possíveis razões, entre elas o alívio que a confissão de lembranças pode proporcionar àqueles que narram acontecimentos do passado. Entretanto, tendo em vista a dificuldade de apresentar todas as motivações possíveis, a autora nos propõe quatro possibilidades que levam indivíduos a fazerem relatos autobiográficos, ou "tipos" de sujeitos-narradores: i) o *sujeito-narrador testemunha de uma fatalidade*; ii) o *sujeito-narrador intelectual e criador de ideias*; iii) o *sujeito-narrador político*; iv) o *sujeito-narrador irônico*.

O *sujeito-narrador testemunha de uma fatalidade* encontrará, na escrita ou no relato oral de sua vida, uma sensação de cumprimento de dever, que levam o indivíduo a deixar consignados fatos do passado ligados à sua experiência para testemunhar sobre o que houve em tempos difíceis para toda uma coletividade. Nesse sentido, indivíduos que sofreram ou testemunharam atos bárbaros relacionados a catástrofes, guerras, violências, etc., sentem uma necessidade de expor aquilo que passaram. Entretanto, não é incomum que o narrador, ao contar sua experiência, se afaste de uma subjetividade individualizada, para que a realidade que ele deseja imprimir em sua fala não seja comprometida (MACHADO, 2016, p. 89).

Já o *sujeito-narrador intelectual e criador de ideias* é classificado pela autora como aquele que quer deixar algo de seu trabalho para a posteridade. Por isso, se apresenta por meio de eruditos ou intelectuais que desejam deixar sua criatividade, ideias e modos de encarar a vida como um exemplo para a posteridade, para que suas experiências sejam utilizadas por gerações futuras. Alguns intelectuais, em especial aqueles que discorrem sobre sua vida passada, costumam deixar que a intimidade se entrecruze às questões profissionais em seus relatos.

Em contrapartida, o *sujeito-narrador político* costuma ser bastante procurado, em especial pela mídia, para dar suas opiniões, falar sobre seu trabalho e também sobre sua vida passada. Tomando como exemplo trechos de fala do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Machado (2016) nos mostra o embate entre um *si íntimo*, ou aquilo que o sujeito é interiormente, e um *si social*, ou aquilo que o sujeito mostra aos outros, sem deixar de levar em conta uma imagem de si ou modo como o sujeito vê a ele mesmo ou

se imagina. Nesse sentido, o sujeito-narrador opera continuamente um jogo de máscaras.

Por fim, o *sujeito-narrador irônico* é aquele que ri de si mesmo, que gosta de brincar com as palavras, ironizando e parodiando. Como nos explica Machado (2016), tais sujeitos mostram como seus discursos são atravessados por vozes de outros, sujeitos-atores ou atrizes, no sentido teatral do termo.

Em nossa pesquisa, ao nos depararmos com trechos de fala carregados de relatos biográficos de Dilma Rousseff, podemos identificar um *sujeito-narrador político* que por vezes retoma passagens de sua vida íntima, talvez em uma estratégia para construir determinadas imagens de si ou justificar atos do presente. Entretanto, quando nos deparamos com relatos da presidenta que retomam os tempos da ditadura militar no Brasil, também observamos o surgimento de um *sujeito-narrador testemunha de uma fatalidade*, tendo em vista o histórico de militância de Dilma Rousseff no período da ditadura.

Na próxima seção, introduziremos à pesquisa, ainda que brevemente, o conceito de *storytelling*, ou arte de saber contar histórias. Nosso objetivo é elencar algumas das estratégias utilizadas pelos sujeitos políticos para fazer com que suas ideias sejam aceitas pelo público, incluindo a prática do *storytteling*.

Para isso, traremos mais alguns estudos de Machado (2008) e Maia (2015), com o objetivo de trazer luz a essa prática discursiva. Afinal, é por meio do *storytteling* que relatos da vida privada de atores políticos ganham importância, numa estratégia para agradar ao público e fazer com que ele seja fisgado através do apelo emocional.

3.4– *Storytelling*: a arte de contar histórias

Segundo Machado (2008), ainda que a arte de contar histórias exista desde que o mundo é mundo, a prática tem crescido e atingido outras correntes. O *storytelling* tem sido usado, por exemplo, em discursos com vocação persuasiva, incluindo a fala política. A prática, entretanto, pode se tornar banal, já que o homem político é tão entrevistado sobre os fatos de sua vida particular que não mais os esconde. Pelo

contrário, tem adotado o papel de celebridade ao permitir que sua vida privada seja exposta ao público. Nas palavras da autora:

> O fato é que a sociedade contemporânea tem misturado por demais os papeis sociais e linguageiros de uns e de outros. Tomemos o exemplo do homem político. Nos dias de hoje, ele é tão fotografado e entrevistado sobre os fatos de sua vida particular que, geralmente, não mais os esconde; muito pelo contrário, adota o comportamento de uma *vedette*de cinema ou de televisão. Assim, certos homens políticos tornam-se verdadeiros *celebrities*, ao deixar propositalmente sua vida particular ser "escancarada" aos olhos do público. (MACHADO, 2008, p. 168).

Tanto Machado (2008) quanto Maia (2015)[46] apontam o pesquisador francês Christian Salmon[47] como um dos principais precursores dos estudos sobre o uso do *storytelling* enquanto estratégia discursiva. Para ele (*apud* MAIA, 2016, p. 146), a partir dos anos 1960, a estratégia da comunicação política passou a ser dirigida diretamente à opinião pública, deixando de recorrer à imprensa quando era necessário transmitir informações. Desse modo, a comunicação política passou a criar um universo virtual novo povoado por heróis e anti-heróis, convidando o cidadão-ator a adentrar neste novo reino encantado.

Conforme também nos esclarece Maia (2015, p. 147), ao invés de trazer argumentos sobre projetos e ações da administração pública, a comunicação política passaria então a construir acontecimentos que desviassem a atenção do público, provocando suas emoções e conduzindo seu foco para outras situações. Nesse contexto, o uso do *storytelling* estaria direcionado a atingir o afeto e as emoções do público com o objetivo de provocar adesão ao discurso.

Para Salmon (*apud* MAIA, 2015, p. 147), conforme o exercício do poder presidencial vai se identificando com uma espécie de campanha eleitoral sem interrupção, a comunicação política tende a se voltar para uma retórica mais

---

[46] Tanto Maia quanto Carvalho foram orientados por Machado em suas teses. MAIA, Jader Gontijo. **Imaginários do discurso político e a construção da identidade: um estudo sobre narrativas de vida na entrevista política**. 2015. 207 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. CARVALHO, A. T. S. **O discurso da "santidade"em narrativas de vida de São Francisco de Assis e Francisco Cândido Xavier**. 2016. Tese (Doutorado em Programa de Pos-Graduaçao em Estudos Linguisticos) - Faculdade de Letras da UFMG.

[47] Em 2007 publicou o livro *Storytelling: lamachine à fabriquerdeshistoires et à formaterlesesprits*

performativa que tem como objetivo agir sobre as emoções dos eleitores. Nesse sentido, transmitir informações sobre decisões e programas de governo se torna menos importante e eleitores ficam cada vez mais próximos do público de um espetáculo, onde surgem personagens e histórias em algo mais próximo de uma encenação da democracia do que propriamente seu exercício.

Para o autor (*apud* MAIA, 2015, p. 147-148), nas sociedades hipermidiatizadas, a capacidade de estruturar uma visão política narrando histórias e não por meio do uso de argumentos racionais tornou-se fator fundamental para a conquista e exercício do poder. Nesse contexto, o sucesso de uma campanha não dependeria somente da coerência e eficácia do programa apresentado, mas sim da capacidade de mobilizar correntes de audiência e de adesão.

Finalizamos aqui nosso percurso no universo das narrativas de vida. Percebemos, com base nos estudos apresentados, que relatar a própria história pode ser considerado uma arte, ou ainda uma estratégia discursiva utilizada por atores políticos em seu empenho por provocar a adesão do público às suas ideias. A partir de agora, introduziremos à pesquisa alguns pontos sobre o *ethos* e a construção de imagens positivas de personalidades políticas.

3.5 – *Ethos*: construindo imagens de si

Após visitarmos estudos sobre o processo de exposição de histórias pessoais dos atores políticos, incluindo práticas como o *storytelling*, consideramos pertinente fazermos um percurso sobre o *ethos.* Por isso, propomos, nesta parte do trabalho, abordar alguns dos principais estudos sobre o *ethos*, partindo da Retórica de Aristóteles até sua apropriação pela AD. Reflexões sobre o *ethos* propostas por Amossy (2005) e Maingueneau (2005, 2011) serão abordadas, além de estudos de Charaudeau (2006) sobre o tema, incluindo suas considerações sobre os diversos *ethé* projetados pelos sujeitos políticos. Revisitar algumas pesquisas sobre o *ethos* se faz necessário neste trabalho, uma vez que, no campo político, discursos têm sido construídos com base nas imagens projetadas pelos sujeitos políticos.

Antes de iniciarmos nosso percurso pelo *ethos*, entretanto, consideramos pertinente contextualizar o surgimento da noção, pautada nas provas de persuasão propostas por Aristóteles. Em suas considerações, o filósofo distingue três provas retóricas, *ethos*, *pathos* e *logos*. O *ethos*, relacionado à construção das imagens do sujeito, reside no caráter moral do orador, afinal, o público tende a acreditar mais e com maior velocidade em pessoas que se mostram honestas e que não deixam margem para dúvidas em relação a seu caráter. Para o filósofo, entretanto, é necessário que a confiança resulte do discurso e não de opiniões prévias sobre o caráter do orador. Já o *pathos* está ligado ao campo dos sentimentos, se apresentando quando os ouvintes são levados a sentir emoções por meio do discurso, como tristeza, alegria, amor ou ódio (tais emoções seriam capazes de alterar o juízo do público sobre o orador e suas ideias). O *logos*, em contrapartida, se relaciona ao campo da razão, onde a persuasão se dará pelo discurso, pela verdade (ou o que parece verdade) apresentada pelo orador.

Antes de nos aprofundarmos no estudo do *ethos*, precisamos considerar, ainda que brevemente, a questão da indissociabilidade das três provas retóricas no processo persuasivo. Para Galinari (2014), os meios de persuasão devem ser encarados como dimensões do mesmo discurso e não somente como três categorias diversas ou momentos distintos de análise. Seria preciso, nesse sentido, olhar para os *corpora* levando em consideração uma inter-relação entre as três perspectivas propostas pela retórica (*logos*, *ethos* e *pathos*).

Conforme observamos, a noção de *ethos* pertence à tradição retórica. A concepção do termo, entretanto, designado pelos antigos como a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso da oratória, foi introduzida à AD, ganhando certa reelaboração. Conforme nos explicam Amossy (2005) e Maingueneau (2005), a AD, que costuma frequentar os mesmos *corpora* e se deparar com as mesmas problemáticas dos especialistas da argumentação, trabalha com interesses distintos. A própria Amossy introduz, na análise do *ethos*, a noção de estereótipo, desenvolvida em

trabalhos anteriores[48], propondo reflexões sobre a construção de imagens de si e sua relação com a representação coletiva cristalizada e com a atividade de estereotipagem.

Já Maingueneau trabalha a noção de *ethos* em direções que ultrapassam o quadro da argumentação, se debruçando sobre textos escritos e outros que não se inscrevem, obrigatoriamente, em situações de argumentação. O autor retoma as categorias de cena e de cenografia já trabalhadas em suas pesquisas anteriores para fazer um levantamento de como o *ethos* aparece não somente em discursos argumentativos, mas em toda troca verbal.

Podemos compreender o *ethos* enquanto imagem que o enunciador projeta de si mesmo durante o discurso, permitindo ao público construir para o locutor uma espécie de retrato ou desenho daquilo que ele é. Conforme elucida Amossy (2005), no processo de composição da própria imagem não é necessário que o enunciador fale explicitamente de si mesmo, detalhando suas qualidades. "Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa" (AMOSSY, 2005, p. 9).

Dessa forma, deliberadamente ou não, durante seu discurso, o locutor realizará uma apresentação de si mesmo, contribuindo para as imagens ou *ethos* que o público irá construir sobre ele. Amossy (2005) nos lembra ainda, que os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de imagens de si com o objetivo de garantir o sucesso da oratória. Por isso, as imagens construídas no e pelo discurso participarão da influência que o locutor exercerá sobre o público e vice-versa.

Em suas investigações sobre o *ethos*, Charaudeau (2006) também nos lembra que um ato de linguagem não pode existir sem que haja a construção de uma imagem daquele que fala. Para o linguista, sendo intencional ou não, a partir do momento que falamos emerge uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos. E é na tentativa de construir um *ethos* ou imagem positiva de si próprio, que o ator político

---

[48] AMOSSY; HERSCHBERG PIERROT. *Stéréotypes et clichés: langue, discours, société*. Paris: Nathan, 1997

empregará uma série de estratégias discursivas, sendo tomado por uma dramaturgia que o faça construir para si um personagem.

O *ethos* político se torna, ainda, resultado de uma alquimia complexa entre traços pessoais de caráter, corporalidade, comportamentos e declarações verbais. No discurso político, a construção do *ethos* é, ao mesmo tempo, voltada para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. Nas palavras de Charaudeau (2006, p.85), "mesmo sem atingir o topo do sucesso, o político encontra-se sempre tomado por uma dramaturgia que o obriga a construir para si um personagem, certa figura que vale como imagem de si, e que faz com que a construção do *ethos* tenha características próprias".

Nesse sentido, a construção do *ethos* do sujeito político só tem razão de ser se for voltada para o público, funcionando como um suporte de identificação de valores e desejos em comum. Por isso, o ator político deve mergulhar no imaginário popular mais amplamente compartilhado, atingindo o maior número possível de pessoas e funcionando como um espelho em que se refletem os desejos uns dos outros (CHARAUDEAU, 2006).

Maingueneau (2011), por sua vez, relaciona o *ethos* a uma maneira de se mover no espaço social, apreendida por meio de um comportamento que pode ser identificado pelo público. A identificação é feita por meio de um conjunto difuso de representações sociais que podem ser consideradas positivas ou negativas, cabendo à enunciação confirmar ou transformar tais impressões. O estudioso nos dá como exemplo o modelo do velho sábio, do jovem executivo dinâmico e da mocinha romântica, todos podendo ser identificados pelo público por meio de representações sociais.

Maingueneau (2011) também nos atenta para a grande possibilidade de fracasso quando o assunto é a construção de uma imagem positiva, uma vez que o *ethos* visado nem sempre condiz com o *ethos* produzido. No caso de um político que deseja transmitir uma imagem de aberto e simpático, por exemplo, existe o risco de ser percebido como um demagogo.

A noção de *ethos* proposta pelo autor vai além da persuasão por meio de argumentos, permitindo uma reflexão sobre o processo de adesão dos sujeitos aos discursos. Tal fenômeno fica evidente no caso de discursos como o político, o publicitário e o filosófico que, em detrimento dos discursos advindos de gêneros chamados por Maingueneau (2011) de "funcionais", tais como formulários administrativos ou manuais de instrução, têm como objetivo promover a adesão de um público que pode recusá-los ou até ignorá-los.

O autor nos atenta ainda para a existência de um *ethos* anterior à palavra, atrelado às representações e imagens coletivas pré-existentes sobre determinado sujeito. Isso significa que o público inicia a construção do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele comece a falar, existindo, portanto, uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo. Para o linguista (2005), o *ethos* discursivo está relacionado às imagens que o locutor constrói de si mesmo durante o discurso. Já o *ethos* pré-discursivo está associado às imagens e representações que circulam sobre o enunciador no espaço social, independentemente de sua interação verbal.

Especialmente no domínio político, os enunciadores costumam ser associados a um *ethos* pré-discursivo, que cada enunciação pode confirmar ou infirmar. "De fato, mesmo que o coenunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*" (MAINGUENEAU, 2005 pg. 71).

Conforme nos explica Lessa (2009), a existência de um *ethos* anterior à palavra foi problematizada a partir da noção de *ethos* aristotélico. Ao contrário de Quintiliano ou Cícero, retores romanos que conferiam importância à reputação dos oradores para o sucesso da argumentação, Aristóteles defendia a tese de que somente o que é expresso por meio da palavra teria influência na imagem do orador construída pelo público. Nesse sentido, informações já conhecidas sobre o indivíduo que argumenta não teriam importância na construção do *ethos*.

Retomando Amossy (2005, p. 137), compreendemos que o saber prévio que o público possui sobre o locutor, constituirá fator determinante na construção do *ethos*,

em especial quando se trata de personalidades já muito conhecidas (celebridades, figuras públicas, políticos). Nesse sentido, o *ethos* prévio precede a construção da imagem no discurso, fazendo com que o orador trabalhe para confirmar ou reelaborar sua imagem diante do público.

Na próxima seção, introduziremos aos estudos sobre o *ethos* já apresentados algumas considerações que envolvem o uso da razão e da emoção no processo de persuasão do discurso político.

3.6 – A construção do *ethos*: entre razão, emoção e imagem

Conforme nos indica Maia (2015, p. 32), a elaboração de um discurso e de uma identidade política que corresponda às expectativas do público deve levar em consideração as formas de organização de narrativas que articulem emoção, razão e aspectos da vida pessoal. Desse modo, a persuasão no discurso político estaria relacionada tanto com a ordem da razão, quanto com a ordem da paixão, sem deixarmos de considerar, é claro, as imagens de si ou *ethos* que o político procura construir.

Segundo os estudos de Charaudeau (2006), um discurso político precisa levar em conta o *logos*, fundado nas faculdades intelectuais, e também o *pathos*, pertencente ao campo dos sentimentos e emoções. Dessa forma, a persuasão e a encenação do discurso político passeiam tanto pela ordem da razão quanto pela paixão, misturando *logos*, *ethos* e *pathos*. Nas palavras do linguista:

> Para o político, é uma questão da estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (*ethos*) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (*pathos*) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político (CHARAUDEAU, 2006, p. 84).

A fim de nos aprofundarmos um pouco mais na noção aristotélica de *ethos*, dialogaremos também com Eggs (2008). O autor nos lembra que, no campo da retórica aristotélica, *ethos*, *logos* e *pathos* formam as três provas lógicas que são engendradas pelo discurso. Por isso, é possível afirmar que o *ethos* constitui a mais importante dessas três provas, uma vez que contribui de maneira efetiva para a consolidação do processo de persuasão. O *ethos* dependeria, entretanto, da capacidade do orador de mostrar

determinadas qualidades e inspirar confiança. Tais qualidades foram determinadas por Aristóteles como *phrónesis, areté* e *eúnoia*.

A *phrónesis*[49] é considerada a capacidade de ter "prudência", certo "ar ponderado" e "sabedoria prática", estando relacionada, portanto, ao campo da razão ou *logos*. A *areté,* compreendida como a capacidade de mostrar-se como homem sincero e honesto, apresentando suas virtudes e qualidades, corresponderia ao *ethos*. Já a *eúnoia* pode ser apresentada como a capacidade do orador de mostrar uma imagem agradável de si, de benevolência e solidariedade, estando ligada ao *pathos* (EGGS, 2008, p.29-56).

Segundo Maingueneau (2011), ao se recorrer à noção de *ethos* retórico, é comum que se faça um longo caminho até a retórica antiga, especificamente à retórica de Aristóteles, primeiro autor em que é possível encontrar uma elaboração mais conceitual sobre este campo de saber. Esse *ethos*, entretanto, está relacionado à própria enunciação e não a um saber extra-discursivo que o público detém sobre o enunciador. No caso de um discurso que inspira no público um sentimento de confiança, por exemplo, é necessário que essa confiança seja um efeito da enunciação e não uma previsão sobre o caráter do enunciador.

Ainda segundo nos explica Maingueneau (2011), em sua retórica, Aristóteles pretendia mostrar uma *technè*[50] cuja finalidade não é avaliar o que é persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas sim para tal ou qual tipo de indivíduo. Nesse sentido, o objetivo do *ethos* está em causar uma boa impressão de si, convencer o público e ganhar sua confiança. Já o destinatário deve atribuir determinadas propriedades àquele que se coloca como fonte do acontecimento enunciativo.

---

[49] Aristóteles define três tipos de saberes: *teórico*, *prático* e *poiético*, considerados virtudes *dianoéticas.* Os primeiros estão ligados à parte racional e intelectiva da alma, já o último à produção de determinada coisa. A *phrónesis* está relacionada ao saber *prático*, normalmente colocado a serviços de questões práticas e expressado por uma razão calculada. Ela se manifesta por meio da habilidade do orador de encontrar argumentos razoáveis, expressar a verdade e deliberar visando à felicidade. Nesse sentido, só seria feliz o homem que se guia pela razão.

[50] Aristóteles considera a *technè* uma das virtudes fundamentais ao ser humano: a capacidade de produzir algo com a ajuda do raciocínio. Ela não é, entretanto, algo mecânico por essência, e sim que possui capacidades intelectuais. A *technè* também pode ser traduzida como "arte", "habilidade" ou "perícia" (MOURA, 2010).

Segundo Charaudeau (2006, p. 180-181), entretanto, tentar atingir o afeto do público por meio de imagens e estratégias que provoquem a dramatização do discurso pode gerar consequências negativas ao processo democrático. Nas palavras do autor:

> O *ethos* é uma faca de dois gumes. De um lado, para o político, pois ele pode perder por causa de seu próprio *ethos*; de outro, para o debate democrático, pois a força do *ethos* pode fazer com que indivíduos adiram por fascinação – e de maneira quase cega – a pessoas e não a ideias. O debate público, lugar de troca e de oposição entre valores racionais, dá lugar a uma confrontação entre imagens de personagens políticos (CHARAUDEAU, 2006, p. 181).

Para o autor, tentar atingir o afeto do público dramatizando o discurso seria predispô-lo a aderir aos projetos e ideias defendidas. E, neste caso, Charaudeau nos questiona se não estaríamos assistindo a uma deriva do discurso político, importante para o regime democrático e responsável pela ligação entre a instância do poder e a instância cidadã. Isso porque, na contemporaneidade, a construção do discurso estaria mais ligada ao afeto do que à razão, mais aos sentimentos irracionais provocados no público do que à reflexão, mais pelas diferentes imagens pessoais que circulam no meio político do que pelos argumentos que deveriam ser discutidos. "Assim, o *ethos* teria uma função ofuscante que oculta o *logos* por seu jeito de evidência que não se discute" (CHARAUDEAU, 2006, p. 180).

É preciso salientar ainda que o discurso político não é dotado apenas do *logos*, organizado somente segundo a razão e desprovido de qualquer ingrediente passional. Os discursos que compõem a comunicação humana dificilmente separam (em sua realização empírica) a razão do afeto ou a argumentação da sedução. Nesse sentido, é necessário observar qual dos três elementos (*ethos*, *pathos* e *logos*) se mostra dominante no discurso, qual oculta os demais, qual se evidencia segundo as circunstâncias.

Charaudeau (2006, p. 180) prossegue sugerindo que observações parecidas devem ser feitas ao discurso político. É preciso observar em quais momentos o ator procura persuadir o público por meio de argumentos emocionais e em quais outros utiliza o timbre da razão.

Na próxima parte do trabalho, finalizaremos nosso percurso teórico sobre a constituição do *ethos*. Para isso, abordaremos as diferentes imagens representadas por atores políticos, seguindo mais uma vez, as proposições de Charaudeau.

3.7 – Os diferentes *ethé* evocados pelos sujeitos políticos

Em seus estudos sobre o *ethos*, Charaudeau (2006, p.118) elenca duas grandes ordens de valor que seriam imprescindíveis ao projeto de fala do sujeito político, ou duas grandes categorias de *ethos*: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação. É a partir dessas duas grandes ordens de valores, relacionadas à razão e ao afeto, que diversas figuras se aglutinam para a construção de uma identidade política.

3.7.1 – Os *ethé* de credibilidade

A credibilidade está relacionada à capacidade que o sujeito político tem de responder a certas condições que lhes são colocadas, com a finalidade de convencer o público de que tanto sua pessoa quanto suas ideias são dignas de crédito. A credibilidade, entretanto, é particularmente complexa, pois deve satisfazer ao mesmo tempo três condições: condição de *sinceridade*, que obriga o sujeito a dizer a verdade; condição de *performance*, que obriga o sujeito a cumprir o que promete; condição de *eficácia*, que obriga o sujeito a provar que tem os meios de fazer o que promete e que os resultados serão positivos. (CHARAUDEAU, p.120).

Sujeitos políticos buscam, antes de tudo, incorporar um *ethos* de credibilidade que é constituído pela articulação entre determinados aspectos da identidade social e da identidade discursiva, entre o que o sujeito quer ser e o que ele é. Buscam, com suas palavras, passar a ideia de serem portadores de atributos que lhes conferem credibilidade política, mostrando-se possuidores de experiência na atividade política e no domínio do *saber-fazer*. Tais requisitos são necessários para a construção de uma imagem de liderança. (MAIA, 2015, p.91).

Nesse sentido, um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se for possível verificar se aquilo que ele diz sempre corresponde ao que ele pensa, se tem meios de pôr em prática o que promete e se o que anuncia ou aplica é seguido de efeito. (CHARAUDEAU, p.119).

Ainda de acordo com Charaudeau (2006, p.137), tentar classificar e descrever as imagens que caracterizam os *ethé* de credibilidade não constitui tarefa fácil. Tais imagens são destinadas a tocar o maior número possível de pessoas e, justamente por

isso, os políticos costumam jogar com valores opostos e até contraditórios. É possível que o político se mostre, ao mesmo tempo, tradicional e moderno, sincero e sagaz, poderoso e modesto.

E para responder a essas condições de credibilidade, o político precisa construir para si o *ethos* de *seriedade*, de *virtude* e de *competência*.

3.7.1.1 – *Ethos* de seriedade

Este *ethos* é construído por meio de uma série de índices comportamentais que revelam capacidade de autocontrole diante de críticas, sangue frio diante de adversidades, grande energia e aptidão para o trabalho na vida política. Há ainda os índices verbais, como tom firme e comedido, escolha cuidadosa das palavras sem o uso de "frases de efeito", além de uma elocução continuamente serena. Tais índices são indicadores de uma postura de respeito ao outro e responsabilidade para com a vida. (CHARAUDEAU, p.120-122).

Podemos considerar o *ethos* de seriedade como requisito mínimo para o sujeito político, pois a conquista da credibilidade só será possível a partir do momento que a ideia de seriedade for associada ao sujeito. Se não for levado a sério, não conseguirá levar adiante seu projeto político e nem alcançar credibilidade suficiente para a adesão a suas ideias e propostas. (MAIA, 2015, p.88).

Em nossos *corpora*, especificamente nos pronunciamentos de Dilma Rousseff, é possível identificar que, de forma geral, um *ethos de seriedade* permeia as falas da enunciadora, que se mostra firme e com autocontrole diante das críticas de seus adversários. Especialmente no primeiro pronunciamento que analisaremos, há a presença de um tom firme que demonstra seriedade diante da iminente ruptura democrática. Veremos essa questão com mais detalhes no capítulo 4, dedicado às análises.

3.7.1.2 – *Ethos* de virtude

O *ethos de virtude* exige que o sujeito político demonstre fidelidade nas relações humanas, lealdade aos parceiros e adversários, acrescentando a isto uma imagem de

honestidade pessoal. É preciso tempo para construir uma imagem de virtude, já que é necessário que se perceba no sujeito a coerência entre seus pensamentos e ações durante a trajetória política. Por isso, o sujeito que deseja construir um *ethos de virtude* deverá apresentar uma imagem de pessoa transparente e que não guarda segredos que possam comprometer sua ética e moral (CHARAUDEAU, p.122-124).

Os trechos abaixo foram extraídos do pronunciamento de Dilma Rousseff para o Senado, no dia 29 de agosto de 2016, durante sessão de julgamento do *impeachment*. Podemos observar a tentativa de Dilma de construir para si uma imagem de virtude, especialmente pelas referências à sua honestidade pessoal e lealdade diante dos companheiros e compromissos assumidos.

> Entre os meus defeitos não está a deslealdade e a covardia. Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado (Dilma Rousseff – 29/08/2016).

> Todos sabem que não enriqueci no exercício de cargos públicos, que não desviei dinheiro público em meu proveito próprio, nem de meus familiares, e que não possuo contas ou imóveis no exterior. Sempre agi com absoluta probidade nos cargos públicos que ocupei ao longo da minha vida (Dilma Rousseff – 29/08/2016).

No primeiro trecho, a enunciadora fala sobre a lealdade que mantém diante de seus compromissos, princípios e companheiros de luta, o que denota integridade e fidelidade diante de suas ações e relações. Já no segundo trecho, ela deixa claro que nunca desviou dinheiro público ou enriqueceu no exercício de cargos públicos, afirmando sua integridade e honestidade pessoal. Ambos os trechos colaboram para a projeção de um *ethos de virtude*.

3.7.1.3 – *Ethos* de competência

Para construir um *ethos* de competência o sujeito precisa ser capaz de mostrar-se possuidor de um conjunto de saberes relativos a um campo de conhecimento, demonstrando domínio e habilidade para realizar determinadas atividades. Também é necessário se apresentar como aquele que possui os meios, o poder e a experiência necessários à realização dos objetivos propostos.

No trecho abaixo, também extraído do pronunciamento de Dilma Rousseff publicado em sua página no dia 29/08/2016, podemos observar a mobilização de um

ethos de competência, quando a enunciadora afirma ter assegurado todas as condições para que órgãos responsáveis investigassem e punissem culpados por corrupção.

> É notório que durante o meu governo e o do presidente Lula foram dadas todas as condições para que estas investigações fossem realizadas. Propusemos importantes leis que dotaram os órgãos competentes de condições para investigar e punir os culpados. Assegurei a autonomia do Ministério Público, nomeando como Procurador Geral da República o primeiro nome da lista indicado pelos próprios membros da instituição (Dilma Rousseff – 29/08/2016).

Como vimos, a enunciadora demonstra possuir os meios necessários para garantir que investigações fossem feitas pelos órgãos responsáveis, incluindo a garantia da autonomia do Ministério Público. Há, portanto, a projeção de um *ethos de competência*, relacionado ao ator político que possui o poder e a experiência necessários para cumprir determinadas tarefas.

Outra forma de incorporar este *ethos* é por meio de discursos que fazem referência à herança cultural, política e ideológica do ator político, além do seu nível educacional, experiência e funções exercidas durante a vida política, mostrando eficiência na gestão administrativa. O *ethos* pode aparecer, nesse sentido, em discursos onde o ator político fala sobre sua experiência na administração pública, seus feitos e experiências exitosas (CHARAUDEAU, p.125).

3.7.2 – Os *ethé* de identificação

As diferentes imagens que constituem os *ethé* de identificação colaboram para que o público identifique, nos valores apresentados pelo discurso político, suas próprias demandas e expectativas. O cidadão precisa se reconhecer neste espelho que lhe é mostrado, estabelecendo uma fusão de identidades entre ele e o sujeito político. (MAIA, 2015, p.92).

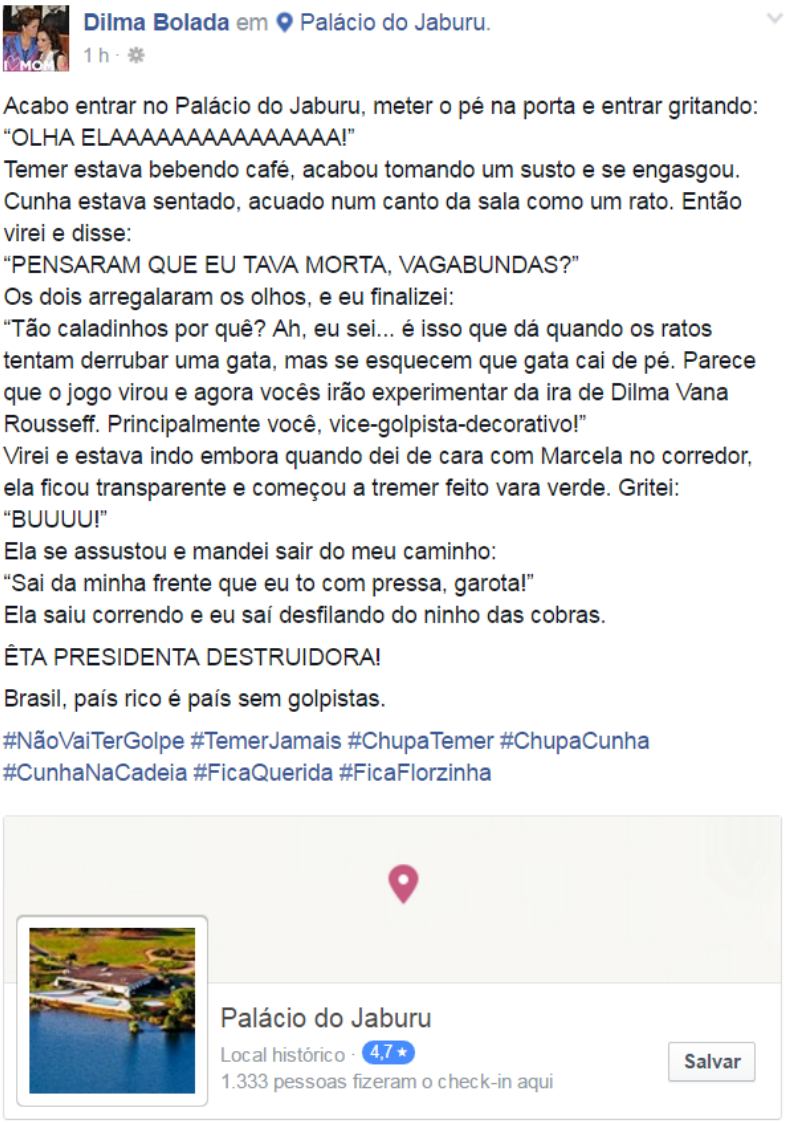
Apesar da multiplicidade de imagens, é possível destacar algumas mais recorrentes que caracterizam o *ethos* de identificação do discurso político, apresentadas a seguir (potência, caráter, inteligência, humanidade, chefe e solidariedade).

3.7.2.1 – O *ethos* de potência

O *ethos* de potência pode ser apresentado mediante uma figura de virilidade sexual, nem sempre declarada explicitamente. É denotada uma força vital, uma essência viril, algo que só poderia existir no homem que age sem medo. É preciso mostrar sua determinação em agir, afinal o homem viril não é só de palavras, mas também de ação.

No próximo *post*, também, podemos perceber uma tentativa de construir um *ethos* de potência, por meio de uma caricaturização de palavras e ações da personagem. Por meio da simulação de um diálogo, a personagem fictícia demonstra força e determinação no agir. A publicação foi feita no dia 9 de maio de 2016, logo após o então presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão, anular a tramitação do processo de *impeachment* na casa.

Figura 21 – *Facebook* Dilma Rousseff



Fonte: https://goo.gl/hZkMGS

No caso das publicações de Dilma Bolada, podemos perceber o uso do humor como meio de insultar e ridicularizar os adversários políticos de Dilma Rousseff. Tal prática, conforme nos apontam Zepeda, Franco e Preciado (2012), cujas reflexões apresentamos no capítulo dois, seção 2.5.2**,** é muito comum na política o uso do humor para expor a incoerência das ações dos adversários. Além do uso do humor, nos chama a atenção os verbos no imperativo, denotando que a personagem dá ordens a seus adversários. O uso de qualificações axiológicas negativas para se referir aos "golpistas" também precisa ser destacada, uma espécie de atitude de enfrentamento.

3.7.2.2 – O *ethos* de caráter

O *ethos* de caráter está relacionado à capacidade do sujeito de se controlar diante de situações perturbadoras, também sendo apresentando por meio da ideia de uma força interior do sujeito, uma força de espírito que não estaria necessariamente relacionada à força física.

Uma das representações importantes do *ethos* de caráter está concentrada na figura da coragem, ou capacidade de enfrentar adversidades sem enfraquecer e sem que seja preciso ceder às pressões políticas contrárias. A coragem pressupõe, portanto, uma força de convicção que fornece a certeza de que o sujeito político será capaz de representar o projeto mais coerente e eficiente. O político evoca para si a imagem de líder capaz de combater as dificuldades sem se deixar abater pelos possíveis riscos causados pelo enfrentamento.

O trecho abaixo também foi extraído do pronunciamento de Dilma Rousseff para o Senado, durante sessão de julgamento do *impeachment*.

> Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça. Luto pelo povo do meu país, luto pelo seu bem-estar. Muitos hoje me perguntam de onde vem a minha energia para prosseguir. Vem do que acredito. Posso olhar para trás e ver tudo o que fizemos. Olhar para frente e ver tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos (DILMA ROUSSEFF – 29/08/2016).

No trecho, podemos observar a construção de uma figura de coragem com força interior suficiente para enfrentar os desafios, evocando, assim, um *ethos de caráter*. Ao dizer que luta pela democracia, pela verdade e pela justiça, a presidenta projeta uma imagem de força que vem da sua coragem para seguir batalhando pelo que acredita. Ela afirma que, mesmo com as marcas do tempo, possui força suficiente para defender suas ideias e direitos.

A figura do orgulho também caracteriza o *ethos* de caráter, respondendo pela ambição do político em realizar grandes obras. Já a imagem de firmeza também pode ser evocada na construção deste *ethos*, trazendo a ideia de determinação inabalável no agir e na demonstração de energia.

3.7.2.3 – O *ethos* de inteligência

Este *ethos* pode ser percebido quando o sujeito político tenta se mostrar culto, apresentando o capital cultural herdado de sua origem social e formação. Isso explica porque políticos costumam publicar livros, aderir a convites da mídia para participar de programas culturais e frequentar exposições artísticas. O *ethos* de inteligência também pode corresponder ao domínio que o sujeito tem das regras do jogo, apresentando malícia e astúcia.

No *post* abaixo, publicado na página do *Facebook* da personagem Dilma Bolada durante o processo de *impeachment*, podemos observar a tentativa de construir um *ethos* de inteligência por meio de uma montagem que traz a ideia de guerreira dotada de perspicácia, astúcia, habilidade e malícia.

Figura 22 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/UCVmaS

Na imagem, há uma clara referência à série de filmes "Jogos Vorazes". Dilma Bolada assume a identidade visual da heroína da franquia e, consequentemente, características atribuídas a ela, como astúcia e perspicácia. A publicação integra o *corpus* escolhido para a pesquisa e vamos nos aprofundar em sua análise no capítulo 4.

3.7.2.4 – O *ethos* de humanidade

O ser humano é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos e compaixão para com aqueles que sofrem, mas também pela capacidade de mostrar suas fraquezas e gostos mais íntimos. O *ethos* de humanidade emerge quando o sujeito político busca demonstrar que está submetido às mesmas leis, direitos, deveres e limitações da vida que o público, buscando gerar identificação.

Na publicação abaixo, feita na página de Dilma Bolada, é possível observar uma tentativa de tornar sua imagem mais próxima à do público, demonstrando a simplicidade com que recebe uma chefe de estado. Dessa forma, a personagem pode gerar maior identificação com o público, numa tentativa de construir de um *ethos* de humanidade.

Figura 23 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/WLpTzC

3.7.2.5 – O *ethos* de chefe

O *ethos de chefe* é construído por meio das figuras de guia (guia-supremo, guia-pastor e guia-profeta), de soberano e de comandante. A figura do guia supremo surge a partir da necessidade de ter uma liderança capaz de manter a integridade da identidade de um grupo social. O guia-pastor é representado pelo sujeito capaz de reunir o rebanho, que ilumina e acompanha o caminho dos seus seguidores com tranquilidade e perseverança. Mostrando-se sábio, consegue conduzir milhões por meio da palavra. Já o

guia-profeta costuma se remeter ao futuro em seus discursos, também recorrendo a mitos e símbolos do passado.

A figura do chefe soberano é sustentada por discursos sobre a democracia, identidade nacional, soberania do povo, celebração do país e de seu regime institucional. Já a figura do chefe comandante é caracterizada pelo sujeito com imagem mais agressiva e autoritária, discursos com tom belicista e provocações a inimigos. Em nossos *corpora* de análise, especificamente nos pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff, é possível identificar menções à democracia e à soberania do povo brasileiro, assim como um *ethos de chefe*, que entendemos fazer parte da história discursiva da presidenta.

3.7.2.6 – O *ethos* de solidariedade

Entre as principais características do *ethos de solidariedade* está a capacidade de saber ouvir os problemas alheios, compartilhando os mesmos dramas, dilemas e conquistas. Além de estar atento às necessidades dos outros, o sujeito político também é capaz de se tornar responsável por elas.

No trecho abaixo, extraído do pronunciamento de Dilma Rousseff publicado em sua página do *Facebook* no dia 31/08/2016, observamos a construção de um *ethos de solidariedade*, baseado na figura de uma presidenta que se comove diante da miséria do povo e luta para combater o sofrimento enfrentado pelos brasileiros.

> Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade (DILMA ROUSSEFF – 31/08/2016).

Independentemente da construção das imagens de si e dos efeitos por elas causados, Charaudeau (2006, p.89-90) nos atenta para a fragilidade dessas imagens. Se hoje são adoradas, no dia seguinte as imagens construídas por um ator político podem ser rejeitadas pelo povo. Por isso, é preciso extrema cautela na construção do *ethos*, escolhendo um universo de crenças específico, em função da maneira como se imagina o público e do efeito que se espera produzir nele.

O autor também nos alerta para o fato do *ethos* ser composto por imagens versáteis, que podem se contradizer ou se complementar, produzindo ora efeitos positivos, ora efeitos negativos, dependendo das circunstâncias. Declarações desastradas ou gafes cometidas por atores políticos, por exemplo, podem soar como marcas de sinceridade, simplicidade e até de honestidade. Ao contrário, figuras de virilidade sexual, de orgulho e de chefe podem produzir efeitos negativos de arrogância, hipocrisia e autoritarismo. Já a construção de um *ethos* de coragem, por exemplo, pode não ser o esperado pelo público para um ministro da educação, provocando a derrocada de um ator político (CHARAUDEAU, 2006, p. 179-184).

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Maia (2015, p.38) nos diz que as imagens construídas são caracterizadas pela instabilidade e imprevisibilidade dos sentidos que produzem em diferentes contextos, não sendo garantida a sua eficácia. Por isso, podemos compreender o processo de construção da imagem de si como fenômeno complexo e dinâmico, sendo necessário que o ator político fique atento às mudanças no cenário político e, consequentemente, da opinião pública.

Finalizamos aqui nosso percurso sobre o *ethos*, onde nos debruçamos sobre os diferentes *ethé* projetados por atores políticos e suas estratégias para construir imagens positivas de si. Iniciaremos agora uma visita aos estudos de Charaudeau (2006) sobre os imaginários sociodiscursivos e sua presença no discurso político. Veremos a definição do linguista para os *imaginários de verdade*, sobre os quais atores políticos se apoiam para construir estratégias de persuasão. São eles os imaginários da "tradição", da "modernidade" e da "soberania popular".

3.8 – A questão dos imaginários na construção do discurso político

Como explicamos, consideramos pertinente apresentar aqui algumas das considerações feitas por Charaudeau (2006) a respeito dos imaginários no discurso político. Mais especificamente, abordaremos parte de seus estudos sobre os imaginários sociodiscursivos, com o intuito de ampliar nosso referencial teórico sobre as estratégias utilizadas por atores políticos para ampliar a aderência dos cidadãos a seus discursos.

Conforme nos explica Charaudeau (2006), se seguirmos o emprego corrente ou primeira acepção do dicionário para *imaginário social*, relacionaríamos o termo como aquilo que se opõe à realidade ou que é inventado. O conceito, entretanto, foi introduzido por Castoriadis[51] entre os anos 60 e 70, que o relacionou a um universo de significações que mantém uma sociedade unida.

A respeito dos imaginários sociais, Charaudeau (2006, p. 203) nos esclarece que se tratam de imagens da realidade, ou seja, imagens que interpretam a realidade e que a fazem adentrar num universo de significações. Entendemos que a realidade não pode ser apreendida como tal, uma vez que sua significação está diretamente ligada à relação que o homem mantém com ela através de suas experiências. Por isso, a realidade teria a necessidade de ser percebida pelo homem para poder significar, sendo justamente essa atividade de percepção significante a produtora dos imaginários que darão sentido à realidade.

Já os imaginários sociodiscursivos fazem parte de um conceito proposto por Charaudeau (2006, p. 206) para integrar a ideia de imaginário ao quadro teórico da análise do discurso. Segundo o autor, para desempenhar seu papel de espelho identitário, tais imaginários fragmentados, instáveis e essencializados precisam ser materializados de diferentes formas, seja nos tipos de comportamentos ou ritos sociais da vida cotidiana ou em atividades coletivas como aglomerações, manifestações e cerimônias. Outra forma de materialização dos imaginários é por meio da produção de produtos manufaturados ou tecnologias que conferem àqueles que os adquirem a sensação de possuir e dominar o mundo. Objetos emblemáticos que carregam em si certa simbologia também podem despertar valores identitários. Neste caso, bandeiras, insígnias e *slogans*, como a foice e o martelo, têm o poder de despertar determinados valores identitários.

Toda essa materialização dos imaginários precisa ser sustentada por uma racionalização discursiva. Afinal, grupos sociais produzem discursos diversos que conferem sentido a essas materializações, seja por meio de textos escritos ou da tradição

[51] Cornelius Castoriádis, filósofo, economista e psicanalista francês.

oral, transmitindo de geração em geração determinados imaginários e significações. É o caso das doutrinas religiosas, dos manifestos políticos e literários. Outros exemplos são os provérbios e ditados, que circulam na sociedade transmitindo determinados valores e imaginários. O mais importante, entretanto, é que textos, ditados, *slogans* e enunciados dos mais diversos sejam apresentados de maneira simples para que o público os compreenda facilmente. É o caso do imaginário de potência no discurso político, que pode ser evocado de diversas maneiras (CHARAUDEAU, 2006, p. 206, 207).

Diante do exposto, Charaudeau (2006, p. 207) conclui que os imaginários sociodiscursivos circulam em um espaço de interdiscursividade, dando testemunho das identidades coletivas e da percepção que grupos e sujeitos têm dos acontecimentos, bem como dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais. Na política, por exemplo, circulam diferentes imaginários sobre os comportamentos que os atores devem aderir, variando segundo a situação em que se encontram (campanha eleitoral, debates, reuniões, discursos televisivos). São imaginários relativos ao *ethos* que o sujeito político deve construir para si de acordo com a expectativa dos eleitores e que são frequentemente instrumentalizados com o objetivo de persuasão.

É sabido que o discurso político deve estar ligado a propósitos relacionados aos valores da vida em comunidade, sempre apresentados de maneira positiva. Charaudeau (2006) nos atenta, entretanto, para o fato desses valores estarem concorrendo com os defendidos pelos adversários políticos. Por isso, mais importante do que sua existência ou credibilidade é o que o linguista chama de "força de verdade" dos valores, uma força que deve ser maior que a do adversário ou de qualquer outro que a ela tente se opor.

3.8.1 – Os imaginários de verdade do discurso político

Diante do já exposto sobre a presença dos imaginários sociodiscursivos no discurso político, Charaudeau (2006, p. 209-210) propõe um reagrupamento dos discursos que tratam de determinados valores (como liberdade, justiça, benevolência, igualdade, tradição, harmonia), levando em consideração alguns dos imaginários sociodiscursivos que os estruturam.

Ele nos apresenta, então, o que considera os grandes tipos de *imaginários de verdade* do discurso político, sobre os quais sujeitos políticos se apoiam para construir estratégias que farão os cidadãos aderirem a suas propostas e ideias. São eles o imaginário da "tradição", imaginário da "modernidade" e imaginário da "soberania popular". Apresentaremos a seguir, ainda que brevemente, um apanhado sobre estes imaginários de verdade.

3.8.1.1 – O imaginário da tradição

Sustentado por discursos que retomam um mundo do passado, este imaginário nos faz lembrar um tempo no qual os sujeitos teriam conhecido um estado de pureza. Como um paraíso perdido para onde é preciso voltar e reencontrar as origens, este mundo do passado é descrito ou inventado, se estabelecendo uma filiação com ancestrais, territórios ou línguas. A exemplo da idade de ouro da antiguidade ou do éden descrito na bíblia, seus descendentes são tratados como herdeiros que possuem o dever de "retorno às fontes" ou recuperação da origem identitária (CHARAUDEAU, 2006, p. 211).

Tal imaginário de tradição sustenta discursos opressores que por vezes incentivam a violência contra tudo o que represente outras formas de viver e enxergar o mundo. Conforme pontua Charaudeau, não é incomum que sejam desenvolvidos discursos fóbicos contra outros indivíduos ou grupos e que justifiquem medidas de represálias como expulsões ou eliminações massivas.

Enfim, este imaginário é revisitado quando é necessário defender valores que, no passado, foram considerados fundadores de uma sociedade. Isso porque tal imaginário serve para tranquilizar a população diante de uma possível ameaça. Percebemos, portanto, que o imaginário de tradição pode servir tanto para justificar ações violentas de eliminação de outros sujeitos ou grupos quanto para impedir os efeitos negativos que progressistas cegos representariam (CHARAUDEAU, 2006, p. 212-214).

Em nossos *corpora* não identificamos a presença do *imaginário da tradição*, nem nos pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff e nem nas publicações de Dilma Bolada.

3.8.1.2 – O imaginário da modernidade

O imaginário de modernidade está relacionado à maneira como os grupos sociais percebem ou julgam o tempo presente, atribuindo a ele um valor positivo. O passado é percebido com traços de obscurantismo, enquanto o presente traz um estado de saber superior capaz de libertar do peso negativo da herança de tempos remotos e de criar novos modelos de pensamento e comportamento. O imaginário da modernidade se opõe, portanto, ao da tradição, promovendo discursos que justificam e valorizam as novidades (CHARAUDEAU, 2006, p. 214-216).

Por meio desse imaginário ganha especial importância a capacidade do homem de transformar o mundo por meio de seu pensamento, da criação manufatureira e das novas ferramentas que produz através da criação tecnológica. O imaginário de modernidade trata da importância do homem se libertar do domínio de potências obscuras (como as religiosas) e se voltar para a laicização e racionalização, assumindo o controle sobre seu próprio destino.

O imaginário da modernidade contempla discursos que valorizam a eficácia da ação do homem. Eficácia que é resultado da junção entre a competência (condição essencial para que o homem aja de maneira eficaz) e a vontade de agir (sem a qual ninguém poderia obter sucesso). O resultado da eficácia é fazer com que sonhos se tornem concretos, sendo necessária para isso a conjunção entre um *saber*, um *saber-fazer* e um poder de *ação*.

O imaginário da modernidade segue, portanto, uma crença na necessidade da existência do progresso para que o bem-estar do homem e das sociedades sejam atingidos. Charaudeau (2006, p. 217) nos explica ainda que discursos embasados no imaginário da modernidade costumam se organizar em duas vertentes: uma concentrada na *economia* e outra na *tecnologia*.

Sobre os discursos voltados para a *economia*, o linguista nos esclarece que não se trata da atividade que regula o comércio de bens e o mercado financeiro, mas sim “o modo de uma sociedade representar para si a legitimidade das maneiras de gerir a vida

coletiva do ponto de vista da produção e da repartição de riquezas" (CHARAUDEAU, 2006, p. 218).

Isso porque, a partir do instante em que se constatou que a natureza não seria mais capaz de fornecer todo o material necessário para sobrevivência do homem, foi realizada uma mudança na relação entre ambos. A partir daí a natureza não mais representava uma riqueza por si só, sendo necessário ao homem que a explorasse, utilizasse e transformasse. Tal mudança, entretanto, gerou problemas relacionados à escassez de recursos por parte da população, uma vez que nem todos são igualmente produtores de riquezas e também não possuem o mesmo acesso às riquezas criadas, gerando um desequilíbrio entre produção e consumo.

Dentro do discurso voltado para a economia são comuns dois tipos de abordagens, uma relacionada à uma "regulação controlada" das riquezas e outra à "autorregulação natural". Na primeira delas admite-se como verdade a existência da divisão da sociedade entre indivíduos dominadores (exploradores e donos das riquezas) e indivíduos dominados (explorados e com pouco ou nenhum acesso às riquezas).

São comuns, portanto, declarações políticas que revelam a desigualdade no acesso a bens e serviços bem como a exploração que grande parte da população sofre. Nesse sentido, seria fundamental a intervenção de um Estado soberano nas questões econômicas, distribuição das riquezas e garantia do acesso a serviços públicos (saúde, educação, segurança) de qualidade. Nas palavras do autor:

> Daí os discursos sobre a responsabilidade do Estado e a legitimidade de suas intervenções para organizar sob seu controle os serviços públicos tais como a educação e a saúde, permitir que cada um tenha um trabalho (luta contra o desemprego, assegurar "a formação ao longo da vida"), para aumentar o poder de compra dos menos favorecidos (redução de impostos, salário mínimo, assistências sociais diversas etc.) e melhorar a qualidade de vida reduzindo a duração da jornada de trabalho (CHARAUDEAU, 2006, p. 219).

Em contrapartida, o discurso de "autorregulação natural" se baseia na premissa de que as relações de força em uma sociedade são inevitáveis e que são, inclusive, garantia de certo dinamismo (afinal, cada indivíduo estaria tentando fazer melhor que seu vizinho). Nesse sentido, seria preciso deixar essa "natureza social" acontecer sozinha e de forma independente, se manifestando no plano da economia por meio de uma livre concorrência entre produtores de riqueza. "Trata-se aqui da lógica da dupla

causalidade natural: toda a criação de riqueza acarreta a aparição de novas riquezas, e a multiplicação das riquezas termina por atingir o maior número de indivíduos" (CHARAUDEAU, 2006). É nessa lógica (de autorregulação) que se baseiam os discursos que criticam a intervenção do Estado nos assuntos econômicos e que se mostram favoráveis a uma facilitação da atividade empresarial (defendendo a redução da carga tributária, por exemplo).

Já os discursos voltados para a *tecnologia* normalmente carregam imaginários relacionados à ideia de eficácia, competência e vontade de agir. Afinal, conforme nos explica Charaudeau, a técnica seria responsável por construir ferramentas capazes de gerir de modo mais eficaz a criação e circulação de riquezas, tendo como premissa a vontade de agir e a competência dos atores envolvidos. "Assim, reciprocamente, a preocupação com a eficácia faz buscar novas técnicas que estimulam a vontade de agir, fazendo crescer a competência de modo que o progresso técnico engendraria o progresso social" (CHARAUDEAU, 2006, p. 223).

Cada época produz determinado tipo de imaginário relacionado à tecnologia, que irá repercutir na organização social e econômica dos grupos sociais. Discursos que abordam questões tecnológicas tenderiam ainda a destacar os efeitos positivos do uso da tecnologia e a esconder os negativos, uma vez que o objetivo seja legitimar as novas tecnologias.

Conforme nos esclarece Maia (2015, p. 63), um dos pontos fundamentais nos estudos de Charaudeau sobre o discurso da modernidade é que este vigoraria como o ideal supremo de uma sociedade, carregando consigo uma ideia de superação do passado que independe da época ou condições em que é exposto. Em determinados momentos e situações, entretanto, as sociedades tendem a fazer um resgate de valores do passado e que representam determinada tradição, numa tentativa de recuperar uma identidade que tenha se tornado difusa ou de equilibrar os riscos tragos por uma modernização sem freios.

Nos *corpora* da pesquisa, não identificamos trechos específicos que carregassem o *imaginário de modernidade*. Mas é preciso salientar, entretanto, que nos discursos de Dilma Rousseff analisados, há a presença de trechos que fazem referência à

desigualdade no acesso a bens e serviços, assim como à exploração dos mais pobres (o que poderia se aproximar da classificação proposta por Charaudeau (2006) para o *imaginário de modernidade* pautado por um discurso voltado para a economia). Consideramos mais pertinente, entretanto, classificar tais passagens como relacionadas a um *imaginário da soberania popular*, pautado por discursos voltados para a igualdade, como veremos logo mais à frente.

3.8.1.3 – O imaginário da "soberania popular"

Segundo Charaudeau (2006, p. 227), o imaginário da soberania popular está presente em um mundo onde o povo é responsável pelo seu bem-estar e pelas decisões que refletirão diretamente em seu futuro, surgindo por meio dessa ideia o "mito da democracia". Por meio desse mito são feitas deliberações onde pontos de vista diferentes são confrontados, resultando numa opinião majoritária que deverá prevalecer. Como destaca o autor:

> É o mito da democracia. O povo é, então, erigido em entidade abstrata de razão, representante de uma opinião coletiva consensual resultante de uma deliberação ao longo da qual foram confrontados pontos de vista diferentes e tomadas decisões contrárias. Assim impõe-se a todos uma opinião dita majoritária. Isso faz com que – contrariamente ao imaginário da tradição, que propunha uma busca espiritual em direção a uma luz de origem – esse imaginário imponha uma luz pela vontade de um grupo, mesmo que este seja guiado por elites que se beneficiam dessa situação, pois a maioria jamais nasce espontaneamente (CHARAUDEAU, 2006, p. 227).

No trecho abaixo, extraído do pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado em sua página do *Facebook* no dia 15/04/2016, podemos observar que o *imaginário de soberania popular* proposto por Charaudeau (2006) é evocado, quando a enunciadora fala sobre a necessidade do respeito ao resultado das eleições presidenciais de 2014 em que foi eleita pela maioria dos votos.

> No próximo domingo teremos uma oportunidade de reafirmar, mais uma vez, nosso compromisso histórico com a democracia, a liberdade e o estado de direito.
> [...]
> O que está em jogo é o respeito à vontade soberana do povo brasileiro, o respeito às urnas. (Dilma Rousseff – 29/08/2016).

A enunciadora associa a perda de seu mandato a uma ameaça à continuidade do sistema democrático, afirmando que o respeito à soberania da vontade do povo estaria

em jogo. Em outros trechos deste e de outros pronunciamentos, como veremos mais à frente, no capítulo 4 da pesquisa, a imagem da presidenta é associada novamente a um *imaginário da soberania popular*, relacionado ao respeito à democracia e ao voto.

Ainda em relação a este imaginário, Charaudeau nos esclarece que três tipos de discursos correlatos podem ser constituídos: o discurso do direito à identidade, o discurso voltado para a igualdade e o discurso que fomenta a solidariedade.

O discurso do direito à identidade costuma abordar a questão da identidade de determinado grupo, tendo em vista as diferenças e semelhanças existentes entre grupos distintos. E é justamente por causa de divergências entre as identidades de diferentes grupos que Charaudeau (2006, p. 229) questiona se as relações que os grupos mantêm entre si são de integração e assimilação das diferenças ou de defesa do grupo e consequente preservação de sua identidade. Em suas palavras:

> De fato, tudo se passa como se opusessem duas soberanias com seus aspectos positivo e negativo. Uma, a *priori* aberta à presença do outro, tolerante em nome de princípios universalistas, mas que procura assimilar as diferenças e tornar o estrangeiro semelhante ao modelo dominante (foi o caso das colonizações). A outra, mais fechada, com um grupo que se sente ameaçado por um outro que desejaria assimilá-lo; essa soberania é impulsionada pelas forças das querelas locais que procuram defender seu domínio de influência identitário e às vezes até reivindica um retorno à sua identidade de origem em nome de princípios de identidade, de autenticidade étnica, histórica, religiosa (CHARAUDEAU, 2006, p. 229).

O autor nos adverte ainda que uma soberania pode se tornar intolerante e excludente diante da ameaça que outros grupos podem representar, chegando inclusive à eliminação física ou genocídio do outro.

Os discursos voltados para a igualdade, em contrapartida, exaltam uma sociedade que busca atingir uma justiça absoluta, apagando determinadas diferenças entre os sujeitos que vivem numa mesma comunidade. Ao pregarem a igualdade do ponto de vista econômico, tais discursos expressam a necessidade de nenhum indivíduo passar por qualquer estado de miséria. Também pode ser abordada uma divisão igualitária das riquezas ou pelo menos uma distribuição proporcional delas, garantindo a dignidade humana e a possibilidade dos indivíduos satisfazerem a maior parte de suas necessidades por bens de consumo. Por meio dessa perspectiva, podem surgir discursos que denunciem o confisco de bens por uma classe dominante.

No trecho abaixo, extraído do pronunciamento de Dilma Rousseff publicado em sua página no dia 29/08/2016, podemos observar a presença de um *imaginário de soberania popular* pautado sobre a questão da igualdade de direitos e de acesso às riquezas da nação.

> Desvincular o piso das aposentadorias e pensões do salário mínimo será a destruição do maior instrumento de distribuição de renda do país, que é a Previdência Social. O resultado será mais pobreza, mais mortalidade infantil e a decadência dos pequenos municípios. A revisão dos direitos e garantias sociais previstos na CLT e a proibição do saque do FGTS na demissão do trabalhador são ameaças que pairam sobre a população brasileira caso prospere o *impeachment* sem crime de responsabilidade. Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores (Dilma Rousseff – 29/08/2016).

Como vemos, o pronunciamento faz referência às possíveis consequências negativas do *impeachment*, relacionadas ao aumento da desigualdade social, da pobreza e à perda de garantias fundamentais da população. Ameaças às conquistas das mulheres, população negra e LGBT também são lembradas, fomentando a presença do imaginário pautado na igualdade de direitos.

Para Charaudeau (2006), discursos voltados para a igualdade também se referem à necessidade de se abolir diferenças nos tratamentos ofertados a pessoas de etnias, religiões, gêneros ou idades distintas. Enfim, por meio dos discursos de igualdade são propagadas diferentes reivindicações, como a garantia de direitos e à segurança (todo cidadão tem o direito a uma proteção para seus bens e sua vida). Conforme nos explica o linguista:

> Igualdade também ao olhar da lei que deveria reconhecer os mesmos direitos e os mesmos deveres a todos os cidadãos em relação à justiça, que deveria abolir o privilégio daqueles que estão investidos de uma responsabilidade institucional; estaria aqui a tarefa suprema do Estado. É aqui reclamada uma igualdade entre as elites e o povo, de maneira que a justiça seja igual para todos, sendo as pessoas "todas iguais perante a lei" (CHARAUDEAU, 2006, p. 235).

Por fim, os discursos voltados para a solidariedade estão diretamente relacionados aos da igualdade. Isso porque, uma vez detectada a falta de igualdade entre os sujeitos, é necessário promovê-la a qualquer custo. Por meio desses discursos é expressada uma vontade cidadã de fraternidade, uma consciência social que se deseja

ter como soberana. Por isso, não é incomum que por meio desse imaginário de solidariedade sejam criados movimentos de defesa das minorias, como mulheres e crianças vítimas de violência ou castigos cruéis, mutilações (excisões), mulheres privadas do direito de ver os filhos após uma separação, ou outras práticas justificadas por costumes e tradições arraigadas.

Conforme nos lembra Maia (2015), os discursos políticos não precisam se limitar, necessariamente, a um determinado imaginário. Pelo contrário, se têm como objetivo atingir o maior número possível de pessoas, é comum que os discursos tomem como base diferentes tipos de imaginários, numa tentativa de corresponder às expectativas distintas.

> Desse modo, o discurso político procura associar vários imaginários de verdade e essa conjunção de imagens tem se mostrado recorrente e parece indicar a intenção em atingir o maior número de indivíduos para fazê-los aderir a valores comuns, daí a necessidade de associar imaginários aparentemente opostos, construindo uma opinião média e muitas vezes difusa (MAIA, 2015, p. 67).

Como veremos com mais detalhes no capítulo 4 da pesquisa, dedicado exclusivamente às análises, é possível identificar a presença de diferentes imaginários nos pronunciamentos de Dilma Rousseff e também nas publicações de Dilma Bolada. Em relação à classificação proposta por Charaudeau (2006) para os *imaginários de verdade* do discurso político, observamos uma maior frequência do *imaginário de soberania popular* nos pronunciamentos oficiais da presidenta, especialmente quando tratavam de questões relacionadas ao respeito à democracia e à igualdade de direitos.

Finalizamos aqui nosso percurso pelo campo teórico, sem deixar de trazer exemplos práticos para ilustrar a teoria apresentada, incluindo parte do *corpus* de análise. Passaremos agora, para o último capítulo que integra nossa pesquisa, nos debruçando sobre os pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff e publicações feitas na página da personagem fictícia Dilma Bolada.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE GERAL DOS *CORPORA*

Neste capítulo, apresentaremos, em um primeiro momento, alguns aspectos sobre os sujeitos envolvidos no ato de linguagem a partir de Charaudeau (1983, 2001, 2008, 2010), a fim de elucidar a complexidade subjacente à enunciação dos *corpora* aqui analisados. Afinal, trabalharemos em nossas análises com o conceito de *sujeito-enunciador* (EUe) proposto pelo linguista. Num segundo momento, após refletirmos sobre os aspectos teóricos apresentados, abordaremos algumas questões sobre as condições de produção dos *corpora*, importantes para o andamento de nossas análises. Por fim, num terceiro momento, iniciaremos de fato as análises dos pronunciamentos oficiais da presidenta Dilma Rousseff, publicados em formato de vídeo em sua página oficial do *Facebook,* e publicações feitas pela personagem fictícia Dilma Bolada também no *Facebook.*

Conforme nos explica Charaudeau, o sujeito do discurso não é "uno". Ele se constrói segundo um princípio de alteridade e pode se dividir de mais de uma maneira. Ao se desdobrar segundo os papeis que desempenha em seu próprio ato de linguagem, pode se apresentar ora como *sujeito-comunicante* (EUc), ora como *sujeito-interpretante* (TUi). No ato de linguagem, o EUc é aquele que está presente na instância de produção, correspondendo ao indivíduo real que transforma sua realidade em palavras e as direciona a um interlocutor, o TUi.

Para Charaudeau (2001), o ato de linguagem é um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*. O *fazer* é compreendido como lugar da *instância situacional* definida pelo espaço que ocupam os responsáveis deste ato. O *dizer*, em contrapartida, é o lugar da *instância discursiva* definida como uma *encenação* da qual participam seres de palavra. O linguista considera, portanto, que o ato de linguagem é uma totalidade indissociável formada por um *circuito externo* (fazer) e um *circuito interno* (dizer). É no circuito externo que encontramos o *sujeito-comunicante* (EUc) e o *sujeito-interpretante* (TUi).

Entretanto, há outros dois participantes do ato de linguagem que precisam ser considerados, um *sujeito-enunciador* (EUe) e um *sujeito-destinatário* (TUd), pertencentes ao *circuito-interno*. O EUe corresponde à imagem projetada pelo EUc em

seu ato de fala, uma espécie de voz que se materializa por meio de representações. Já o TUd corresponde ao interlocutor ideal também projetado pelo EUc. Entretanto, nem sempre o TUd imaginado pelo EUc terá as mesmas características do TUi, sujeito interpretante real do ato de linguagem.

Para melhor exemplificar a teoria apresentada, traremos o esquema a seguir, proposto por Charaudeau (2008):

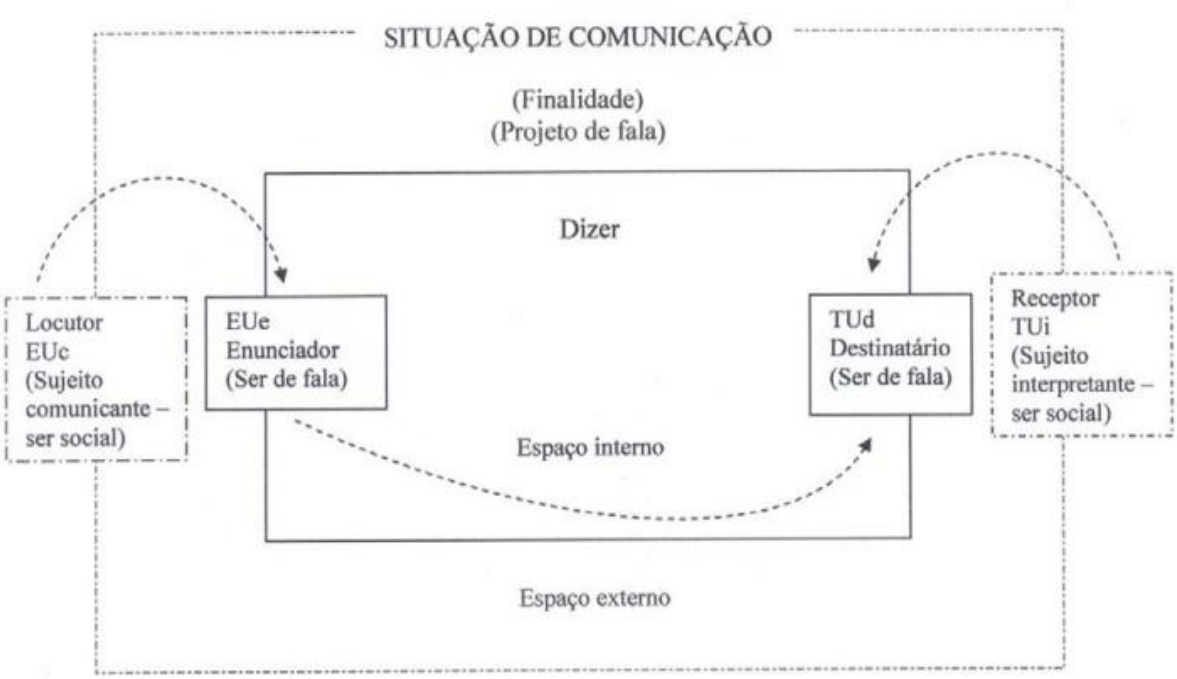


Figura 24: Ato de linguagem

Fonte: CHARAUDEAU, 2008. p.52.

Como podemos observar por meio do esquema, é no *circuito interno* onde as estratégias de persuasão do discurso se manifestam e onde são projetadas as diversas imagens e *ethé* construídas para o EUe. Já no *circuito-externo* se encontram os sujeitos reais do ato de comunicação, materializados por meio do EUc e do TUi.

Se trouxermos a teoria para o universo dos *corpora* de nossa pesquisa, podemos compreender que Dilma Rousseff e o criador da página de Dilma Bolada, Jeferson Monteiro, são *sujeitos-comunicantes* (EUc) que constroem imagens projetadas que se materializam através de *sujeitos-enunciadores* (EUe). Precisamos considerar, entretanto, que o *sujeito-comunicante* (EUc) subjacente à construção da página pode ser compósito, ou seja, formado por uma equipe de assessoria de comunicação que mantém a página do *Facebook* da presidenta atualizada, cuidando dos trechos de seus pronunciamentos que ganharão destaque nas redes sociais digitais. O meio digital é, nesse sentido, utilizado por esse *sujeito-comunicante* (EUc) compósito para dar visibilidade à política e construir imagens positivas dela.

Em relação às condições de produção dos *corpora* da pesquisa, consideramos necessário destacar alguns pontos. Especificamente sobre o primeiro pronunciamento de Dilma Rousseff a ser analisado, publicado em sua página oficial do *Facebook* no dia 15/04/2016, observamos que ele foi, inicialmente, produzido para ser exibido em cadeia nacional de rádio e televisão, o que não aconteceu. O pronunciamento foi, então, publicado na íntegra na página da presidenta. Podemos verificar, portanto, que o pronunciamento tinha como público-alvo, inicialmente, diferentes camadas sociais. Entretanto, ao ser veiculado somente em sua página oficial, podemos presumir que o alcance foi significativamente reduzido, ainda que parte da grande mídia possa ter repercutido o pronunciamento.

Ainda em relação às condições de produção dos pronunciamentos de Dilma Rousseff, observamos que o segundo pronunciamento analisado foi realizado no Senado, durante o julgamento do processo de *impeachment*, e veiculado ao vivo em sua página do *Facebook*. Da mesma forma, o terceiro e último pronunciamento que analisaremos foi feito no Palácio da Alvorada, logo após o resultado final do processo, e transmitido ao vivo na página da presidenta.

Percebemos, portanto, que nenhum dos três pronunciamentos analisados foi criado especificamente para o ambiente *online*, ainda que tenham sido veiculados na íntegra na página oficial de Dilma Rousseff e desmembrados em novas publicações voltadas para as redes sociais digitais da então mandatária. Ao veicular os pronunciamentos, entretanto, ou desmembrá-los em outras publicações, a página oficial

integra elementos característicos da linguagem[52] utilizada nas redes sociais digitais, como o uso das *hashtags*[53] "pela democracia" e "lutar sempre".

As publicações feitas na página do *Facebook* de Dilma Bolada, em contrapartida, encontram nas redes sociais digitais seu público-alvo, sendo produzidas especificamente para o ambiente *online*. Observamos, portanto, que os *posts* usam elementos da linguagem comum aos internautas, incluindo o uso das chamadas *hashtags* "não vai ter golpe", "Temer golpista", "vem pra democracia" e "fica querida", utilizadas por internautas contrários à destituição de Dilma Rousseff do cargo.

Ainda sobre Dilma Bolada, é importante destacar que se trata de um plano ficcional, que lança mão do humor e da caricatura. Trata-se, portanto, de uma caricaturização de palavras e ações da personagem, feitas pelo criador da página, Jeferson Monteiro. É ele o responsável por atualizar as publicações, criando as diferentes imagens e *ethé* que serão projetados a partir dos *posts* de Dilma Bolada.

4.1 – Análises dos pronunciamentos de Dilma Rousseff veiculados no *Facebook* durante o processo de *impeachment*

Iniciaremos nossa análise com os pronunciamentos de Dilma Rousseff publicados em sua página oficial do *Facebook*, em formato de vídeo, durante o processo de *impeachment*, até sua consumação. Ao todo, serão analisados três pronunciamentos, realizados em momentos distintos do processo. Para facilitar o processo de análise, os pronunciamentos foram fragmentados em trechos menores.

Conforme detalhado na introdução da pesquisa, utilizaremos quatro categorias de análise para os pronunciamentos de Dilma Rousseff: *ethos*, imaginários sociodiscursivos, narrativas de vida e polêmica.

Grifaremos, em cada trecho dos pronunciamentos analisados, recursos linguísticos empregados a serviço da construção das estratégias de projeção de *ethé*,

---

[52] No capítulo 2, seção 2.2, nos debruçamos sobre as especificidades da linguagem utilizada nas redes sociais digitais, incluindo o uso de elementos paralinguísticos.

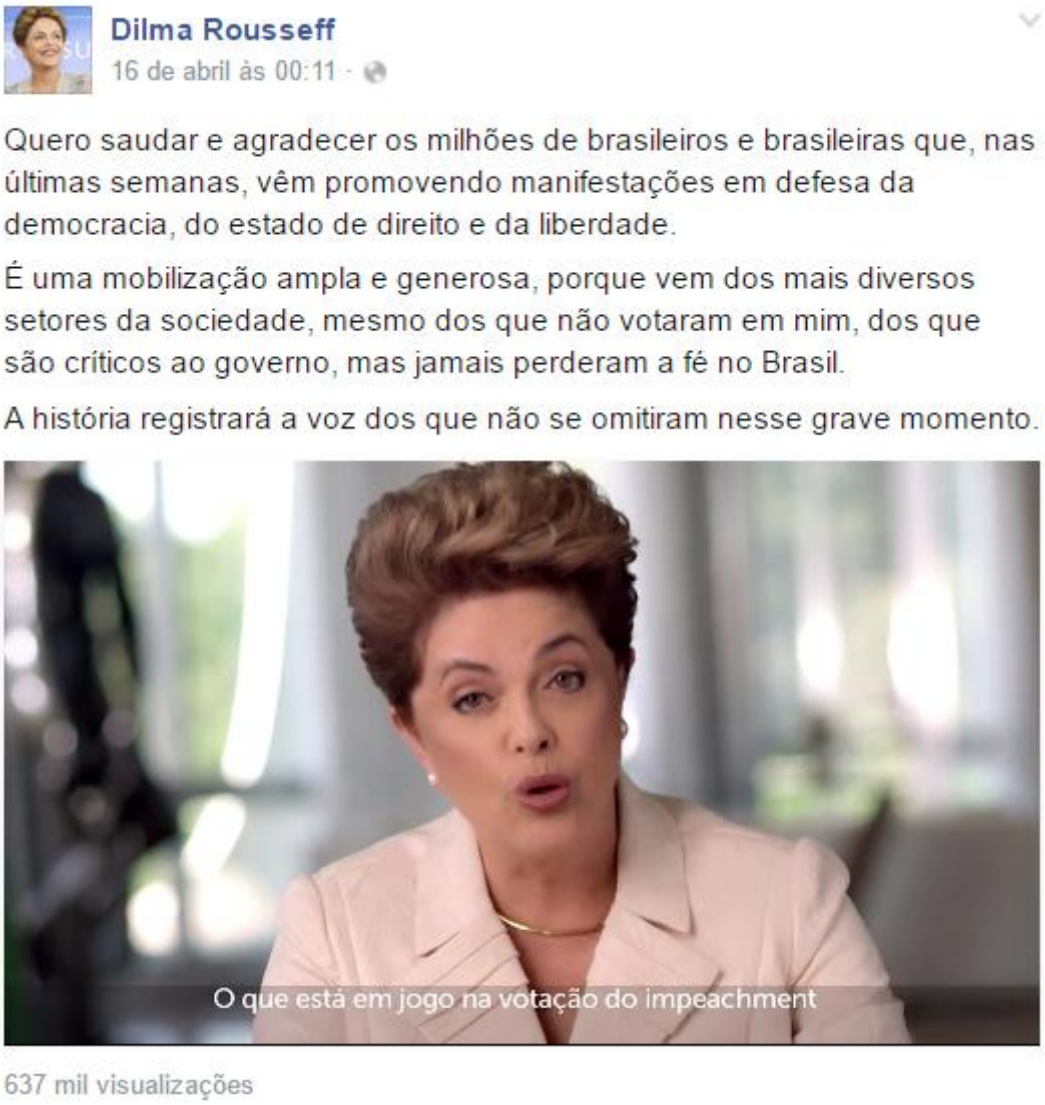
[53] *Hashtags* são constituídas por palavras-chave ou frases associadas a determinadas informações, precedidas do símbolo cerquilha (#).

mobilização de imaginários, narrativas de vida e polêmica, com o intuito de facilitar sua identificação.

4.1.1 – Pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado no dia 15/04/2016

O primeiro pronunciamento que analisaremos, presente no Anexo I da pesquisa, foi preparado e gravado para ser exibido em cadeia nacional de rádio e televisão, como um pronunciamento oficial da presidenta. Entretanto, diante da possibilidade de ser veiculado um pronunciamento que contestasse o *impeachment*, foram protocoladas ações civis na Justiça Federal de Brasília pelo PSDB e Solidariedade, numa tentativa de impedir sua veiculação. Independentemente da decisão da justiça, o pronunciamento não foi transmitido pelo rádio e pela televisão, mas sim por meio das redes sociais da presidenta.

Figura 25 – *Facebook* Dilma Rousseff



Fonte: https://goo.gl/DHLM9F

TRECHO [1]:

“Brasileiras e brasileiros,

O Brasil vive momentos que serão decisivos para o nosso futuro. No próximo domingo teremos uma oportunidade de reafirmar, mais uma vez, nosso compromisso histórico com a democracia, a liberdade e o estado de direito. O que está em jogo na votação do *impeachment* não é apenas o meu mandato, que pretendo defender e honrar até o último dia, conforme estabelecido na Constituição. O que está em jogo é o respeito à vontade soberana do povo brasileiro, o respeito às urnas. O que está em jogo são as conquistas sociais e os direitos dos brasileiros. Por isso, é minha obrigação esclarecer os fatos e

denunciar os riscos dessa aventura golpista para o país. Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu a recontagem dos votos, tentou anular as eleições e passou a conspirar pelo *impeachment*. Os derrotados mergulharam o país num estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia, com o único objetivo de tomar à força o que não conquistaram nas urnas".

Análise:

No trecho acima, a enunciadora expõe os riscos que a democracia brasileira estaria correndo caso o processo de *impeachment* fosse aceito para julgamento. Ela associa a perda de seu mandato a uma ameaça à continuidade do sistema democrático, como é possível observar nas seguintes passagens destacadas:

> "No próximo domingo teremos uma oportunidade de reafirmar, mais uma vez, nosso compromisso histórico com a democracia, a liberdade e o estado de direito."
> [...]
> "O que está em jogo é o respeito à vontade soberana do povo brasileiro, o respeito às urnas".

O *imaginário de soberania popular* proposto por Charaudeau (2006) é evocado no pronunciamento, convocando o respeito ao resultado das eleições presidenciais de 2014 em que Dilma Rousseff foi eleita pela maioria dos votos. Em outros trechos deste e de outros pronunciamentos, como veremos mais à frente, a imagem da presidenta é associada a uma espécie de projeto democrático que estava sendo ameaçado pela iminência de sua deposição do cargo por meio do *impeachment*.

TRECHO [2]:

"Não há razão para o pedido de *impeachment* contra mim. Acusam-me sem nenhuma base legal. Não cometi crime de responsabilidade. Não há contra mim qualquer denúncia de corrupção ou desvio de dinheiro público. Jamais impedi investigação contra quem quer que fosse. Meu nome não está em nenhuma lista de propina. Tampouco sou suspeita de qualquer delito contra o bem comum".

Análise:

No trecho acima, Dilma Rousseff constrói para si uma imagem de *honestidade*, afirmando seu compromisso com a *ética* na condução de seu mandato. Sua fala vai ao encontro ao *ethos de virtude* proposto por Charaudeau (2006), apresentando uma imagem de pessoa transparente e que não guarda segredos que possam comprometer sua moral. Para construir tais imagens, a enunciadora afirma nunca ter cometido crime de responsabilidade ou impedido qualquer investigação. Ao dizer que não há contra ela qualquer "denúncia de corrupção" ou "desvio de dinheiro público", ela expressa sua honestidade e integridade pessoal e também na administração pública.

TRECHO [3]:

"A denúncia contra mim em análise no Congresso Nacional não passa de uma fraude, a maior fraude jurídica e política da história de nosso país. Sem ela, o *impeachment* sequer seria votado. O Brasil e a democracia não merecem tamanha farsa. Peço a todos os brasileiros que não se deixem enganar. Vejam quem está liderando este processo e o que propõem para o futuro do Brasil. Os golpistas já disseram que, se conseguirem usurpar o poder, será necessário impor sacrifícios à população brasileira. Com que legitimidade? Querem revogar direitos e cortar programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Ameaçam até a educação pública. Querem abrir mão da soberania nacional, mudar o regime de partilha e entregar os recursos do pré-sal às multinacionais estrangeiras. Antes de tudo, o que move os golpistas são os nossos acertos. Eles querem derrotar, a qualquer custo, o que represento: o projeto de desenvolvimento e inclusão social pelo qual estamos trabalhando todos os dias nos últimos 13 anos. Para alcançar seus objetivos, estão dispostos a violentar a democracia e a rasgar a Constituição espalhando a intolerância, o ódio e a violência entre nós. Estão dispostos a humilhar o Brasil perante a comunidade internacional como se fôssemos uma republiqueta qualquer e não uma das maiores democracias do mundo".

Análise

Neste trecho, observamos certo destaque para a questão da falta de legitimidade do processo de *impeachment*, relacionado a uma fraude, uma farsa arquitetada pela oposição que deseja "usurpar o poder" e impor uma série de sacrifícios à população

brasileira, especialmente às minorias, elementos que sinalizam o forte tom polêmico deste pronunciamento.

A enunciadora associa sua imagem à defesa dos menos favorecidos, a um projeto político voltado para a igualdade e distribuição de renda e que estaria sendo ameaçado por seus adversários. Seguindo as ideias já apresentadas de Charaudeau (2006) sobre o *triângulo da dramaturgia política*[54], podemos observar no pronunciamento uma alusão a uma ameaça de *desordem social* representada pela perda de direitos, especialmente pela parcela da população beneficiada com programas do governo Dilma Rousseff como o Bolsa Família. Já a *fonte do mal* é representada pelos inimigos políticos da presidenta, chamados de "golpistas", que a atacam por meio do pedido de deposição do cargo para, posteriormente, atacarem direitos da população. A "soberania nacional" estaria ameaçada por esse grupo que está disposto a "violentar a democracia", "rasgar a Constituição" e "humilhar o Brasil" como se fosse uma "republiqueta qualquer". O uso dos termos destacados denota o forte tom polêmico do pronunciamento, que também pode ser destacado por meio das nomeações dos adversários e atribuição de atos e discursos a eles por meio de discurso relatado, uso de verbos tais como "querer".

TRECHO [4]:

"Brasileiras e brasileiros, dirijo-me a vocês para pedir que continuem defendendo a legalidade democrática. Continuem se mobilizando no trabalho, nas escolas, nas ruas e nas redes sociais. Não se trata de concordar ou não com o governo, mas de combater um golpe de estado, uma violação constitucional que poderá mergulhar o Brasil em um doloroso processo de instabilidade e insegurança. Nenhum governo será legítimo se não nascer do voto popular, livre, direto, universal e secreto. Fora do voto popular qualquer governo será sempre a tirania. A tirania dos mais fortes, dos mais espertos, dos mais ricos, dos mais corruptos. Faço uma advertência aos que veem no processo de *impeachment* um atalho para o poder. Podem justificar a si mesmos, mas nunca poderão

[54] De acordo com este conceito, é comum que discursos políticos apresentem uma tríade formada pela *desordem social* da qual o cidadão é vítima, pela *fonte do mal* encarnada pelo adversário político e por uma *solução salvadora* desempenhada pelo homem político que sustenta o discurso.

jamais olhar nos olhos da nação, porque a palavra golpe estará para sempre gravada na estará dos traidores da democracia.

Quero ainda saudar e agradecer os milhões de brasileiros e brasileiras que, nas últimas semanas, vêm promovendo manifestações em defesa da democracia, do estado de direito e da liberdade. É uma mobilização ampla e generosa, porque vem dos mais diversos setores da sociedade, mesmo dos que não votaram em mim, dos que são críticos ao meu governo, mas que jamais perderam a fé no Brasil. A história registrará a voz doa que não se omitiram nesse grave momento".

Análise:

No trecho acima, a enunciadora convoca o povo a se manifestar contrariamente ao processo de *impeachment*, chamado pela primeira vez em seu pronunciamento de "golpe de estado". Ela faz uma espécie de convocação à união, pedindo ao povo que se manifeste nas ruas e na internet em defesa de um projeto democrático, ainda que não sejam favoráveis às suas decisões políticas. O *impeachment* é, mais uma vez, relacionado a uma ruptura democrática, estando entre suas consequências a insegurança e a instabilidade do país.

Mais uma vez o pronunciamento aciona o *imaginário de soberania popular*, onde o poder só é legítimo por meio do voto, conforme destacado no trecho abaixo:

> "Nenhum governo será legítimo se não nascer do voto popular, livre direto, universal e secreto. Fora do voto popular qualquer governo será sempre a tirania. A tirania dos mais fortes, dos mais espertos, dos mais ricos, dos mais corruptos. Faço uma advertência aos que veem no processo de *impeachment* um atalho para o poder. Podem justificar a si mesmos, mas nunca poderão jamais olhar nos olhos da nação, porque a palavra golpe estará para sempre gravada na estará dos traidores da democracia."

Dessa forma, a enunciadora projeta um *ethos* que associa sua figura política a um projeto democrático e a uma legitimidade que somente as urnas podem oferecer a um chefe de estado. Em contrapartida, ela projeta uma imagem negativa de seus adversários, que são relacionados a "traidores da democracia", aqueles que tomam o

poder por interesses mesquinhos e egoístas, o que constitui mais um traço recorrente do forte tom polêmico presente no pronunciamento.

TRECHO [5]:

"Brasileiros e brasileiras, nosso país tem todas as condições de sair da crise, de retomar o crescimento econômico com emprego, estabilidade, distribuição de renda e oportunidades para todos. Juntos, haveremos de reencontrar a paz necessária para retomar o rumo das mudanças. Mas somente o respeito à ordem democrática pode assegurar a reunificação nacional. Nós cidadãos e cidadãs do Brasil, pessoas anônimas e famosas, trabalhadores da cidade e do campo, empresários, intelectuais, parlamentares, líderes políticos e sociais, cidadãos de todas as profissões e idades, homens e mulheres de todas as raças e credos, todos nós cidadãos e cidadãs deste país, somos os guardiões dos valores que fazem do Brasil essa grande nação. Por isso, eu tenho certeza que a democracia brasileira sairá vitoriosa. Viva o Brasil! Viva a democracia!"

Análise:

No último trecho do pronunciamento, a questão da democracia é mais uma vez lembrada. Além disso, um futuro positivo e progressista resultante do seguimento do mandato da enunciadora é apresentado. Ela aponta os mais distintos seguimentos da população brasileira como os verdadeiros guardiões dos valores que tornam o Brasil uma verdadeira nação, valores comuns a todos os brasileiros.

Neste primeiro pronunciamento apresentado, podemos observar que, de forma geral, Dilma Rousseff apresenta o processo de *impeachment* como algo que vai além da perda de seu mandato, colocando-o na posição de ameaça à democracia e à legitimidade conferida a ela pelo povo brasileiro por meio do voto. A enunciadora projeta a imagem de um ator político ligado a um projeto democrático e a todo um programa de governo voltado para a igualdade de direitos e oportunidades. Sua legitimidade é apresentada, portanto, como um direito adquirido por meio das urnas e da maioria do povo brasileiro, ao contrário de seus adversários que buscam o poder por meio de um "golpe de estado" que resultará na perda de direitos e sacrifícios diversos conferidos à população brasileira, especialmente aos mais pobres.

Em relação *ao imaginário de soberania popular*, observamos que ele é construído no pronunciamento por meio dos seguintes elementos linguísticos: “respeito às urnas”; “respeito à vontade soberana do povo brasileiro”; “voto popular, livre, direto, universal e secreto”; “respeito à ordem democrática”; “a democracia brasileira sairá vitoriosa”; “viva a democracia”.

Sobre a projeção de um *ethos de virtude*, percebemos que ela é reforçada através dos elementos: “não cometi crime de responsabilidade”; “não há contra mim qualquer denúncia de corrupção ou desvio de dinheiro público”; “meu nome não está em nenhuma lista de propina”. Por meio de tais elementos, a enunciadora nega estar relacionada a qualquer tipo de crime de responsabilidade ou desvio de dinheiro público, colaborando, portanto, para a projeção de um *ethos de virtude*, relacionado à honestidade dos atores políticos.

No primeiro pronunciamento, observamos ainda que, de forma geral, um *ethos de potência* é projetado por Dilma Rousseff. Afinal, é preciso força e determinação para agir sem medo diante de seus inimigos e da iminente ruptura democrática. Um *ethos de coragem* também pode ser vinculado à presidenta, que enfrenta a “fonte do mal” representada por seus inimigos políticos.

Já em relação à polêmica, ela surge por meio de nomeações axiológicas negativas direcionadas aos adversários da enunciadora e ao processo de *impeachment*, e também através de atribuições de atos e discursos aos seus inimigos. Entre os recursos que denotam o tom polêmico, estão os seguintes elementos e trechos: “fraude”; “maior fraude jurídica e política da história de nosso país”; “farsa”; “golpistas”; “usurpar o poder”; “golpe de estado”; “impor sacrifícios à população brasileira”; “querem revogar direitos e cortar programas sociais”; “querem abrir mão da soberania nacional”; “violentar a democracia”; “rasgar a Constituição”; “humilhar o Brasil”; “republiqueta qualquer”.

Não identificamos a presença de narrativas de vida ou de qualquer ponte entre o presente e o passado de Dilma Rousseff no pronunciamento.

4.1.2 – Pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado no dia 29/08/2016

O próximo pronunciamento a ser analisado foi realizado durante o julgamento do processo de *impeachment* no Senado Federal e veiculado em tempo real na página oficial de Dilma Rousseff no *Facebook*. Mais especificamente, nos debruçaremos sobre o pronunciamento de abertura da presidenta, que falou por aproximadamente quarenta minutos antes de responder às perguntas dos senadores.

Assim como fizemos com o pronunciamento anterior, grifaremos, em cada trecho, recursos linguísticos empregados a serviço da construção das estratégias de projeção de *ethé*, mobilização de imaginários, narrativas de vida e polêmica, com o intuito de facilitar sua identificação.

O pronunciamento foi veiculado em sua página oficial do *Facebook*, ao vivo e, posteriormente, desmembrado em alguns trechos menores, também publicados em sua página. Na publicação abaixo, por exemplo, temos uma chamada para que os internautas acompanhassem o pronunciamento, posicionando-se nas redes sociais digitais e nas ruas em “defesa da democracia”.

Figura 26 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/wMn851

Partiremos agora, para a análise.

Trecho [1]:

“Excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, excelentíssimo senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, excelentíssimas senhoras senadoras e excelentíssimos senhores senadores, cidadãs e cidadãos de meu amado Brasil.

No dia 1º de janeiro de 2015 assumi meu segundo mandato à Presidência da República Federativa do Brasil. Fui eleita por mais 54 milhões de votos. Na minha posse, assumi o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, bem como o de observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. Ao exercer a Presidência da República respeitei fielmente o compromisso que assumi perante a nação e aos que me elegeram. E me orgulho disso. Sempre acreditei na democracia e no Estado de direito, e sempre vi na Constituição de 1988 uma das grandes conquistas do nosso povo. Jamais atentaria contra o que acredito ou praticaria atos contrários aos interesses daqueles que me elegeram.

Nesta jornada para me defender do *impeachment* me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade. Até porque, como todos, tenho defeitos e cometo erros. Entre os meus defeitos não está a deslealdade e a covardia. Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado. Na luta contra a ditadura, recebi no meu corpo as marcas da tortura. Amarguei por anos o sofrimento da prisão. Vi companheiros e companheiras sendo violentados, e até assassinados. Na época, eu era muito jovem. Tinha muito a esperar da vida. Tinha medo da morte, das sequelas da tortura no meu corpo e na minha alma. Mas não cedi. Resisti.

Resisti à tempestade de terror que começava a me engolir, na escuridão dos tempos amargos em que o país vivia. Não mudei de lado. Apesar de receber o peso da injustiça nos meus ombros, continuei lutando pela democracia. Dediquei todos esses anos da minha vida à luta por uma sociedade sem ódios e intolerância. Lutei por uma sociedade livre de preconceitos e de discriminações. Lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos. Lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça. Disso tenho orgulho. Quem acredita, luta".

Análise:

Ao dizer que foi eleita por 54 milhões de votos, Dilma Rousseff traz novamente a questão da legitimidade para governar que foi conferida a ela pelo povo. Assim, esse

dizer parece mobilizar um *imaginário de democracia*, afirmando ter cumprido seu compromisso com o povo e com a Constituição de 1988.

Ao falar sobre as críticas feitas ao seu governo, podemos observar a projeção de um *ethos de humildade*, conferido aos políticos que assumem e acolhem seus erros perante a sociedade. A presidenta, entretanto, além de apresentar a humildade de quem é capaz de assumir a responsabilidade pelos problemas de seu governo, se mostra *leal* aos próprios princípios e, principalmente, a aqueles que lutaram ao seu lado. Ela se afasta de uma imagem de covardia e deslealdade, assumindo uma postura de *coragem*.

Na fala abaixo, extraída do primeiro trecho do pronunciamento ao Senado, percebemos a configuração de um *ethos* que envolve *lealdade* aos seus princípios e também aos companheiros de luta, além da *coragem* necessária para manter tal postura.

> "Entre os meus defeitos não está a deslealdade e a covardia. Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado."

Dilma Rousseff segue sua fala trazendo uma narrativa de vida sobre as torturas sofridas durante a Ditadura Militar. Apesar de todo o horror vivido, ela seguiu firme lutando não somente pela democracia, mas também por uma sociedade livre de ódios, intolerância, preconceitos e discriminações, por um país mais justo e igualitário. A enunciadora parece mobilizar, portanto, um *imaginário de luta* por *justiça* e *igualdade*, mas também de um ideal de país onde não exista miséria e descriminação. Ao fazer uma ponte com o próprio passado, Dilma Rousseff liga sua história pessoal a esses imaginários, contribuindo para a construção da imagem de alguém que dedicou a vida a um ideal de país. É possível observar ainda, uma dimensão patêmica no trecho que traz as lembranças dos horrores vividos na ditadura militar, das "marcas das torturas" e do "sofrimento da prisão". Ela lembra dos companheiros que viu sendo violentados e até assassinados, cenas descritas que trazem aspectos emocionais ao trecho.

TRECHO [2]:

"Aos quase setenta anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram. Exercendo a Presidência da República tenho honrado o compromisso com o meu país, com a Democracia, com o Estado de Direito.

Tenho sido intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública. Por isso, diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio. E por isso, como no passado, resisto.

Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito. Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que respondam perante a sua consciência e perante a história pelos atos que praticam. A mim cabe lamentar pelo que foram e pelo que se tornaram. E resistir. Resistir sempre. Resistir para acordar as consciências ainda adormecidas para que, juntos, finquemos o pé no terreno que está do lado certo da história, mesmo que o chão trema e ameace de novo nos engolir. Não luto pelo meu mandato por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não tem caráter, princípios ou utopias a conquistar. Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça. Luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar.

Muitos hoje me perguntam de onde vem a minha energia para prosseguir. Vem do que acredito. Posso olhar para trás e ver tudo o que fizemos. Olhar para a frente e ver tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos. Sei que, em breve, e mais uma vez na vida, serei julgada. E é por ter a minha consciência absolutamente tranquila em relação ao que fiz, no exercício da Presidência da República que venho pessoalmente à presença dos que me julgarão”.

Análise:

No trecho acima, a enunciadora mobiliza o *ethos de virtude* proposto por Charaudeau (2006), defendendo sua *honestidade* e *integridade moral* na vida pública. Além disso, um *ethos de vítima de injustiça* também emerge em sua fala, que novamente faz uma ponte com o passado vivido na ditadura militar.

Observamos, ainda, a projeção de um *ethos de resistência*, *luta* e *força* de alguém que possui a energia necessária para continuar na caminhada pela democracia. Valores como a *verdade* e a *justiça* são enaltecidos, assim como a luta pelo bem-estar do povo. Em relação aos valores citados pela presidenta, percebemos que os mesmos são apresentados de forma positiva e simplificada, se apoiando num *imaginário de luta* pela prevalência da verdade e da justiça no país.

Traços da polêmica estão presentes quando a enunciadora associa seus adversários àqueles que "rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente".

O trecho ganhou destaque na página oficial de Dilma Rousseff que, além da transmissão ao vivo de todo o pronunciamento de abertura da presidenta, fez a publicação de pequenos vídeos com legendas que traziam parte de suas palavras. Interessante observar que os trechos que parecem carregar tom polêmico mais forte são justamente aqueles destacados na página do *Facebook* de Dilma Rousseff, por meio de publicações a parte.

Figura 27 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/seL1TC

TRECHO [3]:

“Venho para olhar diretamente nos olhos de Vossas Excelências, e dizer, com a serenidade dos que nada tem a esconder que não cometi nenhum crime de responsabilidade. Não cometi os crimes dos quais sou acusada injusta e arbitrariamente. Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de *impeachment*. No passado da América Latina e do Brasil, sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de estado. O Presidente Getúlio Vargas, que nos legou a CLT e a defesa do patrimônio nacional, sofreu uma implacável perseguição; a hedionda trama orquestrada pela chamada “República do Galeão", que o levou ao suicídio. O Presidente Juscelino Kubitschek, que construiu essa cidade, foi vítima de constantes e fracassadas tentativas de golpe, como ocorreu no episódio de Aragarças. O presidente João Goulart, defensor

da democracia, dos direitos dos trabalhadores e das Reformas de Base, superou o golpe do parlamentarismo mas foi deposto e instaurou-se a ditadura militar, em 1964. Durante 20 anos, vivemos o silêncio imposto pelo arbítrio e a democracia foi varrida de nosso País. Milhões de brasileiros lutaram e reconquistaram o direito a eleições diretas.

Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas".

Análise:

No início da passagem observamos a projeção de um *ethos de coragem* que somente aqueles que nada devem à justiça seriam capazes de demonstrar. Um *ethos de virtude* é novamente evocado quando a presidenta reafirma não ter cometido qualquer crime de responsabilidade que justifique o *impeachment*. Dilma Rousseff segue o pronunciamento trazendo à memória conspirações sofridas pelos presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, relacionando-as a interesses de setores da elite econômica e política que não se sentiram atendidos pelo voto popular. O *impeachment* é, dessa forma, relacionado a outras tentativas de rupturas democráticas ocorridas em períodos anteriores, mas com uma nova roupagem: pretextos constitucionais somados à violência moral. Podemos observar, ainda, a polêmica estabelecida no trecho a partir da alusão aos interesses de uma elite econômica e política. Interesses que são contrastados implicitamente a uma proposta de governo que propõe políticas sociais voltadas para os mais pobres.

TRECHO [4]:

"Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos. <u>As provas produzidas deixam claro e inconteste que as acusações contra mim dirigidas são meros pretextos, embasados por uma frágil retórica jurídica</u>. Nos últimos dias, novos fatos evidenciaram outro aspecto da <u>trama</u> que caracteriza este processo de *impeachment*. O autor da representação junto ao Tribunal de Contas da

União que motivou as acusações discutidas nesse processo foi reconhecido como suspeito pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Soube-se ainda, pelo depoimento do auditor responsável pelo parecer técnico, que ele havia ajudado a elaborar a própria representação que auditou. Fica claro o vício da parcialidade, a trama, na construção das teses por eles defendidas. São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas. São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição.

Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador. A eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios, quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país. Um governo que dispensa os negros na sua composição ministerial e já revelou um profundo desprezo pelo programa escolhido pelo povo em 2014. Fui eleita presidenta por 54 milhões e meio de votos para cumprir um programa cuja síntese está gravada nas palavras "nenhum direito a menos".

Análise:

No trecho, observamos traços da polêmica quando o *impeachment* é deslegitimado e as acusações do processo relacionadas a meros pretextos embasados em uma frágil retórica jurídica para a consumação de um golpe de Estado. Também observamos uma mobilização do *imaginário da luta pela igualdade entre os gêneros*, quando Dilma Rousseff lembra não haver mulheres em cargos de comando no então governo interino de Michel Temer.

A questão do gênero é novamente colocada quando a presidenta aponta a falta de mulheres em cargos de alto escalão do governo que havia assumido interinamente a presidência. A falta de pessoas negras no então governo também é lembrada e relacionada à possível perda de direitos das minorias. A enunciadora, por sua vez,

relaciona a imagem de sua gestão à frase “nenhum direito a menos”, lembrando seu compromisso com a defesa dos direitos sociais.

TRECHO [5]:

“O que está em jogo no processo de *impeachment* não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos da população, das pessoas mais pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo a população; a realização do sonho da casa própria. O que está em jogo é o investimento em obras para garantir a convivência com a seca no semiárido, é a conclusão do sonhado e esperado projeto de integração do São Francisco.

O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é a inserção soberana de nosso País no cenário internacional, pautada pela ética e pela busca de interesses comuns. O que está em jogo é a autoestima dos brasileiros e brasileiras, que resistiram aos ataques dos pessimistas de plantão à capacidade do País de realizar, com sucesso, a Copa do Mundo e as Olimpíadas e Paraolimpíadas. O que está em jogo é a conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal mas não abre mão de programas sociais para a nossa população. O que está em jogo é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais”.

Análise:

Na passagem acima, Dilma Rousseff apresenta a ameaça que o *impeachment* representa para uma série de conquistas adquiridas pelo povo brasileiro nos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), ameaça a um futuro de oportunidades e esperança. Podemos identificar, portanto, a mobilização de um *imaginário de solidariedade* de um governo voltado para os mais carentes, para a proteção das crianças, valorização do salário mínimo e concretização do sonho da casa própria para a população mais pobre. No trecho a enunciadora nos remete ainda, a um *imaginário da estabilidade econômica*, por meio de uma alusão ao pré-sal.

No próximo trecho que apresentaremos optamos por fazer um recorte um pouco maior que o usual, por se tratar de uma passagem em que Dilma Rousseff se dedica a apontar o "mal" representado por seus adversários políticos e as possíveis consequências negativas da consumação do *impeachment.*

TRECHO [6]:

"Senhoras e senhores senadores, no presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a eventual perda de maioria parlamentar para afastar um presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime. Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo "conjunto da obra". Quem afasta o presidente pelo "conjunto da obra" é o povo e, só o povo, nas eleições. E nas eleições o programa de governo vencedor não foi este agora ensaiado e desenhado pelo Governo interino e defendido pelos meus acusadores. O que pretende o governo interino, se transmudado em efetivo, é um verdadeiro ataque às conquistas dos últimos anos.

Desvincular o piso das aposentadorias e pensões do salário mínimo será a destruição do maior instrumento de distribuição de renda do país, que é a Previdência Social. O resultado será mais pobreza, mais mortalidade infantil e a decadência dos pequenos municípios. A revisão dos direitos e garantias sociais previstos na CLT e a proibição do saque do FGTS na demissão do trabalhador são ameaças que pairam sobre a população brasileira caso prospere o *impeachment* sem crime de responsabilidade. Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores. O nosso patrimônio estará em questão, com os recursos do pré-sal, as riquezas naturais e minerárias sendo privatizadas.

A ameaça mais assustadora desse processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade é congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação. É impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas; que, por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à saúde; que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com casa própria. Senhor presidente Ricardo Lewandowski, Sras. e Srs. senadores, a verdade é que o resultado eleitoral de 2014 foi um rude golpe em setores da elite conservadora brasileira. Desde a

proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a estabilidade do meu governo.

Disseram que as eleições haviam sido fraudadas, pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais, e após a minha posse, buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de *impeachment*. Como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam na vontade do povo o elemento legitimador de um governo. Queriam o poder a qualquer preço. Tudo fizeram para desestabilizar a mim e ao meu governo. Só é possível compreender a gravidade da crise que assola o Brasil desde 2015, levando-se em consideração a instabilidade política aguda que, desde a minha reeleição, tem caracterizado o ambiente em que ocorrem o investimento e a produção de bens e serviços.

Não se procurou discutir e aprovar uma melhor proposta para o País. O que se pretendeu permanentemente foi a afirmação do "quanto pior melhor", na busca obsessiva de se desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos desta questionável ação política para toda a população. A possibilidade de *impeachment* tornou-se assunto central da pauta política e jornalística apenas dois meses após minha reeleição, apesar da evidente improcedência dos motivos para justificar esse movimento radical. Nesse ambiente de turbulências e incertezas, o risco político permanente provocado pelo ativismo de parcela considerável da oposição acabou sendo um elemento central para a retração do investimento e para o aprofundamento da crise econômica.

Deve ser também ressaltado que a busca do reequilíbrio fiscal, desde 2015, encontrou uma forte resistência na Câmara dos Deputados, à época presidida pelo deputado Eduardo Cunha. Os projetos enviados pelo governo foram rejeitados, parcial ou integralmente. Pautas bombas foram apresentadas e algumas aprovadas. As comissões permanentes da Câmara, em 2016, só funcionaram a partir do dia 5 de maio, ou seja, uma semana antes da aceitação do processo de *impeachment* pela Comissão do Senado Federal. Os Srs. e as Sras. senadores sabem que o funcionamento dessas Comissões era e é absolutamente indispensável para a aprovação de matérias que interferem no cenário fiscal e encaminhar a saída da crise.

Foi criado assim o desejado ambiente de instabilidade política, propício a abertura do processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade. Sem essas ações, o Brasil certamente estaria hoje em outra situação política, econômica e fiscal. Muitos articularam e votaram contra propostas que durante toda a vida defenderam, sem pensar nas consequências que seus gestos trariam para o país e para o povo brasileiro. Queriam aproveitar a crise econômica, porque sabiam que assim que o meu governo viesse a superá-la, sua aspiração de acesso ao poder haveria de ficar sepultada por mais um longo período. Mas, a bem da verdade, as forças oposicionistas somente conseguiram levar adiante o seu intento quando outra poderosa força política a elas se agregou: a força política dos que queriam evitar a continuidade da "sangria" de setores da classe política brasileira, motivada pelas investigações sobre a corrupção e o desvio de dinheiro público.

É notório que durante o meu governo e o do presidente Lula foram dadas todas as condições para que estas investigações fossem realizadas. Propusemos importantes leis que dotaram os órgãos competentes de condições para investigar e punir os culpados. Assegurei a autonomia do Ministério Público, nomeando como Procurador Geral da República o primeiro nome da lista indicado pelos próprios membros da instituição. Não permiti qualquer interferência política na atuação da Polícia Federal. Contrariei, com essa minha postura, muitos interesses. Por isso, paguei e pago um elevado preço pessoal pela postura que tive.

Arquitetaram a minha destituição, independentemente da existência de quaisquer fatos que pudesse justificá-la perante a nossa Constituição. Encontraram, na pessoa do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha o vértice da sua aliança golpista. Articularam e viabilizaram a perda da maioria parlamentar do governo. Situações foram criadas, com apoio escancarado de setores da mídia, para construir o clima político necessário para a desconstituição do resultado eleitoral de 2014. Todos sabem que este processo de *impeachment* foi aberto por uma "chantagem explícita" do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, como chegou a reconhecer em declarações à imprensa um dos próprios denunciantes. Exigia aquele parlamentar que eu intercedesse para que deputados do meu partido não votassem pela abertura do seu processo de cassação".

Análise:

Na passagem acima, percebemos que a presidenta se dedica, de maneira geral, a apontar a *fonte do mal* encarnada em seus adversários políticos e as consequências negativas que o povo brasileiro sofreria caso sua destituição fosse consumada. Ela também cita acontecimentos políticos e manobras de adversários que culminaram num ambiente de instabilidade política e econômica, levando à abertura do processo de *impeachment*. A mídia também é citada como responsável por oferecer apoio para a construção do clima político necessário para a abertura do processo, além de outras personalidades políticas insatisfeitas com o resultado das eleições presidenciais de 2014 e com algumas de suas decisões políticas. A enunciadora assume, portanto, um *ethos de vítima* de uma perseguição política que culminou em seu afastamento.

Percebemos que, além de apontar a *fonte do mal* representada por seus inimigos, a enunciadora traz índices da polêmica ao usar nomeações e adjetivações axiológicas negativas para se referir a eles. Ela traz ainda, discursos relatados dos adversários ou a eles atribuídos, afirmando que seus inimigos haviam dito que as eleições que a elegeram presidenta foram fraudadas.

A enunciadora atribui atos a seus adversários, afirmando que foi criado por eles um ambiente de instabilidade política propício para a instauração do processo de *impeachment*. Ela destaca que seus inimigos aproveitaram a crise econômica pela qual passava o país, articulando e votando propostas sem levar em consideração as consequências negativas que seus gestos trariam para a população.

Além disso, a enunciadora acusa seus adversários de terem levado adiante o *impeachment* com o objetivo de evitar a continuidade da "sangria" causada por investigações sobre corrupção e desvios de dinheiro público. Ela chama o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de vértice de uma "aliança golpista" que articulou e viabilizou a perda da maioria parlamentar por seu governo. Podemos considerar todos estes elementos como índices da polêmica que permeia o pronunciamento, construída sobre uma forte polarização e sobre o descrédito lançado aos adversários.

Além da *fonte do mal*, a *desordem social* que a população brasileira sofreria caso o *impeachment* fosse consumado também é apontada pela presidenta. Ela introduz uma

dimensão patêmica ao pronunciamento ao relacionar seu afastamento a um aumento da mortalidade infantil e à pobreza da população. De forma detalhada, a enunciadora fala sobre as ameaças que o processo representava para direitos e garantias sociais dos trabalhadores e também para conquistas que as mulheres, população negra e população LGBT alcançaram durante os 13 anos de governo PT. Tais direitos e conquistas estariam, segundo a presidenta, comprometidos pela submissão a princípios ultraconservadores, reforçando a dimensão patêmica do trecho.

A enunciadora aponta, ainda, a "ameaça mais assustadora" do processo de *impeachment*, representada pela possibilidade de um congelamento por vintes anos de todas as despesas do governo federal com saúde, educação, saneamento e habitação. Percebemos, mais uma vez, a presença do *pathos*, mobilizado por meio do medo de um futuro incerto.

Há ainda, a mobilização de um *ethos de competência* pela enunciadora, quando ela afirma ter assegurado todas as condições para que órgãos competentes investigassem e punissem culpados por corrupção.

TRECHO [7]:

"Nunca aceitei na minha vida ameaças ou chantagens. Se não o fiz antes, não o faria na condição de presidenta da República. É fato, porém, que não ter me curvado a esta chantagem motivou o recebimento da denúncia por crime de responsabilidade e a abertura deste d processo, sob o aplauso dos derrotados em 2014 e dos temerosos pelas investigações. Se eu tivesse me acumpliciado com a improbidade e com o que há de pior na política brasileira, como muitos até hoje parecem não ter o menor pudor em fazê-lo, eu não correria o risco de ser condenada injustamente.

Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito, não tem respeitabilidade para governar o Brasil. Quem age para poupar ou adiar o julgamento de uma pessoa que é acusada de enriquecer às custas do Estado brasileiro e do povo que paga impostos, cedo ou tarde, acabará pagando perante a sociedade e a história o preço do seu descompromisso com a ética. Todos sabem que não enriqueci no exercício de cargos públicos, que não desviei dinheiro público em meu proveito próprio, nem de meus familiares, e que não possuo

contas ou imóveis no exterior. Sempre agi com absoluta probidade nos cargos públicos que ocupei ao longo da minha vida. Curiosamente, serei julgada, por crimes que não cometi, antes do julgamento do ex-presidente da Câmara, acusado de ter praticado gravíssimos atos ilícitos e que liderou as tramas e os ardis que alavancaram as ações voltadas à minha destituição. Ironia da história? Não, de forma nenhuma.

Trata-se de uma ação deliberada que conta com o silêncio cúmplice de setores da grande mídia brasileira. Viola-se a democracia e pune-se uma inocente. Este é o pano de fundo que marca o julgamento que será realizado pela vontade dos que lançam contra mim pretextos acusatórios infundados. Estamos a um passo da consumação de uma grave ruptura institucional. Estamos a um passo da concretização de um verdadeiro golpe de Estado. Senhoras e Senhores senadores, vamos aos autos deste processo. Do que sou acusada? Quais foram os atentados à Constituição que cometi? Quais foram os crimes hediondos que pratiquei? A primeira acusação refere-se à edição de três decretos de crédito suplementar sem autorização legislativa".

Análise:

Logo na abertura do trecho, a enunciadora afirma nunca ter aceitado qualquer tipo de chantagem ou ameaça, inclusive propostas que pudessem evitar a abertura do *impeachment*. Ela projeta, portanto, um *ethos* de *mulher íntegra* que não abre mão de seus princípios. A presidenta reforça essa imagem ao reafirmar sua *honestidade pessoal* e o fato de não ter cometido crime de responsabilidade algum, conforme podemos observar na passagem destacada abaixo:

> "Todos sabem que não enriqueci no exercício de cargos públicos, que não desviei dinheiro público em meu proveito próprio, nem de meus familiares, e que não possuo contas ou imóveis no exterior. Sempre agi com absoluta probidade nos cargos públicos que ocupei ao longo da minha vida. Curiosamente, serei julgada, por crimes que não cometi, antes do julgamento do ex-presidente da Câmara, acusado de ter praticado gravíssimos atos ilícitos e que liderou as tramas e os ardis que alavancaram as ações voltadas à minha destituição".

Além da construção de um *ethos* de *honestidade* e *integridade*, observamos novamente uma imagem de *vítima de uma injustiça*, de alguém que é julgado por crimes

que nunca cometeu num processo que, além de tudo, viola a democracia brasileira. O *impeachment* é associado, portanto, à violação da democracia e à consumação de um golpe de Estado.

Há ainda a presença da virulência verbal, típica da polêmica, quando a enunciadora afirma nunca ter sido cúmplice da "improbidade" ou do que "há de pior na política brasileira". Outra marca da polêmica presente no trecho é a acusação dos adversários, que lançam contra ela "pretextos acusatórios infundados".

No próximo trecho apresentaremos, novamente, um recorte maior que o usual, uma vez que a presidenta se dedica a expor argumentos técnicos em sua defesa.

TRECHO [8]:

"Ao longo de todo o processo, mostramos que a edição desses decretos seguiu todas as regras legais. Respeitamos a previsão contida na Constituição, a meta definida na LDO e as autorizações estabelecidas no artigo 4° da Lei Orçamentária de 2015, aprovadas pelo Congresso Nacional. Todas essas previsões legais foram respeitadas em relação aos 3 decretos. Eles apenas ofereceram alternativas para alocação dos mesmos limites, de empenho e financeiro, estabelecidos pelo decreto de contingenciamento, que não foram alterados. Por isso, não afetaram em nada a meta fiscal. Ademais, desde 2014, por iniciativa do Executivo, o Congresso aprovou a inclusão, na LDO, da obrigatoriedade que qualquer crédito aberto deve ter sua execução subordinada ao decreto de contingenciamento, editado segundo as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E isso foi precisamente respeitado.

Não sei se por incompreensão ou por estratégia, as acusações feitas neste processo buscam atribuir a esses decretos nossos problemas fiscais. Ignoram ou escondem que os resultados fiscais negativos são consequência da desaceleração econômica e não a sua causa. Escondem que, em 2015, com o agravamento da crise, tivemos uma expressiva queda da receita ao longo do ano – foram 180 bilhões de reais a menos que o previsto na Lei Orçamentária. Fazem questão de ignorar que realizamos, em 2015, o maior contingenciamento de nossa história. Cobram que, quando enviei ao Congresso

Nacional, em julho de 2015, o pedido de autorização para reduzir a meta fiscal, deveria ter imediatamente realizado um novo contingenciamento.

Não o fiz porque segui o procedimento que não foi questionado pelo Tribunal de Contas da União ou pelo Congresso Nacional na análise das contas de 2009. Além disso, a responsabilidade com a população justifica também nossa decisão. Se aplicássemos, em julho, o contingenciamento proposto pelos nossos acusadores cortaríamos 96% do total de recursos disponíveis para as despesas da União. Isto representaria um corte radical em todas as dotações orçamentárias dos órgãos federais. Ministérios seriam paralisados, universidades fechariam suas portas, o Mais Médicos seria interrompido, a compra de medicamentos seria prejudicada, as agências reguladoras deixariam de funcionar. Na verdade, o ano de 2015 teria, orçamentariamente, acabado em julho.

Volto a dizer: ao editar estes decretos de crédito suplementar, agi em conformidade plena com a legislação vigente. Em nenhum desses atos, o Congresso Nacional foi desrespeitado. Aliás, este foi o comportamento que adotei em meus dois mandatos. Somente depois que assinei estes decretos é que o Tribunal de Contas da União mudou a posição que sempre teve a respeito da matéria. É importante que a população brasileira seja esclarecida sobre este ponto: os decretos foram editados em julho e agosto de 2015 e somente em outubro de 2015 o TCU aprovou a nova interpretação. O TCU recomendou a aprovação das contas de todos os presidentes que editaram decretos idênticos aos que editei. Nunca levantaram qualquer problema técnico ou apresentaram a interpretação que passaram a ter depois que assinei estes atos.

Querem me condenar por ter assinado decretos que atendiam a demandas de diversos órgãos, inclusive do próprio Poder Judiciário, com base no mesmo procedimento adotado desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001? Por ter assinado decretos que somados, não implicaram, como provado nos autos, em nenhum centavo de gastos a mais para prejudicar a meta fiscal? A segunda denúncia dirigida contra mim neste processo também é injusta e frágil. Afirma-se que o alegado atraso nos pagamentos das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução do programa de crédito rural Plano Safra, equivale a uma "operação de crédito", o que estaria vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como minha defesa e várias testemunhas já relataram, a execução do Plano Safra é regida por uma lei de 1992, que atribui ao Ministério da Fazenda a competência de sua normatização, inclusive em relação à atuação do Banco do Brasil. A presidenta da República não pratica nenhum ato em relação à execução do Plano Safra. Parece óbvio, além de juridicamente justo, que eu não seja acusada por um ato inexistente. A controvérsia quanto a existência de operação de crédito surgiu de uma mudança de interpretação do TCU, cuja decisão definitiva foi emitida em dezembro de 2015. Novamente, há uma tentativa de dizer que cometi um crime antes da definição da tese de que haveria um crime. Uma tese que nunca havia surgido antes e que, como todas as senhoras e senhores senadores souberam em dias recentes, foi urdida especialmente para esta ocasião.

Lembro ainda a decisão recente do Ministério Público Federal, que arquivou inquérito exatamente sobre esta questão. Afirmou não caber falar em ofensa à lei de responsabilidade fiscal porque eventuais atrasos de pagamento em contratos de prestação de serviços entre a União e instituições financeiras públicas não são operações de crédito. Insisto, senhoras senadoras e senhores senadores: não sou eu nem tampouco minha defesa que fazemos estas alegações. É o Ministério Público Federal que se recusou a dar sequência ao processo, pela inexistência de crime. Sobre a mudança de interpretação do TCU, lembro que, ainda antes da decisão final, agi de forma preventiva.

Solicitei ao Congresso Nacional a autorização para pagamento dos passivos e defini em decreto prazos de pagamento para as subvenções devidas. Em dezembro de 2015, após a decisão definitiva do TCU e com a autorização do Congresso, saldamos todos os débitos existentes. Não é possível que não se veja aqui também o arbítrio deste processo e a injustiça também desta acusação. Este processo de *impeachment* não é legítimo. Eu não atentei, em nada, em absolutamente nada contra qualquer dos dispositivos da Constituição que, como presidenta da República, jurei cumprir. Não pratiquei ato ilícito. Está provado que não agi dolosamente em nada".

Análise:

Nesta parte do pronunciamento, a enunciadora se dedica à apresentação de argumentos técnicos em sua defesa, citando datas, valores e leis que justificassem seus atos e provassem que não houve crime de responsabilidade fiscal. Podemos dizer, portanto, que há um destaque para o uso do elemento *logos* no trecho, já que a persuasão se dá por meio da razão e de argumentos lógicos que explicassem e justificassem tecnicamente seus atos. Ela finaliza o trecho dizendo não ser possível não enxergar a injustiça caso sua condenação fosse consumada, reafirmando sua integridade moral e compromisso com a lei, além do *ethos de vítima de uma injustiça*.

A enunciadora também atribui atos negativos a seus adversários, conforme podemos observar na parte destacada abaixo:

> "Escondem que, em 2015, com o agravamento da crise, tivemos uma expressiva queda da receita ao longo do ano – foram 180 bilhões de reais a menos que o previsto na Lei Orçamentária. Fazem questão de ignorar que realizamos, em 2015, o maior contingenciamento de nossa história".

Ao dizer que seus adversários esconderam informações relacionadas à crise econômica, ela projeta traços de caráter negativos a seus inimigos, o que também pode ser considerado indício da presença da polêmica. Afinal, "esconder" implica ocultar algo, evitando que alguém tome conhecimento sobre determinada situação, uma postura que pode ser considerada negativa no meio político.

TRECHO [9]:

"Os atos praticados estavam inteiramente voltados aos interesses da sociedade. Nenhuma lesão trouxeram ao erário ou ao patrimônio público. Volto a afirmar, como o fez a minha defesa durante todo o tempo, que este processo está marcado, do início ao fim, por um clamoroso desvio de poder. É isto que explica a absoluta fragilidade das acusações que contra mim são dirigidas. Tem-se afirmado que este processo de *impeachment* seria legítimo porque os ritos e prazos teriam sido respeitados. No entanto, para que seja feita justiça e a democracia se imponha, a forma só não basta. É necessário que o conteúdo de uma sentença também seja justo. E no caso, jamais haverá justiça na minha condenação.

Ouso dizer que em vários momentos este processo se desviou, clamorosamente, daquilo que a Constituição e os juristas denominam de "devido processo legal". Não há respeito ao devido processo legal quando a opinião condenatória de grande parte dos julgadores é divulgada e registrada pela grande imprensa, antes do exercício final do direito de defesa. Não há respeito ao devido processo legal quando julgadores afirmam que a condenação não passa de uma questão de tempo, porque votarão contra mim de qualquer jeito. Nesse caso, o direito de defesa será exercido apenas formalmente, mas não será apreciado substantivamente nos seus argumentos e nas suas provas. A forma existirá apenas para dar aparência de legitimidade ao que é ilegítimo na essência".

Análise:

Dilma Rousseff justifica seus atos em prol dos interesses da população e lembra, diante de seus julgadores, que muitos deles já haviam declarado sua sentença para a mídia sem ao menos dar à presidenta o direito de defesa. Ao dizer que seus adversários conferem legitimidade ao processo de *impeachment* porque ritos e prazos haviam sido respeitados, sem se importarem com a justiça e a democracia, a enunciadora introduz a polêmica ao trecho. A questão da injustiça e da ilegitimidade do julgamento também é lembrada, colaborando para a construção do *ethos de vítima de uma injustiça* que permeia por diversos trechos do pronunciamento.

TRECHO [10]:

"Senhoras e senhores senadores, nesses meses, me perguntaram inúmeras vezes porque eu não renunciava, para encurtar este capítulo tão difícil de minha vida. Jamais o faria porque tenho compromisso inarredável com o Estado Democrático de Direito. Jamais o faria porque nunca renuncio à luta. Confesso a vossas excelências, no entanto, que a traição, as agressões verbais e a violência do preconceito me assombraram e, em alguns momentos, até me magoaram. Mas foram sempre superados, em muito, pela solidariedade, pelo apoio e pela disposição de luta de milhões de brasileiras e brasileiros pelo País afora.

Por meio de manifestações de rua, reuniões, seminários, livros, shows, mobilizações na Internet, nosso povo esbanjou criatividade e disposição para a luta contra o golpe. As

mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher presidenta do Brasil.

Chego à última etapa desse processo comprometida com a realização de uma demanda da maioria dos brasileiros: convocá-los a decidir, nas urnas, sobre o futuro de nosso país. Diálogo, participação e voto direto e livre são as melhores armas que temos para a preservação da democracia. Confio que as senhoras senadoras e os senhores senadores farão justiça. Tenho a consciência tranquila. Não pratiquei nenhum crime de responsabilidade. As acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas. Cassar em definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política".

Análise:

Percebemos, no início do trecho, a projeção dos *ethé de força* e de *resistência*, uma vontade interna que a faz seguir e não desistir da luta. Ao afirmar que jamais renunciaria ao cargo diante das pressões sofridas, percebemos a construção de imagens baseadas no caráter de uma mulher que tem em seus princípios, em seu compromisso com a democracia, o incentivo necessário para continuar. Ainda assim, ela afirma ter se sentido magoada diante da misoginia, agressões verbais, traições e preconceitos sofridos, demonstrando também ser suscetível a emoções como dor e mágoa, o que pode ser relacionado a um *ethos de humanidade*.

O apoio recebido de manifestações populares, entretanto, conferiu a ela a resiliência necessária para continuar e enfrentar seus algozes. Ela cita o carinho e a solidariedade recebidos das mulheres brasileiras, destacando, mais uma vez, o fato de ser a primeira mulher presidenta do Brasil. Percebemos, portanto, que questões relacionadas ao gênero são lembradas com frequência em seu pronunciamento, incluindo a importância da sororidade[55] em sua caminhada. Dilma Rousseff cita ainda a

[55] Termo utilizado para designar a união entre mulheres pautada pela empatia, companheirismo e amorosidade.

importância do diálogo, da participação e do voto direto e livre para a preservação do sistema democrático, sugerindo que o futuro do país fosse decido nas urnas.

TRECHO [11]:

"Este é o segundo julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus. Na primeira vez, fui condenada por um tribunal de exceção. Daquela época, além das marcas dolorosas da tortura, ficou o registro, em uma foto, da minha presença diante de meus algozes, num momento em que eu os olhava de cabeça erguida enquanto eles escondiam os rostos, com medo de serem reconhecidos e julgados pela história. Hoje, quatro décadas depois, não há prisão ilegal, não há tortura, meus julgadores chegaram aqui pelo mesmo voto popular que me conduziu à Presidência. Tenho por todos o maior respeito, mas continuo de cabeça erguida, olhando nos olhos dos meus julgadores. Apesar das diferenças, sofro de novo com o sentimento de injustiça e o receio de que, mais uma vez, a democracia seja condenada junto comigo. E não tenho dúvida que, também desta vez, todos nós seremos julgados pela história. Por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida; e quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência. Hoje eu só temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós, aqui neste plenário, lutamos com o melhor dos nossos esforços. Reitero: respeito os meus julgadores. Não nutro rancor por aqueles que votarão pela minha destituição".

Análise:

O trecho acima também foi republicado na página oficial de Dilma Rousseff, por meio de texto, sem uso de imagens, conforme podemos observar na imagem abaixo:

Figura 28 – *Facebook* Dilma Rousseff

Dilma Rousseff sentindo-se engajada.
21 h ·

Este é o segundo julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus. Na primeira vez, fui condenada por um tribunal de exceção. Daquela época, além das marcas dolorosas da tortura, ficou o registro, em uma foto, da minha presença diante de meus algozes, num momento em que eu os olhava de cabeça erguida enquanto eles escondiam os rostos, com medo de serem reconhecidos e julgados pela história.

Hoje, quatro décadas depois, não há prisão ilegal, não há tortura, meus julgadores chegaram aqui pelo mesmo voto popular que me conduziu à Presidência. Tenho por todos o maior respeito, mas continuo de cabeça erguida, olhando nos olhos dos meus julgadores.

Apesar das diferenças, sofro de novo com o sentimento de injustiça e o receio de que, mais uma vez, a democracia seja condenada junto comigo. E não tenho dúvida que, também desta vez, todos nós seremos julgados pela história.

Por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida; e quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência.

Hoje, eu só temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós, aqui neste plenário, lutamos com o melhor dos nossos esforços.

Fonte: https://goo.gl/HF1wBm

No trecho, observamos a presença de narrativas de vida. A enunciadora relembra momentos de sua própria história, fazendo uma ponte entre o julgamento a que foi submetida durante a ditadura militar e o julgamento de seu *impeachment*. Ao trazer do passado memórias sobre as torturas pelas quais passou na juventude, Dilma Rousseff demonstra *coragem* e *convicção* na própria luta, que prossegue no presente por meio da defesa do próprio mandato. Observamos a construção de uma figura com *força interior* suficiente para enfrentar os desafios.

O *imaginário da ditadura militar* é relembrado por meio de suas memórias relacionadas à ditadura militar. Há a projeção de um *ethos de vítima da ditadura*, de uma jovem que sofreu torturas inimagináveis, que foi julgada e condenada injusta e ilegalmente. Entretanto, a mesma jovem foi capaz de demonstrar a *coragem* e a *convicção na própria luta* necessárias para manter a cabeça erguida diante de seus

algozes. O julgamento do *impeachment* é comparado com o julgamento a que foi submetida na juventude, durante a ditadura militar. A Dilma Rousseff que enfrenta seu segundo julgamento demonstra a mesma *força* da jovem do passado.

Ao falar sobre o câncer no sistema linfático enfrentado em 2009, quando ainda era Ministra-chefe da Casa Civil do então governo Lula, observamos aspectos de *humanidade* nas palavras da presidenta, que também se mostra suscetível à morte, assim como qualquer outro ser humano. Ela também diz não alimentar qualquer tipo de rancor perante seus julgadores, demonstrando capacidade de *superação* e *compaixão*.

O trecho foi utilizado em mais uma publicação na página oficial de Dilma Rousseff, dessa vez com um recorte em vídeo.

Figura 29 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/XECQWE

TRECHO [12]:

“Respeito e tenho especial apreço por aqueles que têm lutado bravamente pela minha absolvição, aos quais serei eternamente grata. Neste momento, quero me dirigir aos senadores que, mesmo sendo de oposição a mim e ao meu governo, estão indecisos. Lembrem-se que, no regime presidencialista e sob a égide da nossa Constituição, uma condenação política exige obrigatoriamente a ocorrência de um crime de responsabilidade, cometido dolosamente e comprovado de forma cabal. Lembrem-se do terrível precedente que a decisão pode abrir para outros presidentes, governadores e prefeitos. Condenar sem provas substantivas. Condenar um inocente.

Faço um apelo final a todos os senadores: não aceitem um golpe que, em vez de solucionar, agravará a crise brasileira. Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu. Votem sem ressentimento. O que cada senador sente por mim e o que nós sentimos uns pelos outros importa menos, neste momento, do que aquilo que todos sentimos pelo país e pelo povo brasileiro. Peço: votem contra o *impeachment*. Votem pela democracia. Muito obrigada”.

Análise:

No último trecho de seu pronunciamento, a enunciadora faz um apelo final aos Senadores que julgariam o *impeachment*. Ela os lembra das possíveis consequências negativas de seu afastamento definitivo tanto para a democracia quanto para a crise pela qual o país estava passando. Há ainda, a projeção de um *ethos de virtude* quando a enunciadora pede a seus julgadores que façam justiça a uma “presidenta honesta” e que “jamais cometeu qualquer ato ilegal”.

Em seu pronunciamento de abertura no Senado, diante de seus julgadores, observamos que Dilma Rousseff constrói para si *ethé* de *resistência*, *luta* e *coragem* por meio do uso dos seguintes elementos linguísticos e trechos: “não cedi”; “resisti”; “resisti à tempestade de terror que começava a me engolir”; “continuei lutando pela democracia”; “não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes”; “resistir sempre”; “resistir para acordar as consciências ainda adormecidas”; “luto pela democracia, pela verdade e pela justiça”; “luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar”; “nunca renuncio à luta”.

A questão da injustiça que as acusações do *impeachment* representavam é lembrada constantemente, projetando assim um *ethos de vítima de uma injustiça* provocada por seus adversários políticos e setores da "elite econômica", com a conivência da grande mídia. Como observamos ao longo das análises, a projeção desse *ethos* se dá por meio dos elementos: "peso da injustiça nos meus ombros"; "gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio"; "crimes que não cometi"; "a segunda denúncia dirigida contra mim neste processo também é injusta e frágil"; "injustiça"; "jamais haverá justiça na minha condenação"; "as acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas"; "cassar em definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política"; "sou acusada injusta e arbitrariamente".

A projeção de um *ethos de virtude*, *integridade* e *honestidade* também marca o pronunciamento da enunciadora, que afirma não ter cometido qualquer crime como pode ser visto nos seguintes trechos: "tenho sido intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública"; "não cometi nenhum crime de responsabilidade"; "não cometi os crimes dos quais sou acusada injusta e arbitrariamente; está claro que não houve tal crime; "crimes que não cometi"; "não enriqueci no exercício de cargos públicos", "não desviei dinheiro público em meu proveito próprio, nem de meus familiares", "não possuo contas ou imóveis no exterior"; "sempre agi com absoluta probidade nos cargos públicos"; "agi em conformidade plena com a legislação vigente"; "não atentei, em nada, em absolutamente nada contra qualquer dos dispositivos da Constituição"; "está provado que não agi dolosamente em nada"; "tenho a consciência tranquila"; "não pratiquei nenhum crime de responsabilidade"; "presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu".

Um *ethos de lealdade* aos seus princípios e também aos companheiros de luta também é mobilizado pela enunciadora, como parece estar sinalizado nos seguintes trechos: "entre os meus defeitos não está a deslealdade e a covardia"; "não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado"; "não mudei de lado".

Um *imaginário de luta por igualdade* também é projetado no pronunciamento por meio do uso dos verbos "lutar" e "dedicar", como podemos observar nos trechos:

“dediquei todos esses anos da minha vida à luta por uma sociedade sem ódios e intolerância”; “lutei por uma sociedade livre de preconceitos e de discriminações”; “lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos”; “lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça”.

O *imaginário de solidariedade* de um governo voltado para a população mais carente e para minorias representadas pelas mulheres, população negra e LGBT também está presente, se mostrando por meio do uso de sintagmas nominais que sinalizam a positividade das ações políticas realizadas e uso de verbos no gerúndio que buscam expressar ações efetivas de garantia de acesso dos sujeitos a direitos sociais tais como “curso superior”, “atendimento médico”, “sonho da casa própria”, entre outros.

A enunciadora também associa sua imagem a uma legitimidade para governar conferida por meio do voto popular, além de um *imaginário de democracia*, marcado pela luta contra o *impeachment*. Tanto sua legitimidade quanto o *imaginário de democracia* podem ser observados nos trechos: “fui eleita por mais 54 milhões de votos”; “na minha posse, assumi o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, bem como o de observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”; “ao exercer a Presidência da República respeitei fielmente o compromisso que assumi perante a nação e aos que me elegeram”; “sempre acreditei na democracia e no Estado de direito”; “sempre vi na Constituição de 1988 uma das grandes conquistas do nosso povo”; “governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras”; “diálogo, participação e voto direto e livre”; “preservação da democracia”.

Narrativas de vida também integram o pronunciamento, afinal, a enunciadora relembra momentos de seu passado, fazendo uma ponte com o presente. Por meio das narrativas, o elemento *pathos* é introduzido, além de colaborar para a projeção de um *imaginário da ditadura* e de um *ethos de vítima da ditadura*. As narrativas estão marcadas no pronunciamento, como pode ser observado nos seguintes trechos: “na luta contra a ditadura, recebi no meu corpo as marcas da tortura”; “amarguei por anos o sofrimento da prisão”; “vi companheiros e companheiras sendo violentados, e até assassinados”; “na época, eu era muito jovem”; “tinha medo da morte, das sequelas da tortura no meu corpo e na minha alma”; “este é o segundo julgamento a que sou

submetida”; “daquela época”; “por duas vezes vi de perto a face da morte”; “quando fui torturada por dias seguidos”, “submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida”; “doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência”.

A polêmica, por sua vez, está presente no pronunciamento quando a enunciadora aponta os erros de seus adversários, atribui atos negativos a eles e utiliza nomeações axiológicas negativas para se referir a seus inimigos e ao processo de *impeachment*. Há diversos elementos ao longo do pronunciamento que denotam seu tom polêmico e, pelo quantitativo ser muito extenso, elencaremos parte deles aqui. Todos, entretanto, estão grifados nos trechos analisados. São eles: “pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito”; “rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente”; “frágil retórica jurídica”; “trama”; “são pretextos, apenas pretextos”; “golpe na Constituição”; “golpe”; “eleição indireta de um governo usurpador”; “não é legítimo”; “submissão a princípios ultraconservadores”; “disseram que as eleições haviam sido fraudadas”; “pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais”; “buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de *impeachment*”; “como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam na vontade do povo o elemento legitimador de um governo”; “queriam o poder a qualquer preço”; “tudo fizeram para desestabilizar a mim e ao meu governo”; “queriam aproveitar a crise econômica”; “muitos articularam e votaram contra propostas que durante toda a vida defenderam”; “queriam evitar a continuidade da “sangria” de setores da classe política brasileira”; “vértice da sua aliança golpista”; “articularam e viabilizaram a perda da maioria parlamentar”; “apoio escancarado de setores da mídia”; “chantagem explícita”; “o que há de pior na política brasileira”; “verdadeiro golpe de Estado”; “escondem”; “fazem questão de ignorar”; “querem me condenar”; “morte da democracia”; “a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus”.

4.1.3 – Pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado no dia 31/08/2016

Realizado após a veiculação do resultado do julgamento do *impeachment*, que ocasionou a perda definitiva do mandato da presidenta Dilma Rousseff, o pronunciamento foi transmitido ao vivo em sua página oficial do *Facebook*. Com leves

diferenças, o terceiro pronunciamento que integra nossos *corpora* apresenta recorrências muito semelhantes às dos anteriores. Justamente por isso, e para não nos delongarmos por demais em nossas análises, não apresentaremos o pronunciamento divido em trechos, como fizemos nos dois primeiros. Elencaremos apenas as principais estratégias nele mobilizadas.

No terceiro pronunciamento, presente na íntegra no Anexo III da pesquisa, observamos, de forma geral, a projeção de *ethos de mulher forte* e *guerreira*, que possui ética e transparência na vida pública, além de um *imaginário de resistência*. O elemento *pathos* permeia o pronunciamento da presidenta, que parece ser sustentado, construído a partir da mobilização de um *imaginário de luta pelos direitos dos mais pobres*, associando sua imagem a um projeto democrático e progressista.

Também é possível identificar fortes traços da polêmica, especialmente quando a enunciadora se refere de forma desfavorável a seus adversários, atribuindo a eles atos axiologicamente negativos. Eles são ligados a uma imagem de retrocesso, a um "grupo de corruptos investigados" que pretendem capturar as instituições do Estado e colocá-las a serviço do "mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social". É apontada ainda, uma atuação da imprensa em favor do *impeachment*, uma mídia parcial que teria se corrompido em favor dos seus inimigos.

Narrativas de vida também integram o pronunciamento, afinal, a presidenta faz uma ponte entre acontecimentos históricos do passado e do presente, relembrando o golpe militar de 1964. Ela o compara à decisão dos senadores sobre sua deposição do cargo. Um *ethos de vítima de injustiças* é, mais uma vez, projetado pela enunciadora, resultado de acontecimentos históricos em dois períodos distintos de sua trajetória de vida.

Mais uma vez a enunciadora destaca o peso histórico de ser a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, apontando o machismo e a misoginia como desafios enfrentados durante seu governo. O caminho para a igualdade de gênero, entretanto, já foi iniciado e nada fará com que haja retrocesso. Sua fala dotada de *empoderamento*[56] e

[56] O empoderamento feminino está associado à luta pela igualdade de direitos e pela resistência contra qualquer tipo de violência contra as mulheres.

resistência é endereçada especialmente às mulheres brasileiras, encorajando-as a seguirem lutando por igualdade.

Finalizamos aqui nosso percurso pelas análises dos pronunciamento de Dilma Rousseff veiculados em sua página do *Facebook.* Na próxima seção, nos debruçaremos sobre os *posts* da personagem fictícia Dilma Bolada em sua página do *Facebook*.

4.2 – Análises dos *posts* de Dilma Bolada no *Facebook* durante o processo de *impeachment*

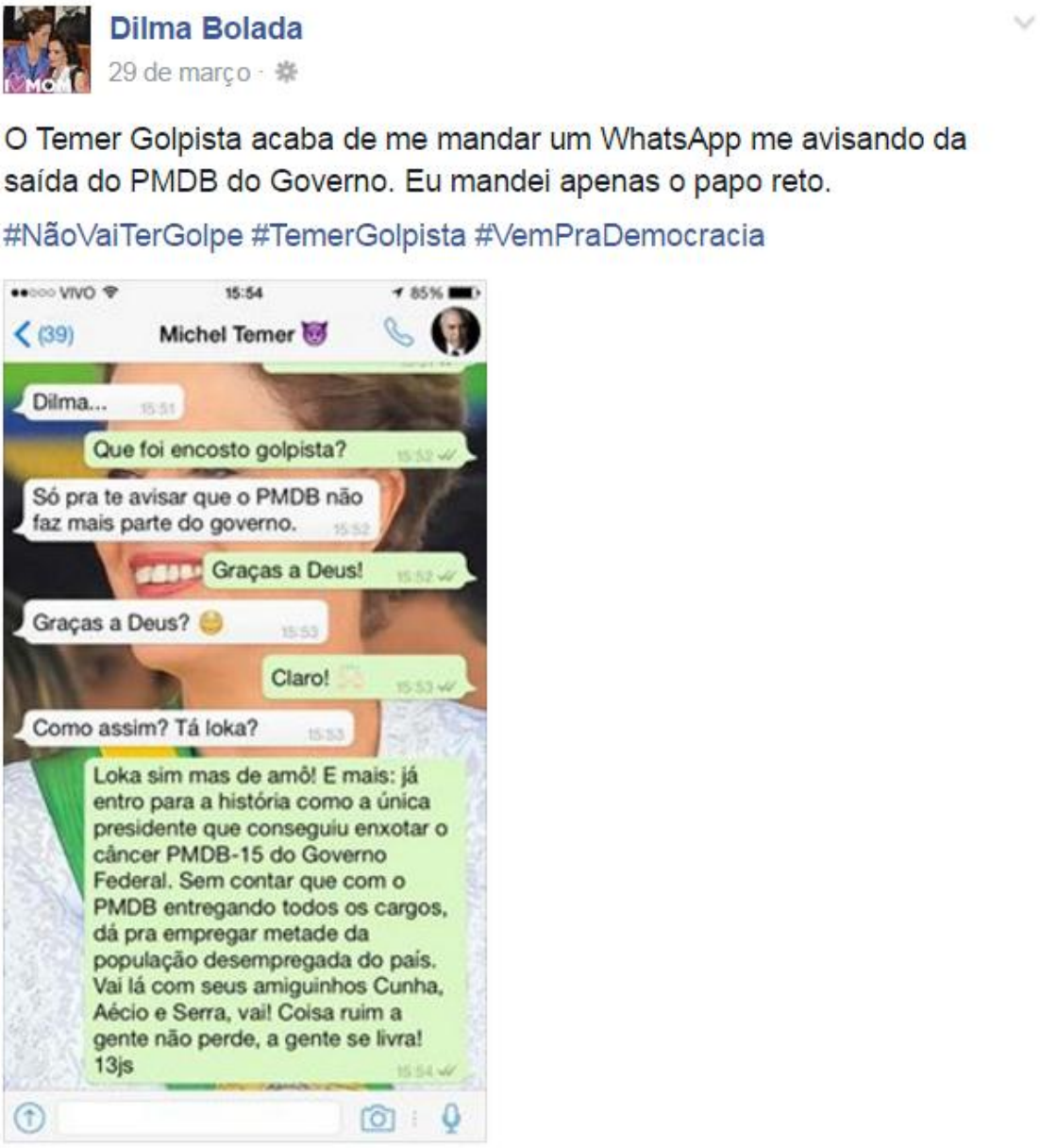
Passaremos agora às análises das publicações da personagem fictícia Dilma Bolada, em sua página do *Facebook*. As publicações que analisaremos integram um plano ficcional, que utilizam o humor e a caricaturização de palavras e ações da personagem. Ao todo, serão analisados cinco *posts* feitos no período que integra o andamento do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Nos *posts*, utilizaremos as mesmas categorias de análise dos pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff, introduzindo o humor como elemento da investigação. São, portanto, cinco as categorias de análise utilizadas nas publicações de Dilma Bolada: *ethos*, imaginários sociodiscursivos, polêmica, narrativas de vida e humor.

4.2.1 – *Post* 1 feito no dia 29/03/2016

Na primeira publicação que analisaremos, observamos a simulação de uma conversa fictícia entre Dilma Bolada e o então vice-presidente Michel Temer, por meio de um aplicativo de celulares para envio de mensagens instantâneas. A publicação foi feita logo após o anúncio da saída do PMDB, partido de Michel Temer, do governo da presidenta Dilma Rousseff.

Figura 30 – *Facebook* Dilma Rousseff



Fonte: https://goo.gl/yg1Rm8

Na publicação, o autor da página simula um diálogo fictício para comentar um acontecimento do cenário político nacional da época. Portanto, para que o diálogo faça sentido em sua totalidade e o efeito de humor esperado seja provocado, é preciso que o internauta tenha informações sobre o andamento da política nacional, especialmente sobre a relação na época cada vez mais tensa entre Dilma Rousseff e Michel Temer.

No diálogo, observamos certa agressividade nas palavras da personagem que chama o então vice-presidente de “Temer Golpista” e “encosto golpista”. Podemos relacionar sua postura a um *ethos de potência*, de uma chefe que não teme seus

inimigos. Elementos como a *hashtag* "não vai ter golpe" e "papo reto" ajudam na projeção de uma imagem de potência, além da afirmação de que seria a única "que conseguiu enxotar o câncer PMDB-15 do Governo Federal".

A personagem utiliza a expressão "Loka [sic] sim mas de amô [sic]!", comum entre usuários das redes sociais digitais na época da publicação, para introduzir humor e adicionar um tom de *deboche* e *zombaria* ao diálogo. A frase "coisa ruim a gente não perde, a gente se livra!" também colabora para levar o internauta ao riso, assim como a expressão "13js", que finaliza o diálogo sem dar chance de resposta a seu interlocutor, além de ser uma referência ao número do PT, o partido de Dilma Rousseff.

Ainda em relação à presença do humor na publicação, o enunciador simula um diálogo em que Dilma Bolada assume para si a identidade de Presidenta da República, confrontando seus adversários sem medo. Um ar autoritário pode ser conferido a ela, que provoca humor por meio de respostas atrevidas inimagináveis num diálogo real entre duas personalidades políticas.

A polêmica permeia toda a publicação, uma vez que há uma clara oposição entre a personagem fictícia e seus adversários. A agressividade presente nas palavras da personagem intensifica a polarização de posições na publicação e, consequentemente, o tom polêmico. Alguns elementos linguísticos colaboram para a identificação da polêmica, tais como os sintagmas formados por itens lexicais que sinalizam valores axiológicos negativos: "temer golpista", "encosto golpista", "coisa ruim" e "câncer do PMDB".

Não verificamos a presença marcante de imaginários sociodiscursivos na publicação.

4.2.2 – *Post 2* feito no dia 18/04/2016

A próxima publicação que analisaremos é uma atualização da foto do perfil[57] utilizada pela personagem fictícia Dilma Bolada em sua página oficial. Ao contrário da

[57] Imagem utilizada para ilustrar páginas oficiais ou perfis pessoais no *Facebook*.

primeira publicação analisada, não há a presença do elemento humor, mas sim a retomada de traços de caráter relacionados à história discursiva da presidenta Dilma Rousseff.

Figura 31 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/vcq2xL

A personagem fictícia altera a imagem do perfil de sua página oficial do *Facebook*, trazendo uma representação da presidenta na juventude. Mais uma vez, o autor da página recorre à imagem de uma Dilma Rousseff jovem, no período em que lutou contra a ditadura militar, evocando, dessa forma, a história discursiva da

presidenta real, cercada por um *ethos* de *luta*, *militância* e *resistência*. Percebemos, portanto, que o enunciador projeta imagens muito parecidas com as projetadas nos pronunciamentos oficiais da presidenta real.

Conforme nos esclarece Miranda (2014), devido a seu passado ligado à luta contra a ditadura militar, a história discursiva de Dilma Rousseff carrega imagens de mulher séria e guerreira, traços de caráter aproveitados pelo sujeito comunicante autor da página para construir uma imagem caricturizada da personagem Dilma Bolada. Observamos, assim, uma tentativa do autor da página de retomar a história biográfica de Dilma Rousseff, absorvendo a representatividade que possuem as imagens da presidenta real durante a juventude, em sua luta contra a ditadura. Há ainda, a projeção de um *imaginário da ditadura militar*, lembrado por meio da imagem de Dilma Rousseff neste período. Não foi identificada a presença da polêmica na publicação.

4.2.3 – *Post* 3 feito no dia 09/05/2016

A terceira publicação que analisaremos traz uma montagem feita a partir de uma imagem de divulgação do filme “Jogos Vorazes: A Esperança – O Final”.

Figura 32 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/UCVmaS

Na imagem, Dilma Bolada utiliza o que Maingueneau (1997) classifica como *heterogeneidade mostrada não marcada*[58], ao fazer uma referência direta ao filme. Há uma referência a outro discurso, numa forma de estilização, a retomada de outro texto sem subversão ideológica. A personagem fictícia se "veste" da personagem principal e

[58] Referências explícitas a outros discursos, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação. A identificação se faz através da ironia, discurso indireto livre, metáforas, alusões, entre outras formas.

heroína do longa-metragem, assumindo, portanto, características a ela atribuídas, como *perspicácia*, *inteligência*, *astúcia* e *malícia*. A primeira frase da legenda "Que os jogos comecem e que a sorte esteja sempre a seu favor", além de ser uma referência ao filme, pode ser relacionada à disputa política do *impeachment*, comparada a um "jogo". O autor da página, nesse ponto, constrói a personagem vestida como uma guerreira dotada da *malícia* e *inteligência* necessárias para enfrentar a batalha contra o *impeachment*. A publicação vai, portanto, de encontro ao que Charaudeau (2006) classifica como *ethos de inteligência*, relacionado ao domínio que o sujeito tem das regras do jogo, apresentando malícia e astúcia.

A segunda parte da legenda "Se me atacá [sic], eu vou atacá [sic]. BRASIL, Inês" também é uma referência a uma frase carregada de humor comumente utilizada na internet. Além de trazer o elemento humor, a frase confere à publicação um tom polêmico de luta e espera por uma batalha que está por vir.

Concluímos, portanto, que por meio da publicação, o autor do *site* constrói, para a personagem, imagens de *inteligência*, *astúcia*, *malícia* e também se mostrando pronta para enfrentar como uma verdadeira *guerreira* a batalha que representaria o processo de *impeachment*. Elementos linguísticos como "jogos", "sorte" e "eu vou atacá [sic]" contribuem para a projeção dessas imagens.

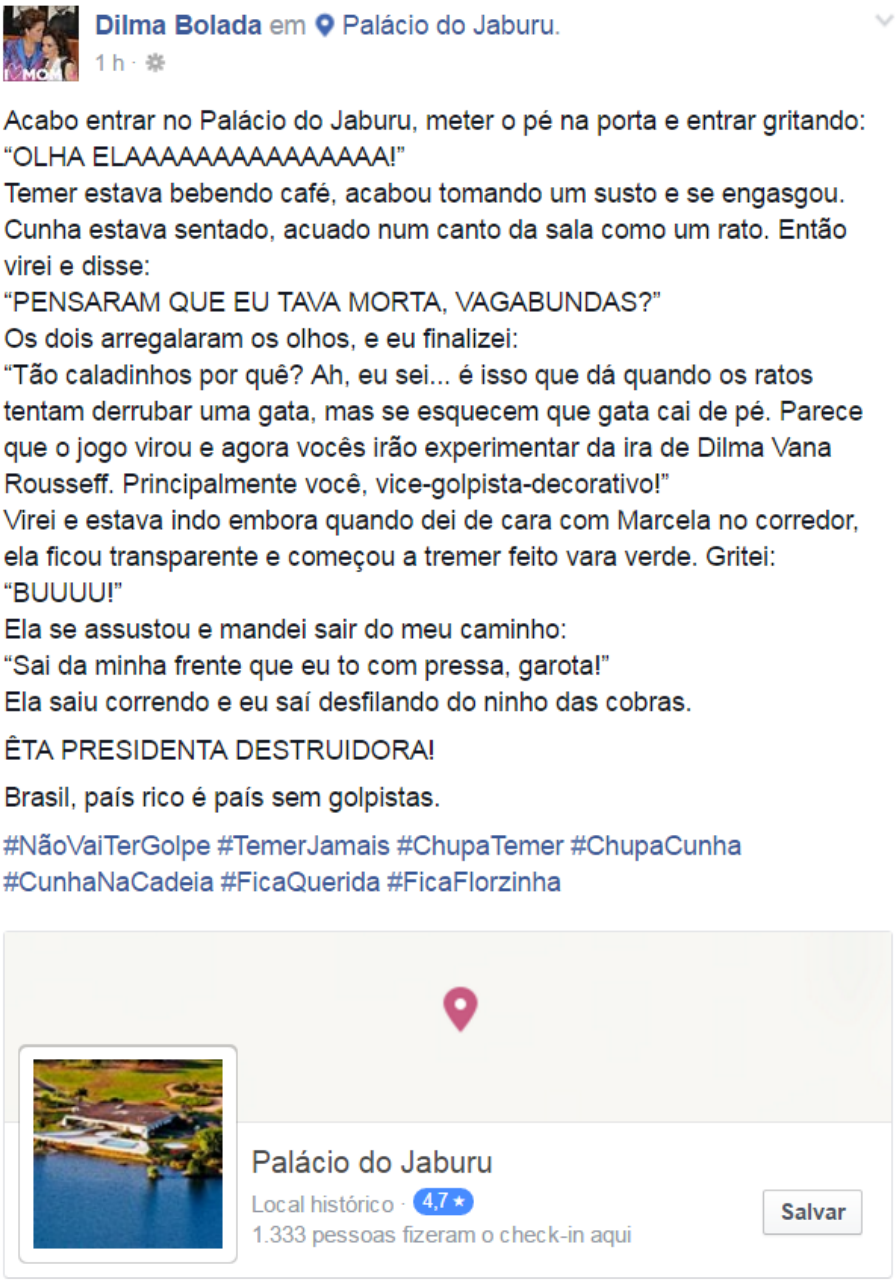
Por meio da publicação, há a projeção de um *imaginário de guerra*, reforçado pela referência ao filme, cujo roteiro se passa em um ambiente em estado de guerra civil, e também por meio do verbo "atacar", explorado na legenda.

Não identificamos a presença de narrativas vida na publicação.

4.2.4 – *Post* 4 feito no dia 09/05/2016

Na próxima publicação, observamos a simulação de uma situação fictícia em que Dilma Bolada ataca os inimigos políticos de Dilma Rousseff.

Figura 33 – *Facebook* Dilma Rousseff



Fonte: https://goo.gl/DHLM9F

O *post* foi feito no mesmo dia em que a tramitação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados havia sido temporariamente anulada e o autor da página parece justificar o *tom agressivo* e *vitorioso* da personagem fictícia diante dos adversários de Dilma Rousseff, que se mostravam completamente acuados na publicação.

Certas doses de *agressividade* e *violência verbal* podem ser percebidas nas palavras de Dilma Bolada. As frases escritas em caixa alta, por exemplo, indicam que a personagem estaria gritando. Além disso, logo no início do *post*, Dilma Bolada diz ter entrado no Palácio do Jaburu depois de "meter o pé na porta", expressão que denota uso da força bruta. O então vice-presidente Michel Temer se assusta, é chamado de "vice-golpista-decorativo" e o ex presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, é comparado a um rato acuado.

Ao utilizar a expressão "parece que o jogo virou e agora vocês irão experimentar a ira de Dilma Vana Rousseff", a personagem fictícia projeta um *ethos de agressividade* e de *vingança* contra seus inimigos. A publicação também joga com a expressão "OLHA ELAAAAAAAAAAAAAA", comumente utilizada na internet em situações de retorno triunfal. Já a frase "ETA PRESIDENTA DESTRUIDORA" reforça a projeção de imagens de *força* e *poder*.

Podemos observar a presença de uma dimensão patêmica nas palavras da personagem fictícia, que utiliza certo tom *agressivo* para simular um retorno triunfal sobre seus inimigos. Precisamos considerar ainda, a presença da polêmica na publicação, que traz uma situação de conflito e choque entre posicionamentos antagônicos. Conforme nos explica Amossy (2014), a polêmica gerencia conflitos através de choques de opiniões e interesses divergentes, não havendo espaço para acordos. É ainda por meio da polêmica que os sentimentos do público podem ser facilmente suscitados, justamente por provocar uma identificação espontânea com um dos lados da disputa.

Precisamos considerar, ainda, o fato de Dilma Bolada atacar diretamente e pessoalmente os inimigos políticos de Dilma Rousseff, se aproximando dos chamados ataques *ad hominem*. Neste caso, não há espaço para diálogo ou argumentação, e sim para o uso de certa agressividade e até insultos que resultam numa polarização extrema. Os adversários são relacionados a um "mal absoluto", o que leva a uma espécie de "demonização" do outro.

Como observamos, elementos como “parece que o jogo virou”, “ira”, “vice-golpista-decorativo”, “meter o pé na porta”, “ratos” e “ninho de cobras” reforçam o tom polêmico e patêmico da publicação.

Em relação ao humor presente na publicação, ele se dá por meio dos ataques a seus adversários, que são rebaixados e retirados da posição de poder em que se encontravam até então. Além disso, Dilma Bolada assume para si a identidade de Presidenta da República e, ao mesmo tempo, utiliza expressões como “vice-golpista-decorativo” e “é isso que dá quando os ratos tentam derrubar uma gata, mas se esquecem que gata cai de pé”. Palavras que não poderiam ser assumidas por uma personalidade real a ocupar um cargo tão alto e que, por isso, provocam riso ao serem ditas por Dilma Bolada.

Não identificamos a presença de imaginários sociodiscursivos ou de narrativas de vida na publicação.

4.2.5 – *Post* 5 feito no dia 29/08/2016

O último *post* que analisaremos foi feito no mesmo dia em que a presidenta Dilma Rousseff compareceu ao Senado para discursar em sua defesa. Como veremos, na publicação não há uso do elemento humor ou da polêmica. Há, entretanto, uma presença marcante do gênero narrativa de vida, por meio de referências explícitas ao passado da presidenta.

Figura 34 – *Facebook* Dilma Rousseff

Fonte: https://goo.gl/5pLNXA

O criador da página lança mão de estratégias que aproxima duas imagens de Dilma Rousseff, em dois períodos distintos de sua vida. Na primeira imagem apresentada, observamos uma Dilma Rousseff jovem no julgamento a que foi submetida durante a ditadura militar. Uma jovem que enfrentou seus algozes de cabeça erguida enquanto eles escondiam o rosto. Já na segunda imagem, temos uma Dilma Rousseff presidenta, discursando em sua defesa em um novo julgamento, o do seu *impeachment*. O criador da página encena a personagem de cabeça erguida diante de seus julgadores, parecendo desejar projetar *ethos* de *coragem* e *força* que somente os que nada devem à justiça poderiam demonstrar.

Ao utilizar as duas imagens em sua publicação, o criador da página atribui à personagem traços de caráter que constituem a história discursiva de Dilma Rousseff. Observamos a projeção de um *ethos de força* relacionado à presidenta real, de uma mulher que não tem mais nada a temer, a não ser a morte da democracia. Na legenda da publicação, a personagem fictícia utiliza trecho do pronunciamento oficial que a presidenta real fez ao Senado em seu julgamento do *impeachment*, no dia 29/08/2016. A escolha da legenda reforça a estratégia do enunciador de evocar traços da personalidade de Dilma Rousseff. A frase "hoje eu só temo a morte da democracia" colabora para a projeção de um *ethos* de força.

Por fim, identificamos uma referência ao *imaginário da ditadura militar*, por meio das referências ao passado de luta da presidenta contra a ditadura e do *imaginário da democracia*.

Finalizamos aqui as análises das publicações feitas na página da personagem Dilma Bolada no *Facebook*. Como observamos, o autor da página projeta alguns traços de caráter característicos de Dilma Rousseff, utilizando, inclusive, relatos biográficos da presidenta na composição de seus *posts*. A polêmica também está presente nas publicações, especialmente nas que utilizam o elemento humor. Este último, por sua vez, não está presente nas publicações que utilizam narrativas de vida da presidenta real, mas é marcante naquelas que possuem um tom polêmico marcante.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por meio das análises, observamos que Dilma Rousseff, através de seus pronunciamentos publicados no *Facebook*, projeta *ethé de força, coragem e luta* diante das ameaças à democracia. Um *ethos de resistência* permeia os pronunciamentos analisados, assim como o de *vítima de uma injustiça* provocada por aqueles que enxergavam no *impeachment* um atalho para o poder.

De forma semelhante, através das publicações feitas na página de Dilma Bolada, podemos observar a projeção de um *ethos de potência* e de *força*, de quem está pronta para enfrentar os adversários da presidenta e seguir na luta pela vitória no processo. A personagem toma para si a identidade de presidenta da república, projetando imagens de *perspicácia* e *inteligência* na guerra representada pelo *impeachment*.

Em relação à presença das narrativas de vida, nos pronunciamentos de Dilma Rousseff, percebemos que elas colaboram para a construção de uma imagem de *mulher forte* que suportou a dor de ser torturada, julgada e condenada durante a ditadura militar, transformando momentos de sofrimento em força de vontade para seguir. Os textos projetam a imagem de uma enunciadora que associa sua história pessoal à luta por um projeto democrático e progressista ameaçado por seus inimigos políticos que desejam usurpar o poder e impor sacrifícios à população, especialmente aos mais pobres. Ainda que sejam inúmeros os desafios enfrentados o longo de sua vida, ela se mostra capaz de se manter solidária diante das necessidades apresentadas pelo povo brasileiro, demonstrando aspectos de *humanidade* e *compaixão*. Dilma Rousseff relata aspectos de sua trajetória pessoal a partir da mobilização de um *imaginário de igualdade e justiça*, contribuindo para a construção da imagem de alguém que dedicou sua vida a um ideal de país.

O criador da página de Dilma Bolada também faz uso das narrativas de vida, por meio de publicações carregadas da história biográfica de Dilma Rousseff. São utilizadas imagens da presidenta real na juventude, que colaboram para a projeção de *ethé de resistência, luta, coragem e força*, muito parecidos com as imagens projetadas nos pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff. Não há a presença do elemento humor nas publicações que retomam a história biográfica da presidenta real.

O autor da página, ao criar as publicações da personagem fictícia Dilma Bolada, faz uso de estratégias de humor a fim de criticar tanto o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff quanto os inimigos políticos da presidenta. A polêmica emerge com maior facilidade nos *posts* que fazem uso do humor, contribuindo para a projeção de *ethos de potência e agressividade*. Os adversários políticos da presidenta real são massacrados pelas publicações da personagem, que projeta um ar de superioridade.

Retomando os pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff, percebemos que a polêmica se apresenta, especialmente, quando a enunciadora aponta os erros de seus adversários, atribui atos negativos a eles e utiliza nomeações axiológicas negativas para se referir a seus inimigos. Seu tom é menos agressivo que o utilizado nas publicações de Dilma Bolada, mas, ainda assim, ela aponta a "fonte do mal" representada por seus adversários, que teriam encontrado na mídia o apoio necessário para criar o cenário de instabilidade política para a abertura do processo.

Considerável parte dos pronunciamentos de Dilma Rousseff parecia ter como foco desconstruir as acusações a ela dirigidas, lembrando que somente a presidenta possuía a legitimidade necessária para governar o país, conferida pelo povo por meio do voto. Sua integridade e honestidade são constantemente lembradas nos pronunciamentos, que conferem a ela uma imagem de mulher que tem em seus princípios éticos e em seu compromisso com a democracia, o incentivo necessário para não desistir da luta.

A questão do gênero é destacada em diferentes momentos dos pronunciamentos oficiais, dando atenção especial para a misoginia e machismo enfrentados e para o fato de ser a primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta do Brasil. Um *ethos de superação* também pode ser conferido à Dilma Rousseff, que mostra sua força mesmo diante das adversidades enfrentadas em diferentes momentos de sua vida.

Finalizamos aqui nosso percurso pelos pronunciamentos de Dilma Rousseff e pelas publicações feitas na página da personagem Dilma Bolada. Como observamos por meio das análises, é possível identificar semelhanças entre as imagens projetadas pelos pronunciamentos oficiais e pelos *posts* feitos na página da personagem fictícia, especialmente aqueles que utilizam as narrativas de vida em sua composição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa, realizamos uma análise comparativa entre pronunciamentos oficiais publicados na página oficial de Dilma Rousseff no *Facebook* e publicações feitas na página intitulada Dilma Bolada. Nosso objetivo foi identificar, por meio da observação dos *corpora*, qual ou quais foram as imagens, *ethé* e imaginários projetados nos e pelos pronunciamentos de Dilma Rousseff nas redes sociais digitais, verificando se havia diferenças entre as imagens projetadas no pronunciamento oficial e nas publicações da personagem fictícia Dilma Bolada. Em nossa análise, também recorremos à observação da presença das narrativas de vida e da polêmica em ambas as situações de comunicação, além do uso do humor nas publicações feitas na página intitulada Dilma Bolada.

Em nosso percurso teórico, abordamos diferentes aspectos relacionados à análise do discurso político, tomando como base, sobretudo, estudos propostos pela Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Iniciamos o trabalho abordando as origens da AD, que tomou como um de seus principais alicerces um *corpus* especificamente político. Diferentes reflexões sobre as transformações pelas quais tem passado o discurso no campo político também foram abordadas, tomando como base, especialmente, estudos propostos por Piovezani Filho (2007, 2009) e Courtine (2003, 2006). Como observamos, discursos que privilegiam aspectos da vida privada dos atores têm ganhado destaque, além de uma predileção por mensagens simples e de fácil entendimento.

A polêmica que integra a cena política também foi abordada, afinal, em nossos *corpora*, observamos a presença marcante do elemento por meio do choque de posicionamentos contraditórios. Interessante observarmos que os trechos dos discursos oficiais de Dilma Rousseff considerados mais polêmicos foram justamente aqueles escolhidos para serem desmembrados em novas publicações na página oficial, ganhando destaque.

O uso das redes sociais digitais para veiculação da palavra política e gestão das imagens de atores políticos também foi levantado, com base em diferentes estudos. Em relação aos pronunciamentos de Dilma Rousseff analisados, consideramos pertinente lembrar que nenhum deles foi construído exclusivamente para o ambiente *online*. Eles

foram, entretanto, publicados na íntegra na página oficial da presidenta e utilizados em outras publicações específicas para as redes sociais digitais da ex-mandatária. Já as publicações feitas na página da personagem Dilma Bolada foram construídas exclusivamente para este meio, utilizando, inclusive, elementos da linguagem comum aos internautas, como as *hashtags* "não vai ter golpe", "Temer golpista", "vem pra democracia" e "fica querida".

Observamos, portanto, que a veiculação do discurso político tem passado pelas redes sociais digitais. Mudanças tecnológicas também podem trazer adaptações à palavra política, como é o caso das publicações feitas na página intitulada Dilma Bolada, que utiliza elementos linguísticos comuns aos internautas. No caso dos pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff, ainda que eles não tenham encontrado no ambiente *online* seu principal meio de divulgação, observamos certa preocupação em estar presente também neste meio. Além disso, ao veicular os pronunciamentos oficiais da presidenta, ou desmembrá-los em novas publicações, a página integra elementos característicos da linguagem utilizada nas redes sociais digitais, como o uso das *hashtags* "pela democracia" e "lutar sempre".

Em relação ao humor, abordamos em nossa pesquisa alguns estudos sobre os diferentes aspectos do elemento e, em especial, seu uso em discursos políticos. Tomamos como base, especialmente, pesquisas desenvolvidas por Possenti (2013), Charaudeau (2006b) e Zepeda, Franco e Preciado (2014) sobre o tema. Por meio do percurso teórico e também das análises das publicações feitas na página de Dilma Bolada, observamos que o humor pode ser utilizado como estratégia para projeção de determinadas imagens de atores políticos. No caso das publicações feitas na página da personagem fictícia, percebemos a presença do humor, especialmente, naquelas que continham ataques direcionados aos adversários políticos da presidenta real.

Diferentes aspectos sobre as narrativas de vida também foram abordados em nossa pesquisa, tomando como base, especialmente, as considerações de Machado (2008, 2012, 2015, 2016) sobre o tema. Observamos que a construção da identidade do sujeito político também pode passar pelas narrativas de vida, incluindo a projeção de diferentes imagens por meio de discursos que contém trechos de histórias pessoais dos atores. Em nossas análises dos *corpora*, por exemplo, ficou evidente a construção de

determinados *ethé* por meio de trechos que continham relatos biográficos de Dilma Rousseff, o que contribuiu para a projeção de imagens de mulher forte e guerreira, que superou o sofrimento vivido devido às torturas e prisão pelas quais passou durante a ditadura militar. Em alguns dos *posts* feitos na página de Dilma Bolada também foi possível perceber a presença de histórias que marcam a biografia da presidenta real.

Abordagens sobre o *ethos* e os diferentes *ethé* projetados por sujeitos políticos também integraram o percurso teórico da pesquisa. Para isso, contextualizamos o surgimento da noção por meio de Aristóteles, chegando à sua apropriação pelos estudos da AD. Considerações de Amossy (2005) e Maingueneau (2005, 2011) sobre o tema também foram abordados. A classificação proposta por Charaudeau (2006) para os *ethé* de credibilidade e de identificação contribuiu para o reconhecimento, nos *corpora* da pesquisa, das diferentes imagens projetadas tanto por meio dos pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff, quanto pelas publicações feitas na página intitulada Dilma Bolada.

Como já mencionamos na análise dos resultados da pesquisa, observamos a projeção recorrente de *ethé de força, coragem, luta* e *resistência* nos pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff. De forma semelhante, as publicações feitas na página de Dilma Bolada, trazem a projeção de um *ethos de potência* e de *força*, de quem estava pronta para enfrentar os adversários e seguir na luta pela vitória contra o *impeachment*.

Por fim, os imaginários sociodiscursivos presentes no discurso político também integraram o referencial teórico da pesquisa, sendo utilizados, inclusive, como categoria de análise dos *corpora*. Tomando como alicerce os estudos de Charaudeau (2006) sobre o tema, percebemos a mobilização recorrente de imaginários que remetiam à ditadura militar e a valores como a igualdade e a justiça nos pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff.

Como observamos, nosso percurso teórico abordou diferentes aspectos relacionados ao discurso político, incluindo estudos sobre as categorias de análise escolhidas para os *corpora*: polêmica, humor, narrativas de vida, *ethos* e imaginários sociodiscursivos.

Não podemos encerrar nossas considerações, entretanto, sem antes destacar a importância do momento histórico em que nossos *corpora* foram coletados: o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Certamente, os pronunciamentos oficiais da presidenta aqui analisados ficarão guardados na memória de muitos brasileiros que acreditam e lutam por um projeto de país democrático e mais igualitário. Assim como ficarão registrados na memória desta pesquisadora, que se emocionou diante do pronunciamento transmitido ao vivo, diretamente do Senado Federal, em que Dilma Rousseff falava sobre as ameaças que o *impeachment* representava para a democracia brasileira. Mais que isso, para a igualdade racial e de gênero, distribuição de renda, direitos sociais e tantas outras conquistas dos últimos anos. Que esta pesquisa possa também colaborar para que o sonho de viver num país mais justo nunca seja esquecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. L'argumentation dans le discours. Paris: Armand Colin, 2000

_____. (Org.). **Imagens de Si no Discurso:** a construção do *ethos.* 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Tradução de Adriana Zavaglia. Revista Filologia e Língua Portuguesa, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007.

_____. ***Apologie de la polémique*** **[Apology of the polemic].** Paris: Presses Universitaires de France, 2014. Coleção "L'interrogation philosophique" [Serie "The philosophical interrogation"]. 240 p.

ARISTÓTELES. A Retórica. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior; Paulo Famhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

AZEVEDO, Andrey Ricardo**. Os presidenciáveis no Brasil em 2014:** um estudo acerca de representações construídas por meio de fragmentos (auto) biográficos. Belo Horizonte, 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

BARROS, D. L. P. de . Contribuições de Bakhtin Às Teorias do Discurso. In: Carlos Alberto Faraco; Cristovão Tezza; Gilberto de Castro. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 1ªed.Campinas - SP: Editora Unicamp, 1997, v. , p. 34-38.

BONHOMME, Marc. A caricatura política. In: **Análises do Discurso Político**. Editora FALE/UFMG. 2016.

BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. In: Revista Animus, v.V, n.2, p. 09-36, jul./dez. 2006. Disponível em: < https://periodicos.ufsm.br/index.php/animus/article/viewFile/6693/4050#page=9>. Acesso em: 24 fev. 2018.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997.

DUCROT, Oswald. O dizer e o dito: revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

CARVALHO, A. T. S. . Relações teórico-metodológicas entre a AD e a Narrativa de Vida. In: MACHADO, I L; MELO, M.S.. (Org.). Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso. 1ed. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso FALE UFMG, 2016, v. 1, p. 21-42.

_____. O discurso da "santidade"em narrativas de vida de São Francisco de Assis e Francisco Cândido Xavier. 2016. Tese (Doutorado em Programa de Pos-Graduaçao em Estudos Linguisticos) - Faculdade de Letras da UFMG.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*. Paris, Hachette, 1983.

_____. Uma teoria os sujeitos da linguagem. In. Hugo Mari, Ida Lucia Machado. Renato de Mello, Análise do discurso : fundamentos e práticas. Belo Horizonte : Nad-FALE-UFMG, 2001., 2001

_____. **Discurso Político**. 2.ed. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Des Catégories pour l'Humour ? In: Questions de communication. 10, p. 19-41. 2006.

_____. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In : BOYER, Henri (Org). Stéréotypage, stéréotypes: fonctiontionnements ordinaires et mises em scène. Paris: L'Harmattan, 2007. p.49-63.

_____. Linguagem e Discurso. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **A patemização na televisão como estratégia de autenticidade**. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Orgs.). As emoções no discurso. v. II. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

_____. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZZA, Grenissa; PAULA, Luciane de (org.). Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil. Uberlândia: Edufu, 2010. p. 34- 47.

_____. Um modelo sócio-comunicacional do discurso : entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In Grenissa Stafuzza e Luciane de Paula (org.) Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil, Edufu, Uberlândia, 2010.

_____. Uma análise semiolingüística do texto e do discurso. **In : PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) Da língua ao discurso : reflexões para o ensino. Rio de Janeiro : Lucerna, 2005, p. 11-27., 2005.** Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/97744/96586>. Acesso em: 2 abril. 2016.

_____. **Pathos e discurso politico**. IN MACHADO, Ida Lucia Machado; MENEZES, William; MENDES, Emilia (org.). As Emoções no Discurso, Volume 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Pathos-e-discursopolitico.html>. Acesso em: 5 fev. 2017.

CERVI, Emerson Urizzi . Campanhas eleitorais em redes sociais: transparência ou pornografia. In: Cervi, Emerson; Massuchin, Michele; Cavassana, Fernanda. (Org.). Internet e eleições no Brasil. 1ed.Curitiba: CPOP, 2016, v. 1, p. 17-35.

CIOCARI, Deysi. Dilma Bolada e Dilma Rousseff: divagando e governando, não necessariamente nessa ordem. In: Revista ALTERJOR, Ano 06. Volume 01. Edição 11 – Janeiro-Junho de 2015. p. 90-114. Disponível em: < http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 23 fev. 2017.

COURTINE, J-J. **Os deslizamentos do espetáculo político.** In: Gregolin, M.R. et al. (orgs). Discurso politico e mídia: a cultura do espetáculo. São Paulo: Claraluz, 2003.

_____. **Metamorfoses do discurso político:** derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz. 160 p. 2006.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: O dizer e o dito. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161-218.

EGSS, Ekkehard. **Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna**. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso.* A construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 29-56.

EMEDIATO, Wander. Retórica, Argumentação e Discurso. In: MARI, H.et aliii. Análise do Discurso: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso- Fale/UFMG, 2001. p. 157-177.

_____. Discurso e WEB: as múltiplas faces do facebook. Revista da ABRALIN , v. 14, p. 171-192, 2015.

_____. Dimensões e fases da mentira no discurso político. In: Análises do Discurso Político. 1. ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2016. p. 14-49

FALCÃO DA SILVA, Sandra. O RISO EM MAINARDI: um estudo sobre os mecanismos linguístico-discursivos do humor nas crônicas de Diogo Mainardi. Dissertação (Dissertação em Língua Portuguesa) – PUC-SP. São Paulo, 2009.

GALINARI, M. M. . Logos, Ethos e Pathos: 'três lados' da mesma moeda. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online) , v. 58, p. 257-285, 2014.

LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São paulo: paulus, 2010.

(Aristóteles, Retórica; INCM, Estudos Gerais, Série Universitária, Clássicos de Filosofia, Lisboa, 1988. Livro 1. 1: Origem da retórica e formação do sistema retórico. pp. 43-44).

LESSA, Cláudio Humberto. **Marcação e destituição de identidade político-discursiva em ensaios de intelectuais de esquerda:** valores, imaginários e a projeção

de auto e heteroimagens. 2009. 300f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MACHADO, I. L. . A ironia como fenômeno lingüístico discursivo. Revista de Estudos da Linguagem , FALE/UFMG - Belo Horizonte, v. 1, n.3, p. 141-154, 1995.

_____. "Storytelling": uma nova 'moda' de persuasao/argumentaçao?. In: Wander Emediato; Glaucia Muniz Proença Lara. (Org.). Analise do Discurso Hoje - Volume 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, v. 4, p. 165-176.

_____. **"*Storytelling*": uma nova 'moda' de persuasão/argumentação?** In: PROENÇA, G.M.L. *et al*. (org.) *Análise do Discurso Hoje – Volume 4*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 165-176.

_____. **Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégias da Análise do Discurso.** In: Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 187-207, 2012. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2578. Acesso em: 5 fev. 2017.

_____. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso , v. 9/1, p. 118-137, 2014.

_____. A narrativa de vida como materialidade discursiva. In: Revista da ABRALIN, v.14, n.2, p. 95-108, jul./dez. 2015. Disponível em: < http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42557/25814>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Reflexões sobre uma corrente de análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Portugal: Grácio Editor, 2016. 160p.

MACHADO, Ida Lucia e LESSA, Cláudio Humberto. Reflexões sobre o gênero Narrativa de Vida do ponto de vista da Análise do Discurso. In: NUNES DE JESUS, Sérgio e RAMOS DA SILVA, Sueli (org.) O discurso e outras materialidades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p.102-122.

MAIA, Jader Gontijo. **Imaginários do discurso político e a construção da identidade: um estudo sobre narrativas de vida na entrevista política**. 2015. 207 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1989.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas, SP, Pontes/Ed. Unicamp, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, 238 p.

_____. *Ethos*, Cenografia, Incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos. São Paulo: Contexto, 2005, pp.69-92.

_____. 2006. **Cenas da Enunciação**. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições. 181p.

_____. **Ethos, cenografia e incorporação.** In: AMOSSY, R. Imagens de si no discurso: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008, p. 68-92.

_____. **A propósito do *ethos***. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). Ethos discursivo. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 11-30.

MARQUES, F. P. J. A. Participação, Instituições Políticas e Internet: Um exame dos canais participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil. In:

MARQUES, F.P.J.A.; MAIA, R.C.M.; GOMES.W.S.. (Org.). Internet e Participação Política no Brasil. 1ed.Porto Alegre: Editora Sulina, 2011, v. , p. 95-121.

MARQUES, F. P. J. A; SAMPAIO, R.. Internet e eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas online. Revista Galáxia, São Paulo, n. 22, p. 208-221, dez. 2011.

MARQUES, F. P. J. A. Ciberpolítica: Conceitos e Experiências. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016. v. 1. 61p .

MARQUES, F.P.J.A. (2008). **Participação política e internet:** meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso brasileiro. Salvador. 498 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura contemporâneas) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

MARQUES, F. P. J. A. ; SILVA, F. W. O.; MATOS, N. R. **Estratégias de comunicação política online:** uma análise do perfil de José Serra no Twitter. In: 35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2011, Fortaleza.

MENEZES, William Augusto. Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil 1994 e 1998. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos: Análise do Discurso. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004

MENDES, P. H. A. Análise do discurso político eleitoral: dos atos de fala aos processos enunciativos do debate eleitoral. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos: Análise do Discurso. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MIRANDA, Bruna Grassi. Dilma Rousseff : da ditadura ao Facebook : a construção da imagem do indivíduo na política. Coimbra : [s.n.], 2014. Dissertação de mestrado.

MOURA, Lucas. O conceito de técnica segundo Aristóteles; 2010; Orientação de outra natureza; (Filosofia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Orientador: Celso Candido de Azambuja;

MOSCOVICI, S. *Representações sociais:* investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003

OLIVEIRA, L. A., MAIA, P. E. A. e MIRA, G. F. P. Disputa eleitoral de 2014: da tela da TV para as redes sociais. In: Comunicação & Mercado, vol. 4, pp. 29-42. 2014. Disponível em < https://goo.gl/ZLJJBc>. Acesso em 2 fev. 2017

PERELMAN, C.; TYTECA, L. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIOVEZANI, C. **Metamorfoses do discurso político contemporâneo:** por uma nova perspectiva de análise. Revista da ABRALIN, v. 6, n.1, p. 25-42, jan/jun. 2007 . Disponível em: <http://www.abralin.org/revista/RV6N1/04-Carlos-Piovezani.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

PIOVEZANI FILHO, 2009. Dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político.

POSSENTI, S. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

RECUERO, R**.** Comunidades virtuais no IRC: o caso do #Pelotas - um estudo sobre a comunicação mediada por computador e a estruturação de comunidades virtuais. Dissertação (Dissertação em Comunicação e Informação) – UFRGS. Rio Grande do Sul, 2002.

_____. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. A conversação como apropriação na comunicação mediada pelo computador. In: Dulcilia Schroeder Buitoni, Roberto Chiachiri. (Org.). Comunicação, Cultura de Rede e Jornalismo. 1ed.Sao Paulo: Almedina, 2012, v. 1, p. 259-274.

_____. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o Estudo das Redes Sociais na Internet: O caso da *hashtag* #Tamojuntodilma e #CalabocaDilma. - Revista Fronteiras (Online), v. 16, p. 1, 2014.

_____. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. Verso e Reverso, v. 28, n. 68, p. 114-124, maio-ago. 2014/2.

ROSSINI, P. G. C.; BAPTISTA, E. A.; OLIVEIRA, V. V.; SAMPAIO, R. C. O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014: a influência das pesquisas

eleitorais nas estratégias das campanhas digitais. Fronteiras - estudos midiáticos, v. 18, n. 2, p. 145-157, 2016.

SARGENTINI, Vanice. **Discurso político e redes sociais**. In: Revista da ABRALIN, v.14, n.2, p. 215-232, jul./dez. 2015

ZEPEDA, Andrés Valdez; FRANCO, Delia A. Huerta; PRECIADO Octavio Adolfo Perez. **O humor na estratégia de persuasão durante as campanhas eleitorais**. Revista Brasileira de Ciências Políticas, Brasília, n.13, abr. 2014.

ANEXOS

Anexo I

Pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado no dia 15/04/2016

Brasileiras e brasileiros

O Brasil vive momentos que serão decisivos para o nosso futuro. No próximo domingo teremos uma oportunidade de reafirmar, mais uma vez, nosso compromisso histórico com a democracia, a liberdade e o estado de direito.

O que está em jogo na votação do impeachment não é apenas o meu mandato, que pretendo defender e honrar até o último dia, conforme estabelecido na Constituição. O que está em jogo é o respeito à vontade soberana do povo brasileiro, o respeito às urnas. O que está em jogo são as conquistas sociais e os direitos dos brasileiros. Por isso, é minha obrigação esclarecer os fatos e denunciar os riscos dessa aventura golpista para o país. Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu a recontagem dos votos, tentou anular as eleições e passou a conspirar pelo impeachment. Os derrotados mergulharam o país num estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia, com o único objetivo de tomar à força o que não conquistaram nas urnas.

Não há razão para o pedido de impeachment contra mim. Acusam-me sem nenhuma base legal. Não cometi crime de responsabilidade. Não há contra mim qualquer denúncia de corrupção ou desvio de dinheiro público. Jamais impedi investigação contra quem quer que fosse. Meu nome não está em nenhuma lista de propina. Tampouco sou suspeita de qualquer delito contra o bem comum.

A denúncia contra mim em análise no Congresso Nacional não passa de uma fraude. a maior fraude jurídica e política da história de nosso país. Sem ela, o impeachment sequer seria votado. O Brasil e a democracia não merecem tamanha farsa.

Peço a todos os brasileiros que não se deixem enganar. Vejam quem está liderando este processo e o que propõem para o futuro do Brasil. Os golpistas já disseram que, se conseguirem usurpar o poder, será necessário impor sacrifícios à população brasileira.

Com que legitimidade? Querem revogar direitos e cortar programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Ameaçam até a educação pública. Querem abrir mão da soberania nacional, mudar o regime de partilha e entregar os recursos do pré-sal às multinacionais estrangeiras. Antes de tudo, o que move os golpistas são os nossos acertos. Eles querem derrotar, a qualquer custo, o que represento: o projeto de desenvolvimento e inclusão social pelo qual estamos trabalhando todos os dias nos últimos 13 anos. Para alcançar seus objetivos, estão dispostos a violentar a democracia e a rasgar a Constituição espalhando a intolerância, o ódio e a violência entre nós. Estão dispostos a humilhar o Brasil perante a comunidade internacional como se fôssemos uma republiqueta qualquer e não uma das maiores democracias do mundo.

Brasileiras e brasileiros, dirijo-me a vocês para pedir que continuem defendendo a legalidade democrática. Continuem se mobilizando no trabalho, nas escolas, nas ruas e nas redes sociais. Não se trata de concordar ou não com o governo, mas de combater um golpe de estado, uma violação constitucional que poderá mergulhar o Brasil em um doloroso processo de instabilidade e insegurança.

Nenhum governo será legítimo se não nascer do voto popular, livre direto, universal e secreto. Fora do voto popular qualquer governo será sempre a tirania. A tirania dos mais fortes, dos mais espertos, dos mais ricos, dos mais corruptos. Faço uma advertência aos que veem no processo de impeachment um atalho para o poder. Podem justificar a si mesmos, mas nunca poderão jamais olhar nos olhos da nação, porque a palavra golpe estará para sempre gravada na estará dos traidores da democracia.

Quero ainda saudar e agradecer os milhões de brasileiros e brasileiras que, nas últimas semanas, vêm promovendo manifestações em defesa da democracia, do estado de direito e da liberdade. É uma mobilização ampla e generosa, porque vem dos mais diversos setores da sociedade, mesmo dos que não votaram em mim, dos que são críticos ao meu governo, mas que jamais perderam a fé no Brasil. A história registrará a voz doa que não se omitiram nesse grave momento.

Brasileiros e brasileiras, nosso país tem todas as condições de sair da crise, de retomar o crescimento econômico com emprego, estabilidade, distribuição de renda e oportunidades para todos. Juntos, haveremos de reencontrar a paz necessária para

retomar o rumo das mudanças. Mas somente o respeito à ordem democrática pode assegurar a reunificação nacional.

Nós cidadãos e cidadãs do Brasil, pessoas anônimas e famosas, trabalhadores da cidade e do campo, empresários, intelectuais, parlamentares, líderes políticos e sociais, cidadãos de todas as profissões e idades, homens e mulheres de todas as raças e credos, todos nós cidadãos e cidadãs deste país, somos os guardiões dos valores que fazem do Brasil essa grande nação. Por isso, eu tenho certeza que a democracia brasileira sairá vitoriosa. Viva o Brasil! Viva a democracia!”

Anexo II

Pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado no dia 29/08/2016

Excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

Excelentíssimo senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros.

Excelentíssimas senhoras senadoras e excelentíssimos senhores senadores, cidadãs e cidadãos de meu amado Brasil.

No dia 1º de janeiro de 2015 assumi meu segundo mandato à Presidência da República Federativa do Brasil. Fui eleita por mais 54 milhões de votos. Na minha posse, assumi o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, bem como o de observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Ao exercer a Presidência da República respeitei fielmente o compromisso que assumi perante a nação e aos que me elegeram. E me orgulho disso. Sempre acreditei na democracia e no Estado de direito, e sempre vi na Constituição de 1988 uma das grandes conquistas do nosso povo. Jamais atentaria contra o que acredito ou praticaria atos contrários aos interesses daqueles que me elegeram. Nesta jornada para me defender do impeachment me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho.

Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade. Até porque, como todos, tenho defeitos e cometo erros. Entre os meus defeitos não está a deslealdade e a covardia. Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado. Na luta contra a ditadura, recebi no meu corpo as marcas da tortura. Amarguei por anos o sofrimento da prisão. Vi companheiros e companheiras sendo violentados, e até assassinados. Na época, eu era muito jovem. Tinha muito a esperar da vida. Tinha medo da morte, das sequelas da tortura no meu corpo e na minha alma. Mas não cedi. Resisti.

Resisti à tempestade de terror que começava a me engolir, na escuridão dos tempos amargos em que o país vivia. Não mudei de lado. Apesar de receber o peso da injustiça

nos meus ombros, continuei lutando pela democracia. Dediquei todos esses anos da minha vida à luta por uma sociedade sem ódios e intolerância. Lutei por uma sociedade livre de preconceitos e de discriminações. Lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos. Lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça. Disso tenho orgulho. Quem acredita, luta.

Aos quase setenta anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram. Exercendo a Presidência da República tenho honrado o compromisso com o meu país, com a Democracia, com o Estado de Direito. Tenho sido intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública. Por isso, diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio. E por isso, como no passado, resisto.

Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito. Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que respondam perante a sua consciência e perante a história pelos atos que praticam. A mim cabe lamentar pelo que foram e pelo que se tornaram. E resistir. Resistir sempre. Resistir para acordar as consciências ainda adormecidas para que, juntos, finquemos o pé no terreno que está do lado certo da história, mesmo que o chão trema e ameace de novo nos engolir. Não luto pelo meu mandato por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não tem caráter, princípios ou utopias a conquistar.

Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça. Luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar. Muitos hoje me perguntam de onde vem a minha energia para prosseguir. Vem do que acredito. Posso olhar para trás e ver tudo o que fizemos. Olhar para a frente e ver tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos. Sei que, em breve, e mais uma vez na vida, serei julgada. E é por ter a minha consciência absolutamente tranquila em relação ao que fiz, no exercício da Presidência da República que venho pessoalmente à presença dos que me julgarão.

Venho para olhar diretamente nos olhos de Vossas Excelências, e dizer, com a serenidade dos que nada tem a esconder que não cometi nenhum crime de responsabilidade. Não cometi os crimes dos quais sou acusada injusta e arbitrariamente. Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de impeachment. No passado da América Latina e do Brasil, sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de estado.

O Presidente Getúlio Vargas, que nos legou a CLT e a defesa do patrimônio nacional, sofreu uma implacável perseguição; a hedionda trama orquestrada pela chamada "República do Galeão", que o levou ao suicídio. O Presidente Juscelino Kubitschek, que construiu essa cidade, foi vítima de constantes e fracassadas tentativas de golpe, como ocorreu no episódio de Aragarças. O presidente João Goulart, defensor da democracia, dos direitos dos trabalhadores e das Reformas de Base, superou o golpe do parlamentarismo mas foi deposto e instaurou-se a ditadura militar, em 1964.

Durante 20 anos, vivemos o silêncio imposto pelo arbítrio e a democracia foi varrida de nosso País. Milhões de brasileiros lutaram e reconquistaram o direito a eleições diretas. Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas.

Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos. As provas produzidas deixam claro e inconteste que as acusações contra mim dirigidas são meros pretextos, embasados por uma frágil retórica jurídica. Nos últimos dias, novos fatos evidenciaram outro aspecto da trama que caracteriza este processo de impeachment. O autor da representação junto ao Tribunal de Contas da União que motivou as acusações discutidas nesse processo, foi reconhecido como suspeito pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Soube-se ainda, pelo depoimento do auditor responsável pelo parecer técnico, que ele havia ajudado a elaborar a própria representação que auditou. Fica claro o vício da parcialidade, a trama, na construção das teses por eles defendidas. São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas. São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição.

Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador. A eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios, quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país. Um governo que dispensa os negros na sua composição ministerial e já revelou um profundo desprezo pelo programa escolhido pelo povo em 2014. Fui eleita presidenta por 54 milhões e meio de votos para cumprir um programa cuja síntese está gravada nas palavras "nenhum direito a menos".

O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos da população, das pessoas mais pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo a população; a realização do sonho da casa própria. O que está em jogo é o investimento em obras para garantir a convivência com a seca no semiárido, é a conclusão do sonhado e esperado projeto de integração do São Francisco.

O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é a inserção soberana de nosso País no cenário internacional, pautada pela ética e pela busca de interesses comuns. O que está em jogo é a autoestima dos brasileiros e brasileiras, que resistiram aos ataques dos pessimistas de plantão à capacidade do País de realizar, com sucesso, a Copa do Mundo e as Olimpíadas e Paraolimpíadas. O que está em jogo é a conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal mas não abre mão de programas sociais para a nossa população. O que está em jogo é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais.

Senhoras e senhores senadores, no presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a eventual perda de maioria parlamentar para afastar um presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime. Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo "conjunto da obra". Quem afasta o presidente pelo "conjunto da obra" é o povo e, só o povo, nas eleições. E nas eleições o programa de governo vencedor não foi este agora ensaiado e desenhado pelo Governo interino e defendido pelos meus acusadores. O que pretende o governo interino, se transmudado em efetivo, é um verdadeiro ataque às conquistas dos últimos anos.

Desvincular o piso das aposentadorias e pensões do salário mínimo será a destruição do maior instrumento de distribuição de renda do país, que é a Previdência Social. O resultado será mais pobreza, mais mortalidade infantil e a decadência dos pequenos municípios. A revisão dos direitos e garantias sociais previstos na CLT e a proibição do saque do FGTS na demissão do trabalhador são ameaças que pairam sobre a população brasileira caso prospere o impeachment sem crime de responsabilidade. Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores. O nosso patrimônio estará em questão, com os recursos do pré-sal, as riquezas naturais e minerárias sendo privatizadas.

A ameaça mais assustadora desse processo de impeachment sem crime de responsabilidade é congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação. É impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas; que, por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à saúde; que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com casa própria. Senhor presidente Ricardo Lewandowski, Sras. e Srs. senadores, a verdade é que o resultado eleitoral de 2014 foi um rude golpe em setores da elite conservadora brasileira. Desde a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a estabilidade do meu governo.

Disseram que as eleições haviam sido fraudadas, pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais, e após a minha posse, buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de

impeachment. Como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam na vontade do povo o elemento legitimador de um governo. Queriam o poder a qualquer preço. Tudo fizeram para desestabilizar a mim e ao meu governo. Só é possível compreender a gravidade da crise que assola o Brasil desde 2015, levando-se em consideração a instabilidade política aguda que, desde a minha reeleição, tem caracterizado o ambiente em que ocorrem o investimento e a produção de bens e serviços.

Não se procurou discutir e aprovar uma melhor proposta para o País. O que se pretendeu permanentemente foi a afirmação do "quanto pior melhor", na busca obsessiva de se desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos desta questionável ação política para toda a população. A possibilidade de impeachment tornou-se assunto central da pauta política e jornalística apenas dois meses após minha reeleição, apesar da evidente improcedência dos motivos para justificar esse movimento radical. Nesse ambiente de turbulências e incertezas, o risco político permanente provocado pelo ativismo de parcela considerável da oposição acabou sendo um elemento central para a retração do investimento e para o aprofundamento da crise econômica.

Deve ser também ressaltado que a busca do reequilíbrio fiscal, desde 2015, encontrou uma forte resistência na Câmara dos Deputados, à época presidida pelo deputado Eduardo Cunha. Os projetos enviados pelo governo foram rejeitados, parcial ou integralmente. Pautas bombas foram apresentadas e algumas aprovadas. As comissões permanentes da Câmara, em 2016, só funcionaram a partir do dia 5 de maio, ou seja, uma semana antes da aceitação do processo de impeachment pela Comissão do Senado Federal. Os Srs. e as Sras. senadores sabem que o funcionamento dessas Comissões era e é absolutamente indispensável para a aprovação de matérias que interferem no cenário fiscal e encaminhar a saída da crise.

Foi criado assim o desejado ambiente de instabilidade política, propício a abertura do processo de impeachment sem crime de responsabilidade. Sem essas ações, o Brasil certamente estaria hoje em outra situação política, econômica e fiscal. Muitos articularam e votaram contra propostas que durante toda a vida defenderam, sem pensar nas consequências que seus gestos trariam para o país e para o povo brasileiro. Queriam aproveitar a crise econômica, porque sabiam que assim que o meu governo viesse a

superá-la, sua aspiração de acesso ao poder haveria de ficar sepultada por mais um longo período. Mas, a bem da verdade, as forças oposicionistas somente conseguiram levar adiante o seu intento quando outra poderosa força política a elas se agregou: a força política dos que queriam evitar a continuidade da "sangria" de setores da classe política brasileira, motivada pelas investigações sobre a corrupção e o desvio de dinheiro público.

É notório que durante o meu governo e o do presidente Lula foram dadas todas as condições para que estas investigações fossem realizadas. Propusemos importantes leis que dotaram os órgãos competentes de condições para investigar e punir os culpados. Assegurei a autonomia do Ministério Público, nomeando como Procurador Geral da República o primeiro nome da lista indicado pelos próprios membros da instituição. Não permiti qualquer interferência política na atuação da Polícia Federal. Contrariei, com essa minha postura, muitos interesses. Por isso, paguei e pago um elevado preço pessoal pela postura que tive.

Arquitetaram a minha destituição, independentemente da existência de quaisquer fatos que pudesse justificá-la perante a nossa Constituição. Encontraram, na pessoa do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha o vértice da sua aliança golpista. Articularam e viabilizaram a perda da maioria parlamentar do governo. Situações foram criadas, com apoio escancarado de setores da mídia, para construir o clima político necessário para a desconstituição do resultado eleitoral de 2014. Todos sabem que este processo de impeachment foi aberto por uma "chantagem explícita" do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, como chegou a reconhecer em declarações à imprensa um dos próprios denunciantes. Exigia aquele parlamentar que eu intercedesse para que deputados do meu partido não votassem pela abertura do seu processo de cassação.

Nunca aceitei na minha vida ameaças ou chantagens. Se não o fiz antes, não o faria na condição de presidenta da República. É fato, porém, que não ter me curvado a esta chantagem motivou o recebimento da denúncia por crime de responsabilidade e a abertura deste d processo, sob o aplauso dos derrotados em 2014 e dos temerosos pelas investigações. Se eu tivesse me acumpliciado com a improbidade e com o que há de pior na política brasileira, como muitos até hoje parecem não ter o menor pudor em fazê-lo, eu não correria o risco de ser condenada injustamente.

Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito, não tem respeitabilidade para governar o Brasil. Quem age para poupar ou adiar o julgamento de uma pessoa que é acusada de enriquecer às custas do Estado brasileiro e do povo que paga impostos, cedo ou tarde, acabará pagando perante a sociedade e a história o preço do seu descompromisso com a ética. Todos sabem que não enriqueci no exercício de cargos públicos, que não desviei dinheiro público em meu proveito próprio, nem de meus familiares, e que não possuo contas ou imóveis no exterior. Sempre agi com absoluta probidade nos cargos públicos que ocupei ao longo da minha vida. Curiosamente, serei julgada, por crimes que não cometi, antes do julgamento do ex-presidente da Câmara, acusado de ter praticado gravíssimos atos ilícitos e que liderou as tramas e os ardis que alavancaram as ações voltadas à minha destituição. Ironia da história? Não, de forma nenhuma.

Trata-se de uma ação deliberada que conta com o silêncio cúmplice de setores da grande mídia brasileira. Viola-se a democracia e pune-se uma inocente. Este é o pano de fundo que marca o julgamento que será realizado pela vontade dos que lançam contra mim pretextos acusatórios infundados. Estamos a um passo da consumação de uma grave ruptura institucional. Estamos a um passo da concretização de um verdadeiro golpe de Estado. Senhoras e Senhores senadores, Vamos aos autos deste processo. Do que sou acusada? Quais foram os atentados à Constituição que cometi? Quais foram os crimes hediondos que pratiquei? A primeira acusação refere-se à edição de três decretos de crédito suplementar sem autorização legislativa.

Ao longo de todo o processo, mostramos que a edição desses decretos seguiu todas as regras legais. Respeitamos a previsão contida na Constituição, a meta definida na LDO e as autorizações estabelecidas no artigo 4° da Lei Orçamentária de 2015, aprovadas pelo Congresso Nacional. Todas essas previsões legais foram respeitadas em relação aos 3 decretos. Eles apenas ofereceram alternativas para alocação dos mesmos limites, de empenho e financeiro, estabelecidos pelo decreto de contingenciamento, que não foram alterados. Por isso, não afetaram em nada a meta fiscal. Ademais, desde 2014, por iniciativa do Executivo, o Congresso aprovou a inclusão, na LDO, da obrigatoriedade que qualquer crédito aberto deve ter sua execução subordinada ao decreto de contingenciamento, editado segundo as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E isso foi precisamente respeitado.

Não sei se por incompreensão ou por estratégia, as acusações feitas neste processo buscam atribuir a esses decretos nossos problemas fiscais. Ignoram ou escondem que os resultados fiscais negativos são consequência da desaceleração econômica e não a sua causa. Escondem que, em 2015, com o agravamento da crise, tivemos uma expressiva queda da receita ao longo do ano – foram 180 bilhões de reais a menos que o previsto na Lei Orçamentária. Fazem questão de ignorar que realizamos, em 2015, o maior contingenciamento de nossa história. Cobram que, quando enviei ao Congresso Nacional, em julho de 2015, o pedido de autorização para reduzir a meta fiscal, deveria ter imediatamente realizado um novo contingenciamento.

Não o fiz porque segui o procedimento que não foi questionado pelo Tribunal de Contas da União ou pelo Congresso Nacional na análise das contas de 2009. Além disso, a responsabilidade com a população justifica também nossa decisão. Se aplicássemos, em julho, o contingenciamento proposto pelos nossos acusadores cortaríamos 96% do total de recursos disponíveis para as despesas da União. Isto representaria um corte radical em todas as dotações orçamentárias dos órgãos federais. Ministérios seriam paralisados, universidades fechariam suas portas, o Mais Médicos seria interrompido, a compra de medicamentos seria prejudicada, as agências reguladoras deixariam de funcionar. Na verdade, o ano de 2015 teria, orçamentariamente, acabado em julho.

Volto a dizer: ao editar estes decretos de crédito suplementar, agi em conformidade plena com a legislação vigente. Em nenhum desses atos, o Congresso Nacional foi desrespeitado. Aliás, este foi o comportamento que adotei em meus dois mandatos. Somente depois que assinei estes decretos é que o Tribunal de Contas da União mudou a posição que sempre teve a respeito da matéria. É importante que a população brasileira seja esclarecida sobre este ponto: os decretos foram editados em julho e agosto de 2015 e somente em outubro de 2015 o TCU aprovou a nova interpretação. O TCU recomendou a aprovação das contas de todos os presidentes que editaram decretos idênticos aos que editei. Nunca levantaram qualquer problema técnico ou apresentaram a interpretação que passaram a ter depois que assinei estes atos.

Querem me condenar por ter assinado decretos que atendiam a demandas de diversos órgãos, inclusive do próprio Poder Judiciário, com base no mesmo procedimento adotado desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001? Por ter

assinado decretos que somados, não implicaram, como provado nos autos, em nenhum centavo de gastos a mais para prejudicar a meta fiscal? A segunda denúncia dirigida contra mim neste processo também é injusta e frágil. Afirma-se que o alegado atraso nos pagamentos das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução do programa de crédito rural Plano Safra, equivale a uma "operação de crédito", o que estaria vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como minha defesa e várias testemunhas já relataram, a execução do Plano Safra é regida por uma lei de 1992, que atribui ao Ministério da Fazenda a competência de sua normatização, inclusive em relação à atuação do Banco do Brasil. A presidenta da República não pratica nenhum ato em relação à execução do Plano Safra. Parece óbvio, além de juridicamente justo, que eu não seja acusada por um ato inexistente. A controvérsia quanto a existência de operação de crédito surgiu de uma mudança de interpretação do TCU, cuja decisão definitiva foi emitida em dezembro de 2015. Novamente, há uma tentativa de dizer que cometi um crime antes da definição da tese de que haveria um crime. Uma tese que nunca havia surgido antes e que, como todas as senhoras e senhores senadores souberam em dias recentes, foi urdida especialmente para esta ocasião.

Lembro ainda a decisão recente do Ministério Público Federal, que arquivou inquérito exatamente sobre esta questão. Afirmou não caber falar em ofensa à lei de responsabilidade fiscal porque eventuais atrasos de pagamento em contratos de prestação de serviços entre a União e instituições financeiras públicas não são operações de crédito. Insisto, senhoras senadoras e senhores senadores: não sou eu nem tampouco minha defesa que fazemos estas alegações. É o Ministério Público Federal que se recusou a dar sequência ao processo, pela inexistência de crime. Sobre a mudança de interpretação do TCU, lembro que, ainda antes da decisão final, agi de forma preventiva.

Solicitei ao Congresso Nacional a autorização para pagamento dos passivos e defini em decreto prazos de pagamento para as subvenções devidas. Em dezembro de 2015, após a decisão definitiva do TCU e com a autorização do Congresso, saldamos todos os débitos existentes. Não é possível que não se veja aqui também o arbítrio deste processo e a injustiça também desta acusação. Este processo de impeachment não é legítimo. Eu não

atentei, em nada, em absolutamente nada contra qualquer dos dispositivos da Constituição que, como presidenta da República, jurei cumprir. Não pratiquei ato ilícito. Está provado que não agi dolosamente em nada.

Os atos praticados estavam inteiramente voltados aos interesses da sociedade. Nenhuma lesão trouxeram ao erário ou ao patrimônio público. Volto a afirmar, como o fez a minha defesa durante todo o tempo, que este processo está marcado, do início ao fim, por um clamoroso desvio de poder. É isto que explica a absoluta fragilidade das acusações que contra mim são dirigidas. Tem-se afirmado que este processo de impeachment seria legítimo porque os ritos e prazos teriam sido respeitados. No entanto, para que seja feita justiça e a democracia se imponha, a forma só não basta. É necessário que o conteúdo de uma sentença também seja justo. E no caso, jamais haverá justiça na minha condenação.

Ouso dizer que em vários momentos este processo se desviou, clamorosamente, daquilo que a Constituição e os juristas denominam de "devido processo legal". Não há respeito ao devido processo legal quando a opinião condenatória de grande parte dos julgadores é divulgada e registrada pela grande imprensa, antes do exercício final do direito de defesa. Não há respeito ao devido processo legal quando julgadores afirmam que a condenação não passa de uma questão de tempo, porque votarão contra mim de qualquer jeito. Nesse caso, o direito de defesa será exercido apenas formalmente, mas não será apreciado substantivamente nos seus argumentos e nas suas provas.

A forma existirá apenas para dar aparência de legitimidade ao que é ilegítimo na essência.

Senhoras e senhores senadores, nesses meses, me perguntaram inúmeras vezes porque eu não renunciava, para encurtar este capítulo tão difícil de minha vida. Jamais o faria porque tenho compromisso inarredável com o Estado Democrático de Direito. Jamais o faria porque nunca renuncio à luta. Confesso a vossas excelências, no entanto, que a traição, as agressões verbais e a violência do preconceito me assombraram e, em alguns momentos, até me magoaram. Mas foram sempre superados, em muito, pela solidariedade, pelo apoio e pela disposição de luta de milhões de brasileiras e brasileiros pelo País afora.

Por meio de manifestações de rua, reuniões, seminários, livros, shows, mobilizações na Internet, nosso povo esbanjou criatividade e disposição para a luta contra o golpe. As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher presidenta do Brasil.

Chego à última etapa desse processo comprometida com a realização de uma demanda da maioria dos brasileiros: convocá-los a decidir, nas urnas, sobre o futuro de nosso país. Diálogo, participação e voto direto e livre são as melhores armas que temos para a preservação da democracia. Confio que as senhoras senadoras e os senhores senadores farão justiça. Tenho a consciência tranquila. Não pratiquei nenhum crime de responsabilidade. As acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas. Cassar em definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política.

Este é o segundo julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus. Na primeira vez, fui condenada por um tribunal de exceção. Daquela época, além das marcas dolorosas da tortura, ficou o registro, em uma foto, da minha presença diante de meus algozes, num momento em que eu os olhava de cabeça erguida enquanto eles escondiam os rostos, com medo de serem reconhecidos e julgados pela história. Hoje, quatro décadas depois, não há prisão ilegal, não há tortura, meus julgadores chegaram aqui pelo mesmo voto popular que me conduziu à Presidência. Tenho por todos o maior respeito, mas continuo de cabeça erguida, olhando nos olhos dos meus julgadores.

Apesar das diferenças, sofro de novo com o sentimento de injustiça e o receio de que, mais uma vez, a democracia seja condenada junto comigo. E não tenho dúvida que, também desta vez, todos nós seremos julgados pela história. Por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida; e quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência. Hoje eu só temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós, aqui neste plenário, lutamos com o

melhor dos nossos esforços. Reitero: respeito os meus julgadores. Não nutro rancor por aqueles que votarão pela minha destituição.

Respeito e tenho especial apreço por aqueles que têm lutado bravamente pela minha absolvição, aos quais serei eternamente grata. Neste momento, quero me dirigir aos senadores que, mesmo sendo de oposição a mim e ao meu governo, estão indecisos. Lembrem-se que, no regime presidencialista e sob a égide da nossa Constituição, uma condenação política exige obrigatoriamente a ocorrência de um crime de responsabilidade, cometido dolosamente e comprovado de forma cabal. Lembrem-se do terrível precedente que a decisão pode abrir para outros presidentes, governadores e prefeitos. Condenar sem provas substantivas. Condenar um inocente.

Faço um apelo final a todos os senadores: não aceitem um golpe que, em vez de solucionar, agravará a crise brasileira. Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu. Votem sem ressentimento. O que cada senador sente por mim e o que nós sentimos uns pelos outros importa menos, neste momento, do que aquilo que todos sentimos pelo país e pelo povo brasileiro. Peço: votem contra o impeachment. Votem pela democracia. Muito obrigada.

Anexo III

Pronunciamento de Dilma Rousseff veiculado no dia 31/08/2016

Ao cumprimentar o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprimento todos os senadoras e senadores, deputadas e deputados, presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. Mulheres e homens de meu País.

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado.

É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis.

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social.

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment.

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões que votaram em mim em 2014. Falo aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes.

Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.

A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da luta.

Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.

Quando o Presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso País.

Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil.

Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade.

Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer "até daqui a pouco".

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakovski:

"Não estamos alegres, é certo,
Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado
As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,

Rompê-las ao meio,
Cortando-as como uma quilha corta."

Um carinhoso abraço a todo povo brasileiro, que compartilha comigo a crença na democracia e o sonho da justiça.